

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

César Leandro de Christo Hundertmarck

**O PROCESSO MERCANTIL DA BORRACHA: HORIZONTALIDADES E
VERTICALIDADES NO TERRITÓRIO DO VALE DO ACRE – BRASIL**

Santa Cruz do Sul

2024

César Leandro de Christo Hundertmarck

**O PROCESSO MERCANTIL DA BORRACHA: HORIZONTALIDADES E
VERTICALIDADES NO TERRITÓRIO DO VALE DO ACRE – BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Karnopp

Santa Cruz do Sul

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Hundertmarck, César

O processo mercantil da borracha: horizontalidades e verticalidades no território do Vale do Acre - Brasil / César Hundertmarck. - 2024.

200 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Universidade de Santa Cruz do Sul, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Erica Karnopp.

1. Horizontalidades e verticalidades. 2. Território. 3. Vale do Acre. 4. Extração da borracha. I. Karnopp, Erica. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

César Leandro de Christo Hundertmarck

**O PROCESSO MERCANTIL DA BORRACHA: HORIZONTALIDADES E
VERTICALIDADES NO TERRITÓRIO DO VALE DO ACRE – BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Desenvolvimento Regional.

Dra. Erica Karnopp

Profa. Orientadora – Unisc

Dra. Virgínia Elisabeta Etges

Profa. Examinadora - Unisc

Dr. José Antônio Moraes do Nascimento

Prof. Examinador – Unisc

Dra. Josélia Fontenelle Batista Cabral

Profa. Examinadora – Ifro / RO

Dr. Clarides Henrich de Barba

Prof. Examinador – Unir / RO

Santa Cruz do Sul

2024

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, manifesto minha profunda gratidão à suprema inteligência divina pelo inestimável dom da existência, reconhecendo a força e a perseverança que me sustentaram ao longo desta árdua jornada de pesquisa. Essa fortaleza interior foi essencial para manter minha determinação inabalável durante todo o percurso de elaboração desta tese.

Em continuidade, expresso meus mais sinceros agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para a materialização desta pesquisa e para a conclusão desta tese de doutorado. Sua colaboração e apoio revelaram-se fundamentais ao longo de toda essa jornada acadêmica. Gostaria de externar todo meu carinho e amor ao meu estimado filho, Felipe Mósle Hundertmarck. Mesmo diante do lapso de quatro anos que nos separou, um período no qual ele teve de assimilar minha ausência física, justamente no início de sua adolescência, e reforçando que o Acre, efetivamente, é uma realidade geográfica distante, mas existe; ainda assim, isso não impediu de preservarmos incandescente a chama do amor e do afeto. A meus pais, Antônio e Lady de Christo Hundertmarck, expresso minha gratidão pelo constante apoio e incentivo que ofereceram. Embora estejamos geograficamente “próximos” (Santa Maria), eu me encontrava “distante” (Santa Cruz do Sul), e ainda assim, senti seu amparo ao longo desta trajetória.

À profa. dra. Erica Karnopp, orientadora desta tese, desejo expressar minha profunda gratidão pelas valiosas contribuições, pela amizade e pelas parcerias estabelecidas ao longo do desenvolvimento desta tese. Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul / RS, manifesto minha sincera apreciação pelas contribuições de grande relevância durante a exposição das disciplinas, que foram realizados no formato virtual e presencial. Sou grato à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) pela inestimável atuação durante o percurso do curso de doutorado, e pelo comprometimento demonstrado em garantir uma estrutura acadêmica sólida, proporcionando oportunidades de interação com outras instituições de ensino e eventos científicos que enriqueceram minha formação como pesquisador.

Assim como não posso esquecer de agradecer à Carol e Grazi, da equipe administrativa do PPGDR/Unisc pelos auxílios prestados e pela paciência demonstrada ao longo desta jornada. Aos colegas de curso PPGDR/Unisc (Mestrado e Doutorado), compartilho minha gratidão pelos momentos de descontração e apreensão que vivenciamos juntos, construindo uma atmosfera de camaradagem durante parte desta trajetória.

À Universidade Federal do Acre – Ufac, expresso meu sincero reconhecimento pela oportunidade de ter realizado esta qualificação. Estendo os meus agradecimentos à Direção do Centro de Ciências Sociais e Jurídicas – CCJSA / Ufac, e ao ASPF/ Ufac, sob liderança do seu coordenador, prof. dr. Raimundo Cláudio Gomes Maciel, pelo apoio na tomada decisão pela área de Desenvolvimento Regional. Não posso deixar de mencionar meu amigo e colega prof. dr. Francisco Raimundo Alves Neto, pelo estímulo na minha vinda para cursar o doutorado em Santa Cruz do Sul / Unisc.

Manifesto o meu reconhecimento ao prof. dr. Silvio Simione da Silva (Ufac), enaltecendo as extensas e enriquecedoras conversas que compartilhamos, tanto em encontros presenciais como por meio da plataforma de comunicação *Whatsapp*. Eles resplandeceram e guiaram o meu percurso nesta empreitada de pesquisa. À distinta profa. dra. Grace Gotellip Cabral (Ufac), dirijo a expressão sincera da minha gratidão, não somente pela amizade cultivada, mas também pelas sugestões que me foram concedidas.

Aos agentes sociais representativos nesta tese, cuja colaboração por meio de entrevistas, conhecimento, experiências e provisão de informações e registros - foi inestimável, gostaria de expressar minha gratidão. Em particular, quero agradecer aos seringueiros do Vale do Acre, que generosamente compartilharam comigo suas experiências, lutas e angústias.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Por fim, meu sincero agradecimento a todas as pessoas que colaboraram para o desenvolvimento desta tese, aquelas que, embora presentes e contribuindo de várias formas, não foram mencionados. Seu apoio foi fundamental e sou profundamente grato por sua contribuição.

RESUMO

O PROCESSO MERCANTIL DA BORRACHA: HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES NO TERRITÓRIO DO VALE DO ACRE – BRASIL

A presente tese analisou a dinâmica das horizontalidades e verticalidades no processo mercantil da borracha, no território do Vale do Acre. A problemática que acompanhou o desenvolvimento desta pesquisa foi: de que forma os vetores das horizontalidades e das verticalidades atuam no processo mercantil da borracha e na dinâmica de desenvolvimento do território? Nesse sentido, esta tese fundamentou-se nos princípios teóricos de Milton Santos e seus saberes a respeito da dinâmica territorial. Em relação ao território pesquisado, este precisou ser percebido e compreendido, não apenas em relação a uma racionalidade e a uma técnica, mas necessitou ser pensado como um produto social e histórico, sujeito a circunstâncias territoriais e contingências próprias ao contexto econômico, social e cultural onde está inserido. O método de abordagem utilizado foi o materialismo histórico dialético, e o procedimento de análise dos dados foi a análise de conteúdo. A análise do processo mercantil da borracha destacou as influências das migrações passadas na diversidade cultural e na configuração social e econômica. A cooperação entre seringueiros e agentes mercantis foi significativa, promovendo eficiência comercial e sustentabilidade. As horizontalidades na cadeia produtiva buscaram equidade, enquanto a empresa Vert introduziu desafios verticais. A transição entre essas dinâmicas evidenciou a complexidade do processo mercantil, exigindo estratégias para o desenvolvimento regional e reconciliação de atividades divergentes, como a pecuária e o agronegócio. A interconexão de horizontalidades e verticalidades revelou a complexidade no desenvolvimento regional, onde a valorização da cultura da borracha busca autonomia, mas enfrenta desafios de dependência de políticas públicas e de incentivos financeiros. O avanço da pecuária e do agronegócio delinearão um futuro preocupante para o “território” da seringa. A dinâmica do processo mercantil da borracha refletiu uma tensão entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. A expansão das verticalidades em escala compromete a floresta e a subsistência dos seringueiros, exigindo abordagens sustentáveis para equilibrar as necessidades econômicas e a preservação ambiental no Vale do Acre.

Palavras-chave: Horizontalidades e verticalidades. Território. Vale do Acre. Extração da borracha.

ABSTRACT

THE RUBBER COMMERCIAL PROCESS: HORIZONTALITIES AND VERTICALITIES IN THE ACRE VALLEY TERRITORY – BRAZIL

This thesis analyzed the dynamics of horizontalities and verticalities in the rubber commercial process, in the territory of Vale do Acre. The problem that accompanied the development of this research was: how do the vectors of horizontalities and verticalities act in the rubber commercial process and in the dynamics of territorial development? In this sense, this thesis was based on the theoretical principles of Milton Santos and his knowledge regarding territorial dynamics. In relation to the researched territory, it needed to be perceived and understood, not only in relation to rationality and technique, but it needed to be thought of as a social and historical product, subject to territorial circumstances and contingencies specific to the economic, social and cultural context where it is inserted. The approach method used was dialectical historical materialism, and the data analysis procedure was content analysis. The analysis of the rubber mercantile process highlighted the influences of past migrations on cultural diversity and social and economic configuration. Cooperation between rubber tappers and commercial agents was significant, promoting commercial efficiency and sustainability. The horizontalities in the production chain sought equity, while the Vert company introduced vertical challenges. The transition between these dynamics highlighted the complexity of the commercial process, requiring strategies for regional development and reconciliation of divergent activities, such as livestock farming and agribusiness. The interconnection of horizontalities and verticalities revealed the complexity in regional development, where the valorization of rubber culture seeks autonomy, but faces challenges of dependence on public policies and financial incentives. The advancement of livestock farming and agribusiness outlined a worrying future for the rubber "territory". The dynamics of the rubber commercial process reflected a tension between economic development and environmental sustainability. The expansion of verticalities in scale compromises the forest and the subsistence of rubber tappers, requiring sustainable approaches to balance economic needs and environmental preservation in the Acre Valley.

Keywords: Horizontalities and verticalities. Territory. Acre Valley. Rubber extraction.

LISTA DE FIGURAS

1	Estado do Acre – Brasil.....	19
2	Vales no Estado do Acre – Brasil.....	21
3	Processo econômico e social x processos de verticalizações e horizontalizações.....	50
4	Vale do Acre: infraestrutura – rodovias, aeroporto e terminal rodoviário.....	77
5	Estrada da Floresta – Caminho do seringueiro.....	80
6	Estrada da floresta – o Acre todo cabe em uma só árvore.....	82
7	Cartaz pertencente ao acervo de Chabloz- Batalha da borracha.....	95
8	Resiliência dos soldados da borracha: um retrato da história.....	98
9	Localização: Municípios, agentes mercantis e RESEX.....	119
10	Resex Chico Mendes.....	124
11	A dinâmica da cadeia produtiva da borracha nativa no território.....	125
12	Floresta nativa e pecuária.....	132
13	Leite da seringa: extraindo látex.....	145

LISTA DE QUADROS

1	Atributos – horizontalidades e verticalidades.....	44
2	Sistematização conceitual das horizontalidades e verticalidades...	46
3	Forças x Processos de horizontalização e verticalização.....	51
4	Estado do Acre: uma nova periodização.....	64
5	Sistema Estadual de Áreas Protegidas – Seanp / Unidades no Estado do Acre.....	115
6	Distribuição dos entrevistados nas respectivas categorias.....	120
7	Horizontalidades no contexto do processo mercantil da borracha..	157
8	Verticalidades no contexto do processo mercantil da borracha.....	159
9	Dinâmica do desenvolvimento no Vale do Acre: potencialidades e desafios para uma abordagem coerente e sustentável.....	177

LISTA DE TABELAS

1	Vale do Acre – População.....	78
2	Evolução da geração de renda entre as unidades familiares da Resex Chico Mendes – Vale do Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015, 2018/2019 e 2021/2022 – com base no extrativismo vegetal.....	106
3	Evolução da geração de renda entre as unidades familiares da Resex Chico Mendes – Vale do Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015, 2018/2019 e 2021/2022 – com base na agricultura familiar.....	110
4	Evolução da geração de renda entre as unidades familiares da Resex Chico Mendes – Vale do Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015, 2018/2019 e 2021/2022 – com base em criações de animais.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Abrabor	Associação Brasileira de Produtores e Beneficiadores de Borracha
AC	Acre (Estado)
AML	Amazônia Legal
Amoprebe	Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista em Brasiléia e Etipaciolândia
Anac	Agência de Negócios do Acre
ASPF	Projeto Análise Econômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar no Estado do Acre
Basa	Banco da Amazônia
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
Cooperacre	Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre
Coopaeb	Cooperativa Agroextrativista de Assis Brasil e Etipaciolândia
Copiai	Política de Incentivos às atividades Industriais do Acre
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CNTP	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CPI/Acre	Comissão Pró Índio Acre
DAP	Declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
GEB	Granulado Escuro Brasileiro
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
NEA	Nova Economia da Amazônia
ONG	Organização não governamental
PEVS	Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura
PIB	Produto Interno Bruto
PPGDR	Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional
PSSA	Pagamento Por Serviços Socioambientais

PT	Partido dos Trabalhadores
Resex	Reserva Extrativista
RS	Rio Grande do Sul (Estado)
Semta	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
Seanp	Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas
Sintra	Sindicato de Trabalhadores Rurais no Acre
Sudam	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UC	Unidade de Conservação
Unisc	Universidade de Santa Cruz do Sul
Ufac	Universidade Federal do Acre
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	16
2 INTERPRETANDO O TERRITÓRIO DO VALE DO ACRE:	
SISTEMATIZAÇÃO DE CONCEITOS.....	28
2.1 Conceitualização de território.....	28
2.1.1 Categorias de análise do território.....	37
2.1.2 Compreensão da totalidade – escalas.....	39
2.2 Argumentação teórica dos vetores das horizontalidades e verticalidades..	41
2.3 Sistematização conceitual – horizontalidades e verticalidades.....	45
3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DO ACRE E O CONTEXTO DAS	
DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS	54
3.1 Contextualização Histórica: desenvolvimento do território.....	55
3.1.2 Estado do Acre: uma nova periodização.....	62
3.2 Formação socioterritorial do Estado do Acre.....	67
3.3 O território do Vale do Acre: diversidade e singularidade	75
3.4 Construção da territorialidade seringueira.....	79
3.4.1 O território da borracha: identidade e conflitos, lutas e direitos entrelaçados.....	85
3.4.2 Formação, migração e povos originários no Vale do Acre	92
3.4.2.1 Soldados da Borracha.....	94
3.4.2.2 Fluxo migratório Sulista e Sudestino.....	99
3.4.2.3 Povos originários.....	102
3.5 Usos do território do Vale do Acre.....	104
3.5.1 Uso extrativista do Vale do Acre: extrativismo vegetal.....	104
3.5.2 Uso do território do Vale do Acre: agricultura familiar camponesa.....	108
3.5.3 Uso do território do Vale do Acre: pecuária.....	111
3.5.4 Uso do território do Vale do Acre: conservação ambiental.....	113
4 ENTRE HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES: O PROCESSO	
MERCANTIL DA BORRACHA NO VALE DO ACRE	117
4.1 Agentes participantes da pesquisa e análise da realidade do território.....	118

4.2 Vetores em movimento: desvendando a complexidade do processo mercantil da borracha no território.....	123
4.3 Seringueiros e agentes mercantis: relações no território da borracha.....	135
4.4 Dialética, interações e contradições: um olhar sobre as horizontalidades e verticalidades no processo mercantil da borracha.....	154
4.4.1 Vetores horizontais e verticais no processo mercantil da borracha.....	155
4.4.2 Efeitos da globalização no processo mercantil da borracha.....	165
4.4.3 Análise da dinâmica do desenvolvimento do território.....	171
5 CONCLUSÕES.....	179
REFERÊNCIAS.....	189
ANEXO 1 – Composição das famílias por sexo e faixa etária, 2021/2022, Reserva Extrativista Chico Mendes – AC / Brasil.....	195
ANEXO 2 – Percentual dos principais tipos de uso da terra, 2021/2022, Reserva Extrativista Chico Mendes – AC / Brasil.....	196
APÊNDICE A - Roteiro de entrevistas com os seringueiros.....	197
APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas com os agentes mercantis.....	198
APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas com os consumidores finais.....	199
APÊNDICE D – Roteiro de entrevistas com os representantes das instituições, poder público, docentes.....	200

APRESENTAÇÃO

Em 2004, dei início à minha trajetória no norte brasileiro. Logo após concluir o mestrado na UFSM, Universidade Federal de Santa Maria, assumi como docente na Uniron – Universidade Interamericana de Porto Velho, em Rondônia. No ano de 2009, fui aprovado em concurso público para docente na Ufam – Universidade Federal do Amazonas, no Campus Parintins / AM. Mais tarde, em 2013, assumi como docente na Ufac – Universidade Federal do Acre, Campus Rio Branco, o que me proporcionou a oportunidade de acompanhar mais de perto o crescimento de meu filho, que havia nascido em 2009. Desde então, tenho atuado como docente em Rio Branco, na Ufac.

A minha trajetória na Ufac sempre foi pautada não apenas pelo comprometimento com o ensino, mas também pela ativa participação em iniciativas de extensão e pesquisa, para além do meu envolvimento em funções diretivas fora do âmbito acadêmico, com especial foco no desenvolvimento regional no Estado do Acre. Essa evidência decorre, em grande medida, da minha integração ao grupo de pesquisa ASPF – Projeto Análise Econômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar no Estado do Acre / Ufac. Essa experiência desempenhou um papel essencial ao impulsionar a minha decisão de ingressar no Programa de Desenvolvimento Regional – PPGDR da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, instituição onde também concluí minha graduação em Administração.

A presente tese é o resultado de um curso iniciado em março de 2020 no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – PPGDR/Unisc. Esse processo coincidiu com o período da infame pandemia chamada Covid-19. As aulas, originalmente planejadas para serem presenciais, tiveram que ser adaptadas para o formato virtual, o que representou um desafio para os docentes e discentes do PPGDR/Unisc.

Natural de Santa Maria / RS, tive o privilégio de testemunhar o nascimento de meu único filho em Rio Branco / AC. Recordo vividamente o dia em que iniciei minha viagem de volta para o RS em fevereiro de 2020, para cursar o doutorado no PPGDR/Unisc. Antes de partir, ao deixar meu filho em sua residência, ele sussurrou com uma expressão carregada: - Não diga nada! Com grande determinação, reprimi as intensas emoções que me invadiam e, no dia seguinte, iniciei minha jornada rumo à minha terra natal, partindo de carro de Rio Branco/AC até Santa Maria/RS e, posteriormente, até Santa Cruz do Sul/RS, cidades que distam 142 km uma da outra.

Durante essa jornada, atravessei sete estados brasileiros, percorrendo uma extensão de 3.957 quilômetros até Santa Maria, no RS. Enquanto dirigia, observava pela janela do carro e refletia sobre como seria retornar temporariamente ao Estado onde nasci, vivendo entre os municípios de Santa Maria e Santa Cruz do Sul.

Após haver concluído o doutorado, pude perceber em retrospecto, como a trajetória profissional e acadêmica me afastou temporariamente das pessoas e dos lugares que haviam marcado minha história anteriormente. Durante este percurso, tanto o Estado do RS, “minha querência”, quanto o Município de Santa Maria, passaram por transformações profundas, acentuadas ainda mais pela pandemia que assolou o mundo, especialmente se somados aos 20 anos em que resido no norte brasileiro.

Contudo, ficou evidente que as mudanças vivenciadas não se restringiram apenas aos efeitos da crise sanitária, mas foram impulsionadas por uma complexa conjuntura de fatores, muito dos quais fogem ao nosso controle e se manifestam de maneiras imprevisíveis. Essa compreensão nos leva a refletir sobre a inerente mutabilidade da vida e a necessidade de adaptação constante diante das circunstâncias que se apresentam.

Assim, ao reconhecer que algumas dessas transformações são inescapáveis e resultam de forças maiores, fica claro que a habilidade de administrar tais situações pode ser limitada. O que resta, portanto, é cultivar a resiliência e o aprendizado contínuo, buscando enfrentar os desafios com sabedoria e coragem.

O doutorado em desenvolvimento regional foi uma etapa crucial nesse percurso, ampliando minha compreensão sobre a complexidade do mundo e fornecendo ferramentas para uma análise mais abrangente das dinâmicas socioeconômicas e suas consequências. Com esses conhecimentos, sinto-me mais preparado para contribuir de forma significativa com a sociedade brasileira e acreana, buscando, assim, direcionar esforços na construção de um futuro mais resiliente e sustentável para todos.

1 INTRODUÇÃO

Analisar a dinâmica das horizontalidades e verticalidades no processo mercantil da borracha, no território do Vale do Acre – Brasil, foi o objetivo da tese aqui apresentada. Assim, a problemática que acompanhou o desenvolvimento desta pesquisa foi a seguinte: de que forma os vetores das horizontalidades e das verticalidades atuam no processo mercantil da borracha e na dinâmica de desenvolvimento do território pesquisado?

O território do Vale do Acre corresponde ao sul e sudeste do Estado do Acre, na Região Geográfica Intermediária Rio Branco e Região Geográfica Imediata, formada pelos municípios de Sena Madureira, Rio Branco e Brasiléia, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017).

Esse Vale engloba os seguintes municípios: Acrelândia, Assis Brasil, Bujari, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Sena Madureira, Senador Guimard e Xapuri, totalizando uma extensão de 78.721,08 km² (IBGE, 2022).

Apesar das características distintas, o Estado do Acre compartilha diversos elementos em sua formação com o Vale do Acre. Além disso, é relevante destacar que os quatro agentes mercantis demandados nesta tese estão inseridos na extensão territorial do Vale do Acre, que, por sua vez, também se entrelaça com áreas comuns da Reserva Extrativista (Resex) Chico Mendes.

Dessa maneira tanto o Vale do Acre quanto a Resex Chico Mendes exibem particularidades e, ao mesmo tempo, compartilham diversos elementos com o Estado do Acre.

A presente tese fundamentou-se nos princípios teóricos de Milton Santos e seus saberes a respeito da dinâmica territorial. O território pesquisado precisou ser percebido e compreendido não apenas em relação a uma racionalidade e a uma técnica, mas necessitou ser pensado como um produto social e histórico, sujeito a circunstâncias territoriais e contingências próprias ao contexto econômico, social e cultural do lugar onde está inserido.

Dessa forma, é de suma importância enfatizar que o território em estudo e o seu correspondente sistema de produção extrativista familiar, que se baseia no látex nativo da floresta amazônica acreana, reveste-se de uma relevância incontestável. A utilização da borracha nativa não apenas garante o sustento das famílias envolvidas,

mas também contribui de maneira significativa para a preservação dessa floresta, um aspecto que Milton Santos enfatiza quando se pronuncia sobre o território usado.

Nesse contexto, para Milton Santos, não é o território em si a categoria de análise social, mas o território usado (Santos, 1994), sinônimo de espaço geográfico (Santos; Silveira, 2020). Milton Santos confere ao território um *status* de escala geográfica. Nesse sentido, o território usado é simultaneamente material e social, composto por uma dialética, como o espaço geográfico. O território forma é o espaço material, e o território usado é o espaço material mais o espaço social. O território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas, as instituições – incluindo o próprio Estado – e as pessoas.

A abordagem conceitual de território contém no poder um fator determinante para a sua constituição, ocorrendo uma inter-relação entre seus usos políticos, econômicos ou sociais, originando as segmentações e partições que se manifestam nas horizontalidades e verticalidades propostas por Milton Santos (Santos, 2020).

Posto isso, em relação às ocorrências das horizontalidades e verticalidades, Santos (2020) propôs os conceitos desses vetores baseados nas segmentações e partições presentes nesse território. Na ordem local, as horizontalidades são a expressão das forças endógenas, vetores de racionalidades engendradas de dentro e de perto, no âmbito do espaço banal e contíguo, criando agregação e convergência, embora não isentas de conflitos, disputas e cooptações. Na ordem global, as verticalidades são a expressão das forças exógenas, vetores de racionalidades vindas de fora, de cima e de longe, que, por meio das redes técnicas e organizacionais, incidem e/ou se instalam no território, gerando desagregação, divergência e desordem, mas, também novas possibilidades e dinâmicas.

Nesta tese, optou-se pelo método do materialismo histórico dialético para dar suporte à pesquisa, tendo em vista compreender e explicar os objetos e fenômenos investigados, buscando a realidade dentro de uma visão da totalidade, de acordo com as condições materiais de vida e suas contradições. Delinear o contexto metodológico representa delimitar a direção a ser seguida pelo pesquisador quanto ao significado da produção do conhecimento e o referencial teórico e metodológico adotado para compreender a realidade investigada.

Esse método diz respeito à condição material da existência humana, revelando a compreensão de que a existência do ser humano é condicionada historicamente pelo movimento da contradição produzida na própria história.

Sendo assim, o enfoque empírico desta pesquisa buscou analisar, na história do Estado do Acre, a extração do látex e o processo mercantil da borracha, que teve seu ápice na região amazônica, onde proporcionou a expansão da colonização, atração de riqueza, transformações culturais, sociais, arquitetônicas, na região Norte do Brasil, a partir da primeira fase da borracha¹, transitando pela segunda fase até se aproximar da contemporaneidade.

Dessa forma, para se entender os direcionamentos desta tese, foi necessário identificar as instituições – sociais, políticas e econômicas -, bem como os agentes que produzem a realidade vivida no território pesquisado.

A Amazônia, desde a chegada dos europeus, sempre esteve ligada à lógica capitalista, tendo um papel como exportador de matérias-primas, desde as drogas do sertão (canela, cravo, salsaparrilha, erva-doce etc.), passando pela exploração da borracha, castanha, palmito pupunha, entre outros recursos naturais.

A partir do século XX, com a abertura de uma fronteira econômica, passou a se integrar diretamente com os *locus* nacionais de apropriação desses recursos, sendo que, segundo Herrera, Moreira e Bezerra (2016, p. 210), “a Amazônia sempre foi vista como espaço de expansão do capital, a exemplo disso, os acordos de exploração de seringa e abertura das rodovias”, sendo considerada uma fronteira de recursos, conforme reforçam Becker e Egler (Becker; Egler, 1997).

Na década de 1960, tendo seu processo de ocupação estimulado pelo governo federal, com o lema “homens sem terras para terras sem homens”, foi por meio de políticas desenvolvimentistas que, segundo Herrera (2012, p. 53), esse “processo de integração caracterizou a colonização interna do país, apoiado no argumento de que se tratava de uma região atrasada, um vazio demográfico e econômico”.

A formação do Estado do Acre efetuiu-se, para Lima; Ogando; Nascimento (2022, p. 09):

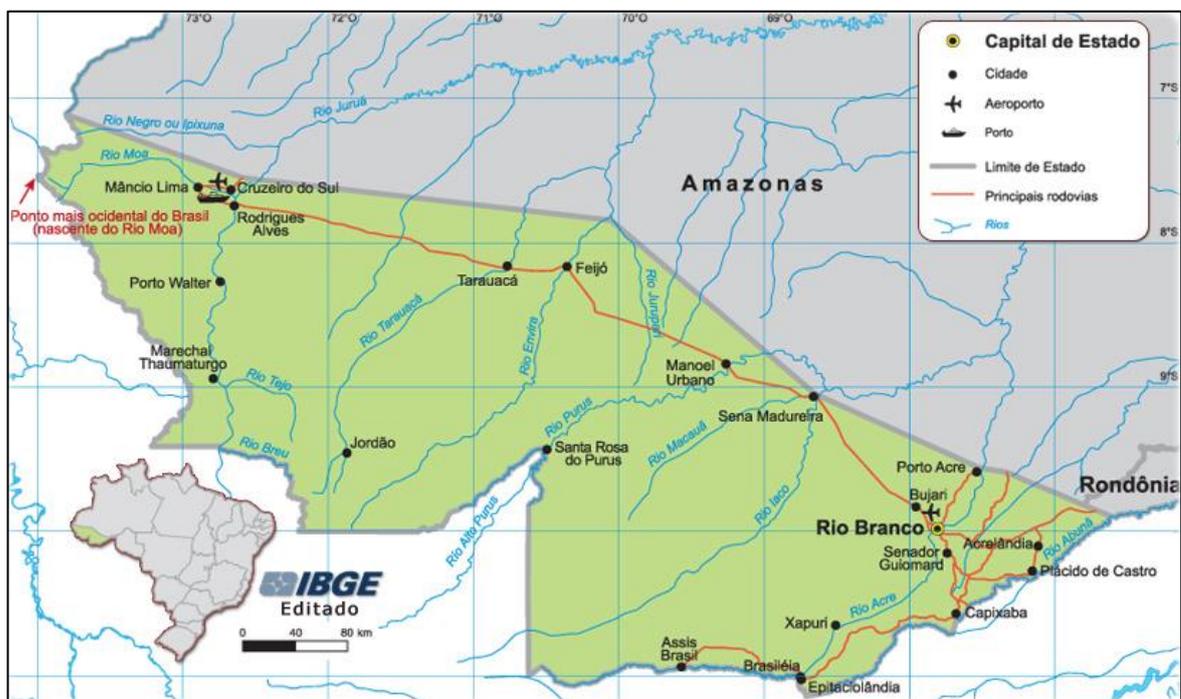
¹ Por questões de ordem metodológica, optou-se pelo vocábulo “fase” para abordar os períodos da história brasileira em que a extração e comercialização de látex para produção de borracha foram atividades basilares da economia. Cabe destacar que, autores, como Souza (2005), Bezerra (2006) e Martinello (2020) usam o vocábulo “surtos”. Outros autores e referências encontradas na literatura usam a expressão “ciclo da borracha”. “A primeira fase ocorreu na segunda metade do século XIX a 1913; A segunda fase ocorreu na chamada “Batalha da Borracha”, durante o período da Segunda Guerra Mundial, de 1942 a 1945 (Souza, 2005, p.64 e p. 93)”.

O Acre, último rincão da enorme colcha de retalhos brasileira, é o lugar da pluralidade. Seringueiros-nordestinos, índios das mais variadas etnias, negros de várias nações, sírio-libaneses, centro-sulistas, e tantos outros, vêm ao longo dos anos, construindo o enorme mosaico acreano.

A economia acreana é baseada hoje na exploração de recursos da floresta, principalmente o látex e a castanha do Brasil. A retirada do látex é feita em área de floresta por comunidades tradicionais. Esse modelo de extrativismo é incentivado pelo governo da região por ser de baixo impacto ambiental.

O Estado do Acre (Figura 1), está localizado na região Norte do Brasil, no extremo sudoeste da Amazônia brasileira (Amazônia Ocidental). Faz fronteira com os Estados do Amazonas (Norte) e Rondônia (Leste) e faz divisa internacional com a Bolívia (Sudeste) e o Peru (Sul e Sudoeste) (IBGE, 2020).

Figura 1: Estado do Acre – Brasil



Fonte: IBGE (2020).

O Estado do Acre corresponde a quase 3% da totalidade territorial do Brasil. Não possui um sistema definido de estrutura agrícola que seja “capaz de atender sua população, nem polos industriais nas áreas de alimentos, equipamentos, têxtil, calçadista, eletroeletrônicos, dentre outros” (Leite, 2015, p.10).

Apesar da indefinição da estrutura do sistema agrícola, afora os produtos extrativistas, como açaí, castanha e látex, apresentam-se, como importantes geradores de renda no Vale do Acre, a macaxeira (mandioca) e o palmito pupunha, produtos que são característicos da produção familiar, que, além de serem comercializados, possibilitando geração de renda, também são muito utilizados no autoconsumo das famílias acreanas.

Desse modo, reconhecer suas cadeias produtivas em operação, como a da borracha, e avaliar as relações de consumo da região, mostra-se como componente valioso para o desenvolvimento do território, tendo em vista que muitas problemáticas podem ser encontradas e, inclusive, contrapostas em solução em estudos aprimorados (Leite, 2015).

Até a segunda metade do século XIX, era habitado somente pelas populações indígenas e ainda fazia parte dos territórios boliviano e peruano. A partir de 1877, motivados pela exploração do látex, os primeiros migrantes da região Nordeste do País foram direcionados ao território acreano, e muitos se fixaram no Vale do Acre, região que usufrui da rodovia BR 317 como sua principal via de circulação para escoamento e distribuição da produção extrativista.

Conforme Moraes (2016, p. 30):

Discursivamente falando, a gênese da sociedade acreana, diferentemente dos outros estados amazônicos, foi formada pela extração exclusiva do “leite de seringa”. Isso significa dizer que não houve diversificação econômica nos primeiros 50 anos de formação do Acre.

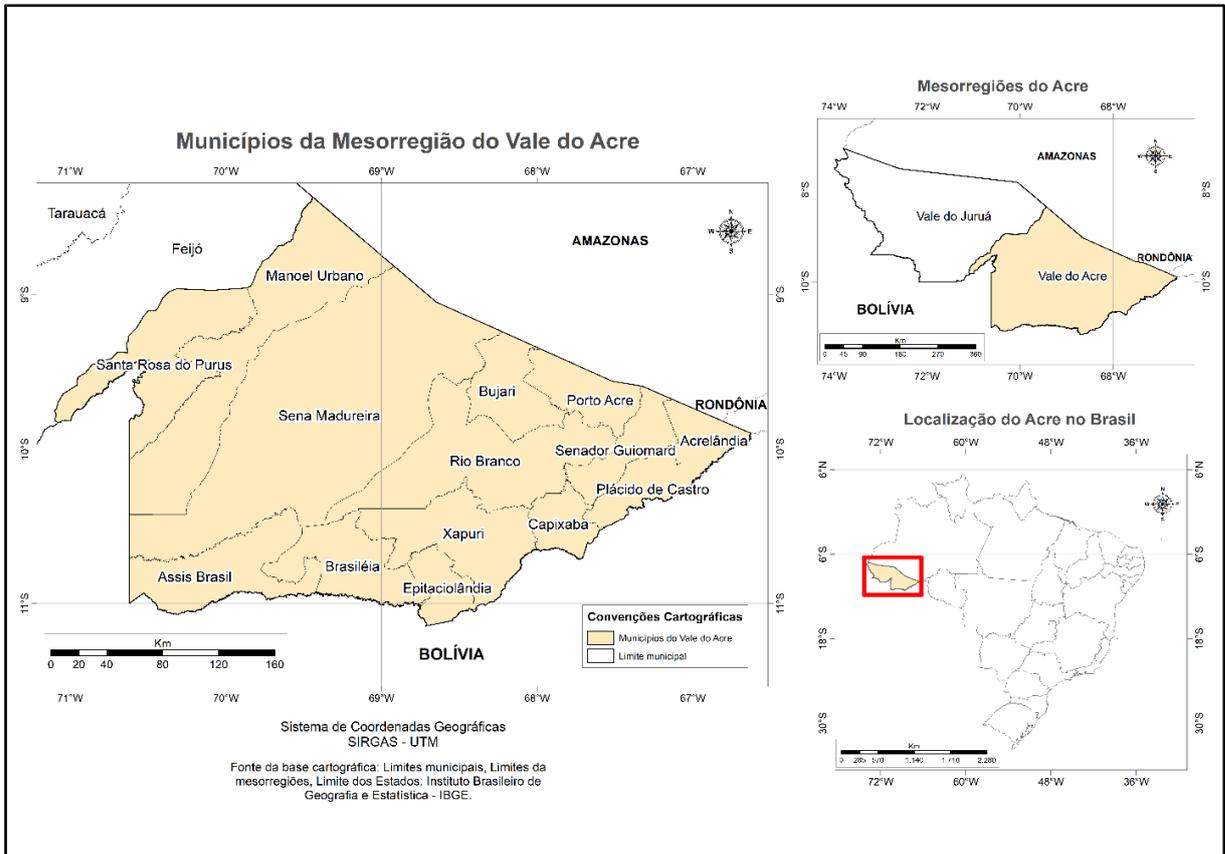
O Vale do Acre (Figura 2), equivale à Região Geográfica Intermediária Rio Branco - objeto empírico de análise. Está localizado na porção central do Estado, estendendo-se em direção ao sul, sendo contíguo ao Vale do Juruá, localizado na posição setentrional do Acre.

Essa região é composta pelos seguintes municípios: Acrelândia, Assis Brasil, Bujari, Brasiléia, Capixaba, Epitaciolândia, Manoel Urbano Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosa do Purus, Senador Guiomard e Xapuri, com uma extensão de 77.616 km² (IBGE 2022).

Esses municípios, fornecedores de um líquido branco, denominado “látex”, pela ciência e “leite de seringa” pelos seringueiros, começaram a ser explorados para atender às indústrias americanas e da Europa, a partir da segunda metade do século XIX (Souza, 2005).

Dois grandes polos econômicos são encontrados no Estado: o Vale do Juruá, tendo o Município de Cruzeiro do Sul como principal núcleo urbano; e o Vale do Acre - mais industrializado, possuindo maior grau de mecanização e modernização no campo, apresentando maior potencial nas atividades agrícolas, e grande produtor de borracha e castanha, onde está localizada a capital - Rio Branco (Figura 2).

Figura 2: Vales no Estado do Acre – Brasil



Fonte: organizado pelo autor, 2021. Elaborada por: Carla Dominique Brambilla (2021).

Dessa maneira, a importância da produção da borracha nativa para o território, mesmo distante das principais regiões industrializadas do País, as quais se utilizam da matéria-prima em artefatos desenvolvidos em suas indústrias, somou-se a curiosidade científica do pesquisador em compreender as verticalidades e horizontalidades presentes na cadeia produtiva da borracha no Vale do Acre – Brasil.

A diversidade do látex e sua aplicação industrial, essencial na manufatura de artefatos usados na indústria pneumática e automotora, aviões e tratores agrícolas, além de seu uso na fabricação de pisos industriais, luvas e materiais cirúrgicos, confere o elevado grau de importância econômica da heveicultura - *hevea brasiliensis*,

conforme apontam os dados fornecidos pela Associação Brasileira de Produtores e Beneficiadores de Borracha Natural – Abrabor (Abrabor, 2017).

Sendo assim, entende-se que o Vale do Acre pode ser observado não apenas em suas relações regionais e nacionais, mas também como parte do mundo globalizado, pois, segundo Santos (2020, p. 339), “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

Esse pensamento dialético, em que a realidade é compreendida através das contradições existentes, encontra nas horizontalidades e verticalidades um instrumento analítico que otimiza o seu entendimento. Elas estão presentes na realidade do processo mercantil da borracha, incluindo-se também a periodização da cultura da borracha – e suas fases históricas.

Conhecer em profundidade o território pesquisado, seus encadeamentos inerentes à cultura extrativista da borracha e seu *locus*, tornou-se de fundamental importância no campo do desenvolvimento regional, e permitiu, por meio da análise dos vetores das horizontalidades e verticalidades, identificar como eles atuam no processo mercantil da borracha e na dinâmica de desenvolvimento desse território.

De acordo com Maciel *et al.* (2021), o processo mercantil e a respectiva cadeia produtiva da borracha nativa do Vale do Acre são compostos pelos seguintes agentes: (1) seringueiro; (2) associações/cooperativas e a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre - Cooperacre; (3) usinas/fábrica; (4) comerciantes e (5) consumidores finais.

Os encadeamentos entre esses agentes viabilizam o processo de retirada do látex da seringueira, seu beneficiamento e sua comercialização no Estado e até mesmo fora dele. São agentes na alteração, transformação, produção e, principalmente desenvolvimento do produto, bem como a transformação na dinâmica do território.

Santos (2020, p. 96) estabelece a compreensão de território: “[...] formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas de vários níveis, desde o local até o mundial. A articulação entre diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial”.

A funcionalidade do território, portanto, é operacionalizada desde o local até o global – operando por meio das atividades da população e agentes que ocuparam

este espaço, e onde ocorrem as contradições – aqui especificamente, no processo mercantil da borracha (nativa).

Dessa forma, pode-se elencar algumas articulações ocorridas no território, como por exemplo, as relações comerciais entre os seringueiros, agentes mercantis e o mercado externo, levando em consideração as oscilações comerciais desse mercado; a globalização transformando os seringueiros em produtores para o mercado e as relações sociais com os indígenas. Além disso, a eleição do Governo da Floresta em 1999 (Jorge Viana – PT), que intercorreu com apoio basilar dos seringueiros.

Conforme Santos (2020, p. 259), esse território “[...] é a arena da oposição entre o mercado – que singulariza – com as técnicas da produção, a organização da produção, a “geografia” da produção e a sociedade civil – que generaliza – e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas”.

Desse modo, para a conceituação de território, no território vivido, a inseparabilidade entre a natureza, seu uso e interesses políticos se relacionam de forma intensa, conforme apontam os autores:

[...] quando quisermos definir qualquer pedaço de território, devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política. Dessa maneira, nos defrontamos com o território vivo, vivendo. (Santos; Silveira, 2020, p. 247).

Nesse sentido, para melhor compreensão do conceito de território, os vetores das horizontalidades e verticalidades possibilitam uma melhor compreensão do tema, em que as horizontalidades são denominadas ações solidárias entre homens e aquelas que são hierarquizadas, que são imposições dos sujeitos hegemônicos, denominadas de verticalidades, conforme Santos (2020).

A teoria das horizontalidades e verticalidades, desenvolvida por Santos (2020, p. 284), foi norteadora desta tese. Segundo o autor, as horizontalidades são “extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região”, ou seja, pontos integrados dentro de uma mesma espacialidade, enquanto as verticalidades são “pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia”.

As horizontalidades representam os pontos de produção em si enquanto as verticalidades abrangem outros momentos da produção, como a circulação, a distribuição e o consumo. As verticalidades produzem interdependências hierárquicas

dentro dos arranjos organizacionais entre regiões produtoras, por meio das ordens técnicas, financeiras e políticas, tendo as forças econômicas hegemônicas a serviço do Estado como agentes reguladores dessa hierarquia.

Nesses processos, há a atuação do que o autor caracteriza como forças centrípetas e forças centrífugas (Santos, 2020). As forças centrípetas agem no processo de horizontalização, resultantes dos processos econômicos e sociais que agem nas cidades e no campo, atuando como fatores de convergência. Já as forças centrífugas conduzem a um processo de verticalização, sendo fator de desagregação, com a atuação de fatores exógenos, como o comércio internacional e as demandas das grandes indústrias. Essas forças centrífugas prevalecem sobre as forças centrípetas, agindo nas mais variadas escalas.

Em síntese, é nesse campo de forças contraditórias entre a floresta / seringal e o mercado capitalista que opera o movimento mercantil da borracha. Surge como resultado de um conflito rural entre trabalhadores (seringueiros) e grandes proprietários, mas se desenvolve pela ação de agentes sociais que constroem identidades coletivas singulares como forma de aglutinação de forças em um espaço político próprio.

Ao acolher essa proposta, o território busca legitimidade em um campo político novo, o das demandas socioambientais, cada vez mais difíceis de ignorar, especialmente, quando resultam de pressões articuladas de forma simultânea em espaços nacionais e internacionais.

A Amazônia Sul Ocidental, onde se localiza o Vale do Acre:

Corresponde à vastas extensões, que permanecendo à margem das grandes rodovias implantadas no passado, são comandadas ainda pelo ritmo da natureza. É imensa a sua potencialidade não só em florestas, mas em disponibilidade de águas, a que se somam os recursos minerais. A socio diversidade é igualmente uma grande riqueza dessa região, que corresponde aos Estados do Amazonas, Roraima e maior parte do Acre. Mas são muito baixos os índices de renda *per capita* e de desenvolvimento humano. (Becker, 2009, p.155).

Portanto, para a Amazônia Sul Ocidental, o fato de conter em seu território borracha nativa de ótima qualidade, somado à ocorrência de processos históricos que originaram a formação dos municípios acreanos, foram fatores motivacionais para o processo de desenvolvimento socioeconômico da região.

Nesse contexto, Neves (2008, p.9) afirma que seringueiras, naturais da região, ficam em locais conhecidos como seringais,

Onde acontece o corte da seringueira para a extração da borracha. Os seringais eram lugares fechados e dominados pelos seus donos: os seringalistas. Eram eles que contratavam os seringueiros, os trabalhadores que moravam dentro da floresta cortando árvores e defumando a borracha, que era toda entregue ao seringalista em troca de mercadorias.

Os seringais são, assim, participantes não somente da formação geográfico-territorial do Vale, mas também das estruturas de mercado e da identidade cultural.

Nesse campo, de acordo com Silva (2005), em sua abordagem sobre a formação dos municípios acreanos e a compreensão do processo de formação do Estado, em particular do Município de Rio Branco, a identidade cultural é um dos fomentos da cadeia produtiva de valor, tendo em vista que se gera por meio da diversidade e das relações mercantis entre as regiões envolvidas.

Nessa mesma visão, Flores (2006) afirma que a identidade cultural pode ser usada como base para estratégias de desenvolvimento, e, conseqüentemente, estudar as relações e os componentes que estão na identidade cultural de uma região, mostrando-se como estratégia valiosa de mercado e reconhecimento.

Existe, portanto, à luz desta pesquisa, um enquadramento de formação, reprodução e transporte do componente, em que o ambiente rural, embora produtor, não se alinha ou se relaciona, diretamente com o consumidor final nos municípios e ou indústrias polo dentro do Vale, e fora dele, no caso específico da *Veja Fair Trade*, marca francesa de tênis sustentáveis, que utiliza o nome comercial *VERT* (verde em francês), empresa consumidora que, posteriormente, transforma (em Novo Hamburgo / RS) a borracha em tênis para exportação para o continente europeu.

De acordo com Santos (2020), os vetores das horizontalidades seriam expressos pelas ações locais que não possuem vínculos ou interesses de servir à lógica vertical, o que se configuraria como uma resistência a essas forças e normas rígidas impostas pela verticalidade.

Conforme o mesmo autor, os vetores das verticalidades seriam a expressão da união vertical entre os lugares em função das interligações e conexões produzidas pelas técnicas e tecnologias que se instalam a fim de atender à lógica de unificação do mercado global.

Perante essa complexidade, propõe-se a compreender o território do Vale do Acre, tomado como processo e produto da coabitação dialética de forças endógenas (vetores das horizontalidades) e exógenas (vetores das verticalidades) e respectivas dinâmicas lançadas no percurso de sua história, sobretudo, contemporaneamente.

Para alcançar este objetivo geral, estabelecemos três objetivos específicos:

a) Caracterizar a formação do território do mercado da borracha no contexto regional do Vale do Acre.

b) Investigar a relação entre os agentes mercantis e os seringueiros na construção do processo mercantil da borracha.

c) Analisar como os vetores das horizontalidades e verticalidades atuam no processo mercantil da borracha e na dinâmica de desenvolvimento do território pesquisado.

Nesta pesquisa, portanto, adotou-se um enfoque estritamente voltado para a borracha nativa existente na floresta Amazônica, no Vale do Acre. Nesse território, a produção de borracha desempenha um papel fundamental no desenvolvimento local.

Assim sendo, esta tese direcionou a sua atenção para os estabelecimentos familiares rurais, notadamente os seringueiros, os agentes mercantis e as cooperativas extrativistas que labutam nesse território, bem como as relações desses agentes com os diferentes aspectos do processo mercantil, incluindo os consumidores finais da indústria, e compreender como esses agentes se relacionam com as dinâmicas dos vetores horizontais e verticais no contexto da produção e comercialização da borracha nativa.

Portanto, visando contemplar os objetivos propostos, esta tese está constituída por quatro seções. A primeira – Introdução: nessa seção, apresentam-se as principais motivações e os objetivos da pesquisa que foi desenvolvida. A segunda seção, intitulada Interpretando o território do Vale do Acre: sistematização de conceitos, traduz o método do caminho investigativo, que, partindo das definições e conceitos de território e das horizontalidades e verticalidades, proporcionou encontrar a identificação das principais concepções da pesquisa. Essa seção foi basilar para responder o primeiro objetivo específico: caracterizar a formação do território do mercado da borracha, cuja análise efetiva é integralizada na seção 3.

A partir da compreensão de tais concepções, buscou-se analisar os seus encadeamentos, de modo a construir um arranjo conceitual que possibilitasse alcançar os conceitos mais específicos e instrumentais que permitissem uma análise acurada da realidade pesquisada. Buscou-se, assim, alcançar a elaboração de uma agregação de conceitos para a concretização da segunda seção.

Com essas acepções delineadas, tornou-se mais fácil abordar a Formação histórica do Estado do Acre e o contexto das dinâmicas socioterritoriais – seção 3.

Concluída a contextualização da formação do território em estudo, partiu-se para investigar: entre horizontalidades e verticalidades: o processo mercantil da borracha no Vale do Acre, seção 4, o campo empírico da pesquisa, que trata da dinâmica do desenvolvimento do território. Nessa seção, discute-se o atual estado das dinâmicas de desenvolvimento do território, horizontalidades e verticalidades, e seus limites diante de questões empíricas que emergem no contexto contemporâneo, e contém as explicações às indagações para o segundo e terceiro objetivos específicos, ao investigar a relação existente entre os agentes da cadeia em epígrafe, e posterior análise dos vetores em questão na dinâmica do território pesquisado.

Apesar da precípua relevância desta pesquisa em apurar as verticalidades e horizontalidades na construção do processo mercantil da borracha, a formação socioeconômica e socioespacial do território coadjuvam e elucidam a formação do território e o entendimento das contradições que ainda marcam o desenvolvimento do Vale do Acre: a demanda brasileira e mundial por borracha nativa e as ameaças para continuidade desta conjuntura no território – com o contínuo avanço da pecuária na Amazônia Ocidental.

Desse modo, as verticalidades e horizontalidades foram examinadas como duas dimensões teóricas significativas para a análise, essenciais para a compreensão da dinâmica territorial pesquisada.

2 INTERPRETANDO O TERRITÓRIO DO VALE DO ACRE: SISTEMATIZAÇÃO DE CONCEITOS

Nessa seção, realizou-se uma sistematização conceitual de território, aditada por recortes analíticos que facultam uma apreensão mais profunda acerca desta temática, além de apresentar considerações teóricas advindas de Milton Santos, cuja solidez enriqueceu sobremaneira o escopo investigativo desta tese. A presente análise alicerça-se em considerações teóricas pertinentes e explora a aplicabilidade dos conceitos de horizontalidades e verticalidades, os quais mostraram-se extremamente relevantes para o objeto desta tese, a saber, a interpretação do território do Vale do Acre – AC.

Estruturou-se a seção em duas subseções: a primeira apresenta nossa argumentação sobre território, com recortes analíticos – categorias de análise, escalas de totalidade - e teóricos para, posteriormente, sustentar os conceitos apresentados na segunda subseção: as horizontalidades e verticalidades.

2.1 Conceitualização de território

A compreensão do território proporciona entendimento para interpretar o funcionamento e as relações existentes entre os agentes pertencentes a ele e os diversos elementos interligados, assim como os períodos históricos relevantes que o impactaram e modificaram ao longo dos tempos.

Para uma percepção mais aprofundada do Vale do Acre, o conceito de território é precípuo, pois sua dinâmica e conformidade aos parâmetros estabelecidos são concebidos como instrumentos úteis para compreender as diversas maneiras de apropriação do território, seu uso e ocupação.

A cognição de território pode ser abordada a partir de seus aspectos econômicos, políticos, culturais ou de uma combinação entre eles, sendo influenciada pela perspectiva teórica adotada por cada autor ao explicar o funcionamento de um espaço em processo de constituição, ou constituído.

Nesse contexto, uma diversidade de autores contemporâneos oferece suas conceitualizações sobre o território, destacando-se entre eles Milton Santos (2020) e Henry Lefebvre (1953), que abordam esse conceito em suas obras; David Harvey (2005), por sua vez, enfatiza a interligação entre espaço, capital e relações de poder,

analisando como a lógica capitalista molda o território; Claude Raffestin (1993) argumenta que o território não se limita a uma dimensão física, mas é um conceito abrangente que engloba relações de poder e aspectos sociais específicos de cada território.

Cumprir destacar que, nesta pesquisa, empreendeu-se uma ampla revisão bibliográfica, abarcando uma pluralidade de obras relevantes concebidas por autores reconhecidos. Entretanto, seu escopo primordial repousa sobre os pilares sólidos das contribuições intelectuais advindas de Milton Santos, conferindo-lhe, assim, um referencial teórico fundamental que permeia a essência desta pesquisa, e, portanto, a partir de suas perspectivas que se iniciou a conceitualização do território.

Sendo assim, aprofundar-se na perspectiva do autor é relevante para lançar luz sobre as complexidades do território e promover um estudo consistente e enriquecedor ao desvelar-se um horizonte de possibilidades que contribuiu significativamente para a análise dos desafios enfrentados pelo território pesquisado.

A contextualização proposta por Milton Santos faculta uma definição de território que se alinha perfeitamente à contemporaneidade. Sob a ótica do autor, compreende-se que o território é um ente vivo, em constante mutação e interação, onde se desenrolam as dinâmicas de identidade coletiva e as intrínsecas disputas de poder.

Assim, na subsequente contextualização de Santos (2000, p. 96-97), torna-se factível entrever, sob a perspectiva do autor, uma definição de território relevante para o panorama atual:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre as quais ele flui. Quando se fala em território, deve-se, pois de logo, entender que se está falando de território usado, utilizado por uma determinada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem.... A ideia de tribo, povo, nação e, depois de Estado Nacional decorre dessa relação tornada profunda.

O conceito de território delineado por Santos se revela como um elemento crucial na compreensão das dinâmicas que permeiam a vida em sociedade. O território não é um mero espaço físico, mas sim, um contexto em que se desenrolam as trocas materiais e espirituais, as relações de trabalho, a construção de identidades coletivas e, por conseguinte, de entidades políticas, tribos, povos e nações.

A interação entre a população e o espaço que habita é o que forja e define as características peculiares de cada território, tornando-o singular e portador de uma identidade própria. Essa relação de reciprocidade, na qual o território desempenha um papel ativo, tanto na sua conformação quanto na sua influência, reflete a complexidade e a importância intrínseca desse conceito nas sociedades contemporâneas.

Sob a luz das contribuições de Santos, emerge a relevância de considerar o território como uma manifestação dinâmica da vida social, capaz de refletir a história, a cultura e a identidade das comunidades que o habitam, pois o território em si não é só um mapa vazio e desenhado de forma aleatória. Não é apenas território como medida de terra. É formado por pessoas, por seres humanos, por um contexto histórico, por saberes e práticas seculares.

O território incorpora a apropriação do espaço pela ação social, econômica e cultural de diferentes agentes da sociedade. A apropriação e uso do espaço territorializa-o de acordo com o jogo de poder existente entre os agentes que atuam no espaço. Ao apropriar-se do espaço, física ou simbolicamente, o agente exerce poder e por meio das relações estabelecidas, acaba construindo o território.

Neste contexto analítico, torna-se pertinente reiterar as concepções previamente expostas acerca do território proposto por Santos, destacando-se sua relevância para o entendimento do tema em questão:

O território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas de vários níveis, desde o local, até o mundial. A articulação entre as diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial. Se a nossa preocupação é a de reconhecer tais articulações (inclusive as articulações extra locais, nacionais e mesmo internacionais) e seus diversos níveis, a preocupação essencial deve ser a de trabalhar sobretudo com as variáveis que nos dão tais articulações. Variáveis e processos. Mas é preciso não esquecer que a unidade espacial de trabalho é, aqui, o que se convencionou chamar de região produtiva. Defini-la, pois, vai exigir o reconhecimento das suas relações internas e relações externas mais importantes. Na verdade, aliás, relações internas e relações externas não são independentes. (Santos, 2020 a, p. 96).

Percebe-se, assim, que o território é formado por frações funcionais interligadas por fluxos resultantes de atividades e demandas locais e globais. Para a análise adequada, é fundamental compreender as relações internas e externas da região produtiva, reconhecendo sua interdependência.

Portanto, para investigar um espaço geográfico de coabitação diverso, precisa-se entender alguns fatores presentes no meio, tais como: econômicos, sociais, climatológicos, demográficos, formação do solo, e ainda, as frações que articulam o processo, como aponta Santos (2020), que particularizaram o espaço em delineamento.

Conforme o autor argumenta, quando uma instituição ou grupo atua em determinada fração ou território, em dado momento, é imprescindível considerar não apenas os elementos materiais presentes, mas também as dimensões humanas e suas interações. Portanto, é fundamental compreender e respeitar o conhecimento local, suas particularidades e nuances, uma vez que esse conhecimento é construído ao longo do tempo, por meio de tradições, hábitos e valores dos residentes e migrantes que ocuparam o espaço.

Assim sendo, o saber local se nutre do cotidiano e serve como base para a formulação de políticas, emergindo a partir do conhecimento dos sábios locais. Não é adequado impor modelos preestabelecidos para compreender um determinado território. Em vez disso, o que se pode oferecer é uma profunda reflexão no próprio contexto local.

Nessa conjuntura, Milton Santos (2020 b) enfatiza de forma apropriada que a força do território decorre do que pode aparentar ser trivial no espaço. De maneira dialética, para compreender essa realidade no espaço aparentemente comum, é necessário considerar todas as contradições existentes nele.

A busca de tal entendimento encontra na história o ponto de partida para entender a realidade do território e sua dinâmica na produção do próprio espaço no contexto da sociedade objeto de pesquisa, conforme será abordado na seção subsequente.

Tal abordagem auxilia a compreender as complexas relações de poder presentes no território, as quais justificaram sua delimitação em determinados momentos históricos, bem como suas transformações e adições ao longo do tempo (Sturmer; da Costa, 2017). Além disso, também permite analisar suas interconexões com diversas ocorrências relativas às formas de apropriação, uso e ocupação do território, estabelecendo correlações entre o uso dinâmico do lugar, conforme apresentado por Santos (2020), e o território usado.

A compreensão pelos agentes territoriais da força proveniente desse espaço configura um impulso estrutural de suma importância para viabilizar a promoção do desenvolvimento regional de maneira factível.

Após a explanação das análises de Milton Santos² (2000), adentrou-se em perspectivas de outros autores, entre eles Raffestin, que se destacou como um dos precursores na investigação do conceito de território.

Raffestin (1993) apresentou, de maneira perspicaz, sua perspectiva concernente ao espaço geográfico, bem como a sua intrínseca conexão com o território, conforme comprovado a seguir:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A abordagem de Raffestin (1993) sobre o território enfatiza sua natureza relacional, dinâmica, destacando as práticas de poder e as relações sociais que acontecem em um determinado espaço geográfico. Além disso, Raffestin reforça que o território não é estático, mas um espaço em constante mudança.

A prática de poder, as relações sociais e as dinâmicas de interação são relevantes para a compreensão do território.

Algumas semelhanças se apresentam em Raffestin e Haesbaert, como se percebe nas relações de poder, pois destacam a prática deste poder e as rotinas de dominação; e na dimensão relacional do território, ambos reconhecem o território como um espaço de interações sociais, sendo relevantes para a construção, mudanças e transformações do território.

Haesbaert (2021) se desvela em debater o conceito de diferentes territórios. O autor propõe agrupá-los sob quatro aspectos fundamentais: 1) política (relações de poder generalizadas) ou jurídico-política, em que o território corresponde a um espaço delimitado e controlado e por meio do qual determinado poder é exercido; 2) simbolismo cultural, em que o território é entendido como produto da apropriação / valorização simbólica e subjetiva de um grupo em relação ao espaço vivido; 3) econômica, em que o território aparece como fonte de recursos, de forças produtivas,

² Enquanto autor norteador desta pesquisa, suas análises e considerações perduram para além da exposição das perspectivas dos demais autores acerca do território, permanecendo imanentes ao longo de todo o prosseguimento desta tese.

e/ou integrado no confronto entre classes sociais e na relação capital-trabalho; 4) naturalista, baseado na ideia de território baseado na relação entre sociedade e natureza e no comportamento natural do homem em relação ao seu meio físico.

Para Haesbaert (2021), o território é uma categoria geográfica que envolve aspectos materiais e imateriais da relação entre espaço e poder, criticando o mito da desterritorialização, que seria o fim dos territórios na era da globalização, e propõe o conceito de multiterritorialidade, ou seja, a coexistência de diferentes formas de apropriação e identificação com o espaço.

Dessa maneira, é possível gerar uma concepção de território com dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico-políticos. É também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos de um lugar.

Souza (2001) atribui a conceitualização de território na abordagem política e cultural. Para Santos (1994a), a conceituação é externa a ele, e será definida com base em sua periodização.

Portanto, pode-se perceber que há diferentes abordagens para a conceitualização de território, que consideram tanto aspectos políticos e culturais como também as relações de poder, a apropriação do espaço e a dinamicidade das identidades territoriais. A referência a Santos (1994b) indica que o autor aborda o território de uma forma mais contextualizada e temporal.

O território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e uma população (demografia) e, assim, estão dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação - territorialização - enseja identidades – territorialidades - que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (Bourdieu, 1989). Estamos longe, pois, de um espaço-substância e, sim, diante de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização. (Porto Gonçalves, 2002, p. 229-230).

Assim sendo, percebe-se que Porto Gonçalves apresenta uma perspectiva complementar, afirmando que o território não é apenas uma substância física com recursos naturais e população, mas sim uma categoria consistente que implica um espaço propício, onde podem acontecer dinâmicas mutáveis no território, por meio da vinculação que se apresenta entre território, territorialidade e territorialização.

Segundo Souza (2001), o território não pode ser compreendido simplesmente como uma dimensão física delimitada por fronteiras geográficas, mas como uma construção social que envolve relações de poder, apropriação e representações simbólicas. Esse poder, não é somente do Estado, e não se refere à violência e dominação. Argumenta que o território é produzido e transformado por diferentes atores sociais, sejam eles indivíduos, grupos, instituições ou Estados, que contestam o controle e a influência em determinados espaços.

Dessa maneira, podemos depreender que tanto Porto Gonçalves (2002) como Souza (2001) destacam a importância das relações sociais, poder e dinamismo na compreensão do território, embora abordem diferentes aspectos e ângulos dessa questão.

Assimilar as dessemelhantes abordagens conceituais sobre o território facilita a sua compreensão, e os posicionamentos destes pesquisadores foram incorporados à tese, sendo possível perceber que o poder é um fator determinante na constituição do território.

Sendo assim, tal perspectiva converte-se em um contexto que oportuniza a ocorrência da dialética no território, firmada mediante um controle local da parcela técnica da produção e um controle remoto (global) da parcela política da produção. Dessa maneira, existe um conflito que se agrava entre um espaço local e um espaço global, este último com um conteúdo ideológico de origem distante, que chega a todos os lugares (Santos, 2020).

Para ser compreendido, este antagonismo demanda uma interpretação do território – e não apenas ser considerado como uma variável de descrição das diferenças na repartição econômica.

A interrogação mais forte acerca do território é a que procura compreender a genealogia dos processos socioeconômicos: por que razão se gera ali, e não em outro ambiente? Isso implica uma epistemologia do território. Rejeita-se a visão organicista que vê os territórios como derivações, subprodutos, de ordem imanente e se entende que se deve olhar para as sociedades (Reis, 2002).

Dessa maneira, a partir da concepção teórica e metodológica que fundamenta todas as formulações não conservadoras, nota-se que o território é encarado com uma construção social. Nesse contexto, volta-se à análise dos conflitos estruturados e das contendas travadas em torno desse ambiente construído pela sociedade.

É interessante observar que essa perspectiva pode ser aplicada para compreender os conflitos que ocorreram na extração da borracha (nas duas fases) no Vale do Acre, conforme mencionado no estudo de Abramovay (2000).

Assim, a dimensão territorial desse contexto tem despertado crescente interesse entre cientistas sociais, pois ambos os enfoques convergem na compreensão de como o espaço geográfico é formado e influenciado pelas interações humanas e os conflitos inerentes ao seu estabelecimento e consolidação, pois:

A ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico (Abramovay, 2000, p. 06).

A seguir, Abramovay (2000) enfatiza que a economia tem dedicado significativa atenção aos aspectos temporais, considerando as diversas fases econômicas do desenvolvimento. No contexto específico abordado, destacam-se as fases da borracha, que ocorreram tanto localmente como globalmente. Além disso, o território em questão apresenta uma profusão de diversidades, o que demanda, portanto, uma abordagem distintiva e mais aprofundada.

Em busca de fomentar o desenvolvimento regional no território, é imprescindível conceder a devida atenção à abrangência desse processo. Nesse sentido, faz-se necessário aprofundar o conhecimento específico acerca do território em questão, identificando minuciosamente suas potencialidades. Ademais, torna-se essencial instituir mecanismos de coesão social capazes de unir a população em prol de objetivos comuns.

Nessa perspectiva delineada por Abramovay sobre a economia e as fases de desenvolvimento, evidencia-se uma perfeita consonância com a demanda por uma abordagem aprofundada e diferenciada para o território. Com sutileza, busca-se impulsionar o crescimento e favorecer a coesão social na região em referência, com o objetivo último de promover o desenvolvimento regional, como aponta Etges (Etges, 2001, p. 9):

Para promover o desenvolvimento regional no contexto da realidade atual é preciso estar atento à dimensão horizontal do processo, conhecer, em profundidade a região em questão, identificar suas potencialidades e construir instrumentos de coesão social em torno de propósitos comuns à população envolvida. Além disso, é preciso criar formas de representação da vontade da maioria, identificada a partir da participação de todos, para permitir que

uma nova forma de gestão do território possa ser gestada. Mas, acima de tudo, é preciso instalar governos comprometidos, não com a dimensão vertical do processo, expressa no famigerado “leilão do território”, cuja manifestação mais conhecida no país é a chamada “guerra fiscal”, e sim com a dimensão horizontal do processo, com o olhar voltado para dentro do território, identificando e fomentando as reais potencialidades do mesmo, e a partir daí projetá-lo para fora, para o contexto do mundo globalizado.

Etges (2001) ressalta a importância de uma abordagem centrada no território, levando em consideração suas características e potenciais, e que promova a participação e representação da população. Ao adotar-se tais princípios, torna-se imprescindível um olhar sensível e respeitoso diante da diversidade amazônica, reconhecendo suas nuances como elementos-chave para a formulação de políticas que visem ao desenvolvimento regional.

Essa abordagem, pautada na sensibilidade e no conhecimento científico, respeitando as realidades locais, é importante para garantir a preservação dos recursos naturais, fortalecer as comunidades e construir um futuro mais harmonioso para a região. Com isso, atuar-se-á de forma comprometida com a gestão do desenvolvimento local, valorizando as potencialidades territoriais, em vez de privilegiar interesses externos ou práticas predatórias no território.

Tal abordagem valoriza as realidades locais e se conecta com a visão de Milton Santos sobre o funcionamento do território. A compreensão abrangente das dinâmicas territoriais, resultante da análise das horizontalidades e verticalidades, reforçam a importância de preservar recursos naturais, fortalecer comunidades e promover um futuro equilibrado para o território, pois esses vetores em conjunto proporcionam uma compreensão abrangente das dinâmicas territoriais.

As horizontalidades estão presentes no território usado e no saber local, enquanto as verticalidades se manifestam nas formas de conteúdo e nos eventos que configuram o território em diversas escalas. Essa relação contraditória entre ambos os aspectos é essencial para uma visão completa e aprofundada do território.

Assim, por meio dessas categorias analíticas subsequentes, emerge uma abordagem multidimensional, enriquecedora da compreensão das intrincadas complexidades e contradições que permeiam o espaço geográfico e suas interações com a sociedade.

2.1.1 Categorias de análise do território

As categorias de análise propostas por Milton Santos (1999) são ferramentas conceituais que nos permitem examinar e entender os elementos e processos que configuram o espaço geográfico em diferentes níveis de análise.

Santos (1999) aborda a categoria de análise chamada de evento, uma noção recente em seu vocabulário e que considera como sua contribuição mais significativa.

Essa categoria possibilita a união entre mundo e lugar, história passada e história em construção, futuro e espaço, antes não percebidos como uma totalidade única. O termo tempo-espaço é utilizado para representar essa união, porém, Santos (1999) propõe que somente é possível compreendê-lo a partir da ideia de evento, que reúne tempo e espaço numa única categoria.

O autor argumenta que o tempo empírico, que contém um componente empírico, é fundamental para unir tempo e espaço, pois está intrinsecamente ligado à sua historicidade e realização histórica e geográfica. Esse tempo empírico deriva da existência de possibilidades concretas, permitindo a construção de uma história já feita ou uma história a ser realizada.

A utilização do conceito de periodização é crucial para trabalhar com esse tempo empírico, uma vez que é impraticável lidar com momentos fugazes em nosso cotidiano, trabalho científico ou político. Essa abordagem considera o tempo empírico como um conjunto de possibilidades, tanto as que já foram utilizadas quanto as que serão utilizadas.

A forma conteúdo representa a materialização do espaço, incluindo as relações sociais e econômicas presentes, sendo responsável pela organização estrutural do território, delimitando e articulando suas partes.

Milton Santos (2020 b) discute a categoria de análise forma-conteúdo, onde a sociedade não pode ser analisada como uma entidade isolada, mas, sim, considerando suas diferentes formas-conteúdo, que são dotadas de inércia dinâmica.

Desta maneira, a realização do País ocorre por meio dessas formas-conteúdo específicas, que são moldadas pelas dinâmicas da sociedade em determinados períodos.

A periodização é importante para entender como a sociedade se realiza ao longo do tempo, e isso está relacionado à ideia de acontecer solidário, que permite reconstituir o território por meio de mosaicos de eventos solidários.

Santos (2020 a) também destaca que o meio geográfico possui conteúdos em técnica, ciência e informação que influenciam diferentes formas de ação de acordo com suas densidades respectivas.

Ademais, merece destaque a diferenciação entre o espaço econômico e o espaço banal, assim como a concepção das dimensões de horizontalidade e verticalidade nas interações espaciais na época da globalização.

Porém, críticas são feitas ao planejamento que negligencia a abrangência dos atores e instituições envolvidas no espaço, ressaltando a relevância da noção de horizontalidades para uma interpretação mais ampla e contextualizada dos fenômenos geográficos.

O território usado refere-se ao espaço geográfico que é apropriado, ocupado e transformado pelas atividades humanas. Nessa categoria, consideram-se os diversos usos do território, como agricultura, extrativismo, moradia, indústria e comércio, e como esses usos são organizados e influenciam as dinâmicas espaciais.

Milton Santos (2000), ao discorrer sobre a categoria saber local, destaca a importância do conhecimento enraizado nas realidades cotidianas dos territórios, contrapondo-o ao saber especializado e globalizado dos especialistas internacionais.

Esse saber local, enriquecido pelas vivências diárias, desempenha um papel crucial na formulação de políticas e merece ser devidamente valorizado, por ser genuína fonte de embasamento para a produção política, refletindo a sabedoria dos sábios locais.

O contexto das cidades, com atividades complexas e questões políticas emergentes, impulsionadas pela demanda rural, enfatiza a necessidade de um saber local que compreenda a intrincada relação entre espaço e política, conectando o rural e o urbano.

Essa sabedoria acumulada pelas comunidades locais ao longo do tempo, transmitida de geração em geração, baseia-se na experiência e na relação das pessoas com o ambiente, incorporando práticas tradicionais, culturais e tecnológicas adaptadas às condições locais.

A respeito dessa sabedoria acumulada pelas comunidades locais, é relevante considerar a compreensão da totalidade – escalas de Milton Santos. A interação desses elementos com a compreensão da totalidade do território amplia a perspectiva e a importância dessas heranças locais para a construção de uma sociedade sustentável.

2.1.2 Compreensão da totalidade

Em uma circunstância em que o local é a escala que engloba a totalidade do cotidiano, é essencial apreender a inter-relação entre o espaço geográfico, o território utilizado e o próprio lugar. Nesse contexto, desenrola-se a dialética das horizontalidades e verticalidades, onde as vivências das pessoas se entrelaçam de modo recíproco com as peculiaridades locais e as influências de caráter global, criando um mútuo efeito entre elas.

Para Milton Santos (2020 a), compreender a totalidade requer a análise em três escalas distintas. A primeira refere-se à totalidade mundo ou do modo de produção, representada pelo espaço geográfico. A segunda escala abrange a totalidade da formação socioespacial, relacionada ao território utilizado. Por fim, a terceira escala diz respeito à totalidade do cotidiano, o local em que os elementos convergem e mesclam em concordância.

O espaço geográfico é uma instância social formada por fluxos, configurações espaciais e dinâmicas sociais, sistemas de ações. Este espaço deve ser compreendido a partir das formas e dos conteúdos – estruturas, processos e funções. Essa totalidade é compreendida pelo processo de circulação – produção, distribuição, troca e consumo.

Sendo assim, o espaço geográfico está relacionado com o território usado, assim como o modo de produção está relacionado com a formação socioespacial.

A totalidade da formação socioespacial, se refere ao espaço, que não é apenas uma mera localização geográfica, e sim um resultado socialmente construído, em que as definições sociais e espaciais se relacionam mutualmente, sendo necessário compreender as práticas espaciais dos indivíduos e grupos sociais, ou seja, como as pessoas vivenciam e utilizam o espaço de acordo com suas necessidades e interesses.

O lugar - não está restrito à dimensão cultural ou simbólica do espaço, pois “cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais” (Santos, 2020, p. 314). Dessa forma, cada lugar possui características distintas que o tornam único, com suas particularidades que conferem identidade a um determinado espaço.

Os conceitos centrais para análise e conhecimento do espaço geográfico, segundo Santos (2020a) - forma, função, estrutura, processo e totalidade são as

principais categorias que devem ser consideradas para reflexionar este espaço, com a sociedade em seu cerne.

Esses conceitos centrais podem ser usados como categorias primárias na compreensão da organização espacial, mas, ao longo do tempo, deve-se acrescentar a ideia de processo, como aponta Santos, agindo e reagindo sobre os conteúdos desse espaço.

A totalidade, para Milton Santos (2020a), é a realidade em sua plenitude, que está em permanente movimento, e envolve uma visão ampla e integrada do espaço geográfico, considerando-se as interações e múltiplas dimensões que o compõem, e se apresentando como ferramenta conceitual para analisar os diferentes aspectos do espaço geográfico.

De acordo com Santos (2020a), a forma é o aspecto visível, exterior de um conjunto de objetos, uma estrutura revelada:

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição dos fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. [...] A forma pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar seu passado, este continua a ser parte integrante das formas. (Santos, 2020 a, p. 69).

A forma é responsável por evidenciar uma fração da totalidade, reagente às materializações das relações no espaço e tempo que podem ser analisadas no território.

A forma, então, é configuração territorial – as infraestruturas que são usadas pelas dinâmicas territoriais – os agentes (firmas, instituições e pessoas) externos e internos do mercado e do Estado.

A relação entre função e forma é intrínseca, sendo a função a atividade básica que a forma assume. A função implica uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa ou instituição.

Diante do exposto, torna-se evidente que a função está diretamente relacionada com sua forma; portanto, a função é atividade elementar de que forma se reveste. Esta última pode ou não abranger mais de uma função. A estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade e mudança) (Santos, 2020 a, p. 69).

A estrutura refere-se a um padrão espacial, à maneira como as partes do todo estão inter-relacionados. O processo é definido como uma ação que realiza continuamente, em busca de um resultado, importando em tempo e mudança.

Evidencia-se, dessa maneira, a existência de uma relação intrínseca entre processo e território, destaque para os processos decorrente do território, que influenciam e são influenciados pela organização e apropriação do espaço pelos diferentes agentes presentes. Compreender essa relação é fundamental para analisar as transformações territoriais contemporâneas e para melhor entendimento das dinâmicas espaciais com profundidade.

Após explorar a essência das conexões entre processo e território, ganha proeminência a argumentação teórica dos vetores das horizontalidades e verticalidades. Tais vetores expressam as direções e orientações das relações e das interações sociais que se desdobram no território. Em tal contexto, a análise das horizontalidades e verticalidades tornou-se essencial para desvendar a trama dos fluxos, das práticas sociais e das hierarquias que permeiam o território. A compreensão profunda desses vetores revela, portanto, a dinâmica subjacente que modela as territorialidades e a construção identitária dos agentes presentes no território.

Por fim, compreender a complexidade do território é essencial para uma visão mais abrangente da sociedade e suas dinâmicas. O conceito de território proposto por Milton Santos fornece ferramentas para analisar a relação entre ação humana, poder, identidade e transformações no território, assim como compreender as dinâmicas territoriais e a complexidade das relações entre os agentes presentes e seus vínculos horizontais e verticais processados no território.

2.2 Argumentação teórica dos vetores das horizontalidades e verticalidades

Buscou-se examinar esses dois vetores no território do Vale do Acre destacando a predominância de relações com maior simetria às correlações regionais da cadeia produtiva da borracha, entre os vetores e o território pesquisado.

Santos evidencia o funcionamento do território por meio de horizontalidades (lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e das verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais).

Os vetores são condutores intermediários que possibilitam ocorrências regionais e internacionais, desejadas ou não pelos moradores locais, exercendo influência por meio dos agentes hegemônicos da economia e da política.

Milton Santos (2020b), na sua obra “A natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção”, realiza um apanhado das categorias: horizontalidades e verticalidades, no qual a primeira se encaminha ao encontro de uma definição tradicionalmente aceita na geografia regional, isto é, pontos contínuos e contíguos no espaço que se agregam sem descontinuidade.

Segundo Santos (2020b), a racionalidade hegemônica global se apresenta como uma ideologia comandada pelos atores hegemônicos do capitalismo, sobretudo as grandes empresas. Essa racionalidade é transmitida para a sociedade pelas verticalidades, que se espacializam no território como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos, e que estão profundamente adequados às tarefas produtivas hegemônicas. Nas verticalidades, predomina o tempo rápido/universal, e os interesses corporativos se sobressaem sobre os interesses públicos.

É, portanto, analisando a nova realidade engendrada por obra do processo de globalização, vista por Santos (2020b) como um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, que ele propõe dois novos recortes analíticos do território: verticalidades e horizontalidades.

O sistema de produção que se serve das verticalidades é constituído por redes, que estão a serviço daqueles agentes que, de fora da área, determinam as modalidades internas de ação nos lugares, organizando o trabalho de todos os outros agentes. As decisões essenciais, concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes, tendo como consequência a alienação das pessoas presentes nos lugares (Santos, 2020b).

Para Santos (1999), a dimensão horizontal corresponde às atividades e ações que possibilitam a estruturação da vida social: os lugares podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, suscetível de criar normas locais, normas regionais que acabam por afetar as normas nacionais e globais. Justamente, as redes de solidariedade fomentam a coesão social como resposta à marginalização e à exclusão, alternativa às políticas setoriais e ao processo de globalização que, muitas vezes, não atendem aos interesses de desenvolvimento articulado de determinado território ou região.

Para Santos (1999, p. 227), as verticalidades são “vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado”, segundo uma ordem que impõem para o seu próprio proveito. O mesmo autor associa as relações verticais com as chamadas forças centrífugas, que tendem a se afastar do centro (território em que se instalam), no sentido de que somente ali permanecem enquanto dali puderem extrair vantagens não alcançadas em outros territórios. Por essas razões, elas são consideradas como movimentos geradores de desagregação e fatores de divergência, tendendo a engendrar processos de verticalização.

Segundo Santos (1999, p. 227), “as horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contra finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta”.

Se as relações verticais se associam às forças centrífugas, as relações horizontais se associam às forças centrípetas, pois tendem ao centro (ao próprio território) e, por isso, se constituem como movimentos de agregação e fatores de convergência e de solidariedade, tendendo a engendrar processos de horizontalização.

De acordo com Santos (2020b p. 284),

Nas atuais condições, os arranjos espaciais não se dão apenas através de figuras formadas por pontos contínuos e contíguos. Hoje, ao lado dessas manchas, ou por sobre estas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. As segmentações e partições presentes no espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes. De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades. O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. É a partir dessas novas subdivisões que devemos pensar novas categorias analíticas. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica, politicamente e geograficamente.

E a segunda – verticalidades - seria resultante das transformações produtivas aceleradas pela globalização.

As verticalizações seriam a expressão da união vertical entre os lugares em função das interligações e conexões produzidas pelas técnicas e tecnologias que se instalam a fim de atender à lógica de unificação do mercado global, ou seja, a verticalização funcionaria em prol de um projeto capitalista unificado. Esta se encontraria circunscrita por normas rígidas de funcionamento, tendo como principal beneficiário as grandes corporações globais e os grandes conglomerados industriais.

As horizontalidades seriam expressas pelas ações locais que não possuem vínculos ou interesses em servir à lógica vertical, ou seja, as lógicas do “aconchego”.

A horizontalidade é, sobretudo, a liberdade e o poder de expressão da sociedade, isto é, onde se depositariam as possibilidades de um vir a ser, de um realizar-se, que resultaria numa busca por reivindicações que podem vir a se opor às contingências do espaço comum, no espaço da horizontalidade.

No Quadro 1, apresentam-se os principais atributos das horizontalidades e verticalidades.

QUADRO 1: Atributos – horizontalidades e verticalidades

HORIZONTALIDADES	VERTICALIDADES
São espaços formados pela contiguidade, não há seletividade, com formas de convivência e relação criadas a partir do próprio território;	Se caracterizam pela ação dos atores hegemônicos em redes, que visam a eficácia e a homogeneização do espaço;
São zonas que formam extensões contínuas, formas de convivência e regulação que se mantêm no território a despeito da vontade de homogeneização típica das verticalidades;	São relações que se estabelecem a partir de lógicas externas ao lugar, como corporações transnacionais ou organismos internacionais;
Dão-nos o espaço banal, o espaço da vida, do cotidiano compartilhado por todos;	Promovem adaptação das formas e das normas nos locais de inserção criando uma ordem diferente da local;
Constituem-se da força de ligação da continuidade territorial e da manutenção dos valores historicamente construídos;	Denominam espaço dos fluxos, a paisagem eficaz, o reino do cálculo, o domínio da racionalidade cega e triunfante;
Integração e conexões;	Relações de poder e hierarquia;
Fluxos e interações (espaço).	Dominação e desigualdade (espaço).

Fonte: elaboração do autor, adaptado de Santos (2020).

A análise apresentada no Quadro 1 permite compreender que as relações verticais e horizontais são duas perspectivas distintas de interação e organização do território. Enquanto as verticalidades estão relacionadas à dominação, desigualdade e imposição de lógicas externas, as horizontalidades promovem a integração, conexões e valorização dos aspectos locais. Essas abordagens evidenciam a importância de considerar tanto as dimensões verticais quanto horizontais no estudo

e na formulação de políticas territoriais, visando um desenvolvimento mais equitativo, sustentável e inclusivo.

2.3 Sistematização conceitual – horizontalidades e verticalidades

A sistematização conceitual das verticalidades proposta por esta tese envolve a organização e a compreensão dos conceitos elaborados por Milton Santos (2020 b) e organiza as principais características das horizontalidades e verticalidades de acordo com a perspectiva do autor, pois estas concepções são determinantes para perquirir as dinâmicas e relações de poder vigentes no território.

Com a sistematização do par dialético conceitual de horizontalidades e verticalidades, conseguiu-se consolidar, nesta tese, os conceitos em dois eixos: análises das verticalidades e horizontalidades presentes no processo mercantil da borracha no território investigado.

Em função dessa contradição entre diferentes lógicas de uso do território na região, uma voltada à atividade extrativista – extração de látex - e outra fortemente inclinada ao avanço da pecuária, que buscou-se neste par conceitual, elaborado por Milton Santos (2020b): as verticalidades e as horizontalidades para metodizar os conceitos reproduzidos pelo autor, relacionando-os de forma aplicada ao tema desta tese.

Primeiramente, para melhor compreensão dos significados de horizontalidade e verticalidades, é fundamental sistematizar os conceitos desenvolvidos pelo autor.

Sendo assim, a concepção dos conceitos das horizontalidades está associada à noção de conexões horizontais contínuas e próximas. Em contraste, a verticalidade diz respeito a hierarquias, a desigualdades, à dominação e ao exercício de poder.

O Quadro 2 sistematiza as principais características e diferenças entre os dois vetores pesquisados, segundo a perspectiva de Milton Santos (2020b). Destaca-se que as horizontalidades se baseiam na convivência e relação no próprio território, enfatizando a integração e valores históricos, enquanto as verticalidades estão associadas à ação de atores hegemônicos em busca de eficácia e homogeneização do espaço, com ênfase na dominação, na hierarquia e na necessidade de normas rígidas para manter a ordem estabelecida.

QUADRO 2 – Sistematização conceitual das horizontalidades e verticalidades

Vetores Conceitos	Horizontalidades	Verticalidades
Características	Convivência e relação no próprio território	Ação dos atores hegemônicos em redes
Espaço	Contiguidade, sem seletividade	Busca por eficácia e homogeneização do espaço
Interação	Integração e conexões entre pessoas e comunidades	Lógicas externa ao lugar (corporações transnacionais, organismos internacionais).
Valores	Continuidade e manutenção de valores históricos	Adaptação de formas e normas, criação de uma ordem diferente
Relações de poder	Ausência de dominação e desigualdade	Dominação, hierarquia e desigualdade
Normas	Socialmente construídas e vivenciadas sem imposições	Normas rígidas para manter a união vertical / impositivas.

Fonte: elaboração do autor, baseado em Santos (2020b).

De acordo com Milton Santos, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas (Santos, 2020b).

Essa perspectiva de Santos ressalta a natureza desigual e hierárquica das relações de poder presentes no processo de modernização, evidenciando a necessidade de uma análise crítica das estruturas e poder e da busca por alternativas mais equitativas e sustentáveis.

Santos (2020b) utilizou, principalmente, as contribuições teóricas de autores como o geógrafo holandês De Jong (1962), o sociólogo russo Sorokin (1964) e o filósofo francês Lefebvre (1953) para o entendimento das horizontalidades e verticalidades abordadas na perspectiva do autor, que contextualizaram historicamente a sistematização apresentada no Quadro 2.

O geógrafo holandês De Jong (1962) destacou a importância da proximidade geográfica e das interações locais para a formação de redes horizontais de contiguidade. Enfatizou que as conexões entre lugares próximos são fundamentais para a compreensão das dinâmicas espaciais e das relações sociais que se desenvolvem no território.

Sorokin (1964) explorou a ideia de desigualdades sociais e hierarquias presentes na sociedade, relacionando-as às estruturas de poder e dominação. Essa abordagem permitiu a Santos compreender as verticalidades como expressões de poder, desigualdade e dominação no espaço geográfico. Santos reconheceu que as relações verticais estão associadas a estruturas hierárquicas e relações de poder que moldam a organização e distribuição espacial.

O filósofo francês H. Lefebvre (1953) contribuiu para a compreensão de Milton Santos sobre as horizontalidades e verticalidades ao explorar a dimensão política do espaço.

Lefebvre (1953) destacou a importância das práticas sociais, da apropriação do espaço e das relações de poder na construção do território. Ele enfatizou a necessidade de uma análise crítica das estruturas de poder e da busca por uma nova forma de gestão do território.

Essa perspectiva de Lefebvre (1953) permitiu a Santos (2020b) compreender as horizontalidades como formas de convivência e relações sociais construídas a partir do espaço, que demandam uma abordagem sensível e participativa para estimular o desenvolvimento regional e a sustentabilidade.

Por conseguinte, as contribuições de De Jong (1962), Sorokin (1964) e Lefebvre (1953) permitiram a Milton Santos (2020b) desenvolver sua concepção original sobre as horizontalidades e verticalidades, destacando a importância das conexões horizontais, das estruturas de poder e das práticas sociais na compreensão do espaço geográfico.

Na perspectiva de uma análise crítica e reflexiva acerca das horizontalidades e verticalidades, Milton Santos (2020b), por meio de sua perspicaz contribuição, sublinha a significância das horizontalidades, voltando-se à valorização do espaço local e do cotidiano partilhado. Nesse contexto, realça-se que as relações horizontais assumem um papel primordial na construção das identidades territoriais e no estímulo de práticas sociais que promovam a coesão e solidariedade entre as comunidades.

Santos (2020b) destaca a necessidade de reconhecer e fortalecer os espaços de convivência, que se estendem além das fronteiras físicas e englobam aspectos culturais, simbólicos e afetivos.

Outro ponto importante é a crítica às hierarquias e às relações de poder que muitas vezes acompanham as verticalidades. Santos argumenta que as horizontalidades possibilitam uma maior participação e protagonismo dos atores

sociais, promovendo uma maior igualdade de oportunidades e uma distribuição mais equitativa dos recursos e benefícios. Ele defende a construção de estruturas horizontais de governança, que valorizem a participação democrática, a diversidade e a autonomia local.

No entanto, é importante ressaltar que as horizontalidades, apesar de suas potencialidades, também apresentam desafios. Santos reconhece que a construção de relações horizontais requer esforços de diálogo, cooperação e solidariedade, o que nem sempre é fácil de ser alcançado. Além disso, as horizontalidades podem ser vulneráveis a processos de homogeneização e descaracterização dos espaços, especialmente em contextos de globalização e influência de forças externas.

Desta forma, a abordagem de Milton Santos (2020b) sobre as horizontalidades traz uma perspectiva crítica e enriquecedora para compreender as relações sociais e a construção do espaço geográfico.

Ao valorizar as conexões horizontais, as práticas sociais e a participação democrática, Santos instiga a repensar as formas de convivência e a busca por uma maior equidade e sustentabilidade nos territórios.

Suas reflexões convidam a valorizar a diversidade e a promover relações mais justas e solidárias, rompendo com as estruturas de poder verticalizadas e fortalecendo as possibilidades de uma gestão do espaço mais inclusiva e participativa.

Na Figura 3, apresenta-se uma representação gráfica fundamentada na compreensão das horizontalidades e verticalidades, conceitos essenciais para a apreensão da organização espacial. Nesse sentido, quando se representa conceitualmente essas noções em forma de figura, percebe-se que se trata de uma representação subjetiva e abstrata. Afinal, as horizontalidades e verticalidades não se configuram como elementos físicos visíveis por si mesmos, mas, sim, como conceitos que descrevem as intrincadas relações e dinâmicas que se estabelecem no território.

É possível observar, na Figura 3, que a intersecção entre verticalidades e horizontalidades se manifesta na cidade, e esta interação se confirma no processo mercantil da borracha, como aponta Correa (2018): a compreensão das relações entre cidade e região requer uma abordagem abrangente, considerando tanto as atividades produtivas, quanto as relações sociais. A interdependência entre esses dois aspectos ressalta a complexidade intrínseca dessa ocorrência, destacando a importância de uma análise aprofundada, e, em ambos os casos devem se manifestar por meio de fluxos bidirecionais.

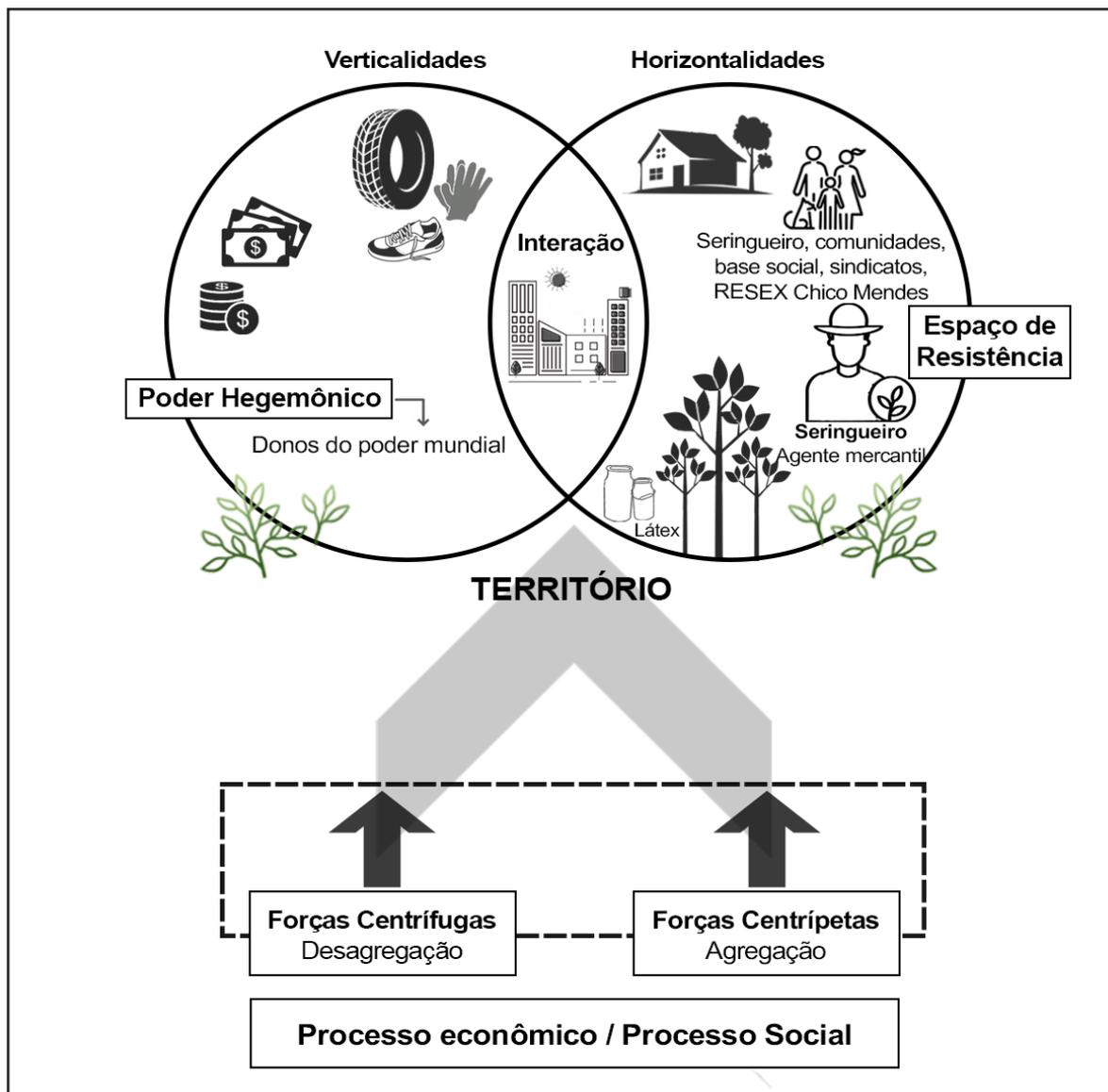
Nessa figura, verifica-se a presença da representação gráfica das características das horizontalidades, ou seja, os processos econômicos, sociais dos vetores horizontais e verticais, salientando-se a intersecção das verticalidades e horizontalidades na cidade.

Santos (2020b, p. 286), ressalta que a cidade é a intersecção entre as verticalidades e horizontalidades, corroborando Correa (2018):

De um modo geral, as cidades são o ponto de intersecção entre verticalidades e horizontalidades. Estudando a diferença entre lugares modernizados e lugares letárgicos no planalto norte da Patagônia argentina, M. L. Silveira (1994, pp. 75-77) examina o funcionamento da produção e da circulação, e mostra como “essas lógicas cruzam as cidades e produzem um arranjo territorial” em que se superpõem vinculações horizontais e verticais. As verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, como o da contra finalidade, localmente gerada. Elas são o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Os municípios do Vale do Acre possuem na agricultura familiar seu esteio de geração de emprego e renda. Além da cultura da borracha, outras culturas, como o palmito pupunha e a extração da castanha fazem parte deste universo, e a cidade como um organismo que mantém relações com um espaço exterior a ela, sua região, constituída por áreas rurais e por outras cidades menores (Correa, 2018), conforme se pode constatar nesta tese.

Figura 3: Processo econômico e social x processos de horizontalizações e verticalizações



Fonte: adaptação do autor, a partir de Milton Santos, 2023. Elaborada por Tamara da Silveira, 2023.

Neste contexto, tem-se que considerar as forças centrípetas e as forças centrífugas, que conforme Santos (2020b, p. 286-287), atravessam o território com tendências discordantes:

Paralelamente, as forças centrípetas e forças centrífugas atravessam o território, como tendências ao mesmo tempo contrastantes e confluentes, agindo em diversos níveis e escalas. As forças centrípetas resultam do processo econômico e do processo social, e tanto podem estar subordinados às regularidades do processo de produção, como às surpresas da intersubjetividade. Essas forças centrípetas, forças de agregação, são fatores de convergência. Elas agem no campo, agem na cidade e agem entre cidade e campo. No campo e na cidade, elas são respectivamente, fatores de

homogeneização e de aglomeração. E entre o campo e a cidade, elas são fatores de coesão. Nas condições atuais do meio técnico-científico, os fatores de coesão entre a cidade e o campo se tornaram mais numerosos e fortes. A agricultura moderna, à base da ciência, tecnologia e informação, demanda um consumo produtivo cuja resposta, imediata, deve ser encontrada na cidade próxima. As forças centrífugas podem ser consideradas um fator de desagregação, quando retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali. Pode-se falar numa desestruturação, se nos colocarmos em relação ao passado, isto é, ao equilíbrio anterior.

Nesse panorama profundo, a análise das forças centrípetas e centrífugas emerge como uma ferramenta fundamental para a compreensão das dinâmicas territoriais, revelando as tensões inerentes ao território pesquisado. Em última análise, as forças centrípetas e centrífugas não apenas delimitam o território, mas também influenciam a distribuição de recursos, poder e oportunidades, desempenhando um papel decisivo na edificação das dinâmicas territoriais.

Santos (2020b) aponta que as forças centrípetas conduzem a um processo de horizontalização, e as forças centrífugas, a um processo de verticalização. Em todos os casos, sobre as forças centrípetas, vão agir forças centrífugas, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3: Forças x Processos de horizontalização e verticalização

Forças centrípetas	Forças centrífugas
↓	↓
Processos de horizontalização	Processos de verticalização
Forças de agregação	Fator de desagregação
Elementos que promovem a integração, a coesão e a horizontalização das relações e estruturas.	Retiram à região os elementos do seu próprio comando, a ser buscado fora e longe dali. Pode-se falar numa desestruturação, se nos colocarmos em relação ao passado, isto é, ao equilíbrio anterior.

Fonte: adaptado pelo autor a partir de Santos, 2020b, (p. 286-287).

Sendo assim, a ideia de que as forças centrípetas e centrífugas estão sempre interagindo sugere que os processos de horizontalização e verticalização não ocorrem isoladamente, pois estão constantemente influenciando e moldando o espaço geográfico, resultando em uma dinâmica complexa de dispersão e concentração de atividades.

A relação entre esses vetores e a ação política evidencia como as decisões políticas podem influenciar a dinâmica espacial, interferindo nos processos citados.

A abordagem dos vetores verticais e horizontais e sua relação com a ação política aponta:

A tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam a serviço do grande capital. Nessa união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical – seria bem melhor falar de unificação – está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas. Mas os lugares também podem refortalecer-se horizontalmente, reconstruindo, a partir de ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do serviço coletivo. (Santos, 2020b, p. 287).

Ao enfatizar a relação entre esses vetores, Santos argumentava que a ação política envolve tanto a compreensão e resistência às forças verticais de dominação quanto o fortalecimento e mobilização dos vetores horizontais de transformação social. Da mesma forma, defendia a necessidade de os indivíduos e grupos se conscientizarem sobre o espaço onde vivem, entenderem as dinâmicas de poder que o moldam e se engajarem nas ações coletivas para reconfigurar essas relações de poder em busca de uma sociedade mais justa.

Santos (2020b, p. 288), ressalta o cotidiano correspondente em função da ocorrência de uma interdependência estabelecida horizontalmente, levando ao aumento da produtividade local, e assim, as forças horizontais se antepõem às tendências verticais:

Com a especialização funcional dos subespaços, há tendência à geração de um cotidiano homólogo graças à interdependência que se estabelece horizontalmente. A partir de uma atividade comum, a informação necessária ao trabalho difunde-se mais fácil e rapidamente, levando ao aumento local da produtividade. Isto tanto é válido no campo, quando se formam áreas presididas por um ou por vários produtos agrícolas combinados, como, também, é visível em cidades que se especializam numa dada produção industrial ou de serviços. Pode-se dizer, também, que esse cotidiano homólogo leva a um aumento da eficácia política. A informação tornada comum leva a um aumento da eficácia comum. A informação tornada comum não é apenas a das técnicas de produção direta, mas tende a ser a das técnicas de mercado. Os mesmos interesses criam uma solidariedade ativa, manifestada em formas de expressão comum, gerando, desse modo, uma ação política. A mídia local (jornais, rádio, televisão) é um testemunho desse movimento pelo qual as forças oriundas do local, das horizontalidades, se antepõem às tendências meramente verticalizantes.

Milton Santos (2020b) apresenta uma visão sensata sobre a especialização funcional dos subespaços e a interdependência horizontal. De fato, quando ocorre a concentração de atividades comuns em determinadas áreas, a difusão de informações relacionadas ao trabalho se torna mais rápida e eficiente, resultando em aumento da produtividade local.

Esse fenômeno pode ser observado em regiões agrícolas, como é caso do Vale do Acre, onde surgem áreas especializadas em determinados produtos que se destacam em setores extrativistas, de serviços ou industriais.

Santos, com relação à ação política:

Essa ação política pode, em muitos casos, ser orientada, apenas, para um interesse particular específico, frequentemente o da atividade hegemônica no lugar. Mas este é, apenas, um primeiro momento. As atividades que, complementares ou não, tem uma lógica diversa da atividade dominante, provocam, a partir do seu conflito de preocupações, um debate que acaba por interessar ao conjunto da sociedade local. E o resultado é a busca de um sistema de reivindicações mais abrangente, adaptado às contingências da existência comum, no espaço da horizontalidade (Santos, 2020b p. 288).

Uma ação política pode ser impulsionada por interesses particulares, especialmente aqueles ligados às atividades hegemônicas no lugar, porém, à medida que outras atividades surgem, seja em complementaridade ou em oposição à atividade dominante, elas trazem consigo uma lógica diferente e preocupações conflitantes, mas é neste embate de ideias e preocupações que ocorre um debate que, surpreendentemente, acaba interessando ao conjunto da sociedade local.

Esse debate não se limita mais aos interesses particulares iniciais, mas passa a englobar questões mais abrangentes e adaptadas às contingências da existência comum no espaço da horizontalidade.

Assim, o resultado desse processo é a busca por um sistema de reivindicações abrangente, que considere não apenas os interesses de uma atividade hegemônica, mas, sim, as necessidades e demandas da sociedade como um todo.

3 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO ESTADO DO ACRE E O CONTEXTO DAS DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS

Ao longo de sua trajetória histórica, o Estado do Acre tem experimentado períodos de horizontalidades e verticalidades, os quais têm configurado sua formação socioterritorial, socioespacial e socioeconômica, em virtude dos diversos usos do território.

Nessa seção, ressaltou-se a importância conferida ao uso do pretérito como uma ferramenta esclarecedora do momento presente e de sua influência sobre o contexto atual. Além disso, a abordagem adotada reveste-se de uma perspectiva histórica abrangente, englobando tanto os matizes locais como os nacionais e globais.

Assim, elaborou-se uma contextualização que permitiu a compreensão aprofundada dos eventos singulares que, ao longo do tempo, delinearam a utilização do território. As abordagens escolhidas mostraram-se principalmente descritivas, concentrando-se com o intuito de fornecer elementos substanciais para a plena compreensão histórica do território pesquisado.

A caracterização do território, com base em suas dinâmicas socioterritoriais, socioespaciais e socioeconômicas, confere singularidade a uma região específica, alinhando-se às demandas e rotinas que coexistem nesse espaço. Nesse contexto, constatou-se que o processo de formação da sociedade pode ser compreendido mediante o conhecimento de sua periodização histórica. Dessa forma, a formação social resultante desse processo representa fielmente a identidade desse conjunto social.

A partir das origens da formação territorial até a contemporaneidade, elementos como o fluxo migratório, a exploração dos recursos naturais e as políticas governamentais exerceram papéis preponderantes na configuração e metamorfose do território.

Nesse sentido, a compreensão dessas dinâmicas revela-se imprescindível para delinear um panorama perspicaz e abrangente da formação socioterritorial do Acre, bem como suas implicações futuras. A compreensão das forças territoriais, sociais e econômicas que delinearam esse território permitiu apreciar sua trajetória histórica, ao mesmo tempo que proporcionou discernimento para encaminhar futuros caminhos visando ao desenvolvimento regional.

Ao investigar as nuances, as peculiaridades e as utilizações do território, reconheceu-se este como uma extensão que se apresenta repleta de desafios e potencialidades.

Com base nesses propósitos e considerações inerentes à cognição, a presente seção foi estruturada em cinco subseções distintas: a primeira, disponibilizou uma contextualização histórica do Estado do Acre; a segunda, à sua formação socioterritorial. Somente após a construção socioterritorial, exploramos o Vale do Acre, na terceira subseção; embora possua características singulares, o Vale do Acre compartilha vários elementos em sua formação com o Estado do Acre. Posteriormente, na quarta subseção, foi abordada a construção da territorialidade seringueira, e finalmente, a quinta subseção incidiu sobre a investigação dos diversos usos do território pesquisado.

3.1 Contextualização histórica: desenvolvimento do território

O Estado do Acre compreende aspectos significativos da história brasileira, notadamente nos séculos XIX e XX. Durante esse período, o Estado do Acre efetivou sua estruturação territorial, social e política, cuja gênese remonta aos seringais.

Para compreender a realidade do Acre, é essencial perceber como as instituições, as pessoas e os demais elementos se inter-relacionam e produzem existência, e ainda se fazem presentes nos seringais acreanos, portanto, como aponta Silva (2004, p. 45), “se faz necessário apreender a formação regional conforme o processo histórico vivido na produção do espaço acreano”.

É um território que considera a diversidade regional amazônica “como criação humana/social que se processa na interação com o ambiente natural” (Silva, 2004, p. 45). Isso significa reconhecer que a configuração da região não se limita apenas à sua geografia, mas também é moldada pelas ações e relações humanas.

Compreender o contexto histórico de um lugar é adentrar nas condições em que a sociedade civil opera, influenciada pelas implicações que a cercam. Isso envolve aspectos como os eventos naturais, a economia, as relações sociais de trabalho e a sustentabilidade local. É fundamental compreender a forma como os indivíduos que habitam esse espaço se relacionam entre si, uma vez que essas relações formam a identidade e a dinâmica social da região.

Assim sendo, a contextualização histórica do Estado do Acre almeja a apreensão dos fatores históricos, sociais, políticos e ambientais que influenciaram e ainda exercem influência na região. Tal análise propiciou a compreensão histórica do Estado como componente inalienável da história do Brasil, enriquecida por suas peculiaridades e contribuições para a construção da identidade nacional.

Um dos principais grupos que formou a autonomia jurídico-espacial do Estado do Acre foi constituído por seringueiros, conforme destaca Moraes, com o qual se originou as qualidades econômicas da sociedade acreana que, diferentemente dos outros estados, foi formada pela extração exclusiva do “leite da seringa” (Moraes, 2016). A abundância dessas espécies vegetais conferiu ao Estado uma posição privilegiada, despertando o interesse de organizações desejosas por essa valorizada matéria-prima.

Dessa forma, mediante o estímulo populacional decorrente do extrativismo, o Estado do Acre emergiu como um território de proeminência no contexto nacional.

Essa extensão de terras é perpassada por distintos rios amazônicos pertencentes à vasta bacia hidrográfica do rio Amazonas, tais como: Purus, Juruá, e Abunã, cujas margens exibem uma rica diversidade de fauna e flora (Moraes, 2016). Essa compreensão geográfica assume fundamental importância para a avaliação da dinâmica socioeconômica local e para a apreciação da significância ambiental do Estado.

De acordo com Prado Júnior (1994), os rios amazônicos proporcionam uma valiosa rota de acesso e circulação. No entanto, a floresta que os envolve representou obstáculo e assim, historicamente, o europeu acostumado com climas frios e com pouco conhecimento da comunidade amazônica, não adentrou com intensidade na área, deixando a maior parte das colonizações ocorrerem pelos indígenas e por migrantes da Região Norte do País, ao longo da história (Prado Júnior, 1994). Contudo, depois que as empresas extrativas se instalaram, “houve verdadeiro genocídio contra a população nativa” (Silva, 2004, p. 51) pois os trabalhadores que chegaram, na maioria das vezes, acabaram por expulsar os grupos indígenas que ocupavam tais territórios.

Nesse sentido, a formação cultural do local não se sobressaiu a partir dos cultivos tradicionalmente europeus, como agricultura de cereais e/ou outros mantimentos, mas sim focada nas seringueiras, em grande abundância no Acre (Prado Júnior, 1994).

Na região amazônica, as atividades se reduziam a adentrar floresta/rios e conduzir embarcações que faziam o transporte dos derivados econômicos da seringueira. Em síntese, a estreita relação entre o extrativismo e a dinâmica socioeconômica regional formou a identidade histórica e econômica do Estado do Acre, como aponta Silva (2004, p. 52):

a riqueza desse extrativismo vegetal comandou toda a dinâmica regional. Isso [...] confere a esta porção da Amazônia, dentre outras coisas, a especificidade de ter aí as raízes de sua formação demográfica, econômica e social. Tais raízes são marcadas pela presença secular dos posseiros, dos latifúndios extrativistas, de pouca tradição no cultivo de espécies agrícolas e de criação de animais, e a conseqüente quase inexistência de *áreas despovoadas* na floresta”.

Pela atuação do extrativismo vegetal que delineou o contexto, desdobraram-se dinâmicas seculares na parcela amazônica, das quais emergiram traços demográficos, econômicos e sociais distintos, enraizados na presença de latifúndios extrativistas, como no caso do látex.

Dessa forma, segundo Reis (1953), mediante a introdução do látex, o Acre transcendeu sua condição de região agrícola, metamorfoseando-se em um território consagrado aos seringueiros, as *heveas*, ao valioso ouro negro (Walle, 2019)³, aos pioneiros, aos seringueiros, dos patrões e, naturalmente, à borracha.

Nesse mesmo sentido, Morais (2016) complementou que a extração da borracha “atraiu mais ainda nordestinos, gerou divisas para o país, multiplicou os centros urbanos, conectou a região com as grandes capitais do mundo e trouxe para a região ‘uma nova fronteira política” (Morais, 2016, p. 30), melhorando os olhares das outras regiões e da economia brasileira sobre o Acre. Por isso, a história econômica do Acre se destacou pelo extrativismo da borracha, látex e dos seus outros derivados, conforme apontaram Morais (2016), Reis (1953) e Prado Júnior (1994).

Previamente à consolidação da região como Estado, ela passou por períodos de notável desenvolvimento, entremeados, por sua vez, por momentos de êxodo de uma parcela de seus habitantes.

A mudança oficial e jurídica em Estado sucedeu sob a égide do governo de João Goulart, no mês de junho do ano de 1962. Previamente, as seringueiras já

³ Paul Walle, na sua obra "Au pays de l'or noir: Pará, Amazonas et Matto Grosso" (1909). A designação "Ouro Negro" é uma metáfora que faz uma associação entre o valor da borracha e o valor do ouro. Assim como o ouro, a borracha era um recurso de grande valor e riqueza para os países que a produziam e exportavam. A expressão faz referência à cor escura da borracha, que se assemelha ao petróleo. Versão traduzida em 2019.

havia conferido à preciosa matéria-prima - látex, cuja transformação em borracha exerceu um papel de destaque ao formar e redefinir a localidade, uma identidade social e econômica própria.

Como Estado, o Acre, uma alteração substancial e ímpar no processo de desenvolvimento da região foi promovida. Importa sublinhar que a saga econômico-financeira do Estado teve início com a prática extrativista da borracha, tanto que sua população era conhecida como a sociedade da borracha, tamanho é o enraizamento político-social que a cultura da exploração das seringueiras ensejou no território.

Na década de 1960, como apontou Caio Prado Júnior, teve uma grande importância econômica para a história do Brasil e, “ao café se acrescentem, na lista dos grandes produtos exportáveis, a borracha, que chegará quase a emparelhar-se a ele, o cacau, o mate, o fumo” (Prado Júnior, 1994, p. 157). Os seringais desempenharam um papel tão significativo que desencadearam uma disputa com a Bolívia em relação ao reconhecimento do território como patrimônio social brasileiro. Nesse sentido, Moraes (2016, p.32) evidenciou que houve um embate com aquele país tanto em termos econômicos quanto políticos:

No sentido econômico, está a questão dos recursos econômicos, das árvores de seringa e a terra de onde nascia a *árvore de leite* e, no sentido político, estão as argumentações dos *revolucionários do Acre*, em virtude do fato do território ser ocupado majoritariamente por brasileiros do rio Acre.

A história do Estado, assim como a de tantos outros, também foi repleta de conflitos internacionais, principalmente com a Bolívia, ainda na fase em que os indígenas e migrantes nordestinos brasileiros dominavam a região. Litígio resolvido em 1903, com o Tratado de Petrópolis, que estabeleceu o fim do confronto, deixando a região com o território brasileiro em troca de pagamento de dois milhões de libras esterlinas à Bolívia e a promessa, por parte do Brasil, de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré, no Estado de Rondônia, que possibilitaria o escoamento de produtos bolivianos até o Mato Grosso.

Contudo, quando foi transformado em Estado, em 1962, o Acre recebeu diversos incentivos públicos (fiscais e monetários) buscando o máximo aproveitamento do insumo (bastante difundido na região). A consequência foi uma industrialização (moderada) baseada em desenvolvimento de estradas, caminhos e polos tecnológicos. Tal situação implicou um aumento populacional e uma ampliação das preocupações com as questões socioambientais.

Já a partir de 1988, o Acre, em função das suas proximidades geográficas e históricas com a Amazônia, ao se tornar um dos símbolos representativos das lutas por desenvolvimento sustentável dos insumos locais, proporcionou o surgimento de uma série de associações, organizações e as chamadas ligas sindicais, que trouxeram componentes filosófico-culturais para processos econômicos da região (Morais, 2016).

Nessa época, formaram-se, nesse território, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Acre - Sintra, as Organizações Não Governamentais, Comissão Pró Índio (CPI/Acre) e o Conselho Indigenista Missionário – Cimi e a atuação específica da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, que foram propondo e criando diversas políticas de proteção econômico-financeira para a área.

Pimenta (2003) e Moraes (2016) consideram o sindicalismo como movimento de embates e mobilizações dos seringueiros e dos trabalhos locais, nos anos de 1980, criados para tentar impedir os desmatamentos nas terras das reservas locais.

Buscaram, inicialmente, a vertente do desenvolvimento de nível sustentável, mas, com o passar dos anos, foram assimilando aspectos políticos e de prática financeira para a região, trazendo benefícios fiscais para os pequenos e médios produtores, dentre outros.

Conforme Motta apontou (2008, p. 2), “foi nas democracias ocidentais onde a sociedade civil se tornou o principal palco da formação dos direitos”. Logo, não há como compreender a história e a formação econômico-financeira e política do território acreano e da borracha sem compreender, necessariamente, formações sociais e movimentos originados pelas comunidades locais. Estes se organizaram mais sistematicamente a partir de 1950, no entanto, tiveram uma ampla inserção nos anos 1990, com a multiplicação desses movimentos na sociedade civil, com destaque para a proliferação de organizações não governamentais (Motta, 2008).

Entretanto, pode-se perceber, desde o início do século XIX, um movimento social estabelecido pelos indígenas e seringueiros locais, iniciando as primeiras lutas sociais. Na sequência, desencadeou-se a luta para estabelecer o território como espaço brasileiro, realizado pelos movimentos da Revolução Acreana, culminando, em 1904, com o estabelecimento do Território Federal do Acre e, posteriormente, em 1962, tornando-se estado (Morais, 2016).

Em simultâneo, à medida que lutavam por políticas justas para o Estado, esses protagonistas da revolução também buscavam alterações nas estruturas econômicas

impostas pelo Brasil nas relações com o látex e outros produtos derivados. Assim, durante o período da ditadura civil-militar, compreendido entre 1964 e 1985, uma multiplicidade de movimentos sociais empenhava-se em instigar o governo a empreender esforços voltados para a obtenção de projetos mais lucrativos e sustentáveis em longo prazo. Dado o envolvimento de diversos grupos sociais e a presença de interesses divergentes, os conflitos emergiram prontamente.

Enquanto os governos militares buscaram desenvolver a Operação Amazônica, via Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam, em cooperação com o Banco da Amazônia - Basa e com Lei de Incentivos Fiscais, os movimentos sociais locais, em especial no território do Vale do Acre⁴, questionaram os interesses éticos e políticos sobre o uso dos insumos e a maneira como foram conduzidas as novas estruturas econômicas e sociais da região. De um lado, permaneceram as populações originárias e históricas, a defesa da produção em sintonia com o meio natural, que buscava a ascensão de uma extração sustentável. Do outro, a fazenda, a pecuária e os governadores militares, que buscavam ascensão econômica sem considerar intervenções e depredações da floresta (Morais, 2016).

Nesse sentido, o governador Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979), único apoiador do modelo extrativista durante a ditadura militar, manteve uma política restritiva à expansão da pecuária no Estado, trazendo maior importância para borracha. Por consequência, durante seu governo, incrementou políticas de planejamento destinadas a corrigir distorções demográficas, econômicas e políticas da região. A partir dessas proposições de Mesquita, entre 1980 e 1995, o Acre passou pelo seu maior período de expansão financeira-econômica, ganhando novas demarcações de limites territoriais, densidade populacional e desenvolvimento tecnológico, com ampliação da industrialização da região.

Posteriormente, em 1999, como resultado, surgiram novos movimentos, agora não somente sociais, mas também político-econômicos como a Florestania⁵ – floresta e cidadania. Com o desenvolvimento do fundamento da Florestania, a partir de 1999, o Acre passou a buscar um avanço industrial com apoio popular, haja vista que este

⁴ O Município de Xapuri, terra natal de Chico Mendes está localizada no Vale do Acre. Sua atuação em Xapuri concentrou-se na defesa dos trabalhadores rurais e na proteção da Amazônia. Ele liderou movimentos sociais que promoviam a extração sustentável da borracha, em oposição à derrubada da floresta para criação de pastagens.

⁵ O termo Florestania foi adotado durante o primeiro mandato do governador do Estado do Acre, Jorge Viana (1998-2006). Trata-se de um neologismo que une num só vocábulo, as palavras “floresta” e “cidadania”, significando “cidadania na floresta”.

não se baseou apenas na visão financeira, mas também na atração de uma série de investimentos estrangeiros focados no desenvolvimento sustentável, por meio de planos plurianuais de fixação de indústrias, projetos sociais e empresas ligadas à área de extração agroindustrial (Morais, 2016).

Tais formas de movimentos/formações sociais surgiram, como a Florestania, não se reduzem a uma classe social específica, mas sim ao conjunto de grupos sociais, ou mesmo à sociedade como um todo, obtendo um apoio popular mais significativo (Motta, 2008). Mesmo com as forças hegemônicas do Estado estando contrárias, a Florestania ganhou popularidade e apoio governamental.

Por muitas décadas, o Acre exerceu uma influência praticamente nula sobre o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, com uma contribuição que sequer se aproximou de 0,5, conforme enfatizado por Prado Júnior (1994). Entretanto, a partir de 2000, com mudanças políticas no comando do poder público, mais investimentos foram captados, somando, entre 2003 e 2006, em torno de R\$ 245 milhões, resultado direto de que nas “comunidades culturais podem vir a surgir novos sujeitos coletivos de transformação social” (Motta, 2008, p. 7). Assim, na relação Estado e Sociedade, no Acre, a pressão popular realizada pelos movimentos sociais e culturais provocou o poder público para conseguir e direcionar mais investimentos.

Nesse sentido, nos últimos anos, os recursos foram captados a partir de visão sustentável, onde todo e qualquer recurso é analisado por instituições como Agência de Negócios do Acre - Anac, Política de Incentivos às Atividades Industriais do Acre - Copiai e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Nesse horizonte, até 2013, foram investidos mais de R\$100 milhões, com geração de mais de 50 mil postos de empregos, baseados na política sustentável.

O Estado do Acre, segundo dados do IBGE (2020), atualmente ostenta um PIB que supera a cifra de R\$16,47 bilhões, correspondendo a uma parcela de 0,2% na economia nacional.

Essas dinâmicas desempenharam um papel fundamental na construção da identidade acreana e na configuração de seu espaço tanto rural quanto urbano. Elas tiveram impacto, não apenas nos aspectos humanos, mas também nos aspectos políticos e sociais da região, contribuindo para um desenvolvimento regional sustentável. Além disso, é crucial abordar as particularidades e desafios específicos da Amazônia, como a conservação da floresta tropical e o impacto das atividades econômicas, como agropecuária e o extrativismo, na sustentabilidade ambiental e

social do território.

3.1.2 Estado do Acre: uma nova periodização

Até a segunda metade do século XIX, o Estado do Acre era notadamente habitado pelas populações indígenas, fazendo parte dos territórios boliviano e peruano. A partir de 1877, impelidos pela exploração do látex, os primeiros migrantes da região Nordeste do País adentraram o solo acreano. Até o início do século XX, o qual estava em seus primórdios, o território acreano permanecia vinculado ao território boliviano, conforme estipulado pelo Tratado dos Limites, assinado em Ayacucho, em 1867.

A efetiva ocupação do território acreano pelos seringueiros brasileiros durante a corrida à borracha amazônica no século XIX, seguida por diversos incidentes, culminou na elaboração do Tratado de Petrópolis.

Posteriormente à celebração do Tratado em 17 de novembro de 1903, a pátria brasileira viu ser-lhe atribuída de forma definitiva a supremacia sobre o território do Acre, cedido pela República da Bolívia.

Em 1904, a instância governamental brasileira procedeu a criação do Território Federal do Acre, delineando, desse modo, um novo *status* jurídico-administrativo para este espaço territorial.

Por meio da lei federal nº 4.070, o presidente João Goulart conferiu ao Território Federal do Acre o *status* de Estado em 1962. Foi com a produção de borracha que o território foi ocupado e experimentou desenvolvimento, culminando em sua elevação ao nível de Estado.

Ao longo dessa periodização histórica do Estado do Acre, a borracha natural sempre se destacou, situando-se o território como a região de maior concentração dessa espécie vegetal. Essa realidade ressalta a significância da produção dessa cultura para o desenvolvimento deste território.

No âmbito da produção do espaço regional, a Amazônia-acreana pode ser vista como uma das áreas em que os processos de ocupação estiveram ligados à necessidade de um produto específico no mercado internacional – a borracha natural. A região acreana, assim como uma faixa de terra que se estende de Rondônia até o sul do Pará, passando pelo sul do Amazonas e norte do Mato Grosso, apresentava a maior concentração as espécies vegetais produtoras de borracha – as seringueiras. Ademais, a ocorrência concentrada da espécie *hevea brasiliensis* (com maior potencial produtivo),

fez do Acre e áreas circunvizinhas, a região mais atrativa às empresas que vinham em busca da preciosa matéria-prima (Silva, 2004, p.49).

A fase da exploração da borracha representou um momento crucial na história econômica e social do Brasil. Esse período está intrinsecamente ligado à extração e ao comércio da borracha, conferindo à região acreana uma atração econômica significativa, atraindo migrantes do Nordeste brasileiro para o Estado do Acre. Parte desses migrantes buscava fugir da seca, almejando prosperidade e prestígio ao coletar látex para os norte-americanos em operação emergencial durante a Segunda Guerra Mundial, ficando conhecidos como “Soldados da Borracha”.

A Amazônia, um dos “quatro Brasis” (Santos; Silveira, 2020, p. 268), apresenta um plano especial como região, uma síntese de múltiplas determinações, cuja heterogeneidade é forjada pela justaposição e pela tensão dialética entre elementos novos - vetores da modernidade e da universalidade, e antigos - que marcam o singular (Santos, 1982).

Sendo assim, a Amazônia pode ser interpretada como uma formação socioespacial, que, em períodos de internacionalização do capital, tem tido sua autonomia relativizada em face dos seus interesses.

De acordo com Santos e Silveira (2020, p. 23), “A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese de suas regiões.

Para entendê-la no processo e realidade atual, um esforço de periodização é essencial. Trata-se de encontrar e desenvolver nexos horizontais e verticais”.

No Quadro 4, tem-se a periodização atualizada da formação do Estado do Acre, que, em relação ao tema tratado nesta tese, teve seu marco temporal iniciado na chegada dos primeiros migrantes da região Nordeste, em 1877, ou seja, com o início do processo de ocupação capitalista no território e da formação dos seringais no Acre.

O Quadro 4 oferece uma análise abrangente e cronológica da história do Estado do Acre, delineando os eventos e transformações que o caracterizaram ao longo do tempo. Destaca-se a relevância do extrativismo da borracha como um elemento central em grande parte do período histórico, influenciando tanto a economia quanto a política regional.

O território testemunhou uma série de mudanças, desde o domínio indígena até a transição para um Estado com interesse no agronegócio de grãos, passando pela Revolução Acreana, a anexação ao Brasil e o declínio da produção da borracha.

Essa história é uma narrativa da evolução econômica e social do Acre, bem como das políticas que o orientaram ao longo do tempo.

O desfecho dessa periodização assinala-se no ano de 2022, mediante a reeleição do governador Gladson de Lima Camelli para a condução do governo do Estado do Acre. Cumpre ressaltar que os eventos anteriores a esse ponto de demarcação não foram tratados minuciosamente nesta tese, apesar de sua reconhecida importância histórica. Naturalmente, os acontecimentos posteriores a 2022, por razões evidentes, revestem-se de recenticidade.

QUADRO 4 – Estado do Acre: uma nova periodização

Data	Acontecimento	Detalhamento
Até 1870	Os primeiros povoadores do continente e do território em estudo foram os índios e não os europeus comandados por Cristóvão Colombo.	Existiam povos indígenas no território, mas não estavam ainda sob a ingerência do capitalismo. A Amazônia foi povoada por índios desde 31.500 A.C. (SOUZA, 2005. p.24).
1877	Chegada dos primeiros migrantes da região Nordeste – 1ª onda migratória.	Motivados por uma grande seca que assolou o Nordeste brasileiro. A Amazônia significava liberdade, ganhariam no seringal de acordo com a produtividade.
1880 – 1920	Primeira fase da borracha	O auge da fase da borracha aconteceu entre os anos de 1879 e 1912.
1899 - 1903	Revolução Acreana	A região passou por momentos de muita instabilidade. Três países tinham interesse no território: Brasil, Bolívia e Peru. O embate entre os três passou para o campo de batalha e gerou um conflito que durou aproximadamente quatro anos. Em 1899, o embate foi iniciado com a Proclamação da República do Acre por Luís de Arias. Seu fim deu-se em 1903, quando os brasileiros que habitavam o Acre, sob o comando de José Plácido de Castro, venceram a disputa armada.
17/11/1903	Assinatura do Tratado de Petrópolis	Acordo diplomático entre o governo brasileiro e boliviano, firmado na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, o qual anexou o território do Acre ao Brasil, pertencente à Bolívia desde 1750.
1904	Criação do Território Federal do Acre	Após final da Revolução Acreana.
1942 - 1945	Segunda fase da borracha	No contexto da Segunda Guerra Mundial, quando a Amazônia teve novamente um aumento na procura e produção da borracha. - Soldados da Borracha.
1962	Elevação à categoria de Estado	Lei federal n.º 4 070, o Presidente do Brasil João Goulart elevou o Território Federal do Acre à categoria de Estado.
1970	Avanço da fronteira agropecuária vinda do centro sul.	O governo de Francisco Wanderlei Dantas (1971 – 1974), é o marco da abertura do Acre ao avanço mais intenso da frente agropecuária centro-sulista.
1975	Institucionalização dos movimentos sociais de luta pela terra.	Criação dos primeiros sindicatos; em Brasília, em 1975, e posteriormente criação do sindicato do Município de Sena Madureira. Nesse

		momento ocorre uma fase de conflitos e lutas pela terra.
1977	Criação do primeiro projeto de assentamento dirigido do Incra.	A ação de colonização ocorre a partir deste momento. Sucedem-se vários projetos de assentamentos até os dias atuais.
1980	Declínio do sistema produtivo tradicional da borracha.	No Acre a população foi predominante rural até os anos 1980. Em 1980, Rio Branco vai registrar uma população urbana maior que a população rural, assim como Cruzeiro do Sul e Brasileia se aproximaram desta tendência. A década de 1980 marca o início de uma concentração maior na cidade e, conseqüentemente, a diminuição da população do campo.
1980 - 1988	Movimento dos sindicatos torna-se conhecido.	Tentativa de implantar no Acre um modelo de agropecuária tradicional. Coincide com o assassinato de Wilson Pinheiro, em 1980, e a morte de Chico Mendes, em 1988. A partir de 1989, o governo federal proíbe linhas de crédito que implicassem desenvolvimento de atividades que levassem ao desmatamento da Amazônia. No Acre, esse ato teve repercussão positiva nos movimentos sociais.
1992	Chegada da Frente Popular do Acre (Partido dos Trabalhadores) à Prefeitura do Município de Rio Branco).	Início da opção do chamado desenvolvimento sustentável. Plano Sustentável do Acre
1999	Início do governo da Frente Popular do Acre (Estado), liderada pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Senador Jorge Viana.	Segundo esse governo, esse modelo seria pautado na economia agroflorestal. É o momento em que o Estado diminui a intensidade em novos projetos ambientais, mas, ao mesmo tempo, imprime uma fiscalização efetiva nestas questões ambientais em andamento. Adoção do modelo do plano chamado Plano de Desenvolvimento Sustentável do Acre. Descobre-se que o rebanho bovino do Acre era bem se pensava.
2018	Eleição do governador Gladson de Lima Camelli – Partido Progressistas (PP).	Marca a decadência do modelo do plano de desenvolvimento sustentável, e o retorno de uma proposta de expansão do agronegócio e da melhoria de grãos e melhoria genética da pecuária bovina, e a centralidade da vida urbana, que se estabelece cada vez mais.
2022	Reeleição do Governador Gladson de Lima Camelli ao governo do Estado do Acre.	Manteve o enfoque no agronegócio, agora com uma retórica sustentável, porém sem mudanças substanciais. A política estadual depende da iniciativa privada, com empresas de outros estados investindo em grãos. O padrão histórico se repete, com a transição da pecuária para o agronegócio de grãos. A expansão agrícola ocorre sobre áreas anteriormente destinadas à pecuária e em regiões de florestas e reservas extrativistas.

Fonte: elaborado pelo autor, 2021/2023, com suporte em entrevista realizada.⁶

⁶ Entrevista concedida por SILVA, Silvio Simione (Docente do Curso Geografia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CCFH / UFAC). Entrevista I [31.08]. Entrevistador: César Leandro de Christo Hundertmarck, 2021. Arquivo mp3 (9 min).

Algumas das etapas indicadas no Quadro 4 requerem atenção especial, por exemplo, as ocorridas no ano de 1999. Nesse ano, o conceito de Florestania adquiriu relevância marcante, emergindo de forma preponderante no contexto do Estado do Acre durante o período de liderança da família Viana, que conduziu a Frente Popular de 1999 a 2018. Esse grupo político esteve à frente da gestão estadual ao longo de duas décadas.

O conceito de Florestania foi criado no início do governo Viana. A ideia central era dar vez a todos os grupos sociais que fazem o Acre existir: povos da cidade, do campo e da floresta - seringueiros. O Acre era representado por oligarquias políticas. Não existiam políticas públicas destinadas aos excluídos e marginalizados, como os indígenas, ou o povo da floresta.

Levando em consideração a abordagem de Milton Santos, que ressalta a imposição de uma única racionalidade global sobre todos os lugares, percebe-se, no contexto específico do Acre, como essa dinâmica se manifesta, pois a interação entre a universalidade do global e a singularidade do local, manifesta de maneira vívida no Estado do Acre, transcende o meramente econômico e tangencia a vida cotidiana e as aspirações das comunidades locais.

Um exemplo relevante é o ocorrido em Xapuri / AC, após o trágico assassinato de Chico Mendes. Com a ascensão da Frente Popular do Acre, que se autodenominava Governo da Floresta, presenciou-se a concretização de investimentos provenientes de organizações internacionais, que provocaram mudanças significativas no modo de vida dos habitantes das matas Xapurienses.

Essas transformações acarretaram benefícios, porém não se pode ignorar as desvantagens, tais como: a diminuição do contingente de seringueiros e a disponibilidade do território para outras atividades econômicas, além da exploração da seringueira, fonte de extração do látex.

Esse contexto evidencia a sólida influência da ordem global na racionalidade do interior do Acre, o que perdura até os dias atuais, nas comunidades, minifúndios e seringais ainda em atividade.

Assim, o desenvolvimento do território acreano sempre se caracterizou por eventos e intervenções externas, as verticalidades, conforme evidenciado pelos registros apresentados no Quadro 4. Desde o período áureo da borracha, influências estrangeiras configuraram o curso das questões locais no contexto da configuração territorial.

O Estado do Acre se destaca entre os poucos estados brasileiros que optaram por adotar a sustentabilidade ambiental como pilar do desenvolvimento, preservando sua cobertura vegetal. Essa escolha remonta a uma história fortemente vinculada às lutas dos povos extrativistas, que valorizam a floresta como fonte essencial para sua continuidade e sobrevivência. Além disso, o Estado abraça uma abordagem que favorece cadeias produtivas de menor impacto ambiental, como a extração do látex.

Portanto, a periodização histórica do Estado do Acre surge como um elemento fundamental para a compreensão do aprimoramento socioterritorial do território. Cada período histórico trouxe desafios, transformações e interações que, de forma conjunta, colaboraram para a construção da identidade territorial do Estado do Acre, suas dinâmicas econômicas e sua estrutura social.

3.2 Formação socioterritorial do Estado do Acre

Analisar a formação socioterritorial do Estado do Acre como uma totalidade dinâmica e suas contradições peculiares pressupõe um esforço de observação do uso do território como espaço usado, simultaneamente material e social (Santos, 1994).

Para compreender as relações do território delimitado com a realidade social nele presente, a análise socioterritorial é uma forma de compreensão clara da sua realidade. Tal análise, a partir de dinâmicas socioterritoriais, em acordo com as necessidades e práticas da população extrativista/seringueira nele domiciliada, possibilita o entendimento das relações do território delimitado com a realidade social presente e, desta forma, entender a realidade vivenciada no território.

Nesse contexto, configura-se como uma formação socioterritorial particular, marcada pela apropriação dos antigos seringais, conforme registrou a histórica do Estado do Acre (Souza, 2005). Ao mesmo tempo, foi “produto da rearticulação do espaço nacional na nova divisão mundial do trabalho e da produção” (Silva, 2004, p. 45) e local de construção de novas formas e situações que repercutiram no território pesquisado.

Dessa maneira, constitui-se numa “fronteira de civilização, do espacial, do cultural, de visões de mundo, de etnias, da história e historicidade do homem e, em especial, fronteira do humano” (Silva, 2004, p. 40).

No caso do seringueiro, este é um sujeito social que transpõe a história com a convicção de que é produtor de seu sustento, o que é fato, mas, ao mesmo tempo,

produz para terceiros. O fundamento de seu viver é dado pelo manejo de seu tempo, de seu ambiente de trabalho, no âmbito de sua vivência socioterritorial, o que remete a uma vinculação estreita com suas raízes históricas.

A intersecção entre a conjuntura socioterritorial e socioeconômica constitui um componente primordial para a compreensão da dinâmica que permeia um determinado território. No contexto particular do Estado do Acre e atividade de extração do látex, tal interligação torna-se manifesta, evidenciando uma complexa interdependência entre os aspectos de ordem social e econômica.

No contexto da conjuntura socioterritorial, a disposição das comunidades, seringais, colocações (locais de produção do seringueiro), com a presença da floresta e as intrincadas redes de interações humanas, muitas vezes mediadas por agentes mercantis, estabeleceram uma configuração espacial singular. Esses elementos exerceram influência sobre a coesão social, as práticas culturais e as dinâmicas das relações de poder no âmbito do extrativismo do látex. Assim, a interação entre os indivíduos e o ambiente em que residem configuram uma teia intrincada de relações, resultando em uma realidade socioterritorial diferenciada.

Dessa forma, a inter-relação entre a conjuntura socioterritorial e socioeconômica no contexto do território do Estado do Acre, com sua tradicional prática de extração do látex, é intrínseca e profunda.

O Acre teve no extrativismo a base econômica de sua sustentação por um longo período, sendo assim, o desempenho da economia acreana sempre esteve ligado aos intervalos entre uma crise e outra do extrativismo da borracha.

O Estado do Acre, à semelhança do restante do Brasil, atravessou os diversos ciclos econômicos que marcaram a história do País, desde os tempos do Brasil colônia até fases mais contemporâneas.

A tese em questão concentrou-se na análise das fases da borracha; entretanto, não se pode desconsiderar as demais atividades econômicas que desempenharam um papel significativo na história nacional e que, além disso, foram favorecidas em relação ao látex acreano, devido à sua proximidade com a região Sudeste do Brasil, notadamente no que diz respeito ao café e açúcar.

A fase da borracha ocorreu entre 1879 e 1945, portanto, bem mais contemporânea, e ainda foi acoplada pelo bom momento do café nos anos de 1900. Correspondeu ao período da história brasileira em que a extração e comercialização de látex para produção da borracha foram atividades basilares da economia.

Estabeleceram-se na região central da floresta amazônica, entre os anos de 1879 e 1912, revigorando-se por pouco tempo, entre 1942 e 1945, momento em que teve um destaque grande sobre o produto interno do País (Prado Júnior, 1994).

Como um todo, a economia da Amazônia, no período dos anos de 1800, continuou caracterizada por uma mescla de agricultura de subsistência com extrativismo, tendo “por base diversas formas de produção, que variavam desde a economia camponesa até o uso compulsório do trabalho indígena” (Fragoso, 2000, p. 166).

Ao longo do período colonial, enquanto no Nordeste se produzia o açúcar e no Sudeste se minerava, na região norte havia a atividade agrícola e a extração das chamadas drogas do sertão⁷, que também ajudavam a compor as rendas da Coroa portuguesa. Assim,

em determinadas conjunturas econômicas, observar-se-ia o crescimento do extrativismo, o que acarretaria uma ligação com o mercado e, por conseguinte, um maior fluxo da renda. Entretanto, mesmo nessas ocasiões, a produção de alimentos continuava presente. Em realidade, a agricultura de alimentos e a natureza do regime de trabalho amazônico, já que ambos representavam um baixo investimento de capital, serviam de base para a acumulação de riquezas via extrativismo (Fragoso, 2000, p. 166).

Foi o que ocorreu ao longo do século XVII e no final do XVIII, quando as atividades agrícolas e extrativistas atingiram patamares de maior importância econômica e de ocupação social. Entretanto, no século XIX, a borracha começa a ganhar importância, trazendo algumas mudanças sem, contudo, alterar as suas bases estruturais. A partir daí, principalmente na segunda metade dos anos de 1800, a economia da Amazônia se ligou ao abastecimento do mercado industrial internacional pelo extrativismo da borracha, demandada pela necessidade dessa matéria-prima em crescimento. Inclusive, “em 1892 a produção brasileira de borracha correspondia a 61% da produção mundial, e ainda em 1910 o Brasil era responsável por 50% do consumo internacional” (Fragoso, 2000, p. 166). As exportações de borracha passaram de 2,3%, em 1850, para 28%, em 1910.

Também houve um intenso movimento migratório aos seringais, principalmente de nordestinos, já que o povoamento era muito escasso nessa Região Norte e a extração da borracha requeria uma grande quantidade de mão de obra em função de

⁷ As drogas do sertão reúnem os diversos tipos de especiarias (plantas, raízes, sementes, frutas, ervas medicinais etc.) que foram comercializadas no Brasil Colônia (sertão nordestino).

seu baixo padrão tecnológico. A produção da borracha ocorria a partir do seringal, árvores de onde se retirava o látex.

Consoante as palavras de Souza (2005), testemunhamos uma atividade predatória na qual, em sua gênese, não se manifestava qualquer aspiração pelo domínio da terra. Todavia, ao atingir o apogeu dessa atividade extrativista, os seringalistas passaram a empreender diligências no intuito de legitimar suas posses, erigindo grandes propriedades.

Nesse período, cidades como Manaus e Belém, que abrigavam os principais centros comerciais da borracha, tornaram-se as mais desenvolvidas capitais brasileiras, ostentando infraestruturas modernas, como eletricidade, sistema de água encanada e esgotos, museus e cinemas, inspirados pela influência europeia. Contudo, as duas fases da borracha terminaram, o que foi agravado pela ausência de políticas para o desenvolvimento da região, resultando no acirramento dos problemas sociais diante do progresso do Estado.

Essas bruscas declinações, do ponto de vista histórico, foram ocasionadas por dois grandes eventos específicos que tiveram lugar na região Norte: a Revolução Acreana⁸, e o término da Segunda Guerra Mundial, que resultou em políticas de incentivo à pecuária e diminuição da participação dos estados do norte brasileiro na economia do País. Como consequência, retornou em menos investimento, menor atratividade e maior custo para a produção do insumo, resultando em menos processos comerciais (Prado Júnior, 1994; Moraes, 2016).

A primeira fase da borracha, no Brasil foi impactada, fundamentalmente, pelo processo da revolução industrial, que provocou não tão somente demanda de mão de obra, mas também de produção de derivados da borracha, como os pneus e componentes de máquinas industriais, além das linhas de vestuário e produtos domésticos, que estavam em ascendência no continente europeu (Moraes, 2016). Nesse período, de 1879 até meados de 1912, cerca de 40% de toda a exportação brasileira era proveniente da Amazônia, paga em libra esterlina (£), a moeda do Reino Unido, respondendo o Acre com quase 65% de toda a produção realizada dentro do período.

⁸ Durante o conflito, as atividades extrativistas, incluindo a extração do látex, foram afetadas devido aos combates e instabilidade da região. Além disso, as tensões causadas pela revolta contribuíram para a instabilidade política e social, o que impactou negativamente as atividades econômicas, incluindo a produção de borracha (Lima; Ogando; Nascimento, 2022).

Como consequência do ápice econômico, diversificados povoados e vilas ribeirinhas foram surgindo, ampliando mais a população das cidades existentes e, por consequência, estabelecendo infraestruturas básicas, como escolas, hotéis, dentre outros, que contribuíram para o estabelecimento do território como propriedade absoluta brasileira no período (Morais, 2016).

No início da segunda década de 1900, a produção de borracha dos países asiáticos superou a amazônica e, como não houve ações para proporcionar desenvolvimento de outros setores econômicos, veio a decadência geral da região.

Portanto, verificou-se uma queda exponencial na exportação da matéria-prima da fase da borracha, devido, principalmente, ao cultivo de seringueiras nas colônias do oriente feito pelas próprias nações europeias (principais importadoras), cultivo este, inclusive, com um potencial maior de produção, por não ser nativa como na América (Prado Júnior, 1994).

Esse declínio nas exportações de matéria-prima da fase da borracha impulsionou uma reconfiguração econômica na região, levando a uma busca por alternativas de sustentação econômica, que, por sua vez, influenciaram as dinâmicas sociais e políticas locais.

Nesse sentido, Souza (2009, p. 236) corroborou Prado Junior:

Com investimentos nas técnicas do plantio, os ingleses e os países que hoje fazem parte da comunidade europeia de economia ofereceram ao mercado mundial abundância do produto a um baixo custo. E no mesmo período, devido ao início de revoltas na região nordeste, e observando a ascensão do café, o Estado brasileiro se eximiu de lutar pela borracha e recusou qualquer envolvimento dos cofres públicos com subsídios aos empresários da borracha.

Assim, a primeira fase da borracha se finalizou pela interferência, novamente, do café, que vinha das regiões centro-sul, com menor distanciamento geográfico da costa (e conseqüente maior redução de custos) e com potenciais de compra internacionais melhores do que o insumo coberto pelos países do norte (Prado Júnior, 1994; Souza, 2009). Afinal, “era muito mais cômodo para o governo brasileiro investir no café, no centro-sul, do que na produção da borracha/látex e seus derivados perdidos nos confins da Amazônia” (Souza, 2009, p. 237).

Já o segundo ápice, e menor fase da borracha, ocorreu entre 1942 e 1945, movimentado apenas por pressão política do governo brasileiro para suprir o grupo dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, visto que os povos japoneses invadiram os seringais do Reino Unido na Ásia. Nesse sentido, ao observar uma nova demanda

político-econômica devido às fases da guerra, necessitou-se uma maior quantidade de borracha, como apontou Souza:

na Segunda Grande Guerra um investimento feito em conjunto pelo governo brasileiro e os Estados Unidos objetivava produzir borracha silvestre para suprir os Aliados, visto que os estoques de borracha dos Aliados começaram a diminuir muito, e a produção brasileira no mercado não era suficiente para a demanda. Além de aumentar a produção em pouco tempo, foi imprescindível a mobilização de milhares de migrantes nordestinos rumo à Amazônia, os chamados *soldados da borracha*. Após a vitória do Aliados, para os Estados Unidos não compensaria mais investir no Brasil, e novamente a borracha brasileira caiu no marasmo econômico, e a Amazônia procurou aos poucos se recuperar através do extrativismo de produtos da terra (Souza, 2009, p. 312).

Dessa forma, a fase da borracha no Brasil se funde diretamente com a história e desenvolvimento do Acre e de seus respectivos territórios, visto que a maior quantidade de investimentos foi realizada a partir das necessidades político-estratégicas, ao menos até o início do regime militar, e da ação dos movimentos sociais após 1950, que contribuíram para a ascensão da região. Mesmo com a queda da produção, após a Segunda Guerra Mundial, a extração do látex continuou com grande importância para a economia local até a contemporaneidade.

Em consonância com o panorama histórico mencionado anteriormente, percebe-se, nas dinâmicas socioespaciais presentes nos municípios do Vale do Acre, ecoam algumas das influências da fase da borracha no Brasil. Essas dinâmicas compartilham certas semelhanças, as quais, contudo, desdobram-se em características distintas o suficiente para imprimir a cada município suas particularidades singulares.

Na discussão sobre aspectos como o espaço social, o fluxo de pessoas, a força laboral, a geração de riquezas e as vias de circulação presentes no território pesquisado, evidencia-se uma complexa teia de relações que refletem, de certa maneira, os legados históricos e as transformações ocorridas desde a época da intensa extração do látex. Essa conexão entre passado e presente lança luz sobre a maneira pela qual as bases econômicas e sociais estabelecidas na fase da borracha reverberaram nas configurações atuais dos municípios do Estado acreano.

Souza (2020, p. 22) define espaço social como:

Aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. Com isso, fica claro que não se está falando de um nível de abstração como o das conceituações de espaço dos matemáticos, dos físicos e dos filósofos (como Immanuel Kant, por exemplo). Assim como o espaço geográfico, em uma primeira aproximação, corresponde à superfície terrestre, o espaço social,

aqui corresponde, também em uma primeira aproximação, e que igualmente precisará ser complementada, à superfície terrestre apropriada, transformada e produzida pela sociedade.

A formação socioespacial do Estado do Acre emergiu como um complexo mosaico que conjuga múltiplas influências e trajetórias históricas, inscritas na tessitura deste território.

Ao se contemplar a formação indígena nesse contexto, percebe-se um substrato primordial. As diversas etnias autóctones que habitaram e ainda habitam o território lhe conferem uma base ancestral rica e diversa. Os indígenas, com suas culturas e modos de vida, contribuíram para formar a configuração sociocultural da região, conferindo-lhe uma raiz étnica e cultural.

No entanto, o panorama acreano também incorporou influências exógenas, notavelmente marcadas pela migração nordestina, representada de maneira notória pelos soldados da borracha, caracterizados como verticalidade atuante no território. Esse contingente populacional, oriundo principalmente do nordeste brasileiro, convergiu para a região durante a fase da borracha, desempenhando um papel central no contexto econômico e sociopolítico. A sua inserção impregnou o Estado do Acre com elementos culturais, sociais e econômicos característicos da região nordestina, contribuindo assim, para a diversidade cultural e a dinâmica social local.

Além disso, a migração proveniente do Sul e Sudeste do Brasil também deixou a sua marca indelével na formação do Estado do Acre. Esses fluxos migratórios introduziram elementos de modernização e diferentes formas de organização produtiva, em síntese, a formação socioespacial do Estado exibe uma complexa interação entre diversas trajetórias culturais, étnicas e econômicas.

A formação socioespacial do Estado do Acre, intrinsecamente ligada aos influxos históricos discutidos anteriormente, encontra sua expressão mais profunda na formação socioeconômica dessa região. Os fatores que delinearam a geografia humana ao longo do tempo também desempenharam um papel crucial na estruturação das atividades econômicas locais. As raízes da economia acreana, enraizadas na exploração da borracha e nas dinâmicas sociais da época, reverberaram na configuração atual do panorama econômico do Estado.

No entanto, é importante compreender que essa herança histórica não é estática; ao contrário, ela interage constantemente com os desafios e oportunidades

contemporâneos, moldando a diversificação econômica, os setores produtivos emergentes e as formas de integração com mercados globais.

Assim, a formação socioeconômica do Vale do Acre se entrelaçou de maneira complexa e dinâmica com o aprimoramento da sua formação socioespacial, delineando um quadro abrangente da trajetória desse território ao longo dos tempos.

Destaca-se, de acordo com Silva (2004, p.1):

A formação da fronteira econômica acreana se deu no contexto da expansão da frente pioneira extrativista da borracha no final do século XIX. Esta frente propiciou condições para a ocupação econômica e populacional, em terras brasileira e não brasileiras na Amazônia. Com isto, tornou-se este território habitado por migrantes brasileiros, um dos espaços produtivos mais expressivos economicamente na região amazônica. O Acre, então, firmava-se como a maior reserva natural de borracha do mundo em exploração.

Essa fronteira econômica foi possível, em grande parte, devido ao significativo fluxo de migrantes nordestinos que aportaram no então Território Federal do Acre, atraídos pelo extrativismo da borracha em dois períodos distintos históricos (Jacobs *et. al.*, 2013).

O primeiro período, mais marcante dentro das fases de desenvolvimento urbano e econômico da Amazônia, foi o nomeado de Fase da Borracha, que ocorrera ao final do século XIX, devido às mudanças de direitos e à expansão brasileira para o mercado internacional de insumos e produtos.

Durante esse período, a renda *per capita* da região subiu em 800%, a população regional cresceu em quase 400% e o sertão amazônico, formalmente, integrou-se ao sistema político-econômico nacional e internacional (Braham e Coomes; 1994 *apud* Jacobs *et. al.*, 2013), passando a receber contribuições da União para seu desenvolvimento.

A formação socioespacial acreana,

Por um longo tempo menosprezado na nossa formação socioespacial, o Acre nas últimas décadas passou a ocupar uma posição de destaque dentro de debates fundamentais, como o da questão ecológica e o da organização de movimentos de resistência dos chamados povos tradicionais (especialmente a partir da criação das reservas extrativistas como modelo inovador de construção territorial) (Haesbaert, *in* Moraes, 2016, p. 1).

Foi nessa fase que as cidades portuárias de Belém e Manaus testemunharam o *boom* econômico urbano sem precedentes, que resultou na rivalidade entre elas (e as cidades do Acre) por desenvolvimento de projetos de grandeza urbana (Jacobs, 2013). Claro que, fundamentalmente, o desenvolvimento nas duas primeiras cidades

fora exponencialmente maior do que nas cidades acreanas, que iniciavam seus preceitos dentro do campo agroindustrial (Kalume, 1991).

Tal aspecto histórico (contribuições do governo para desenvolvimento local) agrupado com as oscilações (costumeiramente positivas) da precificação da borracha resultou, diretamente, no processo de êxodo rural no Estado (Kalume, 1991), segunda fase de expansão humana e de atividades do Estado.

Desse modo, a população acreana residente nos interiores do Estado, buscando melhorar seu padrão de vida, deslocou-se para a capital acreana (Rio Branco), em busca de trabalho qualificado e melhores condições de vida para suas famílias.

Tais características, juntas, remontaram, ao longo dos anos, à estrutura e geografia do Estado do Acre – centralizado a partir do Município de Rio Branco, capital do Estado.

Nesse sentido, após a contextualização acerca da formação socioterritorial e de suas bases socioespaciais e socioeconômicas no contexto do Estado do Acre, seguem-se ponderações sobre o Vale do Acre.

3.3 O território do Vale do Acre: diversidade e singularidade

O Vale do Acre, como espaço geográfico de singularidade marcante, incorpora uma rica conjunção de influências culturais. Nesse contexto territorial, convergem a herança indígena, a influência nordestina e a migração de sulistas e sudestinos para o território. Esse entrelaçamento resulta em um contexto sociocultural que não apenas celebra a diversidade, mas também enfrenta os desafios inerentes à convivência e à construção de uma identidade regional profundamente arraigada.

Ao se direcionar o olhar para o Vale do Acre, percebe-se que ele se estende na direção sul do Estado, demarcando fronteira com o Vale do Juruá, localizado ao norte.

Os municípios situados no interior desse vale desempenham um papel de relevância singular na exploração do látex. Destaca-se que o Vale do Acre se sobressai notoriamente em termos de industrialização e mecanização agrícola quando comparado ao Vale do Juruá. Nesse contexto, o território emerge como um proeminente polo extrativista de borracha e castanha.

Destaca-se que os agentes mercantis investigados têm suas sedes nos municípios do Vale do Acre, onde parte de seus territórios se entrelaça com a Resex Chico Mendes, conforme demonstrado na Figura 4.

De acordo com os dados do IBGE/PEVS – 2022, os cinco principais municípios acreanos na produção de borracha são Xapuri, com a maior participação de 38%, seguido por Sena Madureira com 19%, Tarauacá com 10%, Brasiléia com 8% e Feijó com 5%.

É relevante que três desses municípios, a saber: Xapuri, Sena Madureira e Brasiléia, fazem parte do Vale do Acre e compartilham parte de suas extensões territoriais com a Resex Chico Mendes, desempenhando um papel significativo como centros de operações para os agentes mercantis abordados nesta tese.

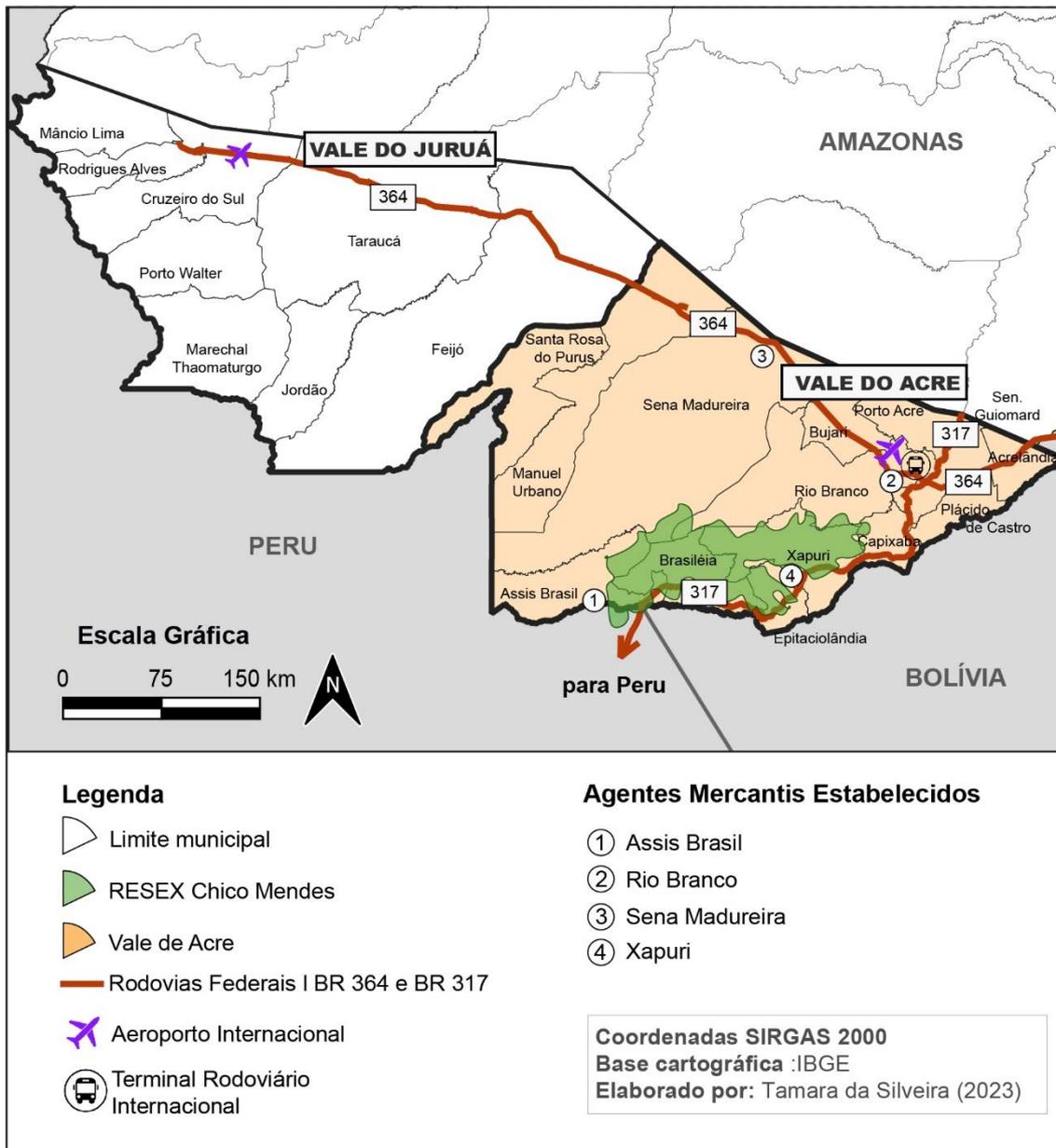
A capital do Estado, Rio Branco, localizada próxima ao centro do Vale do Acre, desempenha um papel central na conectividade logística do território. Além de sua importância política e administrativa, o município abriga o aeroporto internacional e o terminal rodoviário internacional, com uma população estimada em 364.756 habitantes em 2022, de acordo com dados do IBGE.

A economia do setor gumífero encontrou uma oportunidade de escoamento de sua produção nas rodovias federais BR 317 e BR 364, algo que não era possível durante as duas fases anteriores da borracha, devido à inexistência dessas estradas.

No Vale do Acre, ao contrário do Vale do Juruá, a BR 317 corta o território, Figura 4, facilitando, assim, o escoamento do látex extraído no território.

Rio Branco desempenha um papel fundamental como ponto de partida para as rodovias federais BR 317 e BR 364, conforme ilustrado na Figura 4. A BR 364, oriunda do sudeste brasileiro, estabelece a conexão entre o Vale do Acre e o restante do País, enquanto a BR 317, integrante do projeto de ligação rodoviária entre o Brasil e o Oceano Pacífico, conhecida como Estrada do Pacífico, estende-se até a fronteira, facilitando as conexões internacionais com Bolívia e Peru.

Figura 4: Vale do Acre: Infraestrutura – rodovias, aeroporto e terminal rodoviário



Fonte: organizada pelo autor. Elaborada por: Tamara Silveira, 2023.

Essa configuração territorial assume um papel fundamental como via de acesso ao Oceano Pacífico (Figura 4), proporcionando oportunidades de exportação para o território acreano e, conseqüentemente, alternativas de exportação para o Brasil como um todo.

No âmbito do Vale do Acre, encontram-se sediados os quatro agentes mercantis, objeto de estudo nesta tese, localizados nos municípios de Assis Brasil (1), Rio Branco (2), Sena Madureira (3), e Xapuri (4), conforme aponta a Figura 4. Ademais, 14 dos 22 municípios do Acre estão situados nesse território.

Um outro aspecto de destaque é que o Vale do Acre desempenhou um papel preponderante nos movimentos sindicais. Sob a liderança do seringueiro Chico Mendes, nativo de Xapuri, esse território foi um dos epicentros responsáveis pelo surgimento da Resex Chico Mendes, também localizada nesse mesmo território.

Em termos territoriais, o Vale do Acre se estende por uma área de 78.721,08 km², abrangendo, assim, 47,95 % do território total do Estado do Acre. Além dessa vastidão territorial, o Vale é habitado por uma população de 587.900 habitantes (Tabela 1), de acordo com os dados do IBGE de 2022, o que equivale a expressivos 70,82% da população do Estado.

Tabela 1: VALE DO ACRE – POPULAÇÃO

	Município	População
1	Rio Branco	364.756
2	Acrelândia	14.021
3	Assis Brasil	8.100
4	Bujari	12.917
5	Brasiléia	26.000
6	Capixaba	10.392
7	Epitaciolândia	18.757
8	Manoel Urbano	11.996
9	Plácido de Castro	16.560
10	Porto Acre	16.693
11	Santa Rosa do Purus	6.723
12	Senador Guimard	21.453
13	Sena Madureira	41.349
14	Xapuri	18.243
TOTAL		587.900

Fonte: organizada pelo autor (IBGE, 2022).

Essas dimensões territoriais e demográficas, devidamente respaldadas, conferem ao Vale do Acre uma relevância inquestionável, tornando-o o fulcro central desta tese. Por meio de sua complexidade e singularidade, esse território nos desafia a explorar suas nuances e peculiaridades em profundidade, destacando-se como um campo de estudo rico e substancial, capaz de enriquecer a compreensão das dinâmicas regionais e sua relevância no contexto mais amplo do Estado e do País.

3.4 Construção da territorialidade seringueira

O movimento dos seringueiros acreanos é representativo pela importância que conferiu à sociedade acreana - como resultado da convergência de várias ações que ali se territorializaram, sendo meritório esclarecer que a referência, nesta tese, feita ao termo seringueiro, relaciona-se aos indivíduos que ainda hoje vivem nas florestas do Vale do Acre e em outras regiões da Amazônia, desempenhando a extração do látex de seringueiras (*Hevea brasiliensis*), criando pequenos animais para autoconsumo, praticando agricultura e pecuária de pequena dimensão.

Os seringueiros do Vale do Acre, especialmente dos municípios que compartilham parte de sua extensão territorial com a Resex Chico Mendes, são um grupo de trabalhadores que desempenham um papel fundamental na extração sustentável da borracha e na preservação do meio ambiente.

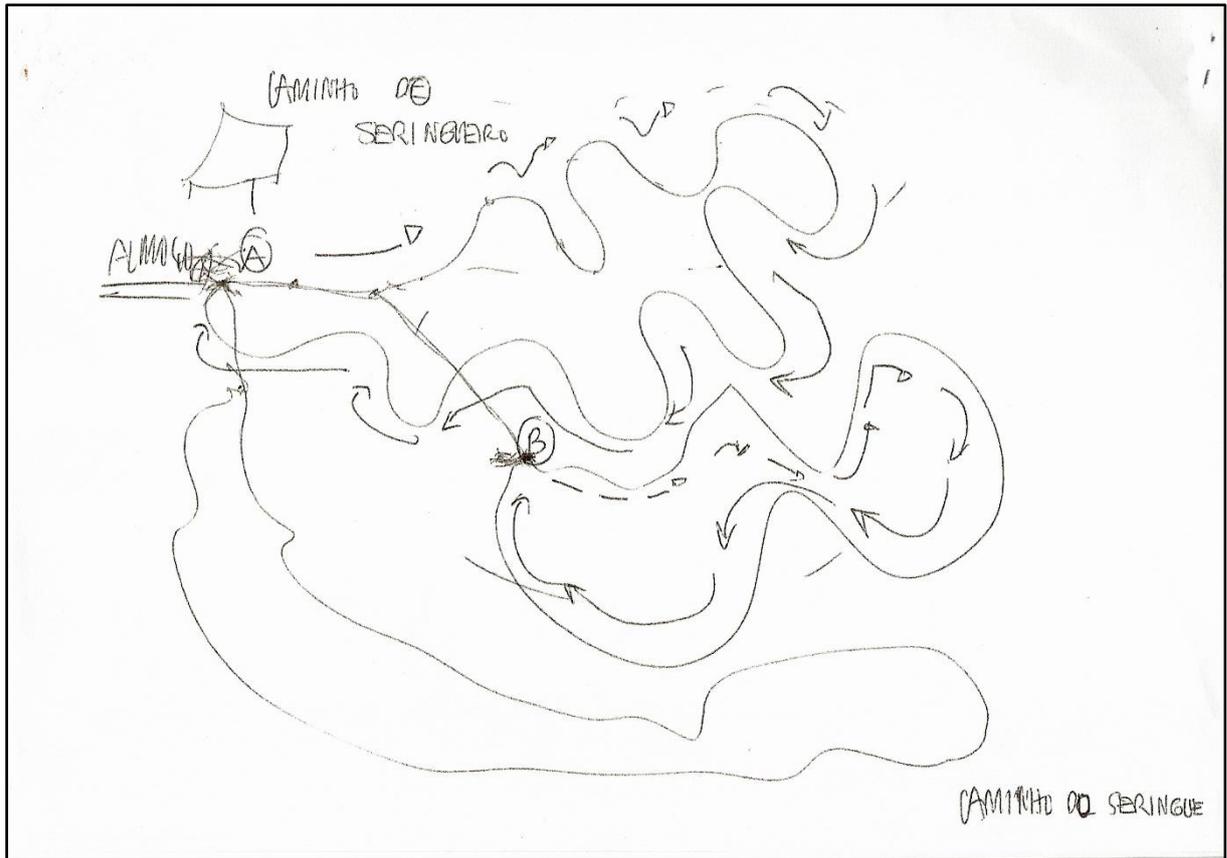
A reserva Extrativista (Resex) “Chico Mendes” abrange uma área aproximada de 970.570 hectares e é administrada pelo Ibama/CNPT. Foi designada para uso sustentável pelos seringueiros, englobando os Municípios de Rio Branco, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil, Sena Madureira e Capixaba, todos localizados no Estado do Acre, Brasil. Atualmente, possui cerca de 2.000 unidades de produção, chamadas de colocações (Maciel, 2022, p.11).

São habitantes tradicionais da Amazônia, dotados de uma conexão íntima com a floresta. Possuem um profundo conhecimento dos ecossistemas locais e se empenham na preservação da biodiversidade do território, mesmo diante das ameaças que têm se aproximado da floresta.

A vida cotidiana dos seringueiros se caracteriza pela simplicidade e por uma estreita conexão com a natureza, além da rotina laboriosa em suas colocações no interior do seringal.

Os seringueiros, em sua maioria, iniciam suas jornadas logo nas primeiras luzes da manhã, com o propósito de realizar a tarefa de sangrar as seringueiras, coletando cuidadosamente, o látex em recipientes especialmente destinados a essa prática. A Figura 5 apresenta duas trilhas na floresta, representando os “caminhos da floresta” A e B, que constituem o trajeto percorrido pelos seringueiros para a extração do látex em suas colocações, situadas no interior do seringal.

Figura 5: Estrada da Floresta – caminho do seringueiro



Fonte: pesquisa de campo – esboçada à mão pelo agente mercantil AM1.

Passam, portanto, grande parte do dia caminhando pela “estrada da floresta”, Figura 5, em busca de seringueiras produtivas, e realizando a sangria e, posteriormente, a coleta do “leite da seringa”. Muitas vezes, os seringueiros vivem em comunidades próximas, chamadas de colocação, dentro dos seringais, e neste local compartilham conhecimento, recursos e apoio mútuo.

Os habitantes da Resex Chico Mendes⁹, no Vale do Acre, subsistem principalmente da extração sustentável de recursos naturais, com foco na coleta do látex da seringueira nativa. Essa prática, fundamental para sua economia, envolve a coleta do látex por meio de técnicas tradicionais, complementada pela colheita de produtos florestais não madeireiros, como castanhas, frutas e ervas medicinais.

Além disso, a criação de animais e a participação em cooperativas locais contribuem para o sustento dessas comunidades. A preservação ambiental é uma

⁹ A abrangência da Resex Chico Mendes estende-se por quase todos os municípios situados no Vale do Acre, abarcando igualmente todos aqueles onde atuam os Agentes Mercantis investigados nesta tese, justificando, assim, a recorrente menção desta reserva extrativista na presente pesquisa.

prioridade, e os seringueiros estão comprometidos com o manejo sustentável dos recursos naturais, desempenhando um papel significativo na conservação da Amazônia e no desenvolvimento sustentável do território.

Além das atividades de subsistência, muitos seringueiros participam ativamente de cooperativas ou associações locais, que visam aprimorar a gestão dos recursos naturais, bem como promover a comercialização sustentável dos produtos extrativistas. No que diz respeito à estrutura das famílias (ANEXO 1),

60% são formadas por adultos, uma vez que se observa baixos números de idosos, com apenas 3% da população, e de crianças e jovens, com 24% e 13%, respectivamente. Esse baixo percentual de jovens apresentado pode ser explicado por diversos fatores, como a falta de séries para continuar os estudos ou a busca de novas oportunidades de emprego nas cidades. (Maciel, 2022, p. 29).

Os seringueiros, no Vale do Acre, mantêm um modo de vida profundamente ligado à floresta, dependendo da extração sustentável de recursos naturais. Suas práticas tradicionais desempenham um papel fundamental na conservação da Amazônia e na promoção de um desenvolvimento sustentável no território (ANEXO 2).

Em relação à forma de uso da terra, verifica-se, que a predominância de uso em todas as áreas é a floresta, sendo áreas com mais de 94% de cobertura florestal. Além disso, é preocupante a formação de pastagem nas regiões, pois cerca de 4% do solo da região é destinado para a produção pecuária, especialmente para a criação de bovinos de forma extensiva (Maciel, 2022, p. 41).

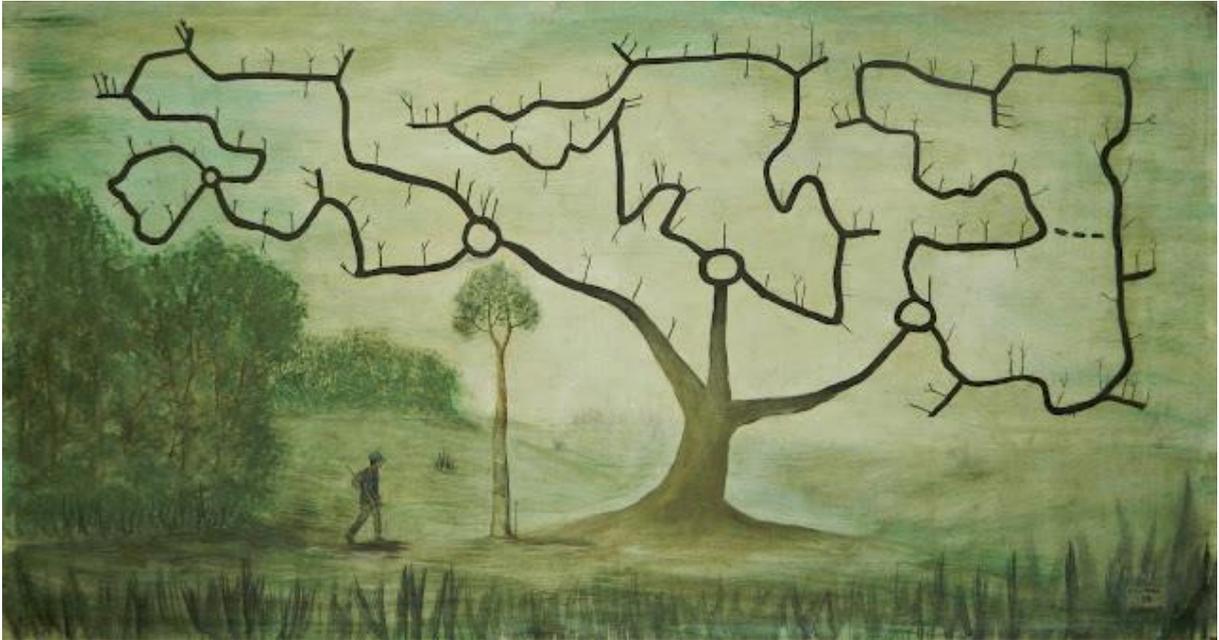
Sua realidade, marcada por simplicidade e harmonia com o contexto da seringueira, pode ser observada em Roca (2006), que, ao descrever a figura do artista plástico acreano Hélio Melo (1983), Figura 6, enfatiza a imagem de um seringueiro aproximando-se de uma imponente seringueira:

Um seringueiro se aproxima de uma grande árvore de extração de borracha, que na selva pode chegar a medir mais de 30 metros de altura e quase três de diâmetro. O quadro não mente, não exagera; não se trata de uma licença pictórica: a realidade é mais contundente que a imaginação. Enfrentando a selva, onde o olhar ocidental vê somente um emaranhado verde impenetrável, o seringueiro estrutura um trajeto, o seu trajeto: um mapa mental de seu rotineiro perambular em busca de sustento. Quando o seringueiro vê a selva, ele vê as árvores na sua individualidade, já que as conhece como se fossem da família. No quadro de Hélio Melo, cada braço da árvore representa um caminho, uma trilha em meio à selva; a cada ramo, uma árvore a sangrar; a cada nó circular, uma oportunidade de descanso na extração do látex (Roca, 2006, p. 129).

A territorialidade dos seringueiros é constituída em uma trajetória alicerçada

naturalmente pelo envolvimento destes com a floresta, e mais especificamente com o seringal, a partir de concepções que valorizam as experiências vividas entre pessoas e seus territórios, nas quais preponderam a sua autonomia e a preservação da floresta.

Figura 6: Estrada da floresta – o Acre todo cabe em uma só árvore



Fonte: Roca, J. (2018).

A magnitude desta conexão, estabelecida por meio da interação com o seringal nativo, que os seringueiros do Vale do Acre mantêm com seu território, permite a formação de uma territorialidade com o propósito de alcançar a autossuficiência de sua comunidade por meio do conhecimento adquirido localmente.

Isso cria as condições para uma dinâmica territorial singular, formada pelas populações que o habitam, como é sugerido pela expressão de sentimentos do autor, que, tendo sido um seringueiro, manifesta-se artisticamente, como evidenciado na Figura 6.

Conforme Albagli (2004), as territorialidades são fortalecidas quando, em seus fatores internos, promovem a formação de vínculos de identidade e colaboram no interesse de preservar, apreciar e aproveitar aquilo que um determinado território possui como peculiaridades culturais, características distintivas, recursos naturais, atividades produtivas e possibilidades econômicas.

Na história acreana, diversas foram as ações e atitudes que ocorreram no território na tentativa de sua defesa, pois, em um determinado território podem ocorrer

múltiplas territorialidades. No caso específico do Vale do Acre, além dos seringueiros – os seringalistas, pecuaristas, operadores do agronegócio e os quebradores de castanha ocupam o território, exercendo a sua territorialidade.

Até os anos 1870, os primeiros povoadores do continente e do território em estudo foram os diferentes povos indígenas, que ainda não estavam sob a ingerência do capitalismo. A Amazônia era povoada, pelo menos, desde 31.500 a.C. (SOUZA, 2005). Em 1872, com a instauração da capitania real de Mato Grosso, novos grupos humanos foram direcionados para o lugar, aumentando a prática de utilização de seringueiras, mobilizando vilas e abrindo espaço para descobrir a importância do setor.

Estendendo-se até 1912, ocorreu a expansão do extrativismo da borracha, impulsionado pelos impactos da revolução industrial. O território recebeu auxílio financeiro e econômico para estruturas, ferrovias, criação de cidades, povoados e transportadoras, dentre outros, e os seringalistas do Vale do Acre estabeleceram suas relações comerciais diretamente com as “casas aviadoras¹⁰”. Tal situação era estabelecida por meio do controle comercial sobre o qual se estruturavam os seringais.

Na segunda fase da borracha, entre 1941 e 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos necessitavam de grandes quantidades do insumo por causa da guerra. O final desse conflito levou a produção da borracha no território amazônico a decair novamente.

Findada a segunda fase da borracha, a construção da territorialidade seringueira no Vale do Acre teve no movimento dos seringueiros um forte fundamento para sua consolidação.

Os seringueiros lutavam para permanecer na terra, porém a resistência não era somente para permanecer na terra, mas preservá-la. Dessa forma, em resposta a essa luta, na década de 1980, foi concebida a Resex, como possibilidade de regularização da situação fundiária dos povos da floresta, de modo que a lógica da territorialidade seringueira fosse respeitada.

A concepção da Resex representou a principal conquista de um movimento oriundo da floresta amazônica, que se articulou com outros movimentos contra

¹⁰ O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica.

hegemônicos de luta pela terra e de garantia de um modo de vida e cultura autônomos.

Conjuntura corroborada por Porto Gonçalves (1999), quando aponta que, na década de 1970/1980, época da luta pela “territorialidade seringueira”, as tensões sociais fizeram com que trabalhadores rurais do Acre se organizassem em defesa de seus interesses, pois o movimento dos seringueiros significou a passagem da ação territorial à identidade que ela inventa, validando a teoria da ação de que é por meio das lutas que o implícito cresce e ganha a dimensão do explícito.

Sendo assim, a territorialidade está ligada às relações sociais e às atividades diárias que os seringueiros têm com sua natureza exterior.

(...) a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (Haesbaert, 2007, p. 22).

A territorialidade no contexto extrativista é o resultado de um sentimento de pertencimento ao território, muitas vezes sujeito à influência dos planos formulados em grande parte pelo capital, com respaldo estatal.

A construção da territorialidade seringueira foi facultada pela confluência de fatores em um processo histórico de forças sociais que envolveram vários agentes, como: os seringueiros, sindicalismo em ascensão no Estado do Acre, a criação da Resex Chico Mendes e a estrutura do Estado brasileiro, sendo a territorialidade uma forma de resistir à invasão ou dominação de grupos ou interesses, convertendo-se em uma construção histórica dos seres humanos, envolvendo os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais.

Assim sendo, é notório, o papel dos movimentos sociais na construção da territorialidade seringueira do Vale do Acre,

Os movimentos sociais tiveram grande influência na organização da territorialidade seringueira no Acre e, pois o movimento dos seringueiros acreanos emprestou grande importância à sociedade/geografia acreana através de múltiplos processos que ali se territorializaram. O movimento dos seringueiros significa a passagem da ação territorial à identidade que ela inventa, validando a teoria da ação de que é através das lutas que o implícito cresce e ganha a dimensão concreta do explícito. (Porto Gonçalves, 1999, p. 67).

Dessa maneira, a relevância atribuída à territorialidade se torna crucial para o aprimoramento do território da borracha, uma vez que proporciona elementos tanto afetivos quanto materiais para a consolidação da identidade do território subsequente.

3.4.1 O território da borracha: identidade e conflitos, lutas e direitos entrelaçados

O avanço tecnológico e a revolução industrial na Europa, impulsionados por um interesse global, atuaram como catalisadores que transformaram a borracha nativa – antes um recurso exclusivamente proveniente da Amazônia – em uma mercadoria de prestígio. Esse fenômeno propiciou ao território, delineado por duas distintas fases, a experiência de um período de prosperidade, porém não constante no âmbito do território em questão.

Dessa forma, para os seringueiros, o território retratou a ocupação do espaço, a luta, o poder, a conquista da terra, da colocação¹¹ no seringal. É o território usado e vivido, o território produtivo em plena utilização e operação, a sua identidade territorial.

O território produtor da borracha e seu respectivo cultivo foi, e ainda é, importante para a história econômica e social do Brasil. O período está relacionado com a extração da matéria-prima – o látex da seringueira, e, com a comercialização do produto – a borracha.

O Estado do Acre, assim como o Vale do Acre, ainda detém a identidade de território produtor de borracha. Com o início da extração da borracha, muitos vilarejos e povoados foram surgindo e, posteriormente, em decorrência das fases da borracha, transformaram-se em municípios expressivos como Rio Branco, capital do Estado do Acre e sediada no Vale do Acre.

Nesse território, que desempenha um papel significativo nas iniciativas extrativistas voltadas para o fomento de seu desenvolvimento, tornou-se imperativo que os agentes envolvidos apliquem suas capacidades latentes. É essencial que explorem profundamente os anseios da comunidade abrangida, compreendam os princípios fundamentais e, por meio da participação coletiva, promovam a efetiva gestão territorial que incorpore todos os elementos relevantes para a sustentabilidade da comunidade seringueira no território da borracha.

Considerando a perspectiva exposta por Milton Santos, na qual ele postula que a ordem mundial almeja estabelecer uma racionalidade em todas as localidades, é

¹¹ Espaço de produção, área que cabe a cada família. A casa do extrativista e as plantações de subsistência ficam no centro, rodeadas pela floresta. Cada colocação é formada por no mínimo três estradas de seringa.

perceptível que a resposta das regiões ao contexto global se revela mediante a expressão de suas próprias racionalidades locais. Tal fenômeno encontrou manifestação no contexto territorial em questão, conferindo-lhe validade e autenticidade.

Considerando os aspectos mencionados, conclui-se que a afirmação de Milton Santos (1994, p. 109) que “num mundo assim, não cabe a revolta contra as coisas, mas a vontade de entendê-las, para poder transformá-las”, reafirma-se que a atitude proposta pelo autor é fio condutor que pode encaminhar o entendimento das potencialidades do desenvolvimento do Vale do Acre.

Segundo as considerações de Milton Santos, quando uma instituição ou um grupo age sobre uma fração de território em um dado instante, não desconsideram o que ali já existe, ou seja, não só as coisas, mas também os homens e as relações. Tem-se que compreender e respeitar o saber local, suas particularidades e nuances, pois foram constituídas ao longo do tempo, as tradições, os hábitos e os valores dos residentes e dos migrantes que ocuparam aquele espaço e precisam ser levados em conta.

Dessa maneira, o saber local é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política, é resultado de sábios locais. Não se pode oferecer fórmulas de entendimento local, o que pode ser oferecido é uma profunda reflexão realizada localmente.

No contexto do Vale do Acre, essa reflexão local assume um papel fundamental na análise dos conflitos ocorridos no território e dos movimentos sociais que buscaram afirmar a identidade brasileira no Vale.

O território do Vale do Acre se erigiu como um contexto emblemático, onde a dicotomia entre espaço geográfico e pretensões territoriais desenharam um contorno histórico de relevância. Esse território, atravessado por densas florestas e exuberante biodiversidade, tornou-se contexto de um conflito árduo, no qual a integração à soberania brasileira se manifestou de forma pujante.

Na composição intensa das relações territoriais, emergiu o Acre, como uma incógnita singular que desafia os padrões convencionais de construção identitária. Ao abraçar a brasilidade, os habitantes do Acre não seguiram uma trajetória comum, mas trilham um caminho singular.

“O acreano foi o único povo que lutou para ser brasileiro! Virado axioma da construção identitária acreana, a expressão busca o consenso em torno de

uma excepcionalidade: ser brasileiro, no Acre, não foi parte de uma normalidade, mas de uma exceção. A exclusividade na “escolha” identitária foi se assentando sobre mitos de origem (Revolução Acreana) e de destino (independência, autonomia, Florestania, desenvolvimento sustentável). (Morais, 2016, p.5).

Esse processo de delinear uma identidade diferenciada não repousa somente sobre a singularidade da opção, mas também sobre a edificação de mitos fundamentais. A Revolução Acreana, como um mito de origem, confere à identidade acreana um ponto de partida onde os anseios por autonomia e independência foram tecidos na trama da resistência.

Contudo, não é apenas no passado que se encontram as raízes dessa busca pela condição de brasileiro distinto. No âmbito do destino, são delineadas aspirações que abarcam independência, autonomia, florestania e desenvolvimento sustentável.

Cada uma dessas pedras fundamentais constrói a narrativa peculiar da identidade acreana, forjando uma trajetória que diverge das normas preconcebidas.

As disputas fronteiriças e as aspirações locais por autodeterminação testemunharam a tenacidade dos acreanos em forjar sua identidade, ressoando uma narrativa de resiliência e convicção de seu pertencimento à nação brasileira.

No contexto histórico da anexação do Acre ao território brasileiro, foram abordados os eventos ocorridos desde os acordos estabelecidos entre Portugal e Espanha, até os conflitos decorrentes de interesses econômicos. Esses conflitos culminaram no movimento reconhecido como Revolução Acreana e na assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, que consolidou a incorporação definitiva do território ao Brasil.

Todos os movimentos armados ou diplomáticos pela posse do Acre, findando com o Tratado de Petrópolis, assinado entre Brasil e Bolívia, foram motivados pela riqueza em borracha existente na floresta acreana que servia de matéria-prima nas indústrias de países como Estados Unidos e Inglaterra. A riqueza em borracha existente no Acre despertou grande interesse pela região. A Bolívia, que considerava o Acre como TIERRAS NON DESCUBIERTAS (terras não descobertas) em seus antigos mapas, resolveu exigir o reconhecimento das terras acreanas como de sua propriedade. (Souza, 2005, p. 148).

Quanto à ocupação territorial, foi perceptível a importância da Revolução Acreana na anexação das terras ao Brasil. Este conflito armado, envolvendo brasileiros e bolivianos, contribuiu para o enriquecimento do patrimônio nacional e, ao mesmo tempo, delineou uma sociedade diversificada, composta por distintos grupos culturais, crenças, mitologias e tradições peculiares.

Essa multiplicidade derivou da fusão entre as populações autóctones do território e os migrantes que adentraram o território, incorporando os nordestinos, os quais se instalaram na área dedicada à exploração do látex.

Portanto, é discernível que a Revolução Acreana constituiu um marco de suma importância para o território pesquisado. Isso decorre do fato de que, conforme atestado nos mapas bolivianos ancestrais, a região categorizada como território ainda não havia sido descoberta pelo país vizinho, até que foi, posteriormente, incorporada ao território brasileiro.

Assim sendo, o Tratado de Petrópolis, firmado em 1903, conferiu ao Acre o estatuto de Estado dentro da federação brasileira, conferindo-lhe, enfim, uma identidade definitiva.

O território do Vale do Acre assumiu a sua posição como um contexto emblemático no qual a oposição entre o espaço geográfico e as aspirações territoriais delinearum um contorno histórico de notável importância. Isso estabelece um vínculo intrínseco com os movimentos rurais no Vale do Acre, representando movimentos sociais que ocorreram no âmbito desse território.

No que concerne aos movimentos sociais ocorridos no âmbito territorial, é plausível afirmar que os movimentos protagonizados pelos seringueiros da Amazônia, sobretudo no Acre, exerceram significativa influência na instauração das reservas extrativistas. Nesse contexto, destaca-se a presença da Resex Chico Mendes, situada ao longo da extensão significativa no Vale do Acre.

Dessa forma, destaca-se a influência preponderante exercida pelos movimentos dos seringueiros da Amazônia, especialmente no Acre. Esses movimentos sociais desempenharam um papel de destaque na formação da Resex e do território pesquisado.

O ano de 1975 foi marcado pela institucionalização dos movimentos sociais na luta pela terra. Neste ano, aconteceu a criação dos primeiros sindicatos – Brasiléia, e posteriormente, a criação do Sindicato de Sena Madureira, que coincide, neste momento, com uma fase de conflitos e lutas pela terra.

A partir de 1980, inicia-se o declínio do sistema produtivo convencional da borracha. Essa década assinala a tentativa de implementar no Acre um modelo agrícola e pecuário tradicional, coincidindo com o assassinato de Wilson Pinheiro, em 1980, e morte de Chico Mendes, em 1988. A partir de 1989, o governo federal proibiu a concessão de linhas de crédito relacionadas ao desenvolvimento de atividades

associadas ao desmatamento da Amazônia. No Acre, esse ato teve um impacto positivo sobre os movimentos sociais.

Conforme Sztompka (2005, p.464) delineou, emergem quatro classificações de transformações sociais oriundas dos movimentos sociais:

1) mudança latente vinda de “baixo” (p. ex. as mudanças econômicas, demográficas, de costumes e modos de vida etc. que as pessoas efetuam vivendo a sua vida cotidiana, fazendo escolhas e tomando decisões tendo em vista objetivos privados); 2) mudança latente vinda de “cima” (p. ex. as ações governamentais que produzem efeitos bumerangue e colaterais não-esperados – mudança oposta à pretendida); 3) mudança manifesta vinda “de cima” (p. ex. a implementação bem-sucedida de um plano, o sancionamento de reformas por agentes governamentais, administrativos e decisores); e 4) mudança manifesta vinda “de baixo” (p.ex. a imposição de reformas políticas pelas massas mobilizadas).

No contexto delineado por Sztompka, emergem distintas categorias de transformações a partir dos movimentos sociais. Elas incluem mudanças latentes oriundas de ações cotidianas, tanto individuais quanto coletivas, bem como transformações inesperadas provenientes de ações governamentais. Além disso, surgem transformações manifestas decorrentes tanto de ações governamentais planejadas como da pressão popular que resulta na imposição de reformas políticas.

Uma minuciosa avaliação destas categorias de mudanças permite afirmar não apenas sua existência, mas também sua interação intrínseca, uma vez que uma determinada mudança social pode desencadear outros tipos de transformações.

Considerando esta análise à luz do contexto do território do Vale do Acre, é possível constatar que a alteração na abordagem adotada pelo governo militar na política de ocupação da Amazônia, no período pós 1964, ocasionou mudanças de grande magnitude na estrutura socioeconômica do território. Tal mudança culminou na desarticulação da atividade extrativista e na sua substituição pela prática da pecuária extensiva, acarretando prejuízos aos seringueiros, cujas vidas e subsistência estavam intrinsecamente ligadas à floresta.

A iniciativa denominada “Operação Amazônia¹²”, no presente contexto, configurou-se como imposição de medidas desenvolvimentistas por parte do governo

¹² Em dezembro de 1966, o presidente Castelo Branco, acompanhado de políticos, planejadores, banqueiros e industriais, lançou, em Manaus, a Operação Amazônia, contendo medidas que resultaram na montagem efetiva de um aparato institucional, cujos objetivos eram a ocupação, o desenvolvimento e a integração ao todo nacional da parte norte do Brasil, que aparecia como uma vasta extensão territorial praticamente vazia em termos populacionais.

federal. Tais ações se inseriram na categoria de mudança manifesta, vinda de “cima” (Sztompka), oriundas de instâncias superiores.

Essa categorização se justificou ao se considerar a origem dessas medidas, emanadas do aparato estatal, bem como o êxito que acompanhou sua execução.

Essa ação resultou na expansão e consolidação do poderio econômico sobre o território, a qual, na época em questão, era tida como a derradeira fronteira do território brasileiro a ser permeada pelo domínio capitalista.

Após o término do período efervescente da borracha, diversos seringueiros efetuaram uma transição para a condição de pequenos produtores rurais. Esses indivíduos permaneceram em suas terras, adotando práticas agrícolas de subsistência em suas propriedades de dimensões reduzidas. Tal atividade frequentemente se ordenava com o cultivo de borracha ou com ocupações assalariadas em fazendas.

Diante dos atritos frequentes entre fazendeiros e posseiros na região acreana, os trabalhadores acreanos também organizaram seus sindicatos, para defenderem seus direitos na justiça contra os grandes proprietários. A então Prelazia do Acre e Purus, da Igreja Católica, por intermédio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, e das Comunidades Eclesiais de Base, também católicas, juntamente com outras entidades e partidos políticos, se colocaram enquanto órgãos de assessorias dos trabalhadores nesse processo (Souza, 2005, p.50).

Diante das constantes contendas entre os seringueiros e trabalhadores rurais de um modo geral e os grandes fazendeiros “paulistas¹³”, os trabalhadores acreanos criaram seus sindicatos com a aspiração de defenderem na justiça seus direitos sobre suas terras.

Foi um movimento contra injustiças sociais, com assassinatos e expulsão de milhares de pessoas de suas terras. Foram nesses grupos organizados em sindicatos rurais de Xapuri e Brasiléia que surgiram lideranças como Wilson Pinheiro¹⁴ e Chico Mendes¹⁵. O movimento dos seringueiros possibilitou o aumento de áreas protegidas do Acre.

Em suma, a organização dos seringueiros em defesa de seus interesses não

¹³ O uso do termo “paulista” ocorria de forma homogeneizadora, pois nessa categoria eram incluídos todos os migrantes do Centro-Sul, quer fossem grandes fazendeiros, grileiros ou trabalhadores rurais (Machado, 2018. p. 12).

¹⁴ Foi presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia e da Comissão Municipal do recém-criado Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Chico Mendes iniciou sua atuação como sindicalista, foi nomeado secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia. No ano seguinte, iniciou sua luta em defesa da posse de terra para os habitantes nativos da região. Em 1977, participou da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri.

apenas representou um movimento contra as injustiças, mas também representou um marco crucial na definição de suas identidades e na tentativa preservação do território do Vale do Acre, impulsionando a expansão das áreas protegidas e ressaltando a importância do ativismo e da luta coletiva na construção de um território autossustentável.

Entre 1970 e 1990, os seringueiros do Acre empregaram o “empate” como estratégia de resistência ao desmatamento, liderado por sindicatos. O movimento se difundiu regionalmente em 1980, liderado por Wilson Pinheiro, e depois, por Chico Mendes. O assassinato de Pinheiro demonstrou a violência enfrentada. Chico Mendes acreditou na emoção para convencer os trabalhadores, e fazer frente aos fazendeiros.

Os primeiros empates foram organizados pelos seringueiros como forma de se contraporem aos fazendeiros que queriam expulsá-los de suas colocações de seringa ou para impedir que os fazendeiros derrubassem a floresta para formar pastos para seus bois. Quando homens, mulheres e crianças se colocaram à frente de armas, motosserras, e dos peões dos fazendeiros e madeireiros, para impedirem que suas terras fossem invadidas ou que suas florestas fossem derrubadas, os seringueiros chamaram esta atitude de “empates” (Souza, 2005, p. 55).

Mediante essa estratégia, Chico Mendes almejava suscitar a atenção perante a devastação e as iniquidades sofridas pelos seringueiros e comunidades tradicionais daquele território. Além de advertir acerca do declínio que assolava a floresta amazônica, os empates desempenharam um papel crucial na sensibilização da opinião pública, tanto em âmbito nacional quanto internacional, gerando uma pressão acentuada sobre as instâncias governamentais no sentido de implementar medidas preservacionistas e outorgar reconhecimento aos direitos das populações locais.

Outra concepção significativa do movimento social é apresentada por Gonçalves (1999), para quem:

Assim, o movimento (social) é, rigorosamente, mudança de lugar (social) sempre indicando que aqueles que se movimentam estão recusando o lugar que lhes estava reservado numa determinada ordem de significações. Deste modo, todo movimento social é portador de uma nova ordem em potencial não sendo destituído de sentido o fato daqueles que se colocam em posição hegemônica numa determinada ordem estigmatizar como desordeiro todo aquele que questiona essa (sua) ordem. Aqui, sem dúvida, geografia e sociologia se tornam imbricadas (Porto Gonçalves, 1999, p.69).

Nessa perspectiva, os movimentos sociais dos seringueiros representaram o meio mais eficaz encontrado pelos mesmos para resistir a posição para qual foram

empurrados, ou seja, lutam para desviar o curso da mudança apontado por Sztompka (2005, p. 464), “vindo de cima”.

Os seringueiros que participaram dos empates e movimentos sociais no Vale do Acre buscavam a conquista e a garantia dos diversos direitos que estavam sendo negados ou ameaçados em virtude das transformações socioeconômicas do território.

Em suma, os empates e movimentos sociais no Vale do Acre representaram a luta dos seringueiros por uma vida digna, pela preservação do meio ambiente e pelo reconhecimento de seus direitos como cidadãos e como parte integrante da história e cultura acreana. Tais esforços não apenas impactaram o território, mas também contribuíram para o debate nacional sobre questões socioambientais e direitos humanos, sendo que o principal legado de Chico Mendes foram as Resex, que representaram a primeira iniciativa de conciliação entre proteção do meio ambiente e justiça social.

Na próxima seção, encontram-se as configurações da formação do Vale do Acre: nordestinos – notadamente os soldados da borracha, migrantes provenientes das regiões Sudeste e Sul, além dos indígenas, como povos originários desse território.

3.4.2 Formação, migração e povos originários no Vale do Acre

Em relação às migrações vivenciadas em solo acreano, um dos maiores desafios que se apresentou no desenho das novas territorialidades diz respeito ao fenômeno de deslocamentos no Vale do Acre em distintos momentos de sua periodização.

A formação do Estado do Acre foi por meio dos povos indígenas, e um grande fluxo de migrantes nordestinos que aportaram no então Território Federal do Acre, atraídos também pelo extrativismo da borracha, principalmente após a Segunda Guerra Mundial.

Os indígenas, portanto, representaram a primeira mão-de-obra para a produção de látex, uma vez que eles também foram os primeiros a utilizarem e conheciam como ninguém a floresta e suas riquezas. Eram conhecedores do uso de seus produtos e, por isso, foram os primeiros guias de seringalistas no território (Santos, 1980).

A Amazônia acreana pode ser vista como uma das áreas em que os processos de ocupação estiveram ligados à necessidade de um produto específico no mercado

internacional – a borracha natural, e o território acreano, assim como uma faixa de terra que se estende de Rondônia até o Pará, passando pelo sul do Amazonas e norte do Mato Grosso, apresenta a maior concentração das espécies vegetais produtoras de borracha – as seringueiras (Silva, 2004).

De acordo com Bueno (2012), no Acre, os nordestinos começaram a chegar em 1877, em grande contingente, sendo esse o principal motivo da não utilização da mão-de-obra indígena, e porque o indígena não se submetia ao modelo de trabalho proposto. Os seringalistas estereotipavam os índios de malandros, manhosos e assim preferiram a mão de obra nordestina, que era abundante.

Porém, esse fato não significa que os indígenas não foram importantes para a formação dos seringais. Se não participaram ativamente da extração do látex, contribuíram com elementos culturais, seus costumes, modo de ser e viver, e sempre respeitando o meio ambiente.

No prosseguimento da configuração do Estado do Acre, esse território recebeu um fluxo de migrantes oriundos das regiões Sul e Sudeste do Brasil, atraídos pelas perspectivas da Amazônia acreana, o que resultou na diversificação da composição demográfica local e estimulou o desenvolvimento territorial. No entanto, muitos desses migrantes não conseguiram concretizar as promessas iniciais que os atraíram e optaram por permanecer no território, devido às dificuldades para retornar aos seus estados de origem, e às restrições financeiras que enfrentavam.

Nesse contexto, o governo implementou medidas para atrair empresários, especialmente no setor pecuarista, desencadeando alterações culturais e tensões com a população originária. Essas mudanças também exerceram influência na crise do setor da borracha, uma vez que, embora esses migrantes do Sul e Sudeste não estivessem diretamente envolvidos na atividade extrativista do látex, seus empreendimentos frequentemente entravam em conflito com os interesses dos extrativistas já estabelecidos no território.

Assim, é perceptível que a mão de obra efetivamente empregada nos seringais acreanos foi, em sua maioria, composta por trabalhadores vindos do Nordeste do Brasil. Portanto, esses fatores desempenharam um papel significativo na migração de muitos nordestinos para o território acreano, contribuindo assim para a composição demográfica do território pesquisado.

3.4.2.1 Soldados da Borracha

Ao longo do transcurso da Segunda Guerra Mundial, e após o cerceamento japonês no suprimento de borracha proveniente do Sudoeste Asiático para os Estados Unidos, uma comissão instituída pelo então presidente norte-americano, Franklin D. Roosevelt, deliberou que, dentre os recursos críticos e estratégicos, a borracha era o que, pela sua essência, representou suprema ameaça à segurança da nação norte-americana e à causa aliada.

Diante da situação, Brasil e Estados Unidos firmaram acordo para aumentar drasticamente a produção da borracha amazônica no menor tempo possível. O governo norte-americano assumiu o financiamento, e o brasileiro se encarregou de arregimentar a mão de obra.

Para tanto, criou o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - Semta, cujo alvo principal eram os flagelados da seca que assolava o Nordeste.

Os soldados da borracha eram trabalhadores recrutados durante 2ª Guerra Mundial, principalmente da região Nordeste, para a extração do látex na Floresta Amazônica, que enfrentaram as “leis do mundo verde”: a malária, os animais ferozes, a resistência indígena aos invasores de suas terras e a ganância de seus senhores seringalistas (Souza, 2005), para participar do esforço de guerra brasileiro, no que ficaria conhecido como a Batalha da Borracha.

De acordo com Souza (2005) e Costa (1940), o fluxo migratório nordestino ocorrido em território acreano, teve vários motivos: (1) A seca: em 1877, uma grande seca assolou o Nordeste brasileiro. Rios e lagos secaram, plantas e animais morreram, e a miséria tomou conta daquele território. (2) O preconceito: os nordestinos poderiam ir para outras regiões do Brasil. A região Centro-Sul, com grande produção cafeeira, necessitava trabalhadores a todo instante, mas os nordestinos entendiam que o trabalho nos cafezais era atividade de escravos, e a Amazônia representava liberdade; e ele seria praticamente autônomo, já que ganharia de acordo com o que produzisse. (3) A propaganda: a propaganda no Nordeste era intensa; cartazes eram espalhados nas praças das cidades, mostrando a facilidade que era enriquecer na Amazônia. A propaganda enganosa contribuiu de forma significativa para a emigração nordestina. (4) A ilusão: o “boom” da borracha era visto como riqueza certa e fácil. A grande maioria acreditava nas propagandas

empreendidas pelas Casas Aviadoras e pelos seringalistas nos centros de Fortaleza, Recife e Natal. (5) A ruptura: apesar de ser uma prática comum no Nordeste do século XIX, o fato de trabalhadores rurais ficarem praticamente presos à terra de seus patrões, fez com que eles rompessem a resistência, visto que não era possível manter pessoas morando em suas terras sem condições de plantação ou criação de animais.

Enquanto a 2.^a Guerra Mundial espalhava-se pela Europa e Ásia, aproximadamente 55 mil brasileiros enfrentaram doenças fatais, passaram fome e estavam presos aos domínios dos “coronéis” - donos dos seringais na Amazônia.

A Figura 7, representa a dualidade entre os soldados convocados pelo Sema, que trabalharam nos seringais acreanos, e aqueles que tiveram a opção de se voluntariar para lutar na frente de batalha da Segunda Guerra Mundial no continente europeu, conferindo à obra uma dimensão intrigante.

Figura 7: Cartaz pertencente ao acervo de Chabloz – Batalha da borracha



Fonte: CHABLOZ, J. P. Acervo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará

Por meio da representação pictórica na Figura 7, a obra retratou os seringueiros na Amazônia acreana e soldados à beira-mar. Ela encapsulou as experiências de ambos os grupos, que tiveram funções distintas globalmente. A imagem sugere a

interação entre o ambiente natural e a preparação para a guerra, simbolizada pelos soldados em defesa ou a caminho da frente de batalha.

Conforme as assertivas de Martinello (2020), durante o intervalo compreendido entre 1942 e 1950, foi orquestrada uma migração significativa de indivíduos oriundos do Nordeste em direção à Amazônia. Eles foram designados à função de soldados seringueiros, incumbidos de suprir as demandas bélicas em curso. Nesse contexto, a Batalha da Borracha emergiu como uma operação meticulosamente urdida pelo governo Getúlio Vargas, com a finalidade de assegurar, principalmente às forças estadunidenses, o acesso a insumos estratégicos durante o transcurso da Segunda Guerra Mundial.

Entre os incentivos oferecidos pelo Presidente Vargas estava uma calça jeans, uma camisa de algodão cru, um chapéu de palha, um par de botas, uma caneca, um prato fundo, um garfo, uma rede e um pacote de cigarros. Isto tudo e mais uma mala para guardar seus pertences. Esse era o uniforme do soldado da borracha. Outros incentivos incluíam a promessa de dinheiro fácil, assistência médica e transporte de e para as plantações de borracha. Essas promessas apareceram em todo o Nordeste em posters de propaganda impressa e publicados pelo Governo Federal. (Neeleman; Neelleman, 2015, p. 95-96).

Após o desfecho da Segunda Guerra Mundial, os soldados da borracha figuraram como os primeiros a serem deixados à própria sorte. Isso se deveu ao fato de os Estados Unidos terem retomado o abastecimento de borracha proveniente da Malásia, que havia sido temporariamente dominada pelo Japão durante o conflito, dispensando, assim, a necessidade do produto brasileiro.

Como resultado direto, os seringueiros viram-se privados de sua utilidade. Não se verificou nem mesmo uma expedição de repatriamento em direção ao Nordeste.

Assim, somente aqueles capazes de economizar recursos suficientes para cobrir os custos das passagens de retorno, conseguiram reassentar-se em seus territórios de origem. Contudo, essa realidade não refletiu a experiência da maioria, resultando em uma significativa permanência dos soldados da borracha na região amazônica. Muitos deles, inclusive, estabeleceram residência no Estado do Acre (Figura 8), onde constituíram famílias e persistiram na extração do látex, mesmo em condições precárias.

A Figura 8, presente no acervo do Museu da Borracha em Rio Branco / AC, revela uma composição singular que harmoniza pneus com representações icônicas

dos soldados da borracha que participaram na segunda fase desse ciclo econômico. Essa concepção visual sutilmente alude ao emprego do látex na manufatura de pneus.

A magnitude desta fotografia, na qual um pneu de borracha emoldura com esmero as imagens dos soldados da borracha, evoca ao profundo significado de coragem e tenacidade que estes indivíduos necessitaram demonstrar.

Ao se aventurarem em um território desconhecido, confrontaram-se com múltiplos obstáculos, tais como enfermidades, a presença dos habitantes indígenas nativos e a desafiante missão de recomeçar suas vidas em um ambiente radicalmente distinto de suas terras de origem.

Destarte, foram seus descendentes que permaneceram para narrar a epopeia que se desenrolou nesse território.

Figura 8: Resiliência dos soldados da borracha: um retrato da história



Foto do autor: Soldados da Borracha – Acervo do Museu da Borracha, Rio Branco, AC. 2023.

A maioria dos trabalhadores nordestinos que se deslocavam para o Acre durante a Segunda Guerra Mundial vieram mediante um contrato de trabalho para extração da borracha, elaborado pelo governo federal (Souza, 2005).

Porém, no interior da floresta, muitos seringalistas não davam nenhuma atenção aos direitos dos seringueiros e continuavam agindo de forma a explorar os trabalhadores.

Após o período dos soldados da borracha, uma subsequente e considerável onda de migrantes oriundos do Nordeste se fez presente entre 1970 e 1980 na Amazônia acreana. Esses indivíduos abraçaram diversas ocupações, contribuindo para o aumento do contingente nordestino tanto no Estado do Acre quanto, evidentemente, no Vale do Acre.

Em 1970 e 1980 outra leva de nordestinos se deslocou para Amazônia acreana: ocupavam trabalhos no setor de construção civil, mineração e em projetos de colonização. Tornaram-se professores, profissionais liberais e profissionais da área da saúde. Alguns desses se tornaram influentes políticos no Acre. Atuaram como trabalhadores rurais, pedreiros, comerciantes, motoristas e carpinteiros (Souza, 2005. p. 67).

Dessa forma, numerosos indivíduos provenientes do nordeste brasileiro emigraram para o Acre durante a fase da exploração da borracha, um período que coincidiu com a Segunda Guerra Mundial. Mais recentemente, essa corrente migratória contribuiu significativamente para a formação de uma parcela substancial dos atuais acreanos, que nasceram e geraram descendência no território, consolidando, assim, residência no Estado do Acre.

3.4.2.2 Fluxo migratório Sulista e Sudestino

Durante as décadas de 1970 e 1980, o Estado do Acre atraiu um número significativo de migrantes provenientes das regiões sulistas e do sudeste brasileiro. Esses migrantes, provenientes de estados como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como da região sudeste foram atraídos pela perspectiva de novas oportunidades e desenvolvimento na Amazônia acreana.

Essa onda de migração trouxe consigo uma diversidade de perfis profissionais e ocupacionais, contribuindo para a transformação demográfica, econômica e cultural do território.

Muitos desses migrantes se estabeleceram em variados setores, desde a agricultura até a prestação de serviços, e pequenas indústrias, ampliando, assim, a composição da população acreana e enriquecendo o mosaico étnico e social do território.

Palavras do tipo “O Acre é o nordeste sem seca e o Sul sem geada” do então governador acreano Wanderlei Dantas, do início da década de 1970, fez com que muitos migrantes sulistas acreditassem que poderiam concretizar seus sonhos de terem uma terra para produzir. No Acre, as decepções foram muitas. Não tendo mais como retornar às suas terras, ficaram na região (Souza, 2005, p. 67).

Com o contexto de adversidades que se desdobrou no Acre, muitos desses migrantes se viram alijados das alternativas que outrora contemplavam. A impossibilidade de regressar às terras de origem, devido à distância geográfica e às limitações de recursos, os compeliram a enraizar-se no território.

Esse episódio histórico, em que as palavras do líder governamental traçaram um horizonte de esperança e, posteriormente, desdobraram-se em desencanto, ressalta a intrincada intersecção entre a retórica política e os rumos efetivos da migração.

Reflete também a importância de uma análise multidimensional que transcende a superfície das palavras proferidas, penetrando na estrutura social, econômica e geográfica que moldam as escolhas e experiências daqueles que ousaram se aventurar em territórios desconhecidos em busca de oportunidades.

Trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul no Acre não são sujeitos a históricos, movidos por uma sina de “coitados”, mas de sujeitos que ajudaram e estão ajudando a construir a história do Acre, que não deve se assemelhar à história de ocupação do Centro-Sul, pois esta já mostrou os desdobramentos sociais que desencadeou (Machado, 2018, p. 124).

Sob a égide das reflexões de Machado (2018), emergiu a compreensão de que a narrativa acreana, com sua farta estrutura cultural e histórica, não deveria reproduzir a história de ocupação Centro-Sul, mas, sim, tecer um enredo que celebrasse a diversidade de contribuições e a resiliência dos migrantes rurais.

A dinâmica percorrida desafiou as polaridades estanques e instaurou uma coautoria entre os migrantes e a própria terra que adotaram, revigorando, assim, a trama da história do Acre e perpetuando um legado de transformação e participação ativa.

Contudo, em virtude da estratégia de ocupação regional voltada ao progresso da Amazônia, concomitantemente à adversidade enfrentada pelo setor extrativista da heveicultura, na transição para a derradeira década de 1960 e início de 1970, deflagrou-se uma iniciativa de cunho propagandístico engendrada pelos poderes executivos nacional e estadual.

Tal empreitada consistiu em proferir convocatórias direcionadas no âmbito do território centro-sul, instando-os a aportar seus investimentos em solo acreano.

Motivados pelo *slogan* investir no Acre, produzir no Acre e exportar pelo Pacífico, muitos empresários do Centro-Sul vieram investir no Acre, principalmente, na pecuária. Outros, vieram apenas para especular com as terras acreanas. O governador Wanderley Dantas, cujo mandato foi de 1971 a 1974, teve seu governo conhecido na história do Acre como O governo que abriu as porteiras do Acre para os “Paulistas”. Este pretendia ter, na pecuária, a linha mestra para o desenvolvimento do Estado. O fenômeno da pecuarização propagou-se rapidamente nas terras acreanas, principalmente nos municípios do Vale do Acre, devido ao fato de sua posição geográfica oferecer melhores condições de acesso a dos Vales do Juruá e Purus. (Machado, 2018, p.11).

De acordo com Machado (2018), ser considerado “paulista” no Acre durante os anos 1970 e 80 abrangia todos os migrantes que chegaram neste século, independentemente de sua naturalidade, da origem de sua unidade da federação (UF), ou condição socioeconômica. Essa identificação representava uma ameaça significativa para a população local, composta principalmente por indígenas, caboclos e descendentes de cearenses¹⁶. Esses grupos possuíam estilo de vida distintos daqueles adotados pelos migrantes rurais vindos do Centro-Sul do País.

Desse modo, as extensões territoriais do Vale do Acre, anteriormente destinadas primordialmente à exploração do látex, tal qual aquelas pertencentes ao próprio Estado, de maneira gradual e progressiva, renderam-se à concessão de espaço para fins de estabelecimentos rurais.

Esse fenômeno presenciou o gradual surgimento de extensões de terra destinadas à criação de gado bovino, especialmente voltada para a prática de corte. Esse processo agravou ainda mais a crise intrínseca ao sistema extrativista da borracha, uma vez que os migrantes sulistas e sudestinos que adentraram o território não vieram com a intenção de extrair látex, já que suas atividades laborais eram antagônicas ao extrativismo. Assim, esses migrantes se inseriram na atividade extrativista da borracha de maneira oposta, visto que suas ocupações no campo não se coadunavam com a extração do látex e a preservação da floresta.

¹⁶ Considerando que os migrantes, em sua maioria, eram oriundos do Estado do Ceará, o povo do Acre começou a generalizar a denominação “cearense” para todas as pessoas vindas do Nordeste, desprezando a unidade política de sua procedência (Machado, 2018. p. 37).

3.4.2.3 Povos originários

O Estado do Acre acolheu, entre seus habitantes, uma comunidade indígena de 31.699 indivíduos, segundo os dados mais recentes do IBGE, (2022). Em contraste com a população local, estimada em 830.026 pessoas, a proporção de pessoas indígenas nesse conjunto é 3,82 %, configurando-se como o quarto mais expressivo percentual de população indígena residindo no País.

A relação entre os indígenas, povos originários do Acre, e a formação do sócio territorial deste Estado é entrelaçada e marcada por uma complexa interação histórica, cultural e política.

Antes do advento das populações caucasianas, encontravam-se nas terras do Acre os povos indígenas dos troncos linguísticos PANO e ARUAK. Registram-se relatos dos grupos Pano e Aruak desde o ano de 1640, quando migravam do território peruano pelo Rio Ucayali, penetrando no território acreano em um esforço de se evadirem das investidas espanholas. Seguiram pelas rotas fluviais dos Rios Juruá e Purus (Souza, 2005, p. 29).

Os contatos dos índios do Acre com os exploradores da região acreana, como João Cunha Correia, Manuel Urbano da Encarnação e o inglês Willan Chandless, aconteceram na segunda metade do século XIX. Todos esses exploradores navegaram pelos rios acreanos e mantiveram encontros com os índios Pano e Aruak (Souza, 2005, p. 30).

Posteriormente, com a exploração do látex, a dinâmica dessas interações experimentou novos desdobramentos. Os indígenas se viram envolvidos em um contexto de trocas comerciais, frequentemente submetidos a condições adversas. O látex, extraído das seringueiras, tornou-se um elemento central nesse processo, estimulando a entrada de mais pessoas no território e alterando as relações entre os indígenas e os novos atores econômicos. Diante desse contexto, a história dos povos indígenas do Acre testemunhou transformações profundas e complexas, marcadas pela interação com exploradores, migrantes e todo o contexto da economia gumífera.

Mesmo com toda resistência indígena na região do Juruá, os nordestinos que vieram para o Acre em busca de borracha, abriram seus seringais naquela região à custa de muitas balas, matando e massacrando povos indígenas que ali habitavam. Muitos índios foram transformados em “caboclos seringueiros”. Muitos índios que lutaram contra as invasões de suas terras por seringalistas foram mortos nos ataques armados realizados por seringueiros a mando de seus patrões. Os ataques aconteciam quando os índios estavam dormindo

em seus Copichauas¹⁷. Os assassinos chegavam e matavam todos os homens da aldeia. Muitas vezes nem crianças e mulheres escapavam. Eram mortos a balas e facadas. A estes ataques nós chamamos de “CORRERIAS”. (Souza, 2005, p. 31).

A exploração extrativista na Amazônia acreana foi assinalada por enérgicas incursões, que englobaram a expulsão e o espalhamento das comunidades indígenas de suas áreas territoriais, com a captura de mulheres e crianças destinadas a serem entregues aos seringueiros como uma forma de remuneração por suas atividades laborais.

Na contemporaneidade, é uma ocorrência corrente avistar povos indígenas transitando nas localidades urbanas do Estado do Acre. Alguns se direcionam a esses centros urbanos em busca de comercializar suas mercadorias, enquanto outros procuram organismos de resguardo aos indígenas ou organizações não governamentais que se ocupam das temáticas indígenas. Entretanto, há também aqueles que mendigam pelas vias urbanas, delineando perante a população não indígena as adversidades sociais que enfrentam (Souza, 2005).

O indígena que previamente habitava o território do Acre, antes da incursão do homem branco, representa um elo vivo com a herança cultural e histórica desse território. Entretanto, se considerar a conjuntura contemporânea, podemos discernir a evolução complexa e multifacetada das relações entre as populações indígenas e o contexto rural-urbano que emergiu após o contato com os migrantes desse território.

A relação entre o indígena que contribuiu para forjar as bases do Estado do Acre e a situação contemporânea vivenciada por esse grupo reflete as transformações sociais profundas que ocorreram ao longo do tempo. A jornada desses povos, desde eras remotas até o presente, revela a resiliência deles e a intrincada natureza das interações estabelecidas com o ambiente rural-urbano que se desenvolveu à sua volta.

Assim, concluiu-se este segmento em que foram investigados os protagonistas da formação, os padrões migratórios e os povos originários do Vale do Acre. Foram analisados os seus desafios e os deslocamentos intrínsecos à sua chegada a esse território, onde os habitantes originais do Vale do Acre já residiam.

Notavelmente ancorados na atividade extrativista do látex, foi por meio dos povos indígenas que se materializou a primeira força de trabalho.

¹⁷ O copichaua consiste em um longo galpão coberto de palha, muito alto no meio.

3.5 Usos do território do Vale do Acre

Com o intuito de analisar o contexto do Vale do Acre, adentrou-se em uma jornada de pesquisa visando investigar a influência dos usos no território: extrativista, agricultura familiar, pecuária e das práticas de preservação ambiental. Esses usos têm delineado e continuam a plasmar a configuração territorial do Vale do Acre.

É oportuno destacar que esta tese se concentrou na cadeia produtiva da borracha nativa (natural), na qual o extrativismo vegetal, notadamente o látex, recebeu uma análise mais aprofundada do que os demais usos do território.

Sendo assim, os enfoques relativos aos usos do território discutidos na presente tese estão circunscritos à Resex Chico Mendes, pois esta reserva abrange a totalidade dos municípios do Vale do Acre, de modo que sua abrangência territorial se estende por significativa extensão deste vale.

A gênese do Estado do Acre é intrincadamente enraizada em um contexto histórico de complexos desdobramentos territoriais e reivindicações sociopolíticas. O percurso que culminou na sua formação remonta aos primórdios dos acordos coloniais e se estende até o início do século XX.

Na esteira desses acontecimentos, notadamente no século XIX, o Acre figurava nos mapas bolivianos como uma terra ainda não reconhecida pelo País vizinho, sendo território de interesses e contendas ligados à exploração econômica e soberania.

O território abrigava uma atividade extrativista sustentada, focada na coleta do látex proveniente da seringueira, que desencadeou uma miscelânea cultural em suas comunidades e originou modos de vida característicos.

Assim, a origem do Estado do Acre se inscreveu como um relato histórico complexo, onde as interações geopolíticas, exploração econômica e manifestações populares teceram a trama que delineou suas fronteiras e sua identidade regional.

3.5.1 Uso do território do Vale do Acre: extrativismo vegetal

Na perspectiva da historiografia estabelecida, o ponto de partida para a identificação das raízes do Estado do Acre encontra-se intrinsecamente ligado ao extrativismo. No Vale do Acre, desdobra-se um intrincado enredo de interações entre

a natureza exuberante e a ação humana, conferindo a esse território uma relevância singular no âmbito extrativista.

O território do Vale do Acre se configura como um contexto de atividades intrínsecas, notabilizando-se pelas ações extrativistas que desenham sua identidade. Ao longo dos tempos, a exploração consciente dos recursos naturais florestais têm sido um elo vital na formação socioeconômica do território.

Nesse contexto, a presente tese investigou de forma abrangente a utilização vegetal por meio do extrativismo no Vale do Acre. Isso permitiu a revelação das implicações históricas, socioeconômicas e socioespaciais associadas, contribuindo para a compreensão de como essa interação entre o ser humano e o ambiente modela a configuração dessa conjuntura.

De acordo com dados do IBGE (2017), o Estado do Acre apresenta uma economia que, em parte, se baseia na atividade extrativista. Dentre os principais produtos provenientes desse setor, destacam-se a borracha natural e a castanha-do-brasil.

Embora tenha perdido parte de sua importância econômica ao longo dos anos, a produção de borracha ainda tem relevância significativa no Estado, especialmente em comunidades tradicionais, como nas reservas extrativistas.

A castanha-do-brasil é outro importante produto extrativista no Acre. Essa oleaginosa é apreciada tanto no mercado interno quanto no exterior devido à suas propriedades nutricionais e ao seu sabor característico. A coleta e comercialização da castanha-do-brasil representam uma fonte de renda para muitas famílias locais, promovendo o sustento de comunidades que, muitas vezes “quebram castanhas” e extraem o látex (corte da seringa).

Além desses produtos extrativistas, o Estado do Acre também se destaca pela extração de outros recursos naturais, como óleos essenciais provenientes de plantas nativas, como a copaíba e produtos florestais não madeireiros¹⁸, madeiras nobres, frutas nativas e ervas medicinais.

Tais recursos possuem tanto valor comercial quanto cultural, desempenhando um papel significativo na subsistência e na economia local, e se inscrevem na trama histórica e herança indelével das populações tradicionais e ribeirinhas.

¹⁸ Os produtos florestais não madeireiros, são todos os produtos advindos da floresta que não sejam madeira, como: folhas, frutos, sementes, castanhas, palmitos, raízes, bulbos, ramos, cascas, fibras, óleos essenciais, óleos fixos, látex, resinas, gomas, cipós, ervas, bambus, plantas ornamentais, fungos e produtos de origem animal (Machado, 2008, p.13).

Essas práticas, além de subsistência, conferem identidade ao território, fazendo ecoar a simbiose entre homem e natureza ao longo do território, preservando valores culturais e ambientais que se entrelaçam de maneira indissociável.

A prática ancestral do extrativismo, hábil em amalgamar saberes tradicionais com as demandas da contemporaneidade, convoca uma análise aprofundada, alinhada com as múltiplas nuances desse relacionamento.

No âmbito do território analisado, o uso do solo apresenta uma relação intrínseca com a identidade primordial dos seringueiros, delineada por suas práticas e estilo de vida, direcionados primordialmente ao extrativismo florestal de caráter não madeireiro (Maciel, Mangabeira, Kassai, 2021).

Assim, dirigiu-se a atenção para a análise do extrativismo e seu substancial papel na construção socioespacial do Vale do Acre. O objetivo central reside em traçar uma referência de uso do território e destacar sua singular importância na formação do Estado do Acre.

Como comprovação tangível desse fenômeno, é apresentada a Tabela 2, que ilustra o aumento progressivo na geração de renda nas unidades familiares da Resex Chico Mendes, situada no Vale do Acre. Por meio do indicador de renda das unidades familiares da mencionada reserva, torna-se claro o uso extrativista do território investigado.

Tabela 2¹⁹ – Evolução da geração de renda entre as unidades familiares da Resex Chico Mendes – Vale do Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015, 2018/2019 e 2021/2022 – com base no extrativismo vegetal

Linha de exploração	1996/1997 A	2005/2006 B	2014/2015 C	2018/2019 D	2021/2022 E	Evolução (%) A/E	Evolução (%) D/E
Extrativismo	28,62%	45,12%	41,00%	32,01%	43,26%	51,13%	35,12%
Castanha	15,22%	27,12%	27,00%	7,49%	27,32%	51,13%	264,64%
Borracha	13,40%	9,51%	11,72%	24,27%	15,63%	79,51%	-35,12%
Castanha certificada	0,00%	4,32%	1,18%	0,00%	0,00%	16,58%	
Madeira	0,00%	4,17%	0,11%	0,00%	0,00%		
Outras	0,002%	0,00%	0,53%	0,25%	0,32%	17273,13%	24,03%

Fonte: adaptada pelo autor, com base na pesquisa de campo, ASPF (2022).

¹⁹ As Tabelas 2, 3 e 4 são complementares. Ao efetuar-se a agregação dos índices percentuais correspondentes às categorias de atividades exploradas, nomeadamente agricultura (34,07%), criações (37,31%) e extrativismo (28,62%), a soma resultante alcançará a totalidade de 100%.

A tabela 2 revela a evolução da geração de renda em unidades familiares da Resex Chico Mendes, localizada no Vale do Acre, ao longo de diversos períodos. A análise é centrada no extrativismo vegetal e suas diferentes categorias, como castanha, borracha, castanha certificada, madeiras e outras fontes de renda.

A linha de exploração refere-se a cada um desses períodos, e os valores associados a cada categoria representam a proporção de renda gerada por essa atividade em relação ao total. Além disso, as colunas Evolução % A/E, e Evolução % D/E indicam a variação percentual da renda em relação ao período inicial (1996/1997) e ao período mais recente (2021/2022), respectivamente.

Analisando os dados, pode-se destacar algumas conclusões. A renda proveniente do extrativismo vegetal apresentou um aumento constante ao longo dos anos, crescendo de 28,62% em 1996/1997 para 43,26% em 2021/2022 em relação ao total de renda.

A atividade de coleta de castanha se mostrou especialmente lucrativa, com um aumento significativo de 15,22% em 1996/1997 para 51,13% em 2021/2022 da renda total. A variação entre o período mais antigo e mais recente foi de 264,64%, indicando um crescimento substancial.

Embora tenha havido flutuações ao longo dos anos, a renda gerada pela extração da borracha teve uma variação negativa entre o período inicial e o mais recente, diminuindo em -35,12% no último período.

A castanha certificada teve uma evolução irregular, chegando a 4,32% da renda total em 2005/2006, mas caindo para zero em períodos subsequentes.

A exploração de madeira apresentou altos e baixos e, posteriormente, desapareceu como fonte de renda das unidades familiares.

Houve um aumento drástico nas outras fontes de renda, indo de 0,002% para 0,32% em 2021/202, representando um crescimento impressionante de 172373,13% ao longo desses anos.

Dessa forma, a Tabela 2 apresentada, corrobora o emprego do modelo extrativista no território do Vale do Acre. O conjunto de dados revela a evolução das atividades de exploração dos recursos naturais.

Assim sendo, ao analisar os dados da tabela, reforça-se de maneira incontestável a natureza e a exploração voltada para recursos naturais do território do Vale do Acre, evidenciando como ele se baseia na utilização responsável dos recursos provenientes da floresta para sustentar sua atividade econômica. As flutuações e

mudanças identificadas na tabela reforçaram claramente que o modelo extrativista desempenha um papel crucial na configuração econômica do território do Vale do Acre.

3.5.2 Uso do território do Vale do Acre: agricultura familiar camponesa

No Vale do Acre, desponta com destaque a essencialidade da agricultura familiar. Esse setor emerge como um alicerce vital para a sustentabilidade econômica e o equilíbrio social. Por meio de práticas transmitidas de geração em geração, a agricultura familiar acreana atua como guardiã das tradições culturais e da preservação ambiental.

O Vale do Acre constitui um território habitado por comunidades extrativistas tradicionais, cuja subsistência tem por alicerce o extrativismo e, de forma complementar, a atividade agrícola e a criação de animais de pequeno porte. Seus propósitos primordiais são a preservação dos modos de vida dessas populações e a garantia da utilização sustentável dos recursos acessíveis.

Assim, a relevância dessa forma de agricultura no contexto singular do Estado vem delineando suas contribuições multifacetadas para o desenvolvimento local.

Durante o período do extrativismo do látex no Acre, a agricultura familiar desempenhou um papel crucial na subsistência das comunidades locais. O sistema de produção predominante no território estava centrado na coleta do látex das seringueiras. Sendo assim, as famílias que viviam nas colocações dos seringais praticavam a agricultura familiar como complemento às suas atividades extrativistas.

A agricultura familiar, inserida no contexto do extrativismo do látex, apresenta características distintivas, notadamente a complementaridade, em que uma fonte suplementar de alimentos e recursos (renda adicional), contribui para o sustento das famílias envolvidas na coleta do látex. As lavouras são cultivadas para atender às necessidades essenciais, fornecendo alimentos frescos, vegetais, frutas e produtos destinados à subsistência familiar.

Com a utilização de técnicas tradicionais, as famílias se adaptavam às condições do solo e climas locais para obter o melhor rendimento possível, utilizando-se de técnicas de cultivo baseadas na agricultura familiar, e ainda, totalmente integrada ao ambiente natural do território do Vale do Acre, com práticas de cultivo respeitando a biodiversidade do território.

A diversificação das fontes de subsistência, incluindo a agricultura familiar, ajudou as famílias a lidarem com as flutuações das atividades econômicas associados ao extrativismo do látex.

Os seringueiros que chegaram ao Acre a partir da segunda metade do século XIX já vinham do Nordeste com um grande conhecimento de agricultura. Nos seringais, mesmo com as proibições de seus patrões, os seringueiros passaram a plantar roçados para o sustento de suas famílias. Com a crise do comércio da borracha no mercado internacional, os seringueiros foram obrigados a plantar mais e mais, porque os patrões já não tinham condições de abastecerem suas colocações de seringa (Souza, 2005, p. 104).

Desse modo, a agricultura familiar no Vale do Acre, durante o período de exploração do látex, desempenhou uma função de grande importância na garantia da segurança alimentar e no apoio às atividades econômicas das famílias que se dedicavam à extração do látex das seringueiras no território pesquisado. Conforme evidenciado na análise dos dados presentes na Tabela 3, essa função perdura até os dias atuais.

Conforme apontou Souza (2005), a presença da atividade agrícola sempre permeou os registros históricos do Acre, mesmo quando se sujeitou à proibição nos domínios dos seringais, durante a primeira fase da borracha. Com efeito, diversos seringueiros, mesmo em face das proibições impostas pelos proprietários, frequentemente empreendiam o cultivo clandestino de suas roças, acarretando consideráveis inconvenientes aos donos dos seringais ao serem eventualmente descobertos.

A agricultura familiar, presente no Estado do Acre, assume a feição típica camponesa, caracterizada pelo engajamento de pequenos agricultores. Estes, valendo-se de porções reduzidas de terra, frequentemente medidas em hectares, mobilizam mão de obra advinda de seus núcleos familiares e aplicam conhecimentos empíricos no seio de suas unidades produtivas. Essa abordagem resulta em uma produção de escala modesta, voltada predominantemente para a subsistência (Schneider, 2010).

Tal produção, como se percebe na Tabela 3, por meio de exame acurado dos dados apresentados, os quais proporcionam um vislumbre não apenas das nuances da agricultura familiar na Resex Chico Mendes, mas também de como essa relação ressoa em uma relativa conformidade com as tendências que permeiam o tecido econômico e social do Vale do Acre.

Tabela 3 – Evolução da geração de renda entre as unidades familiares da Resex Chico Mendes – Vale do Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015, 2018/2019 e 2021/2022 – com base na agricultura familiar

Linha de exploração	1996/1997 A	2005/2006 B	2014/2015 C	2018/2019 D	2021/2022 E	Evolução (%) A/E	Evolução (%) D/E
Agricultura	34,07%	24,71%	30,00%	11,08%	14,40%	- 58%	30%
Macaxeira	10,31%	10,56%	6,36%	3,16%	2,00%	-80,56%	-36,63%
Arroz	7,35%	7,32%	4,09%	0,08%	0,00%	-100,00%	-100,00%
Feijão	6,76%	1,78%	4,70%	1,54%	0,84%	-87,61%	-45,52%
Café	0,02%	0,78%	2,14%	0,00%	0,00%	-100,00%	
Melancia	6,56%	0,96%	2,02%	0,66%	0,33%	-95,01%	-50,49%
Milho	1,86%	1,03%	1,27%	1,01%	9,57%	413,57%	848,99%
Banana	0,12%	1,13%	0,59%	0,01%	1,52%	1119,15%	20631,17%
Outras	1,09%	1,16%	8,82%	4,62%	0,14%	-86,96%	-96,94%

Fonte: adaptada pelo autor, com base na pesquisa de campo, ASPF (2022).

A análise dos dados referente à Tabela 3 evidenciou uma dinâmica complexa na influência da agricultura familiar entre as famílias da Resex Chico Mendes ao longo do período compreendido pela tabela. No tocante ao milho – Tabela 2, destaca-se uma progressão significativa no período analisado, passando de 1,86% da renda em 1996/1997 para 9,57% em 2021/2022, representando um notável crescimento de 413,57%, ressaltando sua crescente relevância econômica na Resex Chico Mendes.

De maneira similar, a cultura da banana merece destaque, com sua participação na renda subindo de 0,12% para 1,52%, no mesmo período, indicando um incremento de 1119,15%.

Em resumo, a Tabela 2 revela que, apesar das flutuações em outras culturas, o milho e a banana emergem como fontes de renda em ascensão, tendo um impacto substancial na economia das famílias da Resex Chico Mendes, proporcionando percepções relevantes para estratégias de desenvolvimento sustentável no território.

Em conformidade com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar ostenta a responsabilidade pela concretização de 52,37% de todo o aparato produtivo do Estado acreano. No seio desse panorama, as atividades pecuárias e a realização de cultivos de caráter temporário emergem como os setores que mais demandaram áreas de solo.

3.5.3 Uso do território do Vale do Acre: pecuária

O território do Vale do Acre abrange uma variedade de atividades econômicas e sociais, dentre as quais a pecuária é de grande relevância. Em um estado predominantemente extrativista, com predominância da borracha e castanha, a situação da pecuária no Estado deve ser caracterizada por uma tentativa de adequação em direção a práticas mais sustentáveis, estando, assim, em consonância com as demandas contemporâneas, a prática do extrativismo e a preservação da floresta, buscando um desenvolvimento econômico equilibrado, no entanto, essa situação nem sempre se concretiza.

A busca por um equilíbrio entre as necessidades socioeconômicas e a preservação do meio ambiente deve orientar os esforços para assegurar que a pecuária no Vale do Acre contribua de maneira positiva para as comunidades e o ecossistema local.

A pecuária, está presente em mais de 25 mil propriedades acreanas que produzem a carne que é consumida no Estado, cujo excedente de 56 mil toneladas por ano, é comercializado em outros estados do Brasil, além de gerar subprodutos que são exportados (Acre/agência – Governo, 2022). Esse setor não é exclusivo de grandes produtores, mas contempla majoritariamente uma classe média rural extremamente importante para o desenvolvimento acreano.

Porém, a implantação da pecuária também trouxe transformações na estrutura social e territorial do Estado do Acre. Novas relações de trabalho e propriedade surgiram, impactando as comunidades locais e a distribuição de terra. Houve desafios relacionados ao uso da terra, pois algumas áreas anteriormente ocupadas para as atividades extrativistas passaram a ser destinadas à criação de gado.

Para implantar a pecuária na Amazônia, o governo federal cortou os incentivos aos seringalistas produtores de borracha. Através da Lei nº 5.227, de 18 de janeiro de 1967, os militares tiraram a obrigação do Banco de Crédito da Amazônia S.A. de financiar produção da borracha dos seringais acreanos e de toda a Amazônia. Os empréstimos em dinheiro que os seringalistas conseguiam no Banco de Crédito da Amazônia S.A. foram suspensos sem nenhum aviso prévio. A intenção era fazer com que os seringalistas falissem e colocassem seus seringais dispostos à venda para os pecuaristas nas décadas de 1970 e 1980 (Souza, 2005, p. 98).

Sob a categoria de estado Livre de Aftosa sem Vacinação, as perspectivas do Acre são favoráveis, pois implicam a abertura de novos mercados para seus produtos

pecuários. Porém, a relação entre os seringalistas e a transição para a pecuária, mesmo como renda complementar, não ocorreu sem desafios. A adaptação de uma economia baseada no extrativismo para o uso da atividade pecuarista exigiu conhecimentos diferentes, infraestrutura e manejo animal.

Entretanto, as ramificações desse panorama revelaram-se profundas, causando efeitos substanciais no território. Isso se manifestou tanto no declínio da economia da extração da borracha, uma vez que muitos seringais foram disponibilizados para venda, quanto na expansão da pecuária, cuja ampliação frequentemente resultava em desmatamento e modificações no ecossistema local. Além disso, emergiam conflitos fundiários entre seringueiros e pecuaristas, agravando a complexidade da situação.

Do ponto de vista econômico, as dificuldades de geração de renda estão levando os produtores da Resex Chico Mendes a mudanças na tipologia das atividades desenvolvidas, como é o caso da criação de gado bovino. Entretanto, verifica-se que, no período analisado, o extrativismo recuperou seu protagonismo, em detrimento do período 2018/2019, superando as criações de animais, como principal gerador de renda para as famílias, notadamente com a recuperação da comercialização da castanha e o fortalecimento da venda da borracha na região (Maciel, 2022, p.12).

Analisando o período apontado (2018/2019), constatou-se que o extrativismo (Tabela 2) era proeminente, sobrepujando a criação de animais (Tabela 4), inclusive a criação de bovinos como principal fonte de subsistência das famílias seringueiras.

Ao longo da história, o gado bovino desempenhou um papel de significativa reserva de valor para os habitantes da Resex Chico Mendes. Essa importância se manifesta em criações esporádicas, isto é, diante de necessidades urgentes, seja para garantir o sustento ou em situações de doença. Nessas ocasiões, os seringueiros optam por vender parte do rebanho bovino, o que contribui para a mitigação do problema em questão (Maciel, Mangabeira, Kassai, 2021).

Na Tabela 4, percebe-se que a criação de bovinos, pecuária, destacou-se como a principal criação animal para geração de renda entre as unidades familiares da Resex. De 1996/1997 a 2021/2022, a criação de bovinos experimentou um aumento surpreendente de 232,58%.

Tabela 4 – Evolução da geração de renda entre as unidades familiares da Resex Chico Mendes – Vale do Acre – 1996/1997, 2005/2006, 2014/2015, 2018/2019 e 2021/2022 – com base em criações de animais

Linha de exploração	1996/1997 A	2005/2006 B	2014/2015 C	2018/2019 D	2021/2022 E	Evolução (%) A/E	Evolução (%) D/E
Criação	37,31%	30,17%	29,00%	56,90%	42,34%	13,49%	-25,58%
Bovinos	11,12%	17,47%	15,85%	42,27%	36,98%	232,58%	-12,53%
Aves	11,96%	5,20%	6,18%	4,57%	1,02%	-91,49%	-77,73%
Porcos	11,02%	6,03%	4,73%	6,82%	4,31%	-60,93%	-36,84%
Ovelhas	1,83%	0,81%	1,68%	1,78%	0,04%	-97,77%	-97,70%
Outras	1,38%	0,66%	0,49%	1,46%	0,00%	-100,00%	-100,00%

Fonte: adaptado pelo autor, com base na pesquisa de campo, ASPF (2022).

A análise da Tabela 4 evidencia a pecuária como fonte de receita, ou mesmo uma fonte complementar, nas unidades familiares da Resex Chico Mendes ao longo do período sob análise. A incorporação dessa atividade denota uma mudança calculada na tipologia das atividades empreendidas, com utilização de renda complementar e o fortalecimento dos fundamentos da segurança alimentar. De certo modo, a presença da pecuária no território assume, assim, sua consolidação.

3.5.4 Uso do território do Vale do Acre: conservação ambiental

No contexto contemporâneo, a conservação ambiental emerge como um desafio incontornável para regiões de rica biodiversidade e dinâmicas socioeconômicas complexas. No coração dessa problemática, situa-se o Estado do Acre, particularmente o Vale do Acre, um território que testemunhou um complexo equilíbrio entre esforços de preservação dos recursos naturais e as pressões decorrentes do avanço da atividade pecuária em detrimento do extrativismo tradicional.

Assim, se analisou a condição da preservação ambiental nesse contexto, expondo os obstáculos e embates que permearam a busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental.

O Estado do Acre foi ambiente de contínuos esforços para conter o desmatamento, preservar a biodiversidade e estabelecer programas de proteção de áreas naturais. No entanto, a realidade atestou que persistem dilemas envolvendo a efetividade dessas iniciativas e as limitações impostas por recursos escassos, fiscalização deficiente e conscientização variável. A incessante dicotomia entre as

necessidades socioeconômicas e a salvaguarda do ambiente natural têm provocado tensões e debates complexos.

Essa multifacetada situação se aprofundou com a expansão da pecuária, que, gradualmente, afetou o histórico extrativismo no território. Esse deslocamento na matriz produtiva incitou um contexto de alterações no território, com a transformação de áreas florestais em pastagens, repercutindo na perda de biodiversidade e na degradação da floresta e solos.

A fim de harmonizar essas demandas divergentes, a adoção de estratégias que abarquem tanto o desenvolvimento pecuário quanto a conservação ambiental se configura como imperativo. A implementação de práticas sustentáveis na pecuária, assim como a valorização do extrativismo, emergem como vias promissoras para mitigar os impactos negativos. A confluência dessas atividades, respaldada por políticas coerentes, constitui a rota prudente e estratégica para assegurar a sustentabilidade ambiental no território acreano, e notadamente, no contexto do Vale do Acre.

No entanto, a preservação do ambiente, para além das práticas sustentáveis destinadas a mitigar os impactos do avanço da atividade pecuária, deve também atender para a gestão dos resíduos sólidos resultantes dos manufaturados, tais como: embalagens de plástico, metais e vidro, cujos efeitos sobre o ecossistema do território são daninhos. Essas perspectivas, envolvendo a pecuária e os resíduos sólidos, tiveram impactos significativos na Resex Chico Mendes.

As análises dos dados ambientais evidenciam que os produtores que residem na Reserva Extrativista Chico Mendes, seduzidos pela oferta e variedades de produtos, tornam-se dependentes de produtos do mercado, trocando, assim a produção de produtos básicos para a alimentação de forma natural e artesanal pelos produtos industrializados encontrados no mercado. Os produtos, na maioria, contêm suas embalagens de plásticos, assim como os de metais e vidros, materiais de lenta degradação, alguns até de tempo desconhecido (Maciel, 2022, p.68).

A busca de prosperidade na Amazônia ocasionou problemas socioeconômicos e ambientais, como a luta pela posse de terra e imensas desflorestações, e assim, as unidades de conservação e as Resex surgiram como alternativas de desenvolvimento sustentável para o território, porém, os resíduos sólidos tornaram-se um dos principais problemas ambientais, especialmente nas florestas.

De acordo com o governo estadual do Acre (2022), as unidades de conservação foram então organizadas em dois grupos, de acordo com o Quadro 5.

QUADRO 5: Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – Seanp / Unidades no Estado do Acre

1 Unidades de Proteção Integral	2 Unidades de Uso Sustentável
Objetivo	Objetivo
Preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso direto dos recursos naturais, e por isso as regras e normas são restritivas.	Conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais.
<ul style="list-style-type: none"> • Estação Ecológica • Reserva Biológica • Parque Nacional • Refúgio de Vida Silvestre • Monumento Natural 	<ul style="list-style-type: none"> • Área de Proteção Ambiental • Área de Relevante Interesse Ecológico • Floresta Nacional • Reserva Extrativista • Reserva de Fauna • Reserva de Desenvolvimento Sustentável • Reserva Particular do Patrimônio Natural

Fonte: adaptado pelo autor - governo do Acre, Semapi (2022)

Dessa maneira, a Resex Chico Mendes, se constitui em uma Unidade de Uso Sustentável, conforme apresentado no Quadro 5. Essas unidades, ao englobarem tanto a preservação ambiental quanto a exploração criteriosa dos recursos naturais, ilustram de forma inequívoca a busca por um equilíbrio entre a conservação do meio ambiente e a utilização responsável dos recursos. Essa estratégia reflete a concepção de conciliação entre o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade ambiental, evidenciando os desafios e as realizações inerentes à tarefa de harmonizar estes objetivos.

Conforme informações fornecidas pelo governo do Acre no ano de 2022, constata-se que, no ano anterior, cerca de um terço (33%) do território do Estado está demarcado pela presença de 22 unidades de conservação - Ucs. Dentre essas unidades, encontram-se três UCs de Proteção Integral, sendo duas de jurisdição federal e uma estadual, além de 19 UCs de Uso Sustentável, compostas por nove de âmbito federal, oito estaduais, uma municipal e uma particular.

Adicionalmente, vale salientar que uma parcela de 14% do território é destinada a 36 terras indígenas, utilizadas por 15 etnias pertencentes a três famílias linguísticas distintas (Pano, Arawa e Aruak), incluindo grupos indígenas que optaram por viver em isolamento voluntário.

As áreas protegidas localizam-se sobretudo na floresta. Referem-se à demarcação de terras indígenas e às Unidades de Conservação (UCs) de vários tipos, que se multiplicaram na Amazônia a partir de meados de 1980. Cerca de 22% de território amazônico e mais de 6% são ocupados respectivamente por terras indígenas e unidades de conservação (Becker, 2009, p.105).

Quando se discute o uso do território do Vale do Acre em relação à conservação ambiental, não se pode deixar de contemplar os preceitos consagrados por Becker (2009). A abordagem deve ser abrangente, considerando os ecossistemas, o desenvolvimento sustentável, a participação comunitária, a proteção de áreas naturais e a educação ambiental como elementos intrínsecos e interdependentes em busca de um futuro equilibrado para este território.

Em suma, a Resex Chico Mendes, como Unidade de Uso Sustentável, materializa esse esforço de equilíbrio entre preservação e exploração. A busca por conciliação entre desenvolvimento e sustentabilidade, permeada por desafios e realizações, deve estar manifestada com clareza neste território.

A estruturação de uma Nova Economia da Amazônia (NEA) precisa primeiro acomodar as expectativas dos 28 milhões de habitantes da região, uma população muito diversa e com interesses conflitantes. A forte ligação da AML com o restante do Brasil exigirá que os estímulos às mudanças sejam associados a políticas nacionais e regionais, reduzindo assimetrias de informações e estimulando os agentes econômicos de todo o país a compactuarem com essa perspectiva de desenvolvimento. (Nobre, *et. al*, 2023, p. 35).

A busca pela conservação ambiental no território pesquisado requer uma abordagem integral para estruturar uma nova economia na Amazônia, enquanto se consideram as necessidades e expectativas dos habitantes diversificados do território.

O território exige alinhamento de estímulos de mudança com políticas nacionais e regionais, reduzindo desigualdades de informação e promovendo adesão à visão de desenvolvimento desta nova economia. Isso envolve não apenas medidas específicas, mas também a criação de um ambiente propício para práticas sustentáveis, equilibrando crescimento econômico e preservação ambiental, reconhecendo a complexidade do território e incentivando a colaboração entre as partes interessadas.

Dessa maneira, o Estado do Acre, representando uma síntese dessa luta, insta a comunidade, quanto aos formuladores de políticas a empreenderem esforços no sentido de promover ações que conciliem as demandas ambientais e socioeconômicas, com o propósito de assegurar uma trajetória futura sólida e sustentável, caracterizada por uma dinâmica territorial adequadamente alinhada.

4 ENTRE HORIZONTALIDADES E VERTICALIDADES: O PROCESSO MERCANTIL DA BORRACHA NO TERRITÓRIO DO VALE DO ACRE

Essa seção tem por finalidade apresentar as diversas perspectivas e a compreensão de como os vetores das horizontalidades e verticalidades atuam no processo mercantil da borracha, bem como analisar a dinâmica de desenvolvimento no território pesquisado.

Para alcançar essa compreensão, conduziu-se uma investigação dos aspectos do processo produtivo, bem como das relações comerciais e sociais que envolvem os diversos agentes da cadeia produtiva, todos desempenhando papéis essenciais nesse contexto, permitindo caracterizar a formação do território do mercado da borracha no contexto do Vale do Acre.

Ademais, conduziu-se um diálogo com os seringueiros, agentes mercantis, consumidor final, sindicato, associação de moradores e produtores, poder público constituído. e especialistas no território objeto desta pesquisa. Esses agentes contribuíram e acrescentaram relevância significativa para a realização da pesquisa.

Essa interação entre pesquisador e pesquisados viabilizou a realização das entrevistas, que, posteriormente, foram submetidas à análise de conteúdo, enriquecendo, assim, a compreensão das contradições como parte integrante do processo de mudança, e, também do tema em evidência. Dessa forma, pôde-se analisar como os vetores das horizontalidades e verticalidades atuam no processo mercantil da borracha e na dinâmica de desenvolvimento do território pesquisado.

Sendo assim, delineou-se o trajeto teórico-metodológico que orientou esta pesquisa empírica, o qual desempenhou um papel singular sobre os princípios teóricos que a sustentaram, assim como as estratégias metodológicas empregadas na coleta e análise dos dados.

Por meio da metodologia de abordagem utilizada, tornou-se possível constatar a influência histórica e a contradição dos fatos ocorridos, bem como a ingerência hegemônica no território. Esses fatos emergiram como elementos essenciais na compreensão das dinâmicas que formaram o território do Vale do Acre.

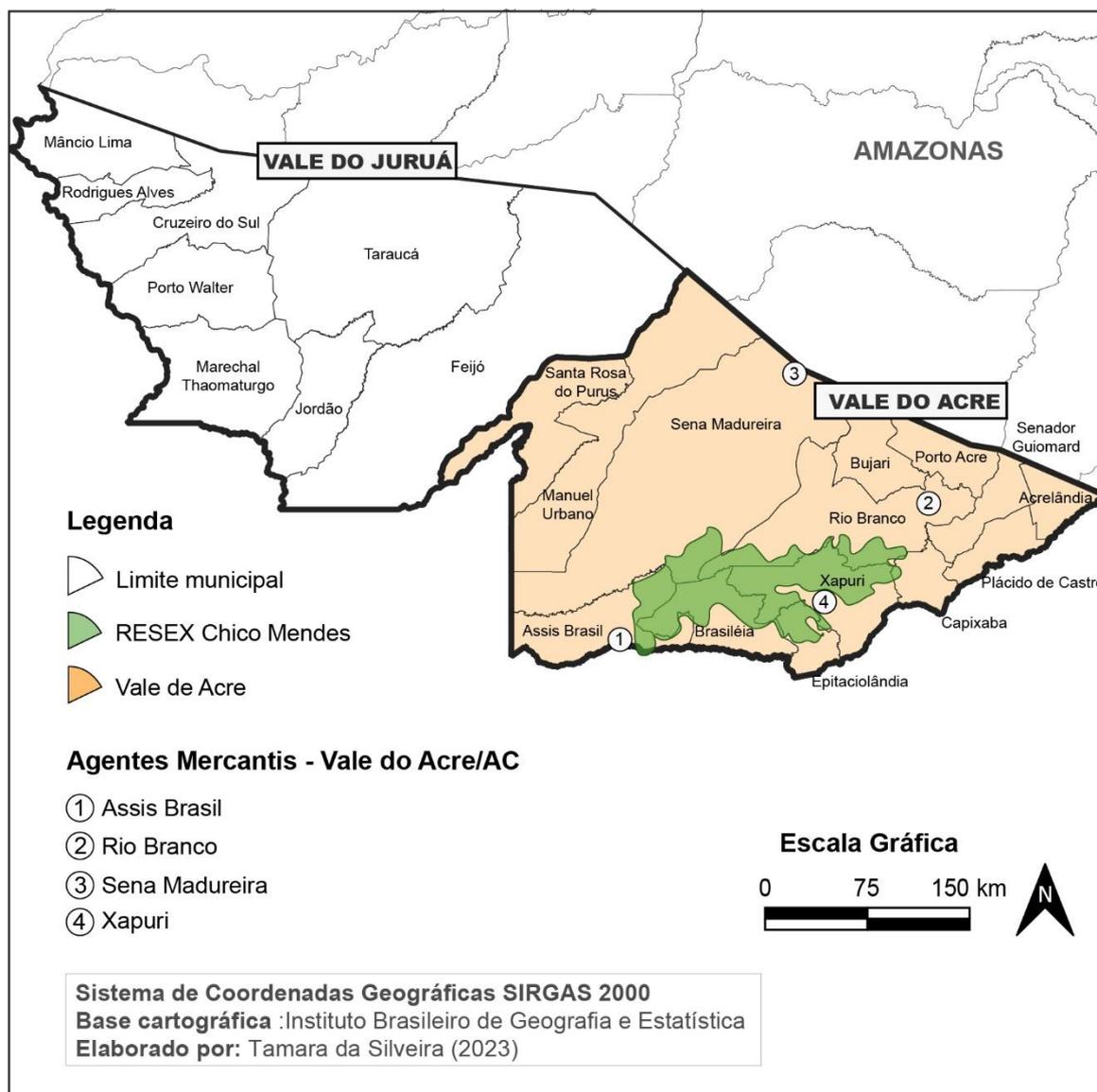
Esta pesquisa proporcionou uma abrangência que destacou a interligação entre a fundamentação teórica, a análise das entrevistas e o levantamento de dados realizado.

Essa seção foi estruturada em quatro subseções, a saber: agentes participantes da pesquisa e análise da realidade pesquisada no território; formação do processo mercantil da borracha no território; seringueiros e agentes mercantis: relações no território; dialética, interações e contradições: um olhar sobre as horizontalidades e verticalidades no processo mercantil da borracha.

4.1 Agentes participantes da pesquisa e análise da realidade no território

A pesquisa em foco concentrou-se na análise do território, especificamente no contexto do extrativismo da borracha nativa. O território serve como base de operações para os agentes mercantis pesquisados, os seringueiros, e os demais entrevistados categorizados no Quadro 6. Além disso, os municípios nos quais esses agentes têm sua sede (conforme indicado na Figura 9) coincidem, em grande parte, com a área ocupada pela Resex Chico Mendes, ampliando a relevância desta análise em função dos entrevistados categorizados e sua localização no território, bem como de todos os agentes envolvidos com esta Reserva.

Figura 9: Localização: Municípios, agentes mercantis e Reserva Extrativista



Fonte: organizada pelo autor. Elaborada por Tamara da Silveira, 2023.

A Figura 9 oferece uma detalhada representação da distribuição dos agentes mercantis nos municípios de Assis Brasil, Rio Branco, Sena Madureira e Xapuri. Adicionalmente, ressalta a localização estratégica da Resex Chico Mendes e, igualmente importante, a capital Rio Branco, que desempenha um papel fundamental como centro logístico no território. Este município possui uma infraestrutura de destaque para os modais rodoviário e aeroportuário, inclusive com conexões internacionais, e concentra o maior contingente populacional do Acre.

O conjunto de entrevistados envolveu uma amostra representativa e diversificada, composta por 25 indivíduos. Essa amostra, não probabilística, foi

selecionada para abranger diferentes perspectivas e experiências relacionadas ao tema da pesquisa.

Entre os participantes, além dos agentes mercantis, foram incluídos: seringueiros, consumidor final, soldados da borracha, especialistas na área e no território do Vale do Acre, bem como representantes de instituições relevantes para a pesquisa. Dentre essas entidades, merecem destaque: uma associação de moradores e produtores e um sindicato rural presentes no território, além de um representante do poder público.

É relevante destacar que esta pesquisa seguiu diretrizes éticas. Nesse sentido, todos os entrevistados foram informados acerca dos propósitos da pesquisa, sendo assegurada a sua liberdade para participar. Além disso, foram adotadas precauções para preservar o sigilo e a confidencialidade da identidade dos respondentes em qualquer publicação relacionada à pesquisa.

No Quadro 6, são detalhados os participantes da pesquisa, no qual um roteiro semiestruturado foi utilizado (APÊNDICES A, B, C, D e E).

QUADRO 6 – Distribuição dos entrevistados nas respectivas categorias

Numeração das Categorias	Identificação	Quantidade Entrevistados	Representação das Categorias
1	S1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9	9	Seringueiros
2	AM1, 2 e 3	3	Agentes Mercantis
3	CF1	1	Consumidor Final
4	IN1 e 2	2	Instituições: Associação dos Moradores e produtores do território e Sindicato dos Trabalhadores do território
5	PP1	1	Poder Público
6	SB1	1	Soldado da Borracha
7	ES1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8	8	Pesquisadores e profissionais com profundo conhecimento no campo do extrativismo, e experiência profissional significativa no território pesquisado
Total		25	entrevistados

Fonte: elaborado pelo autor, 2023

A distribuição dos entrevistados em categorias específicas foi delineada no Quadro 6, com um total de 25 entrevistados, a saber: 1) Seringueiros (9 entrevistados, identificados como S1, S2, S3, S4, S5, S6, S7, S8 e S9); 2) Agentes mercantis (3 entrevistados, identificados como AM1, AM2 e AM3); 3) Consumidor final (1

entrevistado, identificado como CF1); 4) Instituições (2 entrevistados, identificados como IN1 e IN2); 5) Poder público (1 entrevistado, identificado por PP1); 6) Soldado da borracha (1 entrevistado, identificado por SB1); 7) Pesquisadores do território, profissionais com profundo conhecimento e vivência profissional no Estado do Acre, conhecedores do extrativismo no território (8 entrevistados, identificados como ES1, ES2, ES3, ES4, ES5, ES6, ES7 e ES8).

Essa identificação foi utilizada para preservar a identidade dos entrevistados e, ao mesmo tempo, categorizá-los de acordo com a natureza de suas contribuições nos relatos das entrevistas realizadas.

Nesse sentido, a pesquisa demonstrou um compromisso em abranger a diversidade de perspectivas representadas pelos entrevistados, englobando diversas categorias relacionadas à pesquisa.

Ao ingressar no cerne da pesquisa, com a finalidade de proporcionar uma compreensão das dinâmicas envolvidas no processo comercial da borracha, a metodologia empregada fundamentou-se na análise de conteúdo das entrevistas transcritas, as quais constituíram a unidade de análise desta pesquisa. Os dados foram analisados por meio de um cunho qualitativo. Nesse tipo de análise, considera-se a presença ou ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num dado fragmento da mensagem (LIMA, 1993).

Deste modo, as explanações dos agentes foram analisadas em consonância com as informações emergentes dos relatos, os quais foram conduzidos por intermédio do roteiro semiestruturado.

A pesquisa de campo se configurou mediante a organização de entrevistas conduzidas com base em roteiros semiestruturados delineados para cada categoria (conforme ilustrado no Quadro 6), bem como para conjuntos de categorias afins, com a finalidade de sistematicamente capturar as manifestações dos agentes pesquisados. Esse enfoque metodológico foi elaborado a fim de assegurar a aquisição de dados que respondesse de forma acurada e direcionada às questões que compunham o cerne da análise presente nesta tese.

De forma preliminar, o pesquisador empreendeu visitas a locais de relevância para a pesquisa, como: o Museu da Borracha, o Caza Museu (museu privado com acervo particular aberto ao público), o Parque Capitão Ciríaco – único seringal urbano do País, e o Parque Ambiental Chico Mendes, todos localizados no Município de Rio Branco.

As visitas realizadas tiveram como propósito a imersão no contexto da extração do látex, visando assimilar conhecimento *in loco*, em lugares onde a história da extração da borracha se fazia presente de forma vívida. Tal preparação proporcionou uma compreensão de forma aprofundada e melhor contextualização durante as entrevistas subsequentes.

A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 03/08 e 15/09/2022, mediante a utilização de um roteiro de entrevistas semiestruturado (APÊNDICES A, B, C, D e E), o qual foi desenvolvido com questionamentos adaptados para atender às características individuais de cada categoria de entrevistados: seringueiros²⁰, agentes mercantis, consumidores finais e instituições²¹/especialistas.

Embora os roteiros partilhassem similaridades no tocante ao tema da pesquisa, apresentavam nuances específicas, apropriadas a cada categoria de entrevistado.

Essa escolha metodológica proporcionou uma flexibilidade na obtenção das informações, e, ao mesmo tempo, assegurou que tópicos essenciais para a investigação fossem abordados de forma padronizada durante as entrevistas.

Tal abordagem contribuiu significativamente para a coleta de dados para a obtenção de percepções sobre o tema pesquisado.

Outro aspecto fundamental da pesquisa de campo foi o uso de um dispositivo de gravação de áudio para registrar todas as entrevistas realizadas, acompanhado de um diário de campo. Essa técnica foi adotada com o intuito de preservar integralmente as informações fornecidas pelos participantes, evitando a perda de detalhes importantes que poderiam ser relevantes para a análise subsequente.

As entrevistas ocorreram em diferentes momentos, todas devidamente agendadas, exceto aquelas realizadas com os seringueiros, que ocorreram em suas “colocações” nos seringais.

As 25 entrevistas foram transcritas por um *software* de edição de texto, e os textos transcritos, são a unidade de análise desta pesquisa.

²⁰ Para o soldado da borracha foi utilizado o mesmo roteiro semiestruturado dos seringueiros.

²¹ Para o vocábulo instituições foram consideradas representantes do poder público estadual, sindicato de trabalhadores rurais e associação dos moradores e produtores do território.

4.2 Vetores em movimento: desvendando a formação do processo mercantil da borracha no território

Nesta seção, delimitou-se as características que envolvem a formação do processo mercantil da borracha no território pesquisado. A interpretação dessas características demandou uma análise detalhada das relações socioterritoriais e socioeconômicas que concorreram para a configuração deste território, respaldada no contexto histórico e pelas contradições dos acontecimentos, sobretudo o avanço da atividade pecuária, que se insurgiu como ameaça à integridade da floresta e, por conseguinte, à preservação da borracha nativa no território.

A fim de retratar de forma precisa o contexto da formação do território do mercado da borracha, a pesquisa reuniu perspectivas significativas, como a análise do território em sua dinâmica produtiva, nos fluxos migratórios que impactaram a configuração desse mercado, e nas relações sociais, apesar dos inerentes conflitos que coexistiram nesta conjuntura. Tal abordagem permitiu a compreensão da progressão ao longo dos anos das relações que resultaram na configuração atual do território.

A dinâmica da cadeia produtiva da borracha no território é sustentada pela interação entre diversos agentes, incluindo os seringueiros, em especial os da Resex Chico Mendes (Figura 10), agentes mercantis, associações e cooperativas, incluindo a Cooperacre, bem como o consumidor final, representado pela empresa Vert. Esse processo é coadjuvado pelo engajamento do poder público estadual.

Figura 10: Reserva Extrativista Chico Mendes

Fonte: Acervo do autor - Resex, 2022.

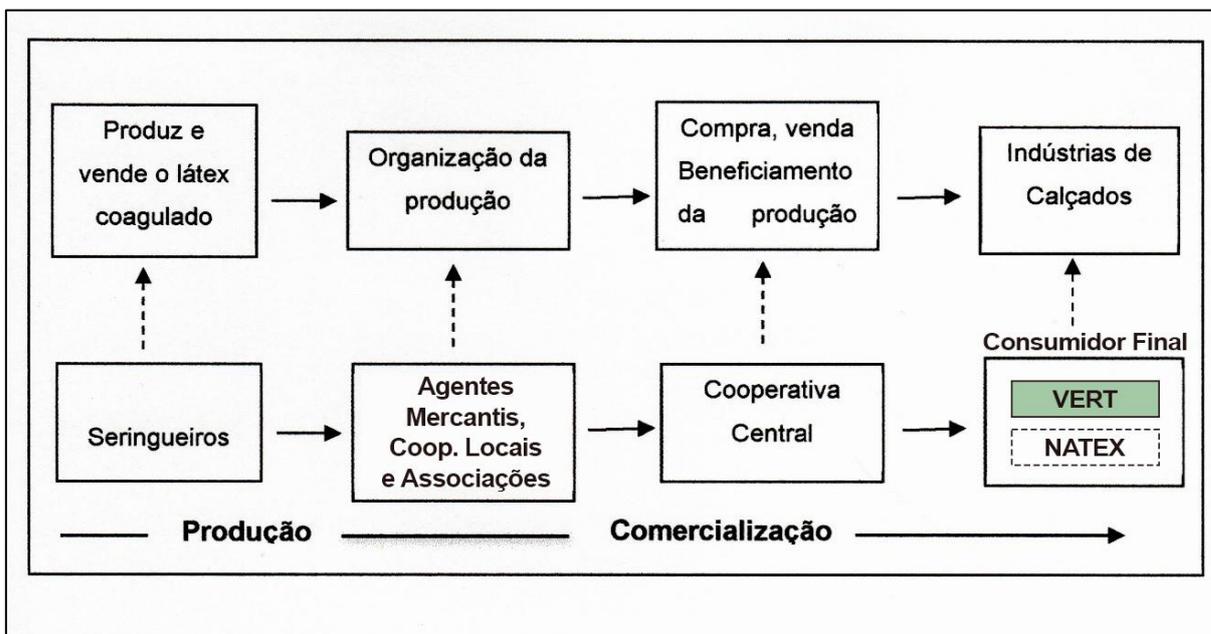
A atribuição essencial do seringueiro na extração do látex envolve o fornecimento desse recurso aos intermediários, encarregados de coordenar o processo produtivo. As associações e cooperativas locais, enquanto agentes mercantis, desempenham uma função significativa na organização da produção, preparando-a para a entrega à Cooperacre. Nessa dinâmica, a Cooperacre, atuando como cooperativa central, assume a responsabilidade integral pela aquisição, comercialização e beneficiamento da produção.

Na etapa final desse ciclo produtivo, a empresa Vert²² adquire essa matéria-prima para, posteriormente, transformá-la em solados de borracha. Esses solados são destinados aos calçados que a empresa fabrica e comercializa no mercado interno brasileiro, bem como disponibiliza para exportação.

²² Fundada em 2004, por dois franceses: François-Ghislain Morillion e Sébastien Kopp, internamente é chamada de Veja e seus produtos – tênis - levam esta marca também (Entrevista concedida por agente CF01).

A dinâmica da cadeia produtiva da borracha é um processo interligado, no qual cada componente desempenha uma função essencial, desde a extração do látex, até a entrega do produto ao consumidor final. Essa integração e a cooperação entre os diversos agentes desempenham uma incumbência significativa na sustentabilidade e na funcionalidade dessa cadeia produtiva.

Figura 11: A dinâmica da cadeia produtiva da borracha nativa no território



Fonte: ASPF/UFAC, atualizada pelo autor, 2023.

Conforme evidenciado na Figura 11, em relação aos consumidores finais, identificou-se dois principais agentes: a Vert e a Natex. Porém, é relevante observar que a Natex, sediada no Município de Xapuri, enfrentou inúmeros desafios em suas operações e estava fechada quando da realização da pesquisa de campo. No entanto, estão ocorrendo tratativas para um eventual retorno às atividades, nas quais usaria a borracha – expressão do território – como matéria-prima.

No relato do agente ES5, foi destacada a importância cultural e simbólica da borracha no território, ressaltando sua prevalência em comparação com a castanha:

A borracha é fundamental, a borracha e a castanha são produtos que a gente chama, são produtos originários da região, da economia, eles têm um valor simbólico fantástico, isso por um lado, porque as pessoas se identificam com o produto, ou seja, não é à toa que se chamam seringueiro, hoje são chamados extrativistas, cortando borracha, é extrativista. É uma identidade cultural. De forma geral, borracha tem na região inteira, o Acre inteiro tem borracha, diferente da castanha. A borracha é muito mais relevante do que a castanha por conta disso. A castanha só tem no Vale do Acre, não tem no

Vale do Juruá. Isso é por conta da natureza, que quis assim. (Entrevista concedida por agente ES5).

Esse contexto é fundamental para se compreender a situação descrita no relato do agente CF1, no qual ele evidencia como o pagamento por serviços socioambientais - PSSA, pela Vert, tem um impacto significativo no aumento da renda das famílias no território, ressaltando a complexa relação entre as dinâmicas econômicas e culturais no território.

Sobre a dinâmica de desenvolvimento do território com a cultura da borracha nativa, o agente CF1 relatou que, por meio de uma pesquisa realizada, conclui-se que as famílias associadas à Vert desfrutam de uma renda 50% maior em relação àquelas que não participaram dessa iniciativa.

A gente acredita nisso, tanto que o pagamento por serviços socioambientais aumenta muito a renda das famílias. Foi feita uma pesquisa, e foi comprovado que as famílias que trabalham com a Vert têm uma renda 50% maior do que as famílias que não trabalham. Então isto já é um fator de desenvolvimento, porque aumenta muito o consumo das famílias, fazendo o dinheiro girar por lá. Outra questão, é este trabalho com a Cooperacre, e com a indústria, hoje tem uma indústria, que basicamente opera tendo a Vert como principal cliente da borracha nativa, processa a borracha e cultivo também, mas digamos assim, se não tivesse a Vert, talvez a indústria não se manteria. A gente está ali na região de Sena Madureira com essa indústria, onde a gente é o principal cliente da região, e traz todos os benefícios para a região, tanto em impostos para a prefeitura, e faz o dinheiro girar por lá, geração de empregos etc. (Entrevista concedida por agente CF1).

Além disso, o agente entrevistado mencionou a cooperação com a Cooperacre e a presença de uma indústria em Sena Madureira que processa a borracha nativa. Foi ressaltado que a Vert desempenha um papel fundamental como principal cliente dessa indústria, sustentando sua operação e, conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento do território.

Esse apoio financeiro se traduz em benefícios para a comunidade local, incluindo o aumento da arrecadação de impostos para a prefeitura, a circulação de dinheiro no território e a criação de empregos, destacando o impacto positivo desse arranjo econômico.

Porém, os dois relatos anteriores apresentam elementos contraditórios em relação à importância da borracha e sua relação com a Vert. O agente ES5 enfatiza a borracha como um produto de grande relevância e significado cultural, superando a castanha, devido à sua presença em todo o território acreano.

Em contrapartida, o agente CF1 concentra sua ênfase na importância da Vert como principal cliente da borracha nativa da indústria em Sena Madureira. Essa ênfase na Vert parece entrar em conflito com a noção de que a borracha é intrinsecamente valiosa, uma vez que sua importância parece estar ligada à presença desse consumidor final.

No entanto, a borracha nativa mantém sua significativa relevância, e a principal preocupação se concentra na atual dependência desse cliente, que realiza a aquisição do produto em larga escala no Vale.

A Vert emerge como o principal cliente da borracha nativa no território, desempenhando uma importância primordial no apoio financeiro, que reverbera positivamente tanto na renda das famílias como no desenvolvimento local, conforme destacado no relato. Contudo, a significativa dependência de um único consumidor final suscita preocupações quanto à vulnerabilidade do contexto.

Em caso de eventual interrupção nas aquisições de borracha nativa por parte da Vert, ou mesmo sua saída do território apropriado, a indústria em Sena Madureira e as famílias do território poderiam confrontar desafios econômicos substanciais.

Essa interligação se expande para além dos limites municipais, abrangendo a totalidade do Vale do Acre, onde a Vert figura como principal consumidor final. Do ponto de vista das verticalidades, essa dinâmica parece profundamente enraizada no território, intensificando a relevância das questões econômicas associadas à presença e participação da Vert.

Dessa forma, o primeiro relato enfatiza a importância cultural e simbólica da borracha. O segundo relato destaca a importância econômica da Vert como consumidor final chave. Tal fato cria uma contradição aparente entre a importância intrínseca da borracha e a dependência da Vert. No entanto, essa contradição reflete a complexidade das relações econômicas e de produção no território.

O mercado da borracha nativa é de considerável importância para o País, tanto do ponto de vista econômico como ambiental. Apesar dos entraves históricos e comerciais que marcaram a produção de borracha nativa, o mercado ainda é relevante, conforme comprova o agente PP1, em seu relato:

Baseado no que a gente conhece do GEB – Granulado Escuro Brasileiro, feito pela Cooperacre e por uma indústria em Sena Madureira, que foi o governo do Estado que implementou, uma aquisição das empresas, das indústrias, em relação à absorção da matéria-prima, há uma saída muito

grande, a gente não atende à demanda que é exigida (entrevista concedida por agente PP1).

O poder público estadual empreendeu esforços para aprimorar a estrutura do extrativismo. Isso se deve ao fato de que o mercado da borracha nativa, embora tenha perdido sua condição proeminente no âmbito global, preserva sua significância para o Brasil, sobretudo nos âmbitos econômico e ambiental. Além disso, a atividade continua a desempenhar um papel fundamental para a identidade cultural e histórica do Vale do Acre. Consequentemente, o poder público estadual constatou que tais iniciativas resultaram em melhorias significativas no território:

Tudo isso é um tipo de investimento. Nós fizemos alguns levantamentos em relação aos dados que já foram processados anteriormente, nós temos algumas bases de dados que estão conosco, fizemos algumas análises, a gente fala, quando se trata por ano – de recurso que é gerado com pagamento da subvenção e preços comerciais, que são dois valores distintos, um é o preço comercial que é regido tipo *commodities*, e outro é o preço do subsídio, que é o que o Estado compra junto das cooperativas. Quando a gente fala nisso, a gente está falando em torno de mais de R\$ 10.000.000,00, que é gerado na economia. E isso acaba trazendo melhorias e desenvolvendo o território, gera uma renda. Nós temos aqui dois períodos, que é o seringal, onde os agricultores extrativistas estão: é o período da coleta da borracha e o período da coleta da castanha. Então, são duas fontes de renda que ainda mantêm o extrativismo do Estado do Acre, então é um recurso que poderia ser injetado mais, e assim a economia poderia estar se fortalecendo com isso (entrevista concedida pelo agente PP1).

Diante desse panorama, é inegável que os esforços empreendidos pelo poder público estadual visando o aprimoramento da estrutura do extrativismo vegetal, com destaque para a borracha nativa, se revelaram-se de suma importância. A injeção de recursos não apenas sustenta a vitalidade do extrativismo no Estado, mas também contribui para o desenvolvimento do território, resultando na geração de renda, especialmente durante os períodos de coleta da borracha e da castanha. Além disso, o pagamento do PSSA pela Vert é um aliado nesse processo, promovendo melhorias substanciais no território.

O território contemporâneo é o resultado de descendentes de fluxos migratórios do passado. O Vale do Acre, como território singular, assimilou uma heterogênea afluência cultural em sua formação.

Nesse contexto territorial, fundiram-se as heranças dos povos originários, as influências nordestinas e a chegada mais recente dos sulistas e sudestinos à região. Esse panorama resultou em um contexto sociocultural que não apenas celebra a

diversidade, mas também enfrenta os desafios inerentes à coexistência e à forja de uma identidade profundamente arraigada ao território.

A migração dos nordestinos, em duas fases distintas, desempenhou uma ação significativa na configuração do território, exercendo profunda influência sobre sua dinâmica social e econômica, que se pautou pelo extrativismo vegetal.

Posteriormente, com a chegada dos sudestinos e sulistas, emergiu um conflito entre o extrativismo, dependente das matérias-primas da floresta, onde a borracha nativa é predominante, e a cultura da pecuária, ou mais recentemente, a expansão do agronegócio de grãos. Isso criou uma contradição substancial: a produção de borracha requer a preservação da floresta, enquanto a pecuária necessita do uso do espaço anteriormente ocupado por ela.

Assim, para compreender a dinâmica histórica, social e econômica a partir das relações de produção e as mudanças ocorridas no território, esta pesquisa destacou a migração nordestina como força produtiva, incluindo a força de trabalho em foco – extrativistas de látex - na reconfiguração das estruturas sociais e territoriais do Vale do Acre.

A migração de nordestinos para o Vale do Acre estava intrinsecamente ligada a transformações na dinâmica de produção do território, a qual, historicamente, demandou mão de obra para extração do látex. Os migrantes oriundos do Nordeste buscavam oportunidades econômicas proporcionadas pelo Vale, escapando das agruras de uma prolongada seca em seu território de origem, almejando encontrar condições de trabalho mais propícias no território que os acolheu.

Atualmente, não se testemunhou ondas migratórias como as que marcaram o ápice da fase da borracha. Em vez disso, observou-se um fluxo contínuo de indivíduos que ingressam e deixam o território de acordo com suas necessidades pessoais e profissionais, mas não são influenciados exclusivamente pelo extrativismo.

Essa mudança reflete não apenas as mudanças de panorama econômico, mas também a adaptação das dinâmicas migratórias a um cenário contemporâneo, em que as motivações individuais desempenham um papel preponderante, enquanto as imposições da seca nordestina, que outrora compeliavam migrações, diminuíram em sua intensidade.

Essa situação destacou de forma notável como os fatores econômicos exerceram um impacto significativo na configuração do território. De acordo com o relato do agente PP1, que aludiu aos soldados da borracha, esse movimento

migratório evidenciou a importância fundamental desempenhada pelas variáveis econômica na formação do território recorrido:

Realmente, foi um movimento impulsionado pelas gestões anteriores, não vou mencionar o nome do presidente, mas lembro bem que é “integrar para não entregar”, mas os soldados da borracha, eles foram de suma importância para o desenvolvimento do Estado do Acre, e principalmente para a exploração do extrativismo, claro que tem seus viés de problemas que foram ocasionados, ou explorações que foram feitas de forma mal intencionadas, mas em relação à isso, nós temos hoje, um Estado que tem filhos de seringueiro, que alguns ainda tem orgulho do que o pai fez, assim como ainda continuam a tradição em relação ao corte da seringa (entrevista concedida por agente PP1).

Essa contribuição histórica foi marcada por nuances complexas, incluindo práticas exploratórias que surgiram em meio a essa empreitada, conforme relatou o agente SB1, 91 anos, soldado da borracha:

Meu pai veio do Ceará no ventre de minha vó. Ele nasceu no Amazonas, ele se considerava amazonense. A mãe dele veio do Ceará e ele nasceu no Amazonas, e do Amazonas veio para o Acre. Então toda vida ele foi seringueiro, e eu nasci seringueiro e fui seringueiro até os 26 anos, quando saí do seringal e vim para cá. Aqui trabalhei 11 anos como carpinteiro, e terminei trabalhando na secretaria da fazenda. Mas eu sou soldado da borracha, não é aposentadoria, é um benefício, não tem direito a 13º, nada. [...] Bem, na época que eu nasci, era única atividade era cortar seringa, não tinha outra atividade, o Acre era muito novo, quando o Acre era da Bolívia, já cortavam borracha aqui. Quando os bolivianos vieram o Acre se desenvolvendo, aí queriam expulsar os nordestinos, aí eles se levantaram. Aí deu um conflito, pois os bolivianos queriam tirar os brasileiros, e aí a história do Acre, veio aquele senhor Luiz Galvez, que veio aqui para ver se vencia, mas não aguentou e correu, aí Plácido de Castro veio (entrevista concedida por agente SB1).

Não obstante, o território abriga uma geração de indivíduos cujos pais, avós eram seringueiros, e muitos deles se orgulham das realizações de seus antepassados. Além disso, é possível observar a manutenção das tradições relacionadas à coleta do látex, evidenciando a resiliência e o vínculo cultural que perduram no território hodiernamente.

A interação social na constituição do processo mercantil da borracha no território desencadeou no convívio entre diversos estratos sociais, incluindo povos originários, nordestinos, sudestinos e sulistas. Tais interações, ou a expressão das relações sociais em transformação, emergiram sob a perspectiva do materialismo histórico, delineando como essas relações configuraram a dinâmica territorial e cultural contemporânea do território, enfatizando, assim, a importância das relações,

das forças produtivas, das contradições e das relações sociais no entendimento da formação territorial e dos conflitos inerentes a esta formação.

A chegada dos sudestinos e sulistas estabeleceu um conflito entre a atividade extrativista da borracha, que depende da floresta, e as práticas pecuaristas. Essa dinâmica ilustra uma contradição inerente à relação entre a humanidade e a natureza, numa relação dialética.

A exploração da borracha nativa requer a preservação da floresta, enquanto a pecuária e o agronegócio de grãos demandam o desmatamento para expansão. Esse contexto evidencia a contradição entre a produção voltada para a satisfação das necessidades humanas e a lógica capitalista do lucro, que frequentemente entra em conflito com a preservação ambiental, aspecto de extrema relevância para o extrativismo da borracha nativa no território.

Relato do agente ES2, sobre como a cultura da borracha impulsiona a dinâmica de desenvolvimento do território:

Existe um conflito desta natureza, creio que no passado a cultura da borracha impulsionou muito o desenvolvimento, mas só que o recurso foi desviado para fora do Estado, para fora do território, era território ainda. Quando o Acre se torna um Estado, basicamente a borracha já estava quase sepultada, o grande conflito hoje, está internamente no próprio seringueiro, quando ele vê que ele trabalha, ele corta borracha, e ele nunca passa daquela estrada. Eu não conheço nenhum caso de um seringueiro, não de seringalista, e nem de atravessador, que arrumou a vida cortando borracha. Então é este o conflito que eu vejo, enquanto o seringueiro, olha e se compara com outro, que deixou de ser seringueiro e passou a criar boi, e está vivendo melhor, o cara vai pensar duas vezes (entrevista concedida por agente ES2).

No relato de ES2, observou-se novamente uma contradição aparente entre a cultura da borracha e prática da pecuária (Figura 12), como meio de subsistência no território.

Nesse contexto, os desafios enfrentados pelos trabalhadores do extrativismo da borracha centraram-se na busca por aprimoramento nas condições de vida. A atividade principal consiste na extração de borracha, contudo, frequentemente, esses indivíduos se deparam com a restrição de se manterem predominantemente nas proximidades de suas trilhas de trabalho - as estradas da floresta, sem vivenciar uma notável elevação na qualidade de vida.

Figura 12: Floresta nativa e pecuária

Fonte: Acervo do autor, 2022

Contudo, é fundamental reconhecer que essa aparente contradição entre a cultura da borracha e a atividade pecuária não é de difícil identificação. A floresta nativa desempenha um papel vital na preservação do ecossistema, ao passo que a pecuária, conforme evidenciado na Figura 12, proporcionou uma oportunidade econômica alternativa. É possível explorar a viabilidade de integrar essas atividades econômicas, visando estabelecer um equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico.

Pois assim, o conflito percebido pelo seringueiro ao comparar sua situação com aqueles que optaram pela pecuária pode ser abordado sob uma nova perspectiva.

[...] diferente do seringueiro, que chegaram na primeira leva do final do século XIX para cá, em 1940, já estavam na segunda ou terceira geração, que nasceram na floresta, já acreanos, esses camaradas, os soldados da borracha, eles experimentaram a vida de trabalho na floresta por pouco tempo. Então, o que aconteceu? Depois do abandono do subsídio, eles ficam livres, eles migram para próximo da cidade, então é aí que nasceu uma agricultura incipiente, a grande maioria não continua como seringueiro, mas tornaram-se população urbana, ou da periferia urbana, ainda que cortando borracha ou castanha, mas tendo a agricultura ainda com quase 50% de sua sobrevivência, tanto é, que no livro: a batalha da borracha, do Pedro Martinello, ele vai dizer que Rio Branco era autossuficiente na produção de verduras, alimentos, e a chegada da migração vinda do centro-sul, no final dos anos 60, ela quebra esta harmonia praticamente, porque ela chega introduzindo um novo uso da terra, e aí que está a questão: o boi antes de 1970 e o boi depois de 1970. O boi de antes de 1970 era de uma economia de produção de auto sustentação regional. E o boi depois de 1970, era uma economia de pecuária para o mercado. Até a migração de 1970, esses soldados da borracha, muitos deles são agricultores, estão na periferia da cidade, inicia a agricultura. Não é como o seringueiro, porque o seringueiro por excelência é um extrativista, planta um roçado pequeno, e o soldado da

borracha que veio para Rio Branco planta um roçado maior (entrevista concedida por agente ES2).

A chegada da migração do centro-sul no final dos anos de 1960 alterou a dinâmica do território, trazendo uma mudança significativa na forma como a terra era utilizada, surgindo uma nova abordagem, em que o gado passou a ser criado para atender às demandas do mercado.

Portanto, o contraste entre a pecuária “antes de 1970”, e a pecuária “depois de 1970” (relato ES2), refletiu uma mudança de orientação da pecuária no Acre, passando de um sistema local e sustentável para uma economia voltada para o mercado, influenciada pela migração e a crescente demanda por carne bovina no território e adjacências.

Nesse sentido, a atual configuração territorial do Vale do Acre revelou singularidades decorrentes das influências históricas, econômicas e sociais. Esse fenômeno resultou da emergência de uma sociedade diversificada e multifacetada, em virtude das transformações ocorridas no território do Vale do Acre desde o século XIX até a hodiernidade.

O aprimoramento econômico se entrelaçou com a transição do Vale do Acre, que está passando de uma economia direcionada à extração da borracha para uma economia diversificada, abraçando setores como a pecuária e, mais recentemente, o agronegócio de grãos. Essa transição suscitou contradições marcantes entre as práticas antigas e as emergentes no território.

No contexto recente, a transformação econômica do Vale do Acre ilustrou uma adaptação imprescindível a novos parâmetros, acarretando implicações para o território e seus habitantes. A dicotomia entre os legados históricos e as aspirações do presente impuseram ao território o desafio de harmonizar tradição e modernidade. Assim sendo, esta pesquisa aprofundou a compreensão das complexidades inerentes a esse processo, sem negligenciar o valor intrínseco da borracha nativa na construção do contexto pesquisado.

O declínio do extrativismo da borracha acarretou a migração de parte dos seringueiros para centros urbanos como Rio Branco e, dialeticamente, criou contradições entre a vida extrativista no seringal, e urbana, com influências nas relações sociais e econômicas.

Após esse declínio, nas décadas de 1970 e 1980, o Estado do Acre testemunhou um processo de avanço econômico e social. Esse processo foi marcado

pela diversificação da economia, incorporando elementos como a pecuária, o agronegócio de grãos e, até certo ponto, iniciativas de industrialização. No entanto, essa expansão não esteve isenta de ameaças, especialmente no que concerne à preservação da floresta e, por conseguinte, ao futuro da borracha nativa.

Atualmente, o Vale do Acre é um território que ostenta as marcas de seu passado, mas também evidencia esforços em prol da revitalização econômica e social. Essa iniciativa se destaca pela ênfase na preservação do meio ambiente, mesmo diante da expansão da pecuária em um território historicamente vinculado à exploração extrativista. O presente contexto revela uma contradição complexa entre a preservação ambiental e o avanço da pecuária, pois demanda a conciliação de esforços para proteger o meio ambiente em meio à expansão desse setor em um território de exploração extrativista.

Essa contradição não apenas ressaltou os desafios associados à sustentabilidade, mas também enfatizou a necessidade de abordagens que conciliem a conservação de recursos naturais com o desenvolvimento econômico. A coexistência aparentemente paradoxal entre a preservação ambiental e a expansão da pecuária evidencia a complexidade das escolhas e estratégias adotadas no processo de revitalização econômica.

Nesse contexto, os esforços para preservar o meio ambiente enfrentaram implicações significativas, destacando a importância de estratégias que possam mitigar os impactos negativos da expansão pecuária, promovendo uma abordagem mais equilibrada e sustentável para o desenvolvimento econômico.

As relações sociais e econômicas decorrentes da interação entre distintos grupos sociais, como povos originários, nordestinos, sudestinos, sulistas e a comunidade local podem ser compreendidas como manifestações de relações em constante aprimoramento, e como elas constituíram a dinâmica territorial, por meio da dialética da diversidade cultural e social, proporcionando interações e contradições entre diferentes grupos sociais. Essas relações formaram a dinâmica territorial no Vale do Acre, promoveram mudanças e transformações ao longo do tempo, fornecendo apoio para entendimento das dinâmicas territoriais no contexto histórico vivenciado no Vale do Acre.

4.3 Seringueiros e agentes mercantis: relações no território da borracha

Nesta subseção, investigo-se a configuração do mercado da borracha no âmbito do Vale do Acre, bem como a análise das interações entre os agentes mercantis e os seringueiros, contribuindo para uma visão abrangente da formação deste mercado. O foco recaiu sobre as dinâmicas comerciais que desempenharam um papel central neste território.

Com a finalidade de proporcionar uma percepção acerca da estrutura do mercado da borracha no território, assim como a relevante contribuição desempenhada pelas interações entre os seringueiros e os agentes mercantis, efetuou-se uma análise da caracterização de cada um destes agentes. Posteriormente, direcionou-se a atenção para a análise da dinâmica do processo de comercialização da borracha no Vale do Acre, visando identificar contradições e dinâmicas dialéticas presentes nesta relação. Ademais, realizou-se uma análise atualizada, ponderando tanto os aspectos positivos quanto os desafios inerentes a esse processo de comercialização no território.

A análise dos elementos registrados nas entrevistas proporcionou uma perspectiva acerca das condições de vida e dos meios de subsistência das famílias de seringueiros no território do Vale do Acre. Tais informações delinearam de maneira vívida a perícia dos seringueiros na extração do látex, bem como os arranjos familiares, a origem da matéria-prima, a herança enaltecida dos combatentes da borracha, as diversas fontes de manutenção e a variabilidade etária entre esses seringueiros.

Esse quadro se configurou essencial na assimilação das dinâmicas locais e no direcionamento de estratégias voltadas à salvaguarda das tradições culturais e ao fomento da sustentabilidade dessas comunidades.

A análise da experiência na extração do látex revelou que a maioria dos seringueiros dedicou mais de duas décadas a essa atividade, estabelecendo uma sólida e extensa afinidade com a prática extrativista do látex.

No que diz respeito ao tamanho das famílias, observou-se uma variação no número de filhos, oscilando entre 3 e 6 por núcleo familiar. Essa informação ganhou relevância ao incidir diretamente sobre a disponibilidade de mão de obra para extração da borracha, especialmente quando a motivação para dar continuidade ao legado familiar estivesse presente. Essa correlação entre a experiência na extração do látex,

a duração do envolvimento na atividade e o tamanho das famílias evidenciou aspectos que impactaram a dinâmica da produção extrativista da borracha, fornecendo entendimentos para a compreensão desse contexto socioeconômico.

O relato do seringueiro S1 apresenta uma trajetória em que o corte de seringa foi uma atividade central na vida do marido e da esposa. Os relatos S3, S4 e S8 destacam experiências familiares de trabalho na borracha ao longo de várias décadas.

Eu cortei seringa vários anos, em Sena Madureira, no Seringal São Francisco, Rio Purus, trabalhei mais de 20 anos cortando seringa, com meu marido. Quando eu me casei com ele, ele já cortava seringa, desde novinho. Aí, quando nos casamos, ele continuou cortando seringa. Veio os filhos, que era para sustentar os filhos, que na época era o único trabalho na zona rural, era cortar seringa. Ele começou com 8 anos e quando se casou tinha 18 e continuou cortando seringa, certo? [...] Ele cortava seringa mais de 8 h por dia, uma estrada a cada dia. [...] A gente se casou e ele continuou cortando seringa no seringal São Francisco, lá em Sena Madureira, certo? Tive 4 filhos, criou os filhos cortando seringa para sustentar os filhos (entrevista concedida por S1).

No relato do agente S1, a história de um casal foi compartilhada, na qual o marido já estava envolvido com a extração da borracha desde prematura idade, e essa tradição persistiu mesmo após o casamento, tornando-se um meio de sustento para a família. Enquanto isso, a esposa descreveu seu próprio envolvimento com o corte de seringa em uma fase em que o trabalho na zona rural era predominantemente centrado na borracha.

No que concerne à fonte da matéria-prima, evidenciou-se que a maioria dos seringueiros obtém a borracha de árvores nativas, enfatizando, desse modo, a importância da preservação e da sustentabilidade no processo de extração.

Eu trabalho desde criança, 41 anos de extração da borracha, desde os 8 anos de idade já ajudava os pais [...] começo trabalhando às 4h da manhã e volto as 11 h, cerca de 7 h diárias [...] minha borracha é só nativa, da floresta (entrevista concedida por S3).

No relato de S3, tem-se um exemplo de uma criança que, desde os seus 8 anos de idade, auxiliava seus pais na extração da borracha, evidenciando como a atividade era incorporada desde cedo na vida dessas famílias extrativistas.

Comecei extraindo borracha com 12 anos de idade, tenho 52 anos de idade, então eu tenho 40 anos que corto seringa. Eu fiz borracha defumada, eu fiz prata bruta, folha defumada, eu fiz tudo de borracha até hoje, eu fiz de tudo das borracha que existia. [...] minha esposa e meus filhos me ajudam, eu tenho 5 filhos, eles estudam, os filhos. Hoje está mais fácil, porque antigamente a gente cortava, e quando chegava ia colher, agora não, tu corta, tu sai as 4:30 da manhã, 5 h da manhã, e chega 10:30, 11 h da manhã, e de

tarde tu vai fazer outro serviço, aí tu corta, quatro dias numa estrada, aí com quatro dias que ela está cortada, aí tu tira um dia para juntar a borracha dela e imprimir na tigela de plástico (entrevista concedida por S4).

Com base no relato de S4, pode-se perceber a longa trajetória de dedicação ao trabalho com a borracha. Ele iniciou sua atividade de extração do látex aos 12 anos e, aos 52 anos, acumula 40 anos de experiência nesse ofício. S4 mencionou a variedade de produtos derivados da borracha que já produziu, destacando a versatilidade de suas habilidades. Além disso, o relato evidenciou a importância da família no processo de extração, com sua esposa e cinco filhos contribuindo para o trabalho. O fato de seus filhos estarem estudando reflete uma mudança nas oportunidades educacionais em comparação com gerações anteriores.

S4 também descreveu as diferenças nas condições de trabalho ao longo do tempo, destacando que, atualmente, a extração é mais eficiente e envolve horários mais regulares, o que proporciona uma rotina mais organizada em comparação com o passado. Esses detalhes do relato de S4 contribuem para uma compreensão mais completa da vida dos seringueiros e das mudanças ao longo das gerações.

Desde criança, eu nasci e me criei no seringal, eu hoje estou com 77 anos, toda minha vida foi dedicada ao seringal. Teve alguns intervalos, como todo mundo é conhecedor, eu tive funcionário federal por 9 anos, mas o resto do tempo tem sido dedicado aqui na floresta. Portanto, uns 55 anos aproximadamente. [...] eu tenho quatro filhos homens e duas filhas mulheres [...], mas aqui eu e meu filho tocamos aqui, e minha companheira que nos ajuda (entrevista concedida por S8).

No relato de S8, tem-se a história de uma vida inteiramente dedicada ao seringal, com breves interrupções para outras atividades, enfatizando a conexão profunda e duradoura entre o seringueiro e a floresta. Além disso, o depoimento revela não apenas uma ligação com a natureza, mas também a importância da família na continuidade dessa tradição, com quatro filhos homens e duas filhas mulheres.

Aos 77 anos de idade, o seringueiro personifica uma vida de dedicação ao seringal, o que se alinha com a faixa etária observada entre os seringueiros, que variou consideravelmente. Com alguns seringueiros ainda em idade ativa, e a maioria adentrando a maturidade, superando os 40 anos, como no caso do agente S8.

Nesse contexto, porém, surgiu um elemento de destaque nos relatos dos seringueiros, o qual atestou uma transformação significativa na tradição e no modo de vida desta comunidade, pois, apesar da prole dos seringueiros ser numerosa, notou-se que as gerações mais jovens demonstram um distanciamento evidente do ofício

tradicional de “cortar seringa”, ou seja, extrair o látex da seringueira, como foi observado no relato do agente ES4:

A minha visão é que o seringueiro tradicional como a gente conhecia, isso não existe mais. Existem pessoas que moram lá dentro, os mais velhos ainda querem permanecer lá dentro, mas os mais novos querem ir para a cidade, querem ir de qualquer jeito. Ele nem sabe mais cortar seringa, o pessoal novo, nem sabe o que é isso não. Eles não querem, não sabem, não querem aprender. É só conversar com os mais idosos. Tu vais ver lá, que o pessoal que tem 30 anos para baixo não quer, e nem sabe cortar seringa (entrevista concedida por ES4).

Esse fenômeno denota não apenas uma mudança na ocupação tradicional, mas também um afastamento gradual das práticas e conhecimentos que antes eram transmitidos de geração em geração. Os mais jovens, segundo ES4, parecem estar dispostos a abandonar esse legado, demonstrando uma relutância em adquirir ou preservar as habilidades necessárias para extração do látex.

Essa tendência transcendeu a mera escolha profissional, ecoando a influência das transformações sociais e econômicas que alcançaram o território. Além disso, apontou para a importância de explorar os fatores subjacentes que impulsionaram essa mudança de perspectiva entre as gerações mais jovens, afetando não apenas a tradição do “corte da seringa”, mas também o modo de vida e a identidade cultural dessa comunidade historicamente ligada à floresta e à extração da borracha.

Nesse contexto, a observação da descendência dos soldados da borracha destacou um contraste significativo com a mudança de perspectiva entre as gerações mais jovens.

Ao contrário do afastamento notado em relação às práticas tradicionais de extração do látex, a maioria dos relatos revela que a descendência dos soldados da borracha manteve a transmissão desse legado de maneira contínua, notadamente por meio dos avós, sublinhando assim, a persistência de um herança histórica e cultural intrínseco à atividade no território, conforme relatado pelo seringueiro S1:

O meu pai. Então ele veio, ele era cearense me parece. Ele veio, para o Seringal Oriental, também no Rio Purus, para cortar seringa lá, onde ele conheceu minha mãe e casou-se com ela. Mas ela não chegou a se aposentar como soldado da borracha, ele faleceu novo (entrevista concedida por S1).

A tradição de compartilhar experiências e conhecimentos demonstrou que o passado exerceu influência contínua sobre o presente, apesar das transformações que impactaram a prática tradicional do corte da seringa. Isso evidenciou a força das

conexões entre gerações e a durabilidade das narrativas culturais na comunidade, como ilustrado no relato do agente S2:

Trabalhei mais de 20 anos com seringal, e convivi sempre com pessoas do seringal, família, avós, muita coisa para contar em Xapuri. [...] Trabalhava de 8 a 10 horas por dia, mais ou menos esta base. [...] Era borracha nativa, mata bruta, da borracha mesmo. [...] Cada um tinha a sua colocação, e suas estradas, que ficavam em Xapuri. [...] Meu avô, ele veio do Ceará, mas ele não alcançou soldado da borracha, morreu antes, minha mãe foi soldado da borracha (entrevista concedida por S2).

Esse sólido alicerce cultural, profundamente enraizado nas tradições do passado, desempenhou uma atribuição fundamental no entendimento da resiliência manifestada por essas famílias, conforme relatado por S2, diante das complexas dinâmicas contemporâneas.

Nesse contexto dinâmico, a subsistência das famílias estendeu-se para além da atividade seringueira, encontrando apoio em atividades complementares de renda, que incluem a coleta de castanhas, a criação de animais, a prática da agricultura de subsistência e a prestação de serviços como diarista rural, dentro do próprio território. Tal diversificação revela-se essencial para garantir a segurança alimentar e econômica dessas famílias.

Tais considerações sublimam, por conseguinte, a complexidade das atividades econômicas e a multiplicidade de fonte de renda nas famílias dos seringueiros, ao mesmo tempo que evidenciam a importância das políticas de apoio à sustentabilidade e ao aprimoramento das condições de vida dessas comunidades. Esses trabalhadores dedicam suas vidas à extração do látex, muitas vezes em condições desafiadoras, contribuindo para a preciosa herança cultural e econômica do território.

No entanto, a negociação e organização dos produtos extrativistas, em particular o látex, demandam uma abordagem mais abrangente, o que resulta na emergência do agente mercantil, atualmente estabelecendo uma relação de sinergia construtiva e colaborativa com o seringueiro. Essa transformação se afasta notavelmente do que se observou nas diferentes etapas históricas da extração do látex e, por conseguinte, do mercado da borracha, no passado do território pesquisado.

O agente mercantil no mercado da borracha no Vale do Acre é um partícipe fundamental, que desempenha uma função essencial na coleta, comercialização e organização dos produtos extrativistas, especialmente o látex, extraído pelos

seringueiros do território. Esses agentes desempenham a função de intermediários entre os produtores e os compradores, muitas vezes representando cooperativas ou empresas que buscam promover a valorização da matéria-prima e sustentabilidade ambiental, ao mesmo tempo que garantem melhores condições econômicas para os seringueiros. Sua atuação envolve o estabelecimento de parcerias, melhorias dos valores de comercialização, busca por subvenções (poder público) e prêmios de qualidade, visando otimizar a comercialização e distribuição do látex extraído da floresta nativa, beneficiando tanto os seringueiros quanto o mercado da borracha no território, conforme pode ser percebido nos relatos dos agentes AM1, AM2 e AM3:

[...] a atividade principal da empresa é coleta de látex em florestas nativas. [...] em 2009 e até então, a borracha daqui era comercializada através de uma empresa, chamada Casa do Seringueiro, em Sena Madureira. Mas com a nova subvenção federal, não foi mais possível. Nós entramos em Sena, por causa do novo modelo de comercialização, nós entramos na compra de borracha, era baixo o volume, eram 4.000 a 5.000 kg. Em seguida, em 2011, apareceu a VERT, e fomos organizando o quadro dos seringueiros, trabalhamos com a WWF, trabalhamos com o sul da Amazônia através da SOS Amazônia, fomos melhorando a implementação de valores de comercialização, e de 2019 para cá, como aumentou muito a demanda. [...] em função da melhoria do preço, e através dos lucros operacionais, a gente consegue pagar o PSSA, que é o serviço socioambiental, consegue pagar o prêmio qualidade, a gente consegue pagar o valor chamado comércio justo, e o seringueiro, a partir do ano passado, ele também vai receber uma bonificação pela quantidade integral da produção dele (entrevista concedida por AM1).

Como se percebe no relato de AM1, esse agente mercantil tem uma função significativa na cadeia produtiva da borracha nativa no Vale do Acre. Devido a mudanças na política de subsídios federais, este agente emergiu como um intermediário na compra de borracha. Ao longo dos anos, estabeleceu parcerias com organizações não governamentais, aprimorou os padrões de comercialização e impulsionou a demanda. Os lucros obtidos permitiram o pagamento de serviços socioambientais, prêmios de qualidade e a promoção do comércio justo, além de uma bonificação ao seringueiro com base em sua produção, contribuindo para a sustentabilidade econômica e ambiental da atividade.

Primeiro, a gente tem que contar uma historiazinha, porque o surgimento dela, da cooperativa – Coopaeb, nós começamos a negociar, entregar matéria-prima para a VERT, em 2017, através da Amoprebe, por conta da demanda, da produção em 2017, nós começamos via Cooperacre, a gente mobilizava e pegava, mas era tudo via Cooperacre, para fazer processo de notas, teve uma lei estadual em que nós não poderíamos mais emitir nota, teve a necessidade de reorganizar, e aí a Cooperacre fez uma nova organização, porque nós tínhamos muita associação, mas que na verdade, que não tinha o papel de comercializar. Com isso, nós criamos a cooperativa,

então ela é nova, foi criada em 2016, mas exercendo a função de comercializar a borracha, somente em 2021 (entrevista concedida por AM2).

A correlação entre os agentes mercantis é incontestável quando se analisa a expansão da Cooperativa Agroextrativista de Assis Brasil e Epitaciolândia - Coopaeb – no relato AM2, e a Cooperacre, no relato AM3. Enquanto a Coopaeb surgiu em 2016, sua incumbência de comercialização da borracha só foi efetivamente estabelecida em 2021, respondendo a mudanças legais e à necessidade de reorganização da produção extrativista.

Por outro lado, conforme relato do agente AM2, a Cooperacre, criada em 2001 com o propósito de buscar mercados para produtos extrativistas, destacou-se na mobilização de pequenas cooperativas de produtores e promoção de autossustentação com recursos dos associados. Assim, ambos os agentes, em diferentes contextos temporais, desempenham papéis fundamentais na promoção da comercialização e no fortalecimento da produção extrativista regional no território.

A Cooperacre surgiu em 03 de dezembro de 2001. A ideia de criação da Cooperacre foi a de buscar mercado para os produtos extrativistas, dos seringueiros, dos produtores extrativistas, sejam eles seringueiros ou castanheiros [...] então havia uma reivindicação, dos produtores, das pequenas cooperativas, dos municípios, que tinham dificuldade de trazer os produtos para a capital para vender, e as vezes ficavam semanas sem vender [...] na cooperativa não existe capital externo, é tudo de associados. Ela tem o nome de Cooperacre, mas ela não tem nada a ver com o governo, apenas o governo na época apoiou juntamente com a secretaria a criação da cooperativa. [...] e aí começamos, a Cooperacre foi criada por três cooperativas [...] essas três cooperativas atingiram uma faixa de 200 a 210 cooperados, na época (entrevista concedida por AM3).

Em conformidade com os relatos dos agentes mercantis AM1, AM2 e AM3, percebeu-se que eles possuem uma significância tanto para o Vale do Acre, quanto para os seringueiros, e desempenham um papel essencial na economia e na organização da cadeia produtiva da borracha, pois atuam como elos entre os produtos extrativistas do território, como o látex, e o mercado consumidor, possibilitando a comercialização eficiente e a viabilização econômica da atividade extrativista.

A conexão com o passado do extrativismo da borracha no Vale do Acre é evidente. Este território teve uma incumbência medular nas chamadas nos períodos áureos da borracha do final do século XIX e início do século XX, quando o território se tornou importante centro de produção desse recurso natural.

A partir dos relatos dos agentes AM1, AM2 e AM3, pode-se perceber uma melhoria significativa na relação entre os seringueiros e os agentes mercantis,

principalmente se for feito um paralelismo com os “coronéis” da borracha do passado. Enquanto AM1 destaca a emergência de uma nova cooperativa, a Coopaeb, como um agente mercantil moderno, o AM2 descreve a criação da Cooperacre em 2001 para suprir as necessidades dos produtores extrativistas, focada na autossustentação.

Esses relatos evidenciam uma transformação na dinâmica entre os seringueiros e os agentes mercantis, assinalando um avanço em direção a uma relação mais equitativa e colaborativa. Portanto, ao serem analisadas essas narrativas, compreendeu-se que, ao longo da história do Estado Acre, com destaques em duas fases da extração da borracha, bem como a extração atual da borracha no território, os agentes mercantis exerceram influência e refinaram as relações comerciais no território.

A função dos agentes mercantis tem se adaptado ao longo do tempo, o que possibilitou a continuidade e o fortalecimento da atividade extrativista no presente, bem como o apoio aos homens que habitam a floresta, ou seja, os seringueiros, mesmo diante das múltiplas ameaças contemporâneas à floresta na Amazônia ocidental.

As transações comerciais entre os seringueiros e os agentes mercantis no território pesquisado ocorrem de forma fluída, desprovidas de obstáculos significativos e de modo satisfatório, conforme se constatou a partir dos relatos obtidos junto aos extrativistas - seringueiros e agentes mercantis, no processo mercantil da borracha no Vale do Acre.

Efetivamente, não existem controvérsias e desentendimentos nessa interação contemporaneamente, em notável contraste com as adversidades do passado, quando se analisa os registros históricos da exploração do látex no Vale do Acre, nas fases iniciais e intermediárias da borracha, período em que o contexto era substancialmente distinto do atual.

Nos relatos concedidos pelos seringueiros S3, S4, S5, S6 e S8, observa-se uma convergência geral na percepção sobre a relação com o agente mercantil, indicando um ambiente aparentemente harmonioso.

A relação é boa com a Cooperacre, que compra a borracha e a castanha. São sempre éticos e profissionais, sempre cumprindo o combinado [...] nunca soube de nenhum conflito e nunca tive nenhum conflito com eles (entrevista concedida por S3).

O seringueiro S3 descreveu essa relação, com a agente mercantil, como positiva e ética, sem qualquer menção a conflitos passados ou presentes. S4, também sócio da cooperativa, reforçou essa perspectiva afirmando que a cooperação é boa, ressaltando que um possível aprimoramento ocorreria por meio do aumento anual do preço da borracha. Ele sugeriu que, embora a situação atual seja satisfatória, sempre há espaço para melhorias econômicas.

Sou sócio da cooperativa, e acho que a relação com a cooperativa é boa. Para melhorar a relação, é se aumentar o preço da borracha, o preço que está, está bom, mas quanto mais melhorar o preço, melhor para nós. [...] eu não posso dizer que está ruim, a cooperativa é boa, para ficar melhor, só aumentando o preço todo ano. [...] não existe nenhum problema, nenhum conflito (entrevista concedida por S4).

De maneira semelhante, S5 destacou a ausência de conflitos na relação com o agente mercantil, ressaltando a pontualidade nos pagamentos e a harmonia nas transações. Ele também mencionou a possibilidade de melhorias, especialmente em relação ao preço dos produtos fornecidos ao agente mercantil.

A relação está muito boa, quando a gente manda o produto para lá a gente acerta tudo direitinho, então está sendo boa. Mas sempre pode melhorar, em alguma situação, por exemplo, o preço que eles trazem está sendo bom, estes R\$ 12,00 estão bons. É o melhor preço para nós [...] Graças a Deus não temos conflito, para mim, eu não tenho conflito com eles, nem eles comigo, porque se eu compro, eu pago, e eu não fico devendo, e eles pagam direitinho, a gente marca o dia de receber lá na cooperativa. Tudo que eu vendo para eles, eles pagam direitinho (entrevista concedida por S5).

O seringueiro S6 compartilhou uma visão afirmativa, apontando a praticidade no processo de venda, no qual o agente mercantil retira os produtos diretamente de sua casa. Ele destacou o aumento anual no preço da borracha como um fator que contribui para a satisfação na relação comercial.

A relação é boa, eles vêm aqui, tudo o que a gente corta (borracha) eles vêm buscar na porta de casa. O preço está bom, todo ano tem vindo um aumento no preço do kg da borracha, cada ano tem melhorado mais. [...] Tudo tranquilo, tudo certinho, sem problemas com a cooperativa (entrevista concedida por S6).

No entanto, a entrevista de S8, apresentou uma perspectiva diferenciada. Embora tenha confirmado a boa relação com o agente mercantil, ele expressou insatisfação com o sistema governamental vigente. Ele criticou o poder público nas esferas estadual e federal, por favorecer o agronegócio e o capital, em detrimento dos interesses da classe trabalhadora. Essa visão contraditória surge como um elemento

discrepante nas entrevistas, indicando uma tensão subjacente que não é diretamente relacionada ao agente mercantil em si, mas, sim, ao contexto político e econômico mais amplo em que eles operam.

Vendemos nossos produtos extrativista: castanha, borracha e os resíduos de frutas para nossa cooperativa. A relação com a cooperativa é muito boa, inclusive nós não somos só o usuário de vender, nós somos partícipes nas decisões, na criação, nós somos cooperados que participamos nas decisões da nossa cooperativa. [...] para melhorar, nós precisamos que venha um sistema de governo que possa dar mais oportunidade de trabalho, que possa dar mais melhorias tanto na saúde, quanto na educação, afinal de contas em tudo. [...] este governo que está aí só favorece o agronegócio, só favorece o latifúndio, só favorece o capital que escraviza a classe trabalhadora [...] em relação à cooperativa não existe nenhum conflito ou problema (entrevista concedida por S8).

No contexto dialético, a dissonância entre a visão afirmativa das relações com o agente mercantil e a crítica ao sistema governamental, conforme relatado por S8, pode ser interpretada como um reflexo das contradições inerentes ao sistema de produção capitalista. Este sistema, de certa forma, se avizinha de forma temerária da extração da borracha (conforme ilustrado na Figura 13) ao lindar o agronegócio de grãos e a pecuária, que estão ganhando destaque em detrimento da floresta nativa e, por conseguinte, ao processo produtivo da borracha no território em questão.

Figura 13: Leite da seringa – Extraindo látex



Fonte: Acervo do autor, 2022

Enquanto a cooperação direta com o agente mercantil pareceu ser satisfatória para esses seringueiros, a insatisfação com o sistema governamental destacou as contradições econômicas e sociais que persistem no extrativismo do látex (Figura 13) no Vale do Acre, revelando a complexidade das relações entre os trabalhadores rurais, os agentes mercantis e o contexto socioeconômico em que estão inseridos.

Nos relatos dos agentes mercantis que atuam no Vale do Acre, a relação com os seringueiros se desenhou como um elemento fundamental na cadeia produtiva da borracha:

Com os produtores nós consideramos uma relação estável, com poucos problemas entre os produtores e a instituição, e a moça da Conab que veio e entrevistou os seringueiros, eles falaram que o agente mercantil AM1 – “somos seringueiros, a gente entrega a borracha lá e não tem muita preocupação, a gente confia neles e eles são honestos”. É uma relação de confiança mútua (entrevista concedida pelo agente AM1).

O agente mercantil AM1 descreveu essa conexão como estável e marcada pela confiança mútua. Destacou a honestidade dos seringueiros, que entregam sua produção sem grandes preocupações. Essa confiabilidade é um alicerce para o bom andamento da cadeia produtiva no território.

A relação nossa com eles é muito boa, graças a Deus. Estamos satisfeitos, temos alguns questionamentos, eu não questiono o preço, questiono que na hora de escoar, de armazenar, ainda sinto falta de um maior apoio, organização do seringueiro (entrevista concedida pelo agente AM2).

AM2 compartilhou uma visão assertiva, mas não isenta de questionamentos. Não questionou o preço oferecido, mas destacou a necessidade de maior apoio e organização por parte dos seringueiros, especialmente no que se refere ao escoamento e ao armazenamento da borracha. Essa perspectiva indica a existência de desafios logísticos que, se superados, poderiam fortalecer ainda mais a relação.

A nossa relação é excelente, uma coisa assim de encher os olhos, porque sou suspeito para falar, mas se você for perguntar ao produtor que está lá na floresta, ou na cooperativa, no município, eles vão dizer que a gente cumpre os negócios. [...] a empresa que tem um contrato conosco, a Vert, ela financia a pequena cooperativa junto com a Cooperacre, então a gente manda, o produtor recebe na hora. Tem muita reunião, as vezes a gente vai junto com a Vert, que também acompanha a relação do produtor lá dentro, então tem como captar o que está ruim, e o que não está, eu escuto isso, e nem sempre vai estar 100% bom, no mais é a dificuldade do mercado, mas o que está ao nosso alcance, o que a gente pode resolver, a gente tem resolvido (entrevista concedida pelo agente AM3).

AM3, por sua vez, reforçou a excelência da relação estabelecida com os seringueiros, enaltecendo a parceria com a empresa Vert, que financia a pequena cooperativa em colaboração com a Cooperacre. Destacou a presença frequente em reuniões para avaliar e melhorar a situação dos produtores. Reconheceu que nem tudo está sempre perfeito, atribuindo algumas dificuldades ao mercado, mas enfatizou a resolutividade demonstrada pela cooperação, reforçando o compromisso mútuo em enfrentar desafios.

A análise dos relatos dos agentes mercantis AM1, AM2 e AM3 revelaram um panorama de relativa harmonia e cooperação entre os agentes envolvidos na cadeia produtiva da borracha no território:

Não existem conflitos, existe somente aquele que eu falei para você, do desmatamento [...] alguns conflitos apareceram entre produtores, aqui os maiores conflitos são relacionados com o desmatamento, mas aí é entre eles, com a gente é tranquilo (entrevista concedida pelo agente AM1).

No relato de AM1, observou-se que os principais conflitos se concentraram em questões de desmatamento, especialmente entre os próprios produtores, com pouca interferência do relacionamento com o grupo de agentes.

Que eu saiba, ainda não. Não temos o que reclamar neste momento (entrevista concedida pelo agente AM2).

AM2, por sua vez, afirmou que, até o presente momento, não há motivos para reclamações, indicando uma atmosfera de estabilidade em suas interações.

É algo muito bacana. A gente não tem nada a reclamar de nenhum extrativista, a não ser em qualidade, fornecimento. Nós temos um padrão de qualidade que tem que ser mantido, então, não tenho nada a reclamar, é pedir para eles produzirem mais mesmo (entrevista concedida pelo agente AM3).

O agente mercantil AM3 compartilhou uma visão otimista, destacando a ausência de lamentações em relação aos seringueiros. Ressaltou que a única preocupação recai sobre a qualidade e o fornecimento da matéria prima – borracha. A manutenção de um padrão de qualidade é priorizada, mas não há críticas significativas às relações estabelecidas.

Esses relatos denotam uma dinâmica de confiança e colaboração mútua com os agentes mercantis, buscando um aumento na produção, alinhando-se com os interesses dos extrativistas. Portanto, essas perspectivas indicam um ambiente propício para o desenvolvimento da cadeia produtiva da borracha, com foco na qualidade e na satisfação de ambas as partes envolvidas.

Sendo assim, a análise dessas narrativas revelou uma base sólida de confiança e colaboração entre os agentes mercantis e os seringueiros no Vale do Acre. Entretanto, observa-se margem para otimização, particularmente no que concerne à logística e organização dos seringueiros. Essa aliança, fundamentada na mútua confiabilidade, desempenha um papel fundamental na cadeia de produção da borracha no território.

No entanto, do ponto de vista histórico, foi possível identificar que, nas etapas precedentes do mercado da borracha, observaram-se relações trabalhistas notoriamente desiguais e condições adversas enfrentadas pelos seringueiros. Durante o auge da exploração da borracha, esses trabalhadores suportavam jornadas extenuantes e remunerações inadequadas em suas atividades de extração, conforme

registrado pelo agente S2. Em seus relatos, o agente S2 traçou uma analogia entre o passado da extração da borracha e a situação presente no território:

No tempo do ciclo da borracha mesmo, era um tempo animado, a coisa tinha seu valor, o seringueiro, nativo da floresta, a pessoa fazia tudo com gosto, a pessoa vivia daquilo, tanto da borracha, como da casa do mato, antes de ser um trabalho, era uma tradição. Aquilo acabou, e hoje praticamente, parece que morreu a tradição. Era uma simplicidade, uma humildade, moravam em casinha de palha, e os filhos nem sempre estudavam, as escolas ficavam distante e não tinham o acesso à educação como tem hoje (entrevista concedida por S2).

O relato do agente S2 lançou luz sobre uma transformação na dinâmica das relações mercantis ao longo do tempo. Antigamente, aqueles seringueiros que residiam às margens dos rios estabeleciam trocas de produtos derivados da extração da borracha por mercadorias, com os chamados “marreteiros”. O marreteiro frequentemente saía em vantagem nesses acordos.

No entanto, como S2 observou, a situação evoluiu significativamente ao longo do tempo, resultando em uma dinâmica mercantil mais equilibrada e justa nos dias de hoje:

Quem morava nas beiras dos rios, antigamente chamavam marreteiro, trocavam por mercadorias, o marreteiro sempre explorava, sempre saía ganhando, trocava 1 kg de açúcar por 2 kgs de borracha, sempre saía ganhando. [...], mas hoje em dia está melhor, está diferente esta relação, do que foi no passado (entrevista concedida por S2).

Esse contraste entre o passado e o presente revela a complexidade das mudanças ocorridas nesse contexto histórico, refletindo a adaptação contínua das práticas econômicas ao longo de décadas.

Assim, de modo dialético, as atuais relações de confiança mútua entre os agentes mercantis e os seringueiros refletem uma transformação significativa nessa dinâmica histórica de exploração extrativista. Aparentemente, a cadeia produtiva da borracha no Vale do Acre, com seu foco na cooperação e confiança mútua, está proporcionando uma distribuição justa dos benefícios econômicos entre os agentes mercantis e os seringueiros. No entanto, existe a possibilidade de que o lucro e os interesses econômicos possam ainda prevalecer em detrimento da justiça social.

Desse modo, ao contemplar o passado das fases da borracha no território, pode-se acarear com as relações correntes entre os agentes mercantis e os seringueiros no Vale do Acre. Torna-se imperativo avaliar se as relações de confiança mútua e colaboração estão verdadeiramente contribuindo para a criação de um

ambiente justo e equilibrado na cadeia produtiva da borracha, contrastando com as desigualdades históricas e o poder econômico anteriormente exercido pelas elites.

Nesse contexto, a função da Cooperacre revelou-se importante. A criação da cooperativa, ao viabilizar a organização e representação dos interesses dos seringueiros, foi um elemento-chave na promoção da cooperação e confiança mútuas. A atuação da cooperativa tornou-se determinante para atenuar as assimetrias de poder, promover a equidade e consolidar uma base sólida para relações mais justas e colaborativas no processo mercantil da borracha.

No entanto, a suposta harmonia nessa relação, quando minuciosamente examinada e avaliada em sua continuidade, desempenha um papel crucial na garantia de que a colaboração entre os agentes comerciais e os seringueiros não se restrinja a uma mera ilusão de justiça dentro do contexto histórico de exploração desigual. É imperativo considerar o desenvolvimento contínuo dessa dinâmica e a busca por uma genuína e duradoura equidade econômica e social no processo comercial da borracha.

Essa suposta harmonia, todavia, desfaz-se quando se percebe que, apesar do apoio do poder público ao setor mercantil da borracha, existe uma preferência por outras atividades, como o agronegócio de grãos, a pecuária, os latifundiários e o capital que submete os trabalhadores, neste caso representado pelos seringueiros, a uma espécie de servidão indevida e a dependência da melhoria à uma única empresa internacional.

Ao examinar a situação atual do processo mercantil da borracha no território, foram abordadas as vantagens e limitações inerentes à sua forma de comercialização.

Nesse contexto, é essencial salientar que o relato do agente S3 acrescentou uma dimensão significativa à essa análise. Apesar da interrupção temporária do pagamento do subsídio federal, originada por entraves burocráticos, os extrativistas enfrentaram desafios consideráveis. Buscando soluções, recorreram à Vert, empresa responsável pela aquisição da borracha nativa, demonstrando a complexidade e as nuances do contexto mercantil.

Essa interconexão entre as práticas comerciais e as estratégias adotadas pelos extrativistas evidenciou a laboriosa dinâmica que permeia a atividade, marcada por desafios operacionais e tomadas de decisões estratégicas.

Atualmente deixaram de pagar o subsídio federal, pois há um problema com o DAP, que é renovada de dois em dois anos, porém, nos últimos anos há

problemas de troca de informações do órgão com os extrativistas, inclusive, procura-se ajuda da Vert para tentar solucionar esse problema. Porém, com a extração da borracha é possível ter dinheiro o verão²³ todo e é possível extrair a borracha todo ano (entrevista concedida por S3).

No entanto, a extração de borracha oferece a possibilidade de gerar renda durante todo ano, tornando-a uma atividade viável economicamente, conforme indicou o agente S3. Essa situação ressaltou a importância de superar as barreiras que impedem a regularidade da extração da borracha como fonte de renda.

Os relatos de S4, S7 e S8 revelaram perspectivas diversas sobre a atividade da extração de borracha no território.

Hoje é o seguinte, a parte boa da borracha é o preço, a empresa Vert, ela vem, e a gente até se pergunta assim – como é que ela consegue todo ano aumentar o preço da borracha, todo ano ela aumenta R\$ 1,00 – R\$ 2,00, agora está pagando²⁴ R\$ 12,00 o kg. A parte boa da borracha é o preço, é a venda da borracha, que antigamente a gente fazia o dia todo para chegar em Xapuri, hoje a empresa manda um carro, manda um caminhão, o caminhão vem e pega e entrega a notinha, tu vai lá em Xapuri e recebe o dinheiro. Eu não acho parte ruim, porque para a gente sobreviver a gente tem que trabalhar. Então eu acho bom cortar seringa (entrevista concedida por S4).

O agente S4 destacou a vantagem econômica da extração, ressaltando o aumento constante no preço da borracha e a comodidade de ter uma empresa que facilita a venda. Para S4, o trabalho é uma necessidade para a sobrevivência e, portanto, não existem afazeres desagradáveis nesta atividade.

É o único jeito que a gente tem para sobreviver, não é? A vantagem é que a coleta da borracha é rapidinha, não é? É muita seringa, e é muito distante, de uma seringueira para outra, a gente anda muito. Por outro lado, dá muito trabalho, tem que saber cortar seringa (entrevista concedida por S7).

Por outro lado, S7 evidenciou um contraponto observando que a extração da borracha é uma tarefa trabalhosa, que envolve longas caminhadas entre as seringueiras e exige habilidade no corte. Ele apontou que a atividade é a única opção de sobrevivência, mas reconheceu o esforço envolvido.

Eu acho que hoje nós temos uma vantagem extraordinária, se todos aqueles seringueiros, aqueles que estão na floresta, que nasceram e se criaram, levassem em consideração o preço que nós estamos recebendo hoje no quilo da borracha, ninguém estava fazendo desmatamento do tamanho que estão fazendo e, pegando e vendendo a colocação para pessoas de fora, até

²³ O verão amazônico corresponde ao período de menor pluviosidade e, com temperaturas mais elevadas, na maior parte da região Norte do Brasil, estendendo-se de junho a outubro, aproximadamente.

porque isso é irregular, é irregular desmatar mais do que determina o plano de uso da reserva, porque no nosso plano de utilização diz, que no dia que a gente não quiser mais estar na colocação, nós temos direito de fazer venda das benfeitorias e não da terra. E fazer venda das benfeitorias com os companheiros que sejam da categoria dos extrativistas, o que hoje não está acontecendo (entrevista concedida por S8).

S8, por sua vez, enfatizou a importância de preservar a floresta e a maneira como a extração da borracha está relacionada a esse objetivo. S8 destacou que o preço atual da borracha oferece uma vantagem significativa, mas lamenta que alguns seringueiros estejam desmatando para obter lucros imediatos, prejudicando o meio ambiente e as gerações futuras. S8 ressaltou as consequências negativas do desmatamento, como a seca das vertentes, relacionada à destruição da floresta e à evaporação da água.

A parte ruim vem tudo de parte de nossos companheiros, que não estão valorizando a importância que está tendo a borracha nos dias de hoje. A nossa borracha, nossa castanha, não estão valorizando isso, estão se apegando ao lucro imediato, acho que destruir a floresta e botar boi, isso é mais valioso de que cortar seringa, pode até se ganhar dinheiro mais rápido, mas a destruição que faz, a alteração do clima, as consequências do futuro, que nós já estamos começando a colher agora, é bom que se diga que esse ano já vários seringueiros já ficaram sem as suas vertentes porque secou, resultado de que? Resultado de desmatamento, resultado da evaporação da água (entrevista concedida por S8).

Portanto, há uma clara contradição entre S4, que enfocou principalmente o benefício econômico da coleta de borracha, e S8, que enfatizou a importância da preservação ambiental e criticou aqueles que priorizam o lucro imediato em detrimento do futuro.

O agente S7, por sua vez, apresentou um equilíbrio entre essas perspectivas, reconhecendo a necessidade de sobreviver por meio da extração da borracha, mas também reconhecendo os desafios envolvidos. Esses relatos mostraram uma complexidade nas atitudes e pontos de vista dos seringueiros em relação a essa atividade econômica e seu impacto no território.

Os relatos dos agentes AM1, AM2 e AM3 apresentaram diferentes perspectivas sobre a produção e o mercado da borracha no território do Vale do Acre, revelando contradições e complexidades do setor:

Hoje a gente considera, um dos melhores produtos para a cooperativa, um mercado sólido, a gente faz comparação com outros produtos agrícolas, e a borracha temos um mercado sólido, pelo seguinte fato: o produtor entrega direto na cooperativa, e a cooperativa faz o pagamento para ele, é um mercado constante e fizemos a distribuição da borracha. Então é vantajoso

para a cooperativa, se não fosse a borracha poderíamos estar de portas fechadas. Em relação às dificuldades, nós temos melhorado muito, dificuldades tem muitas, temos que melhorar a organização da produção dos produtores é um desafio [...], mas temos que ter muito cuidado ao problema vinculado ao desmatamento, isso tem crescido de forma muito rápida, o desmatamento ilegal, não temos como combater, e pode ocorrer o desmatamento da seringa, várias estradas da floresta (seringa) já foram destruídas, pois a borracha que recebemos é de mata nativa (entrevista concedida por AM1).

O agente AM1 destacou a importância da borracha nativa para a cooperativa, considerando-a um dos melhores produtos devido à demanda em um mercado sólido - neste momento. A entrega realizada diretamente na cooperativa e o pagamento constante, são pontos positivos. No entanto, AM1 também mencionou desafios, como a necessidade de melhorar a organização dos produtores – seringueiros, e a preocupação com o desmatamento ilegal, que ameaça a floresta e, conseqüentemente, a seringueira nativa.

Para ser bem sincero, hoje é um produto que paga o custo x benefício, e graças a Vert (graças a Deus) – PSSA, se fosse colocar o preço de mercado (*commodities*), ele, preço de mercado varia de R\$ 2,50 a 2,80, no máximo R\$ 3,20. Então não compensaria, então com o PSSA da empresa, tem outros incentivos, e tem a questão das subvenções aqui no Estado, então é um dos produtos extrativistas que se paga, paga seu trabalho, e que dá uma renda para a família produtora, e isso é fundamental. Desvantagens teria, se ficássemos somente com o preço de mercado (entrevista concedida por AM2).

Por sua vez, AM2 adotou uma perspectiva mais pragmática: o custo-benefício da borracha. Esse agente mercantil ressaltou que, inicialmente, o preço de mercado da borracha nativa não seria vantajoso. Entretanto, por efeito da empresa Vert, que proporciona o pagamento do PSSA, e de incentivos e subvenções estaduais, a borracha se transformou em uma fonte de renda viável para as famílias produtoras.

AM2 destacou a importância do pagamento da borracha como remuneração pelo trabalho realizado pelas famílias, omitindo, contudo, quaisquer desvantagens além do preço de mercado, quando não havia o acréscimo do PSSA.

A borracha desde a segunda grande guerra, para quase tudo se usa borracha, no pneu do avião, no material cirúrgico, enfim, a importância dela é muito grande. Nos últimos tempos, o mundo vinha trabalhando muito com a borracha sintética, mas a borracha natural, ela nunca vai deixar de ser usada pelo mundo, sem falar que isso mantém a floresta em pé, preservando a borracha nativa. E agora, como é caso encabeçado pela Vert, agrega bastante valor na borracha, com a fabricação de sapatos de moda, outras empresas estão começando a criar esse interesse também, alguns programas do Brasil, como é o caso da Levorin, empresa de Manaus, que agora deve ter sido comprada pela Michelin, acho que a Michelin está com

alguns programas, entrando em algumas áreas do Amazonas, do Pará, pagando melhor também pela borracha nativa. No momento atual, eu não vejo muitas desvantagens (entrevista concedida por AM3).

O agente AM3 apontou uma perspectiva histórica e global sobre a borracha. Ele apontou a importância da borracha nativa em diversas aplicações, incluindo pneus de avião e materiais cirúrgicos. AM3 destacou a contribuição da borracha nativa para a preservação da floresta no território e mencionou que empresas como a Vert estão agregando valor ao produto com a fabricação de sapatos e tênis usados nos dias atuais. Ele também mencionou a entrada de empresas como Michelin em programas que pagam um preço mais atrativo pela borracha nativa.

As contradições evidenciadas nos relatos envolvem a visão de AM1 sobre a importância da borracha e a preocupação com o desmatamento ilegal, que contrasta com a visão de AM2, que se concentrou principalmente no aspecto financeiro e no custo-benefício.

Por outro lado, AM3 parece mais otimista sobre o mercado da borracha, enfatizando seu valor global e a preservação da floresta, embora também reconheça a importância da empresa que está presente no processo mercantil da borracha no território, como a Vert.

Os relatos apresentados pelos agentes CF1 e PP1 revelam complexidades e contradições que permeiam a atividade de extração da borracha no território pesquisado. Nesse contexto, fatores de ordem econômica, ambiental e global se entrelaçam melindrosamente.

O trabalho que a gente faz, com borracha nativa, ele é totalmente desassociado do mercado da borracha – *commodities*, então é difícil te falar o que eu acho, porque eu não dialogo muito com o mercado da borracha, a gente trata com um produto diferente, especialmente porque a borracha nativa, ela traz esse valor agregado de manter a floresta em pé, do que trabalhar com modalidades tradicionais, ela paga um valor que é bem superior à borracha cultivada, é quase um produto de luxo para a gente (entrevista concedida por CF1).

CF1 ressaltou a desconexão existente entre o trabalho realizado com a borracha e o mercado de *commodities* da borracha. O entrevistado destacou a dificuldade de diálogo entre essas esferas, enfatizando a singularidade da borracha nativa, que agrega valor ao manter a floresta em pé. Além disso, aponta que a borracha nativa é percebida como um produto de alto valor, quase luxuoso, em contraste com a borracha cultivada.

A principal dificuldade é a incredulidade em relação ao sistema de produção, o próprio governo em si ainda não acredita no sistema de produção, mesmo que ainda tenha uma legislação, falo em condições do Estado do Acre, da produção da borracha, que deveria valorizar mais ainda, ter mais incentivo, porque, com certeza temos muitos seringais parados no Estado do Acre. E o objetivo da secretaria é aumentar esta quantidade de seringais. [...] o mercado consegue absorver tudo o que a gente consegue produzir aqui (entrevista concedida por PP1).

Por sua vez, PP1 apontou a principal dificuldade como sendo a falta de credibilidade no sistema produtivo, inclusive por parte do governo. Essa descrença no sistema produtivo foi enfatizada, apesar da existência de legislação que deveria valorizar tal sistema e incentivar sua expansão. O agente PP1 ressaltou a presença de seringais subutilizados no Estado do Acre, enfatizando o propósito da secretaria estadual de aumentar sua capacidade produtiva por meio da utilização desses seringais. Além disso, PP1 expressou confiança de que o mercado tem capacidade de absorver toda produção local de borracha nativa.

A análise desses relatos apontou para a complexidade do contexto, onde a atividade extrativista da borracha nativa é caracterizada por contradições e desafios. A relação entre o mercado, o governo e os agentes envolvidos é marcada por uma dinâmica multifacetada, na qual fatores econômicos, ambientais e globais se combinaram para influenciar a produção e o valor atribuído à borracha nativa. A descrença governamental, ou um maior apoio por parte deste, e a busca por incentivos revelam a necessidade de uma avaliação mais profunda das políticas e estratégias relacionadas a essa atividade.

4.4 Dialética, interações e contradições: um olhar sobre as horizontalidades e verticalidades no processo mercantil da borracha

Nesta seção, investigou-se de que forma os vetores das horizontalidades e verticalidades atuantes no Vale do Acre, por meio de uma intersecção com os fatores históricos, econômicos, sociais e territoriais, influenciaram o processo mercantil da borracha no Vale do Acre.

Incorporando os preceitos de Milton Santos relativos às horizontalidades e verticalidades, explorou-se a maneira como essas dinâmicas territoriais não apenas impactaram o processo mercantil da borracha, mas também incidiram sobre o

desenvolvimento regional e a interação entre o território e as atividades econômicas, revelando o sensível entrelaçamento que sustentam o território pesquisado.

Dessa forma, com o propósito de analisar como os vetores das horizontalidades e verticalidades atuam no processo mercantil da borracha e no desenvolvimento territorial, foi conduzida uma análise visando identificar esses vetores no território pesquisado. Em seguida, a pesquisa se voltou para a investigação dos efeitos da globalização no comércio da borracha e, por fim, realizou-se uma avaliação da dinâmica de desenvolvimento no Vale do Acre.

4.4.1 Vetores horizontais e verticais no processo mercantil da borracha

Por meio da abordagem adotada nesta tese, empreendeu-se uma análise das relações históricas, econômicas, produtivas e conflituosas que se desdobraram no território. O objetivo foi compreender as dinâmicas e contradições intrínsecas ao desenvolvimento do território.

As diversas atividades econômicas presentes no território, como o extrativismo da borracha, a pecuária e o agronegócio de grãos, e as pressões externas associadas a essas atividades, configuraram as relações sociais e as estruturas de poder no território. Os interesses econômicos diversificados desempenharam um papel significativo no ajustamento dessas relações.

A mudança nas relações de produção, impulsionada pelo avanço da pecuária e do agronegócio de grãos em detrimento do extrativismo da borracha no Vale do Acre, não apenas evidenciou uma dinâmica vertical, mas também destacou como as transformações nas forças produtivas influenciaram as relações sociais e a estrutura do território.

Nesse contexto, a abordagem metodológica adotada revelou contradições e transformações na dinâmica territorial. Concentrou-se especificamente nas contradições inerentes às relações inerentes às relações comerciais e produtivas entre todos os agentes participantes do processo mercantil da borracha, os quais desempenharam um papel determinante nas relações sociais e na dinâmica do território.

A identificação das horizontalidades no processo mercantil da borracha no território do Vale do Acre fundamentou-se nos preceitos apresentados na seção 2

desta tese, especificamente no quadro de sistematização, segundo a abordagem de Milton Santos (2020).

No contexto da convivência e interações no próprio território, uma característica destacada da horizontalidade é a integração entre os diversos agentes na dinâmica da cadeia produtiva: os seringueiros, associações, cooperativas, sindicato, associação de moradores da Resex e o poder público estadual, com participação deste último no apoio à sustentação da cadeia produtiva. Essa participação é congruente com as necessidades apontadas por Santos como primordiais na configuração da identidade territorial, promovendo coesão e solidariedade entre os envolvidos.

Nesse contexto, a Reserva Chico Mendes, como parte integrante na dinâmica da cadeia produtiva da borracha, proporcionou um espaço contíguo para a integração e conexão entre pessoas e comunidades. Essa dinâmica, marcada por fluxos migratórios no Vale do Acre, influenciou diretamente na configuração do processo mercantil da borracha no território pesquisado.

As dinâmicas de poder foram estabelecidas sem imposição de dominação e desigualdade, destacando-se uma abordagem colaborativa entre os membros da comunidade. O envolvimento de uma empresa estrangeira, caracterizada como uma verticalidade, desempenhou um papel significativo no fortalecimento da comunidade de seringueiros no vetor horizontal, pelo menos durante o período pesquisado.

Portanto, as evidências de horizontalidades no território pesquisado são diretas e abrangem a convivência e relação no próprio território, contiguidade sem seletividade, integração e conexões entre pessoas e comunidades, além da manutenção dos valores históricos e manutenção da sua identidade cultural, o que consolidou tais valores.

A contiguidade no território, sem seletividade, é perceptível na descrição das dinâmicas comerciais que desempenharam um papel central no território. A análise da formação do processo produtivo da borracha revelou uma conectividade intrínseca entre diversos agentes, destacando-se a interação e a integração no território compartilhado.

A integração e conexões entre pessoas e comunidades, caracterizando as horizontalidades na dimensão da interação, são evidenciadas na trajetória de vida compartilhada por alguns seringueiros, como o agente S1, que descreveu a

continuidade da prática extrativista ao longo de gerações familiares e destacou a coesão e a transmissão de conhecimentos entre diferentes membros da comunidade.

Destacou-se a ausência notável de dominação e desigualdades nas relações de poder, elementos essenciais das horizontalidades, que se tornaram evidentes ao investigar-se a transformação na dinâmica entre os seringueiros e os agentes mercantis.

A emergência das cooperativas, exemplificada pela CoopaeB e o desenvolvimento da Coopeacre, denotou uma transição em direção às relações mais equitativas e colaborativas. Esse movimento representou uma ruptura com o paradigma anterior de dominação, simbolizado pelos “coronéis” da borracha, que predominaram nas fases anteriores da exploração da borracha na história do território.

A análise desses elementos revelou a complexidade das interações sociais e econômicas, destacando-se a importância das mudanças estruturais no contexto social para a construção de relações mais justas e colaborativas entre os diferentes agentes envolvidos no processo e comercialização mercantil da borracha.

O Quadro 7 proporcionou uma visão das diferentes manifestações de horizontalidades, destacando contextualizações específicas que ilustram como as relações no processo mercantil da borracha no Vale do Acre se alinham com os conceitos de Milton Santos.

Quadro 7: Horizontalidades no contexto do processo mercantil da borracha

Aspecto da horizontalidade	Contextualização no território
Convivência e relação no território	Interações colaborativas entre seringueiros e agentes mercantis na cooperação para a formação do processo produtivo da borracha.
Contiguidade, sem seletividade no espaço	Descrição das dinâmicas comerciais que ocupam o território de forma integrada, sem excluir nenhum dos diferentes agentes envolvidos na extração da borracha.
Integração e conexão entre pessoas e comunidades	Transmissão da prática extrativista ao longo das gerações familiares, destacando a integração e conexões duradouras entre seringueiros e suas comunidades.
Continuidade e manutenção de valores históricos	Persistência da tradição dos soldados da borracha, transmitida de avós para netos, evidenciando a continuidade e a manutenção de valores históricos na comunidade extrativista.
Ausência de dominação e desigualdades nas relações de poder	Transformação na dinâmica entre seringueiros e agentes mercantis, com a emergência de cooperativas como CoopaeB, e a evolução da Coopeacre, indicando uma busca por relações mais equitativas e colaborativas.

Fonte: elaboração do autor, 2023.

Diante das laboriosas dinâmicas que permearam o processo mercantil da borracha, representadas pelas manifestações de horizontalidades no território – Quadro 7, tornou-se imperativo explorar as verticalidades, uma perspectiva analítica proposta por Milton Santos.

Se, por um lado, as horizontalidades delinearam as interações colaborativas, a integração comunitária e a busca por relações mais equitativas entre seringueiros e agentes mercantis, as verticalidades revelaram as estruturas mais profundas e as influências que formaram a configuração do território. Nessa transição analítica, almejou-se compreender não apenas as conexões superficiais, mas também as camadas mais sutis que contribuíram para a complexidade do território pesquisado, em consonância com a visão geográfica de Milton Santos.

A transição entre horizontalidades e verticalidades no território do Vale do Acre, no processo mercantil da borracha, revelou uma dinâmica complexa e interconectada. Enquanto as horizontalidades, marcadas pela integração, contiguidade e ausência de dominação, fundamentam-se nas relações colaborativas entre seringueiros, agentes mercantis, as verticalidades emergiram balizadas pelo pensamento neoliberal.

A concepção de verticalidade de Milton Santos transcendeu as barreiras territoriais, explorando as conexões entre o território e as relações socioeconômicas.

Nesse âmbito, a trajetória singular da empresa francesa Vert destacou-se como um vetor vertical do território pesquisado. A participação dessa empresa estrangeira desempenhou um papel significativo na dinâmica, representando um contraponto à horizontalidade, pelo menos no lapso de tempo pesquisado.

Assim, a interação entre as horizontalidades enraizadas na história e tradição local e as emergentes verticalidades contemporâneas evidenciou a complexidade do processo mercantil da borracha no Vale do Acre. Essa abordagem integrada proporcionou uma compreensão mais abrangente das dinâmicas que configuram a identidade no território pesquisado.

A Vert, imbuída por uma empreitada que transcendeu as fronteiras convencionais do comércio, escolheu o Vale do Acre como nascedouro de inspiração, conforme relatou o agente CF1. Sua decisão foi motivada pela aspiração de criar um produto que não apenas prosperasse no mercado, mas que também apresentasse impacto social positivo e um compromisso irrestrito com a sustentabilidade ambiental.

A empresa Vert desenvolveu uma proposta de investimento singular, resultado da exploração da cadeia produtiva da borracha nativa no Acre, e do empenho no cultivo de algodão agroecológico no Nordeste. A trajetória da Vert tornou-se intimamente ligada à verticalidade de Santos, conforme evidenciado no Quadro 8. Essa associação configurou uma narrativa que transcende não apenas fronteiras físicas, mas também conceituais, alinhando-se de forma coesa e consistente aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Os aspectos da verticalidade, e a sua contextualização no território do Vale do Acre, foram abordados ao longo desta seção. No Quadro 8, esses elementos foram apresentados de forma sintetizada, contribuindo para uma compreensão efetiva desse vetor no território pesquisado.

Quadro 8: Verticalidades no contexto do processo mercantil da borracha

Aspecto da verticalidade	Contextualização no território
Ação dos agentes verticais ou do poder hegemônico; Lógicas externas ao território (corporações transnacionais, organismos internacionais).	Presença de lógicas externas ao território, como a empresa francesa Vert. Avanço da pecuária e agronegócio de grãos; Transição da economia da borracha para a pecuária e a busca pelo desenvolvimento do agronegócio como resposta às dificuldades para rearticular a economia do território. Essa mudança apontou para a dualidade entre estabilidade e limitações territoriais desta atividade.
Busca por eficácia e homogeneização do território.	A criação de uma ordem distinta, marcada pela transição do processo mercantil da borracha para práticas mais comerciais e industriais, destacou-se. A inovação representada pelo tênis Vert e sua abordagem no desenvolvimento sustentável exemplificou a busca por eficácia e homogeneização do território.
Dominação, hierarquia e desigualdade	A dificuldade de reestruturação econômica e a persistência de práticas antigas na produção de bens primários, refletiram a dominação, a hierarquia e a desigualdade. A influência do pensamento neoliberal está presente nesse contexto.

Fonte: elaboração do autor, 2023.

No âmbito desse contexto, destaca-se a inovação representada pelo tênis da Vert, cujo solado é confeccionado a partir da borracha nativa, enquanto o cabedal incorpora o algodão agroecológico. O relato de CF1 buscou explorar as nuances desse compromisso, destacando de maneira explícita como a verticalidade de Santos,

apresentada no Quadro 8, materializou-se nas práticas operacionais da Vert no território do Vale do Acre:

Em 2003, dois amigos franceses, decidiram montar uma marca 100% ecológica, sustentável. Para isso, visitaram alguns países, para se inspirar, mas se apaixonaram pela Amazônia. Eles queriam propor um produto que tivesse um impacto social positivo e que também fosse ecológico, e como eram amantes de tênis, a Vert surgiu em 2004. Foi fundada por dois franceses – François-Ghislain Morillion e Sébastien Kopp [...] eles estavam interessados em procurar investimentos por impacto socioambiental. Vieram para o Brasil, se apaixonaram pela cadeia produtiva da borracha nativa, e conheceram o algodão agroecológico no Nordeste e voltaram com essa proposta de investimento [...] então eles resolveram fazer um tênis, que começou em 2004, com o solado de borracha nativa e o cabedal com algodão agroecológico (entrevista concedida por CF1).

A evolução da empresa Vert, conforme exposto na entrevista por CF1, destacou-se por uma abordagem inovadora que integra valores socioambientais à sua cadeia produtiva. Seu modelo de negócio, centrado no desenvolvimento de produtos, reflete princípios de verticalidade, com uma ênfase no atacado como um dos canais de venda.

Desde o nascimento da Veja, a gente internamente chama mais de Veja, tem a ideia de que os valores com base socioambientais devem ser trabalhados dentro da cadeia produtiva. E de lá para cá, a empresa vem evoluindo, vem aprendendo e incluindo novas cadeias, e incluindo novos projetos dentro da cadeia, mas basicamente, o funcionamento da empresa, o modelo de negócio, é o desenvolvimento de produto e o canal de venda é o atacado, então são grandes lojistas, que escolhem o tênis por amostra, compram os tênis, e depois a gente produz. Isso faz com que a gente não tenha estoque excessivo, a gente não produz antes da venda, a gente vende para grandes lojistas e depois eles vendem, e tem outros canais de comercialização, como o e-commerce, por exemplo. Este, resumidamente, é o funcionamento da empresa hoje (entrevista concedida por CF1).

O consumidor final CF1, ao relatar suas parcerias no território, revelou uma conexão de colaborações que inclui, até mesmo, instituições acadêmicas no território. O termo parcerias horizontais evocou os conceitos de Milton Santos sobre o território, sugerindo uma abordagem que transcende hierarquias convencionais. Porém, é necessário destacar que a sua continuidade e sua genuína contribuição para o desenvolvimento do território depende da permanência da Vert, ou inserção de outra empresa similar no processo mercantil da borracha no território pesquisado.

Destacou-se a importância de cooperativas singulares, componentes fundamentais da base do processo mercantil da borracha, que desempenham funções contíguas no território, reforçando a horizontalidade no Vale do Acre, embora numa

construção de imagem um tanto idílica das práticas colaborativas entre os agentes do processo mercantil da borracha.

A importância destacada da Cooperacre, de acordo com o relato de CF1, como uma central de cooperativas, ressoa com ideia de horizontalidade, evidenciando a descentralização das atividades, que vão desde a atuação junto ao seringueiro e até o beneficiamento da borracha nativa. A Cooperacre é apresentada como epicentro dessas parcerias entre a Vert, as cooperativas regionais e os seringueiros.

Temos várias parcerias, mas nossa principal é com a Cooperacre, que é um *hub* de cooperativas, eles fazem toda esta parte de campo, mas também fazem a parte do processo de beneficiamento, e tem as cooperativas, são singulares – que a gente chama, são estas funções da base, espalhadas pelas regiões, eles fazem um trabalho grande de mobilização, eles organizam a logística, eles fazem os pagamentos, coisas assim, a gente tem uma relação muito boa com as ONGs que atuam na região, trabalhamos com a SOS Amazônia, Irmã Flórida, e aí tínhamos diversos projetos, e ainda tem a academia, as Universidades – Ufac, as pesquisas são feitas, somos parceiros. Em relação à tecnologia usada, não temos tecnologia inovadora, são tecnologias pontuais, tecnologia que a gente já conhece (entrevista concedida por CF1).

A Amazônia, em especial o Acre, destaca-se como um território estratégico para a produção de bens primários, em particular a borracha. Esse contexto foi evidenciado no relato, ao apontar fatores fundamentais que motivaram a presença da organização no Vale do Acre. A preservação da floresta amazônica, rica em borracha nativa, aliada a um notável esforço social junto às comunidades tradicionais, constituiu um ambiente propício para a atuação da Vert, comprometida com práticas sustentáveis.

O Acre tem algumas coisas importantes para nós. Uma delas é: tem uma floresta amazônica que ainda está em grande parte preservada, ou seja, tem borracha nativa, e com oferta de produto – isso é o principal, tu tens um trabalho social muito importante feito com várias famílias dos povos tradicionais da região, tu tem uma liderança forte com cooperativas, ONGs, universidades, que são as parceiras, então talvez estes sejam os principais fatores que nos fizeram estar aqui no Acre. [...] nosso sonho é ter mais empresas assim como a Veja trabalhando na região, não somente com borracha, com outras matérias-primas, porque as famílias que estão lá, e talvez estejam trabalhando com atividades que não mantenham a floresta em pé, elas não tem alternativa, não é? (entrevista concedida por CF1).

A liderança evidenciada por CF1, ao engajar-se com cooperativas, organizações não governamentais (ONGs) e instituições acadêmicas, delineou de maneira inequívoca a significância das parcerias na fomentação de atividades econômicas que atendam, simultaneamente, aos imperativos ambientais e às

necessidades das comunidades locais. Paralelamente, sublinhou a relevância de que outras empresas, para além da Vert, abracem a mesma perspectiva, estabelecendo sua presença no Vale do Acre, quer seja por meio da exploração da borracha ou de outras matérias-primas. Essa postura revelou uma concepção de desenvolvimento econômico que não comprometeu a integridade ambiental, ao mesmo tempo que não exclui alternativas para as famílias que dependem da floresta.

Somos um país de grandes produtores de bens primários, *commodities*. Que tem uma mentalidade do ponto de vista, inclusive do capitalismo – ainda atrasada, uma mentalidade escravista – máximo de lucro com um mínimo de investimento, isto é uma mentalidade escravista. Então, todos estes componentes vão explicar por que o governo brasileiro [...] mesmo no segundo surto da borracha, não houve avanço, pois continuamos com trabalho compulsório, continuamos com a mesma tecnologia. Então não há essa preocupação, porque os coronéis da borracha, não tinham peso político suficiente para fazer com que houvesse uma política brigada, mas não houve esta preocupação, quando termina a guerra, os americanos levam tudo, e a Amazônia não interessa mais. Por quê? Porque há um mercado internacional que tem borracha, a preços competitivos melhores que o Brasil, melhores que da Amazônia, melhores ou Vale do Acre, com seringais nativos, e na Malásia são seringais de cultivo, e eles conseguem do ponto de vista do capital, da tecnologia, conseguem produção maior, tecnologicamente mais acabado, preços menores, o que nos desbanca (entrevista concedida por ES1).

Os desafios socioeconômicos no território, conforme destacou ES1, revelaram uma perspectiva histórica caracterizada por práticas antiquadas. O Brasil, como produtor de *commodities*, reflete uma mentalidade voltada para a maximização dos lucros com investimentos mínimos, evocando ressonâncias de uma mentalidade escravista. A análise crítica de ES1 enfatizou que, mesmo diante da segunda fase da borracha, o País permaneceu estagnado, mantendo práticas como o trabalho compulsório e tecnologias obsoletas.

O contraste entre a visão idealizada por CF1 e a realidade histórica delineada por ES1 sublinhou a complexidade dos desafios socioambientais no território do Vale do Acre. Enquanto CF1 aspirou a um futuro de desenvolvimento sustentável e parcerias inclusivas, ES1 destacou a persistência de práticas antiquadas que, em última análise, comprometem a competitividade e a preservação ambiental. A reflexão sobre esses relatos ressaltou a urgência de uma abordagem integrada e inovadora para conciliar interesses econômicos, sociais e ambientais na produção de bens primários no território.

As dificuldades neste mercado estão ligadas às políticas do setor rural brasileiro e agroextrativista, agropecuário de forma geral, com uma finalidade muito clara, que é o desenvolvimento do agronegócio. E aqui na região,

diante da dificuldade de se rearticular a economia da borracha, o que se sobressai é a pecuária bovina, que é o principal setor econômico rural do Estado [...] todos estes subsídios da borracha, tem um prazo de duração, não é perene, e o boi que está lá é perene. Então assim, a pecuária acaba sendo muito sedutora, por esta estabilidade que a outra atividade não dá. [...] os subsídios são passageiros, são coisas efêmeras, nós precisamos de políticas de estado que fossem fixas [...] o problema é que o boi tem limite para este pequeno. A família dele que era de uma pessoa, passa a ter 10 filhos, a demanda cresce, e com o tempo, aquela terra não dá mais para a demanda. Ou ele se transforma em fazendeiro, para valer, ou ele vai começar a dividir a colocação e começa ter problemas, a capacidade de produção dele diminui (entrevista concedida por ES2).

A narrativa de ES2 evidenciou a complexidade da relação entre as políticas voltadas para o setor rural brasileiro e o modelo agroextrativista, apontando para a orientação em direção ao desenvolvimento do agronegócio. No contexto específico do Vale do Acre, a transição da economia da borracha para a pecuária bovina emergiu como uma resposta às dificuldades de reestruturação econômica no território.

Contudo, o relato de ES2 revelou uma dualidade: enquanto a estabilidade da pecuária é atrativa diante dos estímulos temporários provenientes da borracha, também alertou para os limites desta estabilidade. A durabilidade da pecuária contrasta com a dinâmica demográfica das famílias, que crescem, expondo as restrições territoriais, especialmente dentro da Resex. Além disso, a pecuária se estabeleceu nesse contexto como mais um vetor vertical, deixando de ser apenas uma opção de renda para se tornar uma atividade que ameaça a preservação da cultura da borracha nativa.

Assim, a análise de Milton Santos, com sua perspicácia sobre as dinâmicas dos vetores horizontais e verticais, lançou luz sobre a complexidade desse contexto, demandando políticas de estado duradouras para mitigar as fragilidades estruturais do desenvolvimento regional.

Os relatos de ES4 e ES6 ofereceram perspectivas distintas sobre os desafios e direcionamentos econômicos no território do Vale do Acre. ES4 salientou que a transição da frente popular, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, no governo estadual, teve uma abordagem voltada para o agronegócio capitalista.

A crítica centralizou-se na inexistência de um planejamento mais claro e sistematizado para o desenvolvimento agrícola, ou a incerteza sobre o que exatamente constituía o agronegócio, para o território pesquisado: seja soja, grãos ou arroz.

Com a saída da frente popular do governo do Acre, do grupo liderado pelo Partido dos Trabalhadores, agora a ideia é desenvolver o Acre na agricultura tipicamente capitalista, que é o agronegócio, mas eles só falam no agronegócio, agronegócio, mas a gente não consegue ver o planejamento, eu ainda não consegui ver algo sistematizado. Sim, agronegócio, o que é mesmo? É soja? É grãos, é arroz? Cadê o planejamento? Toda política pública que foi construída no governo passado tinha objetivo [...] agora, depois da pandemia, o que o eles falam é o agronegócio, agronegócio, será que é isto mesmo? Será que a saída não é outra coisa? (entrevista concedida por ES4).

Em contrapartida, ES6 abordou a crise na economia da borracha atribuindo a queda nos preços a ameaças externas e competição com a borracha cultivada em outras regiões. O relato destacou esforços por revitalização do mercado da borracha, impulsionados por parcerias com organizações como WWF e Michelin, visando um mercado específico de pneus verdes, fabricados a partir de borracha nativa.

A dificuldade atual, que fez com que a economia da borracha naufragasse, foi que o preço caiu. Primeiro, com a ameaça externa, da Ásia, e depois dentro do Brasil mesmo, Espírito Santo, São Paulo, aí você tem borracha cultivada, que a produtividade é muito maior, porém existe um mercado para a borracha nativa, o pessoal está buscando muito no Estado do Amazonas. Tinha aqui o pessoal da WWF, e eles estavam trabalhando com o pessoal da Michelin, que queria uma fração da borracha nativa para pneu, que fossem de seringais nativos. Acho que era um “pneu verde”, tinha um mercado específico para isso, e isso fez com que reativassem vários seringais no Amazonas, que até teve anos atrás um pneu chamado Xapuri (entrevista concedida por ES6).

As contradições emergiram na dualidade entre a busca pelo desenvolvimento do agronegócio e os desafios enfrentados pela economia da borracha. Enquanto o agronegócio era promovido como a nova direção, a falta de planejamento detalhado questionou a eficácia desta transição. A retomada dos seringais no Amazonas, por sua vez, ilustrou um novo potencial do ressurgimento da cultura da borracha, contrastando com o relato de declínio.

Os impactos no território do Vale do Acre refletiram a busca por uma nova identidade econômica e as incertezas que permearam esse processo. A falta de clareza no planejamento pode gerar instabilidade, enquanto as tentativas de revitalização da borracha trouxeram esperança, mas também desafios diante da competição, principalmente em relação à pecuária e às mudanças no mercado.

Nesse contexto diverso, uma avaliação mais crítica deve ressaltar a necessidade de políticas mais claras e abordagens estratégicas que considerem as nuances do território.

Segundo os princípios de Milton Santos, a prática da pecuária, quando contrastada com o extrativismo da borracha, não pode ser classificada como uma verticalidade, visto que são atividades econômicas distintas e apresentam uma relação hierárquica necessária. Entretanto, se a pressão externa estiver vinculada à pecuária como meio de subsistência para os seringueiros, ela poderia ser compreendida como uma horizontalidade, uma vez que estaria diretamente ligada às necessidades cotidianas da comunidade, e não teria um caráter vertical de exploração comercial.

Se a pressão externa estiver relacionada ao agronegócio de grãos e não ao sustento dos seringueiros, então a pecuária pode ser considerada uma verticalidade, pois estaria integrada a uma cadeia produtiva mais abrangente e voltada para a exploração comercial em larga escala.

Nesse contexto, é possível estabelecer uma conexão com as ideias de Milton Santos, que enfatizam a importância de compreender as relações entre as atividades econômicas e as influências externas, evidenciando a complexidade das dinâmicas territoriais no Vale do Acre.

Atualmente, no Vale do Acre, ambas as situações coexistem, entretanto, tem avançado à medida que o extrativismo perde espaço, e a pecuária e o agronegócio avançam desenfreadamente.

4.4.2 Efeitos da globalização no processo mercantil da borracha

Neste momento, a atenção voltou-se para os impactos da globalização no processo mercantil da borracha, conforme destacado por Milton Santos, por meio do vetor da verticalidade. Esta abordagem se propôs a analisar as transformações no Vale do Acre resultantes da interação entre fatores globais e a economia do território. Buscou-se compreender como a dinâmica mercantil da borracha é influenciada por essas forças.

Ao considerar o vetor da verticalidade como uma ferramenta analítica, aprofundou-se a compreensão sobre como as relações de poder e as dinâmicas socioeconômicas se manifestaram no contexto do território.

Dessa maneira, buscou-se analisar os efeitos da globalização no processo mercantil da borracha, contribuindo-se para o entendimento das dinâmicas territoriais

que possibilitem formulação de estratégias, buscando equilibrar os benefícios econômicos com a preservação socioambiental.

O relato de ES2 forneceu uma perspectiva prática e crítica sobre a relação entre produção de borracha, o mercado global e a preservação na Amazônia, percebeu-se uma dualidade que evidenciou uma complexidade e contradições entre o mercado global e a sustentabilidade na região amazônica, pautada no cultivo da borracha e na extração de madeira:

Com relação hoje à nossa capacidade de produção para atender o mercado global, o mercado externo, é muito pequena, e é uma realidade em toda a Amazônia, não é só do Acre, é toda Amazônia. Agora, existe uma divulgação muito forte na possibilidade da borracha, enquanto elemento para justificar a preservação da floresta do jeito que ela é. [...] existe muita propaganda, mas na verdade, o mercado é enganador. Ele usa ideologicamente as coisas que é uma maravilha, ao mesmo tempo que o mercado defende a floresta em pé, eles estão levando a nossa madeira, certo? Qual a diferença entre a extração ilegal e a legal hoje? É o selo, mas se você visitar uma área de manejo, tu vais ver que é uma desgraceira, o pessoal arrebenta, acaba com uma floresta [...] aquela árvore que eles colocam o selo, ela tem 500 anos, e ela não vai se recuperar em 30 anos. Então, este mesmo mercado que condena, ele compra essa madeira [...] o mesmo mercado internacional que faz propaganda ideológica do desenvolvimento sustentável, da preservação, ele também proporciona condições para uma exploração devastadora (entrevista concedida por ES2).

Ao estabelecer uma conexão entre os relatos de ES2 e ES4, observou-se uma complexa trama de relações entre a preservação ambiental, a exploração econômica e as mudanças históricas na região amazônica. O relato de ES2 destacou a contradição no discurso do mercado internacional, que, enquanto promove a preservação, contribui para a exploração danosa da floresta.

Sim, não tem como não ser impactado de alguma forma, a globalização, esta abertura, não sei se você viu aquele filme do Milton Santos, a globalização vista pelo lado de baixo, ele tem uma leitura crítica, e prega um outro tipo de globalização. [...] o mundo desde o século XVI já se globalizava, e aí a gente fala em ciclo da borracha. A economia acreana, toda formação social e econômica do Acre está ligada diretamente com o extrativismo. [...] só que quando a borracha começa a ser produzida de forma mais eficiente na Malásia, crise aqui, que só tem um novo boom durante a guerra, depois da guerra, queda de novo, os seringais foram desativados e começam a produzir castanha, os seringueiros se tornam mais autônomos, mas continuam lá. Eles só começam a sair em grandes quantidades com a vinda dos paulistas para implantar pecuária ou especular com a terra (entrevista concedida por ES4).

Por sua vez, o relato de ES4 forneceu um contexto histórico, evidenciando como as mudanças na economia, especialmente durante o ciclo da borracha, formaram a sociedade acreana e influenciaram a relação entre os habitantes locais e o território em si. Ambos os relatos convergiram para a necessidade de uma

abordagem crítica e sustentável para lidar com os desafios econômicos e ambientais no território.

Temos que levar em conta que o banco financia políticas públicas, e levam em conta o carbono que garantem a floresta em pé, então o PSSA, tem base nisso, a floresta monitorada, tem que cuidar do desmatamento, temos que cuidar para não perder este valor, esse recurso que vem para a gente e precisa de um resultado. O mercado internacional fica de olho nestes créditos de carbono (entrevista concedida por AM1).

O relato de AM1 ressaltou a importância do financiamento bancário, que viabilizou a preservação da floresta, especialmente por meio da obtenção de créditos de carbono. Ele destacou a importância do PSSA, que se baseia nessa premissa, exigindo o monitoração da floresta e a prevenção do desmatamento para manter o valor e os recursos provenientes deste comprometimento. Entretanto, essa abordagem exerce um peso significativo sobre os resultados, evidenciando a tensão intrínseca entre a necessidade de preservação e a busca por resultados tangíveis.

Falando em mercado internacional, temos que falar é sobre a Vert, que está aqui e consome toda nossa matéria-prima: a borracha nativa. (entrevista concedida por AM2).

Por outro lado, os agentes AM2 e AM3 direcionaram o foco para a atuação da Vert, uma empresa internacional que consome toda a matéria-prima do território, a borracha. Seus relatos apontaram para a presença de empresas estrangeiras no mercado, revelando uma dinâmica desigual de poder na relação entre os consumidores internacionais e produtores locais. A dependência dessas empresas estrangeiras ressaltou as assimetrias econômicas e o impacto direto da globalização no setor da borracha.

A empresa para qual vendemos a borracha, é uma empresa francesa, já começa por aí, uma empresa francesa, que veio aqui, e valorizou o produtor, então essas mega empresas aí, são estrangeiras, não tem nenhuma brasileira (entrevista concedida por AM3).

AM3 complementou a discussão ao destacar a nacionalidade da empresa. Ele enfatizou que a empresa é francesa, ressaltando que, oficialmente, a empresa envolvida na comercialização da borracha é estrangeira, sem representação brasileira significativa. Essa observação apontou para uma assimetria não apenas de consumo, mas também no controle e na participação do mercado por parte de empresas estrangeiras, trazendo à tona questões de soberania e autonomia econômica.

Dessa forma, os relatos evidenciaram as conjunturas inerentes ao contexto da globalização no setor da borracha, desde a busca por créditos de carbono para preservação, até a dominação de empresas internacionais no consumo de matéria-prima, no caso específico, a borracha nativa, ressaltando desafios significativos para o desenvolvimento sustentável do território.

No contexto global, a percepção é de que a borracha, uma *commodity* no sudeste asiático, enfrentou a influência marcante dos preços globais. A convergência desse mercado global, compartilhada por diversas *commodities*, revelou uma tendência, caracterizada pela perpetuação de grandes desafios sociais e ambientais. Diante dessa realidade, os esforços concentraram-se em reverter este quadro, como expressou CF1:

A borracha no sudeste asiático virou *commodities*, então ela tem um preço global, o que fez com que basicamente todas as iniciativas ou preços fossem pautados em produtividade para baixar preço. Assim, o mercado global – assim como várias outras *commodities*, ele está indo numa direção, onde está perpetuando grandes problemas sociais e ambientais, então a gente está tentando reverter isso (entrevista concedida por CF1).

No entanto, aprofundando a análise, outra perspectiva se apresentou. O agente PP1 destacou o papel determinante da Malásia no mercado internacional, sendo atualmente o principal exportador de derivados e o maior cultivador de seringueiras cultivadas. Esse contexto forneceu ao Brasil uma oportunidade para reassumir sua posição de destaque, contudo esbarra-se em desafios internos. PP1 enfatizou ainda, a incapacidade das gestões em perceber e aproveitar a potencialidade da borracha como compensação ambiental para os produtores rurais, por meio do PSSA:

Realmente, o mercado internacional, ele é impactado mais na quantificação de produtos que saem da Malásia. A Malásia é hoje o maior exportador de derivados da borracha, e sem dúvida, o maior cultivador de seringueiras. O Brasil poderia aproveitar a potencialidade que tem, e se tornar novamente este produtor de referência. Mas o que acontece? O mercado consegue demonstrar para nós, que estamos sempre antenados nas informações, de que se as políticas internas, elas conseguem valorizar, e pegar o contexto ambiental que hoje se discute muito, a borracha é a maior alternativa aos produtores rurais, como forma de compensação da parte ambiental (PSSA), o pagamento por serviço socioambiental, e aí esta falta de oportunidade, que as nossas gestões, elas não conseguem reconhecer, e de poder trazer estas potencialidades para cá para dentro, potenciais, empresas, investidores que queiram investir na Amazônia, que queiram investir principalmente nos seringais, então internacionalmente, a absorção em relação a produtos derivados de origem vegetal, como a Vert, que pega um material nosso aqui, e que absorve um CVP nativo, transforma em um tênis, que depois é considerado para um nicho de mercado, como de vegano, é uma coisa assim que agrega valor, a gente já chegou a ter contato, é um tênis de R\$ 500,00 (entrevista concedida por PP1).

Nesse contexto, a contradição tornou-se evidente: enquanto, globalmente, buscou-se reverter os problemas sociais e ambientais associados à produção de borracha, internamente, as oportunidades para transformar a borracha em uma alternativa valiosa para os seringueiros foram subutilizadas. O desafio, de acordo com PP1, reside em conciliar a conscientização global sobre as questões socioambientais com a implementação de políticas internas que valorizem e promovam a borracha como uma alternativa sustentável.

No entanto, observou-se duas perspectivas distintas em relação ao processo produtivo da borracha. PP1 destacou a iniciativa da Vert, e sugeriu outras empresas, inclusive nacionais, que poderiam seguir esta abordagem, e assim, contribuir para a valorização ambiental:

Uma coisa interessante, que outras empresas poderiam estar fazendo, até empresas nacionais, como a Olympikus, a Topper. Essa questão, que a Vert sai na frente das empresas, é essa valorização ambiental (PSSA), do contexto ambiental em si, entretanto ela só compra CVP nativo, ela não compra de cultivo, porque tem a questão do contexto ambiental [...] então, o internacional poderia também aproveitar isso, as empresas internacionais, como a Goodyear, a Pirelli, poderiam ter produtos diferenciados, de contexto ambiental (entrevista concedida por PP1).

Contrastando com essa visão, ES5 trouxe à tona a realidade global da indústria da borracha:

A borracha hoje é uma *comodity*, não existe um mercado nacional ou internacional. Existe um mercado global de borracha, ao qual nosso mercado nacional faz parte deste mercado, porque a borracha é cotada em dólar. [...] Hoje você vai comprar uma camisinha, basicamente, todo látex vem da Ásia. A maioria das luvas cirúrgicas vem da China. Com o covid, a gente viu isto aqui claramente, os produtos básicos da saúde, que basicamente a China concentra este mercado. Por exemplo, a borracha que é para produtos cirúrgicos é toda natural, não tem borracha sintética (entrevista concedida por ES5).

Portanto, ao conciliar os relatos dos agentes PP1 e ES5, emergiram as contradições entre a visão otimista de PP1, que enfatizou a valorização ambiental e o potencial de empresas nacionais e internacionais adotarem estratégias semelhantes, e a perspectiva realista de ES5, que destacou o caráter globalizado da indústria e concentração significativa da produção em determinadas regiões. Essas divergências apontam para a complexidade inerente ao desafio de alinhar práticas sustentáveis com as dinâmicas globais do mercado da borracha.

À luz da análise sobre os impactos da globalização no processo mercantil da borracha no Vale do Acre, emergiu uma realidade complexa e indagadora. Ao explorar as nuances do vetor da verticalidade proposto por Milton Santos, evidenciou-se uma dinâmica em que as forças globais nem sempre se traduzem em garantias tangíveis para o território. No período pesquisado, a situação se apresentou como favorável, apesar desse contexto não se traduzir de maneira consistente em proveitos nítidos para o território.

Os relatos dos entrevistados, exemplificados por ES2 e ES4, evidenciaram uma dualidade desconcertante entre o discurso em prol da preservação ambiental e efetiva prática econômica. A disparidade entre a promoção da preservação pela indústria e a realidade da exploração prejudicial da floresta lançou luz sobre a dissimulação latente no contexto socioeconômico do mercado da borracha nesse território. Tal constatação não apenas destacou a incoerência entre retórica e ação, mas também apontou para a necessidade de uma análise crítica mais profunda das estratégias adotadas no âmbito da preservação ambiental e do desenvolvimento econômico no território pesquisado.

A conexão entre os relatos destacou não apenas a fragilidade das políticas de preservação, como evidenciado por AM1, que destacou o papel do financiamento bancário e dos créditos de carbono na manutenção da floresta em pé, mas também a incapacidade das gestões locais em reconhecer e explorar plenamente o potencial da borracha nativa como uma compensação ambiental viável para os produtores rurais – seringueiros.

Os relatos de AM2 e AM3, ao destacarem a presença da empresa estrangeira Vert na cadeia de produção, ressaltaram a falta de autonomia e controle local sobre os recursos naturais. A dependência dessas empresas revelou não apenas as assimetrias econômicas, mas também a vulnerabilidade dos produtores locais diante das forças globais.

A visão otimista de PP1 sobre a potencialidade da borracha como uma alternativa valiosa para os produtores rurais divergiu-se da perspectiva realista de ES5, que colocou em dúvida a viabilidade de práticas sustentáveis em um mercado globalizado.

A ideia de que empresas nacionais ou internacionais poderiam adotar estratégias mais conscientes, é contrastada pela realidade da indústria global da

borracha - que tem predomínio da borracha cultivada, concentrada em poucas regiões e movida principalmente por considerações de preço e eficiência.

Dessa maneira, uma análise com maior criticidade revelou uma série de contradições e desafios inerentes ao contexto da produção de borracha no Vale do Acre. A retórica da preservação ambiental frequentemente pareceu encobrir práticas que, efetivamente, contribuíram para a exploração predatória do território, principalmente em relação à extração da madeira da floresta, como abordou o agente ES2 em seu relato.

A dependência de financiamentos externos e a presença da empresa estrangeira destacou a fragilidade da autonomia local, enquanto a implementação de práticas sustentáveis encontrou consideráveis obstáculos no ambiente globalizado da indústria da borracha.

4.4.3 Análise da dinâmica do desenvolvimento do território

No que tange à dinâmica de desenvolvimento do território, os vetores das horizontalidades e verticalidades, conforme propostos por Milton Santos, exercem influência com distintas intensidades, em que mereceria destaque, provavelmente, a complexidade das dinâmicas territoriais e a interconexão entre os vetores de horizontalidade e verticalidade, como se percebeu no relato de AM1:

Sim, a gente considera uma política de valorização, a cultura da borracha, ela traz para a cidade um percentual de recurso, para o comércio que ajuda muito no desenvolvimento da região – do território, e para não ser dependente, não ter que ficar pedindo, se humilhando, é muito importante pois dá uma visão de independência ao seringueiro, que produzindo ele vai tendo condições de criar a sua família (entrevista concedida por AM1).

O enfoque na valorização da cultura da borracha como uma política geradora de recursos evidenciou um vetor horizontal, representando um esforço em promover autonomia econômica.

A interconexão entre os vetores horizontais e verticais também se evidencia na organização tributária e burocrática, conforme apontou AM3:

Sim, porque de forma geral, o município, o Estado, eles têm responsabilidade com a população, e quando uma empresa (cooperativa), que atende a todos estes extrativistas, são recolhidos deles imposto, INSS, todo produtor tem sua nota fiscal, tudo organizado, isso ajuda muito o prefeito, o Estado de um modo geral, porque aqueles produtores estão de certa forma acomodados – no bom sentido, é atendido, por um setor que, de certa forma reduz, retira o esforço

de um prefeito, do governo em relação àquele público, não é? (entrevista concedida por AM3).

Entretanto, surgiram reflexões acerca da resiliência da cultura da borracha e sua incumbência no desenvolvimento territorial, conforme relatou IN1:

Eu acredito, aos poucos, essa cultura da borracha, ela está voltando a ganhar porcentagem de confiança, aos poucos, depende muito de políticas públicas, de incentivo, PSSA pago pela Vert, mas acredito nessa possibilidade (entrevista concedida por IN1).

Nesse contexto, a interdependência entre o renascimento da cultura da borracha e a necessidade de apoio por meio de políticas públicas e incentivos financeiros destacaram-se como um dos fatores primordiais para um progresso mais sólido, conforme evidenciado no relato de IN1.

Porém, analisando criticamente os relatos de AM1, AM3 e IN1, observou-se que, enquanto a valorização da borracha é vista como um vetor horizontal que impulsionou a independência econômica dos seringueiros, a dependência de políticas públicas e incentivos financeiros como o PSSA, pago pela Vert, criaram uma dinâmica vertical que revelou a fragilidade desse desenvolvimento.

A busca por independência, apesar dos esforços, encontrou-se, em certa medida, atrelada a fatores externos, evidenciando uma complexidade inerente à interação entre os vetores propostos por Milton Santos no contexto do processo mercantil da borracha. Esse ponto suscitou uma contradição entre a autonomia almejada e interdependência que persiste no território.

A compreensão das dinâmicas do desenvolvimento do território é possibilitada pelos relatos dos agentes PP1, ES2 e ES4:

Todo recurso que para na mão do extrativista, ele auxilia na manutenção, seja da floresta, seja das famílias. Nós estamos falando de segurança alimentar, da soberania alimentar, ter recurso para poder estar lá dentro, e estando lá não vem para a cidade. Gira por dentro, entre as comunidades, auxilia muito na questão da manutenção da vida, ele não derruba a floresta, então tem um contexto ambiental muito forte, a gente já fez alguns monitoramentos, e é perceptível que os produtores, eles mantêm aquilo que tem como recurso, e a renda proveniente, não é? (entrevista concedida por PP1).

PP1 destacou a importância do extrativismo como um recurso que contribuiu para a manutenção da floresta e das comunidades locais, promovendo segurança e soberania alimentar. Contudo, choca-se com a perspectiva de ES2, que argumentou em favor de uma abordagem industrializada, defendendo a criação de fábricas locais para agregar valor à matéria-prima, como a borracha.

Eu diria que somente com uma política de estado e com a montagem de fábricas que pudessem usar esta matéria prima para atender, começar com o mercado local, para depois chegar a outros. Aquilo que eu falei para você: fábrica de sapatos. [...] O camponês, a economia camponesa sempre foi vista como economia marginalizada teoricamente, era inadequada, porque ela não aguenta a escala de produção, porque tentam induzir eles para competir com o mercado lá de fora. Tem tantas iniciativas para a borracha, mas nós estamos tentando botar a borracha lá fora, em fábricas de automóveis, de avião, para pneu Pirelli. Que tal produzir chinelo para acreano vestir? Que tal eu pensar a borracha para as crianças irem para a escola? Uma mochila? Com fábricas pequenas, coisas pequenas? (entrevista concedida por ES2).

A contradição entre esses dois pontos de vista foi evidente, especialmente quando ES2 questionou a marginalização da economia camponesa e propõe iniciativas menores, enquanto PP1 enfatizou a sustentabilidade ambiental do extrativismo.

A discussão sobre o modelo do agronegócio foi trazida por ES2, que sugeriu a necessidade de repensar o tamanho das propriedades e refletiu sobre a importância histórica da pecuária, apontando para a raiz do desenvolvimento em várias regiões.

Então eu acho que a gente precisa se despir do agronegócio, destes preconceitos do agronegócio, eu acho que na Amazônia deveria ser taxado um tamanho ótimo para propriedade, ainda que seja propriedade capitalista, empresa capitalista. Não deveria ser uma empresa com 50.000 ou 60.000 hectares de terra. Poderíamos ter propriedades menores, uma propriedade de 500 hectares, 1.000 hectares é mais do que suficiente para você fazer um excelente negócio. [...] vejo possibilidades, e sou um otimista da pecuária, eu acho que a pecuária é fundamental, a pecuária é raiz. Não existe no Brasil, nenhum lugar onde começou o processo de ocupação, que o boi não foi junto, o boi foi junto em todos os lugares. O agronegócio no modelo em que está, para um desenvolvimento momentâneo, ele é a solução, só que ele pode trazer consequências graves no futuro, agora nós precisamos repensar isso. E nós temos uma culpa extraordinária, porque nós condenamos, mas não criamos nenhuma alternativa sequer para esta situação. Mas quando vamos almoçar, fazer a festa, vamos para uma churrascaria, comer churrasco, nós compramos a carne para fazermos churrasco em nossa casa, aí fica a grande questão. Precisamos pensar em usar a Amazônia com baixo impacto, esta é a palavra, baixo impacto, há o sistema agropasto, agrosilvopastoril, pastoreio nacional de Voisin, é fantástico, que foi um francês que criou uma teoria de como criar gado com baixo impacto e sem uso de agrotóxico (entrevista concedida por ES2).

A contradição emergiu quando ES2 abordou as consequências potenciais do agronegócio no futuro, questionando a falta de alternativas. O impasse entre desenvolvimento momentâneo e consequências futuras foi explorado, destacando a necessidade de repensar estratégias para garantir um impacto ambiental mais baixo.

Essa discussão culminou no relato de ES4, que destacou a mudança na mentalidade dos seringueiros, influenciados pela cultura do cowboy americanizado e

a busca por alternativas mais lucrativas, como a pecuária, em detrimento do extrativismo.

Sim impulsionou a dinâmica de desenvolvimento do território, e poderia estar impulsionando mais atualmente, tem demanda lá fora, mas aqui os seringueiros, principalmente os mais jovens, não querem mais cortar seringa. Quando eu digo, a explicação não é só econômica, hoje temos a cultura do cowboy, eles verificam os fazendeiros com cabine dupla, com Hillux, a Expoacre, hoje Xapuri tem uma cavalgada que é uma das maiores festas do município. A cultura *Cowboy*, é isso que a maioria quer, eles veem um cara com uma F1000, eles sabem que o gado dá dinheiro, então ele compara: “poxa, eu trabalho aqui coletando borracha para entregar para a Cooperacre, ou para a Natex, quando funcionava, tudo bem, aumentou minha renda um pouquinho, mas eu trabalho demais, se eu colocar o gado aqui dá muito mais. Seria viável a borracha ainda, eu penso que sim, agora talvez com melhoramentos técnicos, por dentro desta ideia do neo-extrativismo²⁵, seringais plantados, porque demanda tem (entrevista concedida por ES4).

Embora a borracha tenha impulsionado o desenvolvimento no passado, atualmente enfrenta resistência devido à atratividade econômica da pecuária, associada à cultura do *cowboy*. ES4 destacou a busca por uma vida mais rentável, indicando a viabilidade do cultivo de borracha com melhoramentos técnicos e a adoção do neo-extrativismo, assim como seringais cultivados.

Contrastando com esse relato, ES5 propôs uma abordagem mais estruturada para a produção de borracha, enfatizou a exploração de mercados alternativos e nichos sustentáveis, como o mercado verde.

A perspectiva de certificações ambientais, como o selo *Fair Trade*, foi apresentado como um caminho para viabilizar a borracha nesse contexto.

Se entendermos que hoje a borracha é um produto que está sendo trabalhado de forma diferenciada, buscando mercados alternativos, nichos de mercado dentro do mercado verde, e você fizer todo um procedimento para estruturar esta cadeia produtiva, esta produção no sentido de realizar procedimentos para quem está no mercado verde para você, por exemplo, garantir um selo de *Fair Trade*, um selo de manejo, porque você precisa rastrear, tem que rastrear toda a produção, de onde saiu, tem que ser trabalhado todo o ciclo do produto. Se você viabiliza a borracha a partir deste mercado verde, do *Fair Trade*, do preço justo, PSSA, pode ocorrer um efeito derramamento, ele vai se espalhar para outros cantos, outros produtos podem seguir o mesmo caminho. A borracha já seguiu este caminho, e voltou por uma série de fatores. O Acre já vendeu borracha com certificação ambiental, e hoje a borracha, em muitos mercados, a gente precisa de certificação ambiental (entrevista concedida por ES5).

²⁵ Gudynas (2012) define o neo-extrativismo como um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e com inserção internacional subordinada.

A concepção é de que, ao estabelecer firmemente a borracha no mercado verde, outros produtos podem trilhar a mesma trajetória, promovendo um efeito que se difunda de maneira favorável, expandindo as dinâmicas de desenvolvimento no território. A contradição entre esses relatos, manifestou-se na dicotomia entre a busca por oportunidades econômicas imediatas, exemplificada pela preferência pela pecuária, e a visão estratégica de ES5, que propôs uma abordagem mais sustentável e estruturada para o cultivo da borracha.

A viabilidade da borracha, portanto foi analisada em dois prismas distintos: um voltado para o curto prazo (ES4), e outro visando o longo prazo (ES5), com ênfase na certificação ambiental e inserção em mercados sustentáveis. Essa contradição evidenciou os desafios enfrentados no processo de desenvolvimento territorial do Vale do Acre.

Eu acho que ainda é muito pequeno, o impulsionamento da cadeia da borracha, para a gente falar em impulsionar o setor produtivo, ela tem um potencial na reserva extrativista Chico Mendes [...] o Vale do Acre é muito mais desmatado que o restante, que o Vale do Juruá. O Vale do Acre tem acesso mais facilitado, tem uma história de ocupação, e tem principalmente estradas. Você tem municípios como Jordão, Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo que o acesso é por água ou ar (entrevista concedida por ES6).

ES6 destacou que o impulsionamento da cadeia produtiva da borracha ainda é incipiente para fomentar significativamente o setor produtivo no território. Ressaltou o potencial da Resex Chico Mendes, mas apontou para os desafios no Vale do Acre, como maior desmatamento em comparação com o Vale do Juruá, pois conta com maior facilidade de acesso e há uma predominância de estradas em alguns municípios, o que diferencia a realidade de locais com acesso apenas por água e ar.

A borracha brasileira não tem condições de competir com o preço da borracha internacional. Por isso, existe uma limitação no mercado da borracha no Brasil. É um mercado que pode ser expandido, não pela ótica da economia, mas pela ótica da agronomia: você vai fazer a opção pelo setor produtivo, aí você tem soja, você tem outros produtos mais rápidos, e você tem o seringal de cultivo. O seringal de cultivo, ele vai dar o primeiro corte com 7 anos, até lá você tem que fazer investimento, você tem que manter, e custa caro. Mas se você associa seringais aos serviços ambientais, porque quando a árvore está crescendo, ela está capturando carbono, então é um serviço ambiental que ela faz, é retirar carbono da atmosfera. O seringal nativo ele conserva o carbono que já tem, porque você precisa de floresta, então o serviço ambiental é esse – estoque de carbono, que se for transformado em pastagem para gado, derrubado e queimado, aqui no Acre emite 100 a 200 toneladas de carbono por hectare, então isso é um serviço ambiental, você manter a floresta em pé (entrevista concedida por ES6).

O segundo relato de ES6 abordou a limitação do mercado da borracha no Brasil em termos de competitividade internacional. Destacou que, sob a ótica da agronomia, a opção pelo setor produtivo é desafiador devido aos tempos prolongados de investimento e manutenção dos seringais de cultivo. No entanto, ES6 sugeriu uma alternativa ao associar seringais aos serviços ambientais, quando destacou a captura de carbono como um serviço ambiental valioso.

ES6 ressaltou a importância de manter a floresta em pé para conservar o estoque de carbono, contrastando com a emissão significativa que ocorreria caso a floresta fosse convertida em pastagem para uso da atividade pecuária.

A contradição entre esses relatos se manifestou na dualidade entre impulsionar a cadeia da borracha como motor econômico e considerar a borracha não apenas sob perspectiva econômica, mas também como um ativo valioso para os serviços ambientais que oferece.

A contradição residiu na escolha entre o desenvolvimento econômico imediato e os benefícios a longo prazo associados à conservação ambiental. Essa complexidade evidencia os desafios entrelaçados que permeiam as estratégias de desenvolvimento no contexto específico do Vale do Acre.

Sendo assim, revelou-se não apenas diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento territorial, mas também contradições e dilemas inerentes às escolhas econômicas e ambientais no território. Tais divergências destacam a complexidade da pesquisa e apontam para a necessidade de abordagens integradas e sustentáveis que considerem tanto os aspectos econômicos quanto os ambientais.

No Quadro 9, são apresentadas as potencialidades e desafios para uma abordagem coerente e sustentável no território do Vale do Acre. A síntese apresentada neste quadro oferece uma ordenação das dinâmicas identificadas durante a tese, categorizadas como potencialidades e desafios. Essa representação buscou proporcionar uma visão analítica e organizada das dinâmicas que influenciaram o desenvolvimento neste território.

Quadro 9: Dinâmicas do desenvolvimento no Vale do Acre: potencialidades e desafios para uma abordagem coerente e sustentável

Potencialidades	Desafios
Valorização da cultura da borracha nativa, promovendo autonomia econômica dos seringueiros.	Dependência de políticas públicas e incentivos financeiros, revelando fragilidade no desenvolvimento do território
Potencial do extrativismo na manutenção da floresta e das comunidades, contribuindo para a segurança e soberania alimentar.	Tensão entre visões sustentáveis do extrativismo e propostas industrializadas, gerando conflitos de abordagem.
Exploração de mercados alternativos e nichos sustentáveis para o processo produtivo da borracha, como o mercado verde.	Adesão a culturas não nativas, estranhas ao território e buscas por alternativas lucrativas, como a pecuária.
Ênfase na certificação ambiental e inserção em mercados sustentáveis para viabilizar a borracha nativa.	Limitação da competitividade internacional da borracha, especialmente diante de preços globais.
Associação dos seringais aos serviços ambientais, como a captura de carbono, para promover o cultivo sustentável.	Desafios do agronegócio, com necessidade de repensar tamanhos de propriedades e impactos ambientais.
Possibilidade de repensar estratégias para garantir um impacto ambiental mais baixo no desenvolvimento territorial.	Complexidade na escolha entre desenvolvimento econômico imediato e benefícios a longo prazo associados à conservação ambiental.
Diversificação de oportunidades econômicas, considerando mercados sustentáveis e certificações.	Competição com produtos mais rápidos e rentáveis, como a soja, no mercado econômico.
Busca por alternativas ao modelo tradicional do agronegócio, considerando o impacto ambiental.	Dificuldades em estabelecer a borracha no mercado internacional, devido à sua competitividade.
Conscientização sobre a importância de manter a floresta em pé, para conservar o estoque de carbono.	Desmatamento e facilidade de acesso em certas áreas, levando a maior pressão sobre o meio ambiente.
Potencial de impulsionamento da cadeia produtiva da borracha na Resex.	Necessidade de superar resistências culturais, especialmente entre os mais jovens, em relação à cultura da borracha.

Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

O Quadro 9 delineou as dinâmicas do desenvolvimento no Vale do Acre, evidenciando potencialidades, como a valorização da cultura da borracha e o extrativismo sustentável. No entanto, desafios significativos foram destacados, como dependência de políticas públicas e a competição internacional, revelando vulnerabilidades na trajetória de desenvolvimento do território. A atenção à certificação ambiental e à conscientização sobre a preservação da floresta são aspectos firmes, embora a complexa escolha entre desenvolvimento imediato e benefícios a longo prazo introduzam desafios adicionais.

O impulsionamento da cadeia produtiva na Resex surgiu como uma oportunidade, embora a superação de resistências culturais, especialmente entre os mais jovens, seja incisivo. Em síntese, o Vale do Acre demanda uma abordagem

integrada para alcançar um desenvolvimento sustentável, equilibrando cuidadosamente suas potencialidades e desafios.

5 CONCLUSÕES

A presente tese se propôs investigar a dinâmica das horizontalidades e verticalidades no processo mercantil da borracha, no território do Vale do Acre – Brasil, dispondo-se a compreender a interação entre os agentes envolvidos, explorando as conexões horizontais, assim como as diferentes etapas da cadeia produtiva que se estabeleceram verticalmente, e assim interpretar as dificuldades e as correlações em um contexto específico, destacando as particularidades que exerceram influência significativa no processo mercantil da borracha no território do Vale do Acre.

Dessa forma, a pesquisa contribuiu para um discernimento dessas particularidades, enfatizando os aspectos que se destacaram nesse contexto específico no território, levando em consideração as categorias analíticas fundamentadas no materialismo histórico dialético.

A categoria da totalidade permitiu a compreensão das interações entre seringueiros, agentes mercantis, Cooperacre e a empresa Vert, revelando uma complexa trama de relações entre os fatores locais e globais.

A contradição emergente entre a continuidade das práticas extrativistas e a expansão da pecuária e o agronegócio ilustrou a complexidade na conciliação entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico.

A resistência dos descendentes dos seringueiros, desafiando a imposição de práticas econômicas, questionou a hegemonia de determinados interesses sobre o território.

A reprodução, ao desconsiderar contradições, destacou a ameaça à sustentabilidade do território, evidenciando a necessidade de abordagens equilibradas.

Por último, a categoria da mediação, expressa nas interações das horizontalidades e verticalidades, revelou uma dinâmica interconectada no processo mercantil da borracha.

Ademais, o primeiro objetivo proposto pela tese foi caracterizar a formação do território do mercado da borracha no contexto regional do Vale do Acre. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma análise das relações socioterritoriais e socioeconômicas que contribuíram para a configuração desse território, ancorada no contexto histórico e nas contradições dos acontecimentos, como o avanço das

atividades verticais, que ameaçam a integridade da floresta e a preservação da borracha nativa no território.

O Vale do Acre, atualmente em processo de revitalização econômica, empenhou-se, por meio do cultivo da borracha nativa, fazer frente à expansão da atividade da pecuária e do agronegócio. A complexa contradição entre conservação e desenvolvimento representou desafios para a sustentabilidade, enfatizando a necessidade de abordagens equilibradas. Nesse contexto, a manutenção da cultura da borracha nativa emergiu como um componente significativo para a preservação da floresta no território. Essa prática não apenas preservou a biodiversidade do território, mas também se integrou de forma significativa ao processo de formação do território produtivo da borracha no Vale do Acre.

A coexistência aparentemente paradoxal entre a preservação da floresta, a expansão da pecuária e a manutenção da cultura da borracha nativa evidenciou a complexidade das escolhas e estratégias adotadas no processo de revitalização econômica. A compreensão das interações entre grupos sociais e as implicações ambientais ofereceram uma visão mais profunda dessa dinâmica territorial, permitindo uma análise do desenvolvimento regional.

O segundo objetivo diligenciado foi investigar a relação entre os agentes mercantis e os seringueiros na construção do processo mercantil da borracha. A compreensão das dinâmicas comerciais, que desempenharam uma função significativa nesse território, revelou-se fundamental para uma perspectiva integral da formação desse processo.

Ao se caracterizar os agentes envolvidos, destacou-se a relevância das interações entre os seringueiros e os agentes mercantis na estrutura do processo mercantil da borracha, por onde emergiu uma vívida perspectiva das condições de vida, e dos meios de subsistência das famílias de seringueiros no Vale do Acre. As informações acumuladas delinearam não apenas a perícia na extração do látex, mas também aspectos como arranjos familiares, herança cultural, variabilidade etária e mudança de perspectiva entre as gerações mais jovens.

Esse quadro, essencial para compreender as dinâmicas do território, destacou a importância da preservação das tradições culturais e da sustentabilidade dessas comunidades. Contudo, observou-se uma transição marcante na ocupação tradicional, refletida na relutância dos mais jovens em manter disposição para a continuidade da extração do látex, considerando-se, nesse caso, a sucessão familiar.

Essa tendência, influenciada por transformações sociais e econômicas, destacou a necessidade de explorar os fatores subjacentes a essa mudança, afetando não apenas a tradição do “corte de seringa”, mas também o modo de vida e a identidade cultural dessa comunidade historicamente ligada à floresta.

A emergência do agente mercantil no mercado da borracha configurou uma nova dinâmica, estabelecendo uma relação construtiva e colaborativa com os seringueiros. Essa transformação contrastou com as fases históricas da borracha, evidenciando a complexidade das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

A aparente harmonia na relação atual entre agentes mercantis e seringueiros, embora tenham demonstrado cooperação e confiança mútua, levantou a questão crítica da prevalência de interesses econômicos sobre a justiça social no território pesquisado.

A análise das práticas comerciais evidenciou a atuação da Cooperacre na promoção da cooperação e equidade. Mesmo diante do surgimento de alternativas econômicas em ascensão, como a pecuária e o agronegócio de grãos, a Cooperacre remanesceu em oferecer assistência em sua parceria com os seringueiros no território. Nesta tese, as perspectivas contrastantes sobre a borracha nativa revelaram as sutilezas do contexto econômico, ambiental e global.

O terceiro objetivo apresentado referiu-se à análise de como os vetores das horizontalidades e verticalidades atuam no processo mercantil da borracha, e na dinâmica de desenvolvimento do território pesquisado.

Diante das dinâmicas que permearam o processo mercantil da borracha no Vale do Acre, representadas pelas manifestações de horizontalidades no território, tornou-se imperativo explorar também as verticalidades, em uma perspectiva analítica proposta por Milton Santos.

Enquanto as horizontalidades delinearam interações colaborativas e busca por relações equitativas entre seringueiros e agentes mercantis, as verticalidades revelaram estruturas mais profundas que configuraram o território. A transição entre esses vetores revelou uma dinâmica interconectada, destacando a emergência da empresa Vert como um vetor vertical significativo. A participação dessa empresa estrangeira representou um contraponto à horizontalidade, revelando a pluralidade no processo mercantil da borracha no Vale do Acre. A abordagem integrada entre as horizontalidades enraizadas no território, e as emergentes verticalidades

contemporâneas proporcionou um domínio das dinâmicas que configuraram a identidade da tese.

A trajetória da Vert, sutilmente vinculada à perspectiva vertical de Milton Santos, construiu uma narrativa que transcendeu fronteiras físicas e conceituais, alinhando-se aos princípios do desenvolvimento sustentável.

Ademais, os aspectos da verticalidade, apresentados na pesquisa sobre o Vale do Acre, destacaram influências externas, incluindo o avanço da pecuária e agronegócio de grãos, e a busca por eficácia e por homogeneização territorial. Houve também desafios relacionados à dominação territorial, representando o controle e influência exercidos por determinados grupos ou instituições sobre o território, como no caso da Vert, que efetiva o PSSA e, de certa forma, se apropriou-se do território. Apesar disso, durante o período pesquisado, o PSSA efetuado pela Vert acarretou benefício ao território, elevando o valor do quilograma da borracha no processo produtivo, e, ao mesmo tempo, contribuindo para a preservação da floresta e, conseqüentemente, das seringueiras nativas.

Esse objetivo específico, também concentrou atenções para a repercussão da globalização no processo mercantil da borracha, por meio do vetor da verticalidade. Essa análise buscou compreender as transformações no Vale do Acre resultantes da interação entre fatores globais e a economia do território, aprofundando a compreensão sobre as relações de poder e as dinâmicas socioeconômicas no território. Ao considerar-se o vetor da verticalidade como ferramenta analítica, a pesquisa procurou analisar os efeitos da globalização, contribuindo para o entendimento das dinâmicas territoriais e formulação de estratégias equilibradas entre benefícios econômicos e preservação socioambiental.

E para culminar, a análise da dinâmica do desenvolvimento territorial no Vale do Acre, com base nos vetores horizontais e verticais propostos por Santos, revelou uma interação entre fatores locais e globais. Destacou-se a busca por autonomia econômica por meio da valorização da cultura da borracha nativa, embora essa dinâmica esteja ligada a políticas públicas e incentivos externos, como PSSA por meio da Vert.

A dicotomia entre a perspectiva confiante do extrativismo, promovendo segurança e soberania alimentar, e a concepção industrializada, defendida por alguns agentes, evidenciou as contradições na busca por estratégias sustentáveis. A discussão sobre o modelo do agronegócio, a necessidade de repensar o tamanho das

propriedades e os desafios associados ressaltaram a complexidade do desenvolvimento territorial.

A viabilidade da borracha apontou para duas perspectivas distintas: uma focada no curto prazo, destacando a atratividade econômica da pecuária, e outra voltada para o longo prazo, com ênfase na certificação ambiental e mercados sustentáveis. A contradição entre essas interpretações distinguiu os desafios enfrentados no processo do desenvolvimento territorial, apontando para a necessidade de abordagens integradas que considerem aspectos econômicos e ambientais para promover um desenvolvimento invulnerável no território.

A análise extensiva da caracterização da dinâmica da formação do mercado da borracha no Vale do Acre revelou os fluxos migratórios e as relações sociais que influenciaram o processo produtivo nesse território. A progressão ao longo dos anos, culminando na configuração atual do território, foi compreendida por meio da interação entre diversos agentes, tais como: seringueiros, cooperativas, associações, poder público e a empresa consumidora Vert.

A diversidade cultural no Vale do Acre originou-se de fluxos migratórios passados, incluindo povos originários, nordestinos, sudestinos e sulistas. As interações entre esses grupos formaram a dinâmica territorial, especialmente a migração nordestina, que influenciou a configuração social e econômica do território.

O conflito entre a atividade extrativista da borracha e práticas pecuaristas evidenciou uma contradição na relação entre a humanidade e a natureza.

A chegada da migração do centro-sul, nos anos 1960, alterou a dinâmica territorial, levando a uma mudança na utilização da terra, priorizando a criação de gado para o mercado consumidor.

Atualmente, o Vale do Acre enfrenta o desafio de conciliar a preservação ambiental, com a expansão da pecuária, mantendo-se vinculado à exploração extrativista da borracha. As relações sociais e econômicas entre diferentes grupos continuam a configurar o território, proporcionando uma compreensão multiforme das dinâmicas territoriais históricas no contexto do Vale do Acre.

A relação existente entre seringueiros e os agentes mercantis na construção do processo mercantil da borracha, como Cooperacre, Coopaeb, entre outras, desempenhou atribuição significativa na configuração do processo mercantil. Os agentes mercantis atuam como intermediários, buscando não apenas a comercialização eficiente, mas também a valorização da matéria-prima e a promoção

da sustentabilidade ambiental. A cooperação entre esses agentes, refletiu uma mudança positiva em relação às fases anteriores da extração da borracha no território.

A confiança mútua entre seringueiros e agentes mercantis durante o período investigado, embora existam desafios logísticos a serem otimizados, foi fundamental para o desenvolvimento da cadeia produtiva da borracha. No entanto, a análise histórica revelou desigualdades passadas, contrastando com a atual dinâmica de confiança mútua.

A criação da Cooperacre em 2001 desempenhou um papel significativo na promoção da equidade e na mitigação das assimetrias de poder. A eficácia da gestão da Cooperacre, caracterizada por práticas transparentes e equitativas em prol do benefício mútuo, assim como a comunicação aberta e a busca por objetivos comuns, foi decisiva para o estabelecimento dessa cooperação baseada em confiança.

A importância da Cooperativa como diferencial é evidente, proporcionando estabilidade às relações horizontais no território. A ausência de conflitos pôde ser atribuída à clareza nas responsabilidades e benefícios para ambas as partes, aliada à capacidade da Cooperacre em enfrentar desafios e buscar soluções colaborativas. Contudo, é fundamental destacar que a análise de um relacionamento equilibrado deve considerar diversos aspectos, incluindo as condições sociais, econômicas e culturais específicas do território pesquisado.

Os desafios persistentes na busca por equidade no processo mercantil da borracha foram evidenciados pela influência do poder público e pela preferência por outras atividades econômicas. A desconfiança em relação ao sistema produtivo destacou a necessidade de uma avaliação mais profunda diante da existência de vários seringais subutilizados no território.

Na análise das transformações no Vale do Acre, decorrentes da eventualidade de transição do extrativismo da borracha, para o crescimento da pecuária e do agronegócio de grãos, emergiu uma avaliação crítica das dinâmicas horizontais e verticais no processo mercantil. A abordagem metodológica adotada destacou as contradições nas relações comerciais e produtivas, revelando a complexidade do território.

As horizontalidades identificadas na dinâmica da cadeia produtiva da borracha destacaram-se pela integração e colaboração entre seringueiros, associações, cooperativas e poder público, promovendo relações equitativas e colaborativas.

A presença de uma organização estrangeira, representada como um vetor vertical, concorreu para estabelecer um equilíbrio nas relações horizontais, tendo em vista a remuneração pelos serviços ambientais, no caso em questão, os seringueiros foram remunerados por esse serviço ambiental específico.

A análise das verticalidades, sob a perspectiva de Milton Santos, revelou influências intensas no território. A trajetória da empresa Vert, como representante de uma verticalidade, desempenhou um papel significativo, introduzindo um contraponto às relações horizontais estabelecidas e destacando a interconexão entre território e relações socioeconômicas.

A relação entre horizontalidades e verticalidades destacou a complexidade do processo mercantil da borracha. Enquanto as horizontalidades intentaram a coesão comunitária e relações equitativas, as verticalidades, com a presença estrangeira e a expansão da pecuária e do agronegócio de grãos, introduziram desafios e mudanças estruturais.

A dualidade entre a aparente estabilidade da pecuária e os desafios demográficos apontou para a necessidade de políticas e estratégias no desenvolvimento regional, pois, ao contrastar atividades econômicas como pecuária e o extrativismo da borracha, verificou-se um desacordo nessa relação.

A pressão externa à pecuária como meio de subsistência pode ser considerada uma horizontalidade, enquanto sua integração ao agronegócio se configurou como uma verticalidade, exigindo uma compreensão cuidadosa das influências externas no território do Vale do Acre.

Em um contexto em que a pecuária e o agronegócio avançam em detrimento do extrativismo, torna-se imperativo um olhar atento e políticas adaptadas à complexidade territorial. A narrativa crítica revelou a necessidade de abordagens estratégicas que considerem as nuances do Vale do Acre, alinhando-se aos princípios de Milton Santos, visando mitigar as fragilidades estruturais do desenvolvimento regional no território.

Ao adotar-se o vetor da verticalidade como ferramenta analítica, a análise dos efeitos da globalização no processo mercantil da borracha proporcionou percepções para a formulação de estratégias que buscam equilibrar benefícios econômicos e preservação socioambiental. A pesquisa destacou a complexidade das relações entre preservação ambiental, exploração econômica e mudanças históricas no território do Vale do Acre.

A dependência de financiamento bancário e a presença de empresas estrangeiras ressaltaram a fragilidade da autonomia local, apresentando desafios significativos para o desenvolvimento sustentável do território.

A análise global revelou a influência dos preços do mercado internacional no processo mercantil da borracha, destacando-se a complexidade do alinhamento de práticas sustentáveis com as dinâmicas globais do mercado. Sendo assim, evidenciou-se contradições e desafios no contexto da produção de borracha no Vale do Acre, revelando-se a necessidade de uma abordagem cuidadosa para conciliar preservação ambiental e desenvolvimento econômico no território, em um contexto globalizado.

No contexto da dinâmica de desenvolvimento territorial do Vale do Acre, a influência dos vetores das horizontalidades e verticalidades revelou uma interconexão interessante. A valorização da cultura da borracha como vetor horizontal tencionou promover a autonomia econômica, mas a dependência de políticas públicas e incentivos financeiros introduziu fragilidades.

A dicotomia entre autonomia e interdependência destacou a complexidade da interação desses vetores no processo mercantil da borracha. A discussão sobre o modelo do agronegócio revelou contradições entre desenvolvimento imediato e consequências futuras, enquanto a viabilidade da borracha foi analisada em perspectivas de curto e longo prazo, evidenciando desafios no desenvolvimento territorial.

A dualidade entre impulsionar a cadeia da borracha, como um propulsor econômico e considerá-la um ativo valioso para serviços ambientais, refletiu escolhas complexas entre desenvolvimento imediato e benefícios a longo prazo, apontando para a necessidade de abordagens integradas e sustentáveis.

O delineamento das dinâmicas no Vale destacou potencialidades e desafios, sublinhando a importância de uma abordagem integrada para alcançar o desenvolvimento sustentável no território.

No território do Vale do Acre, ocorreram interações horizontais entre seringueiros, agentes mercantis e a Cooperacre, que se entrelaçaram com as verticalidades, principalmente personificadas pela empresa Vert. Este acercamento ocorreu por meio da expansão da pecuária e do agronegócio de grãos no território. A Vert, ao se apropriar do território, desempenhou um papel significativo, contribuindo para um ambiente equilibrado entre os agentes em questão. No entanto, a expansão

da pecuária e do agronegócio resultou em um aumento do desmatamento, necessário para a operacionalidade dessas verticalidades no território, o que ameaçou a integridade da floresta e, conseqüentemente, a disponibilidade da borracha nativa, essencial para a Vert.

Um impasse surgiu quando empresas globais começaram a explorar o território em busca de borracha nativa. O desafio era como conciliar a preservação da floresta com o avanço da pecuária e do agronegócio de grãos? Esse desafio foi exacerbado pela resistência dos descendentes dos seringueiros em continuar com a extração do látex na floresta, colocando em risco a sucessão familiar, fundamental para a continuidade do território da borracha.

A ameaça iminente ao seringal e a expansão em larga escala da pecuária e do agronegócio de grãos, ultrapassam a preocupação com a disponibilidade da borracha, tornando-se ameaças sérias ao território. Esse contexto, que vai além da mera subsistência, englobou a possibilidade de uma pecuária em larga escala, capaz de causar uma devastação irreversível na floresta.

Além do impasse da continuidade dos extrativistas no território da borracha, observou-se o avanço das verticalidades representadas pela pecuária e pelo agronegócio de grãos. Esse contexto delineou uma perspectiva preocupante para o futuro do território do Vale do Acre, o “território da seringa”.

Em suma, a dinâmica do processo mercantil da borracha no Vale do Acre é um microcosmo de tensão global entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

A expansão da pecuária e do agronegócio, embora benéfica para alguns, ameaça a integridade da floresta e subsistência dos seringueiros. A solução para esse impasse, que envolve a continuidade das famílias extrativistas e a preservação da floresta, exige uma abordagem multifacetada que equilibre as necessidades econômicas com a imperativa preservação ambiental, destacando-se urgência em políticas sustentáveis e inovadoras para garantir um futuro equilibrado para o Vale do Acre, um reflexo do desafio global que se enfrenta na era do antropoceno.

Desse contexto emergem, pelo menos, dois desdobramentos que conferem a essas conclusões um caráter inicial para a subsequente condução da investigação, superando, assim, a concepção de serem a mera culminação de um percurso analítico que, por ora, apenas começou.

O primeiro, refere-se às mudanças nas práticas culturais e identidade das comunidades extrativistas do território do Vale do Acre. Aprofundar um estudo sobre as mudanças nas práticas culturais das comunidades extrativistas, especialmente em relação à transmissão de conhecimentos tradicionais entre gerações. Investigar como os fatores sociais e econômicos influenciam a identidade cultural dessas comunidades e explorar estratégias para preservar e fortalecer tais práticas no território.

O segundo desdobramento apresenta-se como a oportunidade de aprofundar-se a compreensão teórica de novos modelos de desenvolvimento territorial integrados e sustentáveis para o território do Vale do Acre. Desenvolvimento de modelos de desenvolvimento territoriais que integrem as necessidades econômicas imediatas, podendo envolver estratégias para conciliar a atividade extrativista da borracha com práticas agrícolas sustentáveis, considerando as potencialidades atuais e os desafios enfrentados.

Dessa maneira, essas análises aprofundadas não só ilustram aspectos específicos dessas realidades, mas também estabelecem conexões significativas com as teorias de horizontalidades e verticalidades de Milton Santos, ampliando assim, a compreensão dos fenômenos locais em um contexto mais amplo do desenvolvimento regional e territorial.

REFERÊNCIAS

- ABRABOR. **Estatísticas e Tendências da Borracha Natural**. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/borracha-natural/2017/38a-ro/app-abrabor-38ro-borracha.pdf>> Acesso em 20 ago. 2021.
- ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*. v.4, n. 2, abril/junho, 2000.
- ACRE. Agência da Secretaria de estado de comunicação do Acre. **2022** – Uma mudança de rumo no agro acreano. Disponível em: <<https://agencia.ac.gov.br/2022-uma-mudanca-de-rumo-no-agro-acreano/>> Acesso em: 24 ago. 2023.
- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). **Território em movimento**: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília, SEBRAE, 2004.
- BECKER, B.; EGLER, C. **Detalhamento da metodologia para o ecológico-econômico da Amazônia Legal**. Brasília: SAE/MMA/LAGET. 1997, 40 p.
- BECKER, B. K. **Amazônia – geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BEZERRA, M.J. **Invenções do Acre: de território a estado** – um olhar social. 2006, São Paulo: USP. Tese doutorado em História Social.
- BUENO, R. **Borracha na Amazônia**: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012.
- CHABLOZ, J. P. **Cada um no seu lugar**. Researchgate.net. Disponível em: <https://www.researchgate.net/figure/Figura-3-Cartaz-elaborado-por-Jean-Pierre-Chabloz-associados-a-Batalha-da-Borracha_fig2_338130382> Acesso em: 15 ago. 2023.
- CORREA, R. L. **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Ed Unesp, 2018.
- COSTA, J. C. **A conquista do deserto ocidental**. São Paulo: Nacional, 1940.
- DE JONG, G. **Chorological Differentiation as the Fundamental Principle of Geography**. Groningen, J. B. Wolters, 1962.
- ETGES, V. E. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário; SILVEIRA, Rogério. **Vale do Rio Pardo**: (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2001.
- FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** - Uma visão do estado da arte. Santiago, Chile: RIMISP, 2006. Disponível em:

<http://indicadores.fecam.org.br/uploads/28/arquivos/4069_FLORES_M_Identidade_Territorial_como_Base_as_Estrategias_Desenvolvimento.pdf > Acesso em: 28 ago. 2020.

FRAGOSO, J. L. O império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, M. Y. L. (Org.). **História geral do Brasil**. 9 ed. atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 144-187.

GOVERNO ESTADUAL DO ACRE. **Revista comemorativa do sistema estadual de áreas naturais protegidas do Acre**. Secretaria de estado do meio-ambiente e das políticas indígenas - SEMAPI, 2022.

GUDYNAS, E. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In: CAAP; CLAES. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino-Americano de Ecología Social, 2009. p.187-225.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.) **Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Accs, 2007, p. 93-123.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 13. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERRERA, J.A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. 2012. 320 p. Tese (Doutorado em Economia) - UNICAMP, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286138>. Acesso em: 15 mai 2022.

HERRERA, J.A.; MOREIRA, R.P.; BEZERRA, T.S.L. A Amazônia: expansão do capital e apropriação dos recursos naturais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 2, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. **Censo agropecuário 2017 – resultados definitivos**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf> Acesso em: 24 ago. 2023.

_____. **Cidades e Estados (Acre) 2020**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ac>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

_____. **Brasil, AC, Panorama 2022**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/panorama>> Acesso em: 29 set. 2023.

_____. **PEVS, 2022. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9105-producao-da-extracao-vegetal-e-da-silvicultura.html>> Acesso em: 30 set. 2023.

JACOBS, W. *Et al.* **Transporte, fluxo de mercadoria e desenvolvimento econômico urbano na Amazônia:** o caso de Belém e Manaus. Cad. Metrop. São Paulo, v. 15, n. 30, p. 389-410, dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962013000200389&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 ago. 2020.

KALUME, J. **Crônicas do Acre Antigo.** Brasília: s/e. 1991.

LEFEBVRE, Henri. "**Perspectives de la sociologie rurale**". Cahiers de sociologie, 1953.

LEITE, L. C. C. **PROCESSOS DE COLABORAÇÃO NA LOGÍSTICA DE TRANSPORTE NO ESTADO DO ACRE,** 2015. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/44273/R%20-%20E%20-%20LUCIANO%20CESAR%20CABRAL%20LEITE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 30 junho 2021.

LIMA, B. L.; OGANDO, L. P.; NASCIMENTO, D.S. (organizadores). **Uma história em retalhos.** 2. ed. – Rio Branco: Edufac, 2022.

LIMA, MADS. Análise de conteúdo: estudo e aplicação. **Revista Logos,** (1): 53-8, 1993.

MACIEL, R. C. G. *et al.* The valuation of enviromental services in the price formation of native rubber in Acre. **Journal of Enviromental Management,** 2021.

MACIEL, R. C.G.; MANGABEIRA, J. A. C; KASSAI, J.R. **Reserva extrativista chico mendes:** a socioeconomia 25 anos depois. Triunfo, Editora Ominis Scentia, 2021.

_____. (coordenador). **Diagnóstico Socioeconômico da produção familiar rural na reserva extrativista (RESEX) Chico Mendes – Período 2021/2022.** Rio Branco: ASPF/UFAC, 2022.

MACHADO, F. S. **Manejo de produtos florestais não madeireiros:** um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia. Rio Branco: Pesacre & Cifor, 2008.

MACHADO, T. M. R. **Migrantes sulistas:** caminhadas e aprendizados na região acreana. Rio Branco: Edufac, 2018.

MARTINELLO, P. **A batalha da borracha na segunda guerra mundial.** 3. ed. – Rio Branco: Edufac, 2020.

MORAIS, M. J. **“ACREANIDADE”:** Invenção e reinvenção da identidade acreana. Rio Branco: Edufac, 2016.

MOTTA, L. E. O Conceito de Estado e Sociedade Civil na Perspectiva Relacional: Conflitos e Relações de Poder nas Arenas Públicas. **Encontro de Administração Pública e Governança. Salvador**, 12-14 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://anpad.org.br/admin/pdf/EnAPG89.pdf>> Acesso em: 04 set. 2020.

NEELEMEN, G.; NEELEMEN, R. **Soldados da borracha**: o exército esquecido que salvou a II Guerra Mundial. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

NEVES, M. V. **Rio Branco, de seringal a capital**. São Paulo: Cortez, 2008.

NOBRE, C. A. et al. (2023) **Nova Economia da Amazônia**. São Paulo: WRI Brasil, Relatório, 2023. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/sites/default/files/2023-06/Nova_Economia_da_Amazonia-Relatorio_Completo-Portugues-2023.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PIMENTA, J. **A história oculta da floresta**: imaginário, conquista e povos indígenas no Acre. Paris: Revue Linguagens Amazônicas, 2003.

PORTO-GONÇALVES, C. W. “**Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades**” em Ceceña, Ana Esther e Sader, Emir (coords.) *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2023.

PORTO GONÇALVES, C. W. (1999). A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**, 1(2), 67-88. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13352>>. Acesso em: 02 abr. 2023.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. 3 ed., 1. reimpressão – São Paulo: Contexto, 2022.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 31 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

REIS, A. C. F. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1953.

REIS, José. **Uma Epistemologia do Território**. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2002. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/226/226.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2021.

ROCA, J. IN: 27 Bienal de São Paulo: **Como viver junto**. Lisette Lagnado e Adriano Pedrosa (Org.). São Paulo: Fundação Bienal, 2006. p. 129-140.

_____. **O Acre todo cabe em uma só árvore** (2018). Disponível em: <<https://almaacreana.blogspot.com/2018/07/o-acre-cabe-todo-em-uma-so-arvore.html>> Acesso em: 21 abr. 2023.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e método. Espaço e Sociedade. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994 a

_____. M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (organizadores). **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1994 b

_____, M. **O Território e o saber Local**: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, UFRJ, Ano XIII, n. 2, Ago-Dez 1999.

_____, M. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____, M. **Da totalidade ao lugar**. 3. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____, M. **Espaço e método**. São Paulo, 5 ed., 3 reimpr. Editora da Universidade de São Paulo, 2020 a.

_____, M. **A Natureza do espaço** - técnica e tempo. Razão e Emoção. 4 ed., 10. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020 b.

_____, M.; SILVEIRA, M.L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 20 ed., Rio de Janeiro: Record, 2020.

SARAIVA DA SILVA, M. S. **Subsídio da borracha e sua relação com os moradores da resex Chico Mendes**: uma análise das contribuições socioeconômicas e ambientais. Dissertação de mestrado. Manaus, Amazonas: abril 2013.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS: Revista do Centro de Estudos Rurais**, 2010. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/832.pdf>> Acesso em 23 ago. 2023

SILVA, S. S. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana**. 2004. 500 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SILVA, S. S. (org.). **Acre: Uma visão temática de sua geografia**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

SILVEIRA, M. L. Os novos conteúdos da regionalização: lugares modernizados e lugares letárgicos no planalto Nordpatagônico Argentino. **Finisterra** 58, XXIX, pp. 65 – 83, 1994.

SOROKIN, Pitirin. **Comment la civilisation se transforme**. Paris: Marcel Rivière, 1964.

SOUZA, C.A.A. **História do Acre**: novos temas, nova abordagem. Rio Branco, Editor Carlos Alberto de Souza, 2005.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C da C; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 77-116.

SOUZA, M. **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2009.

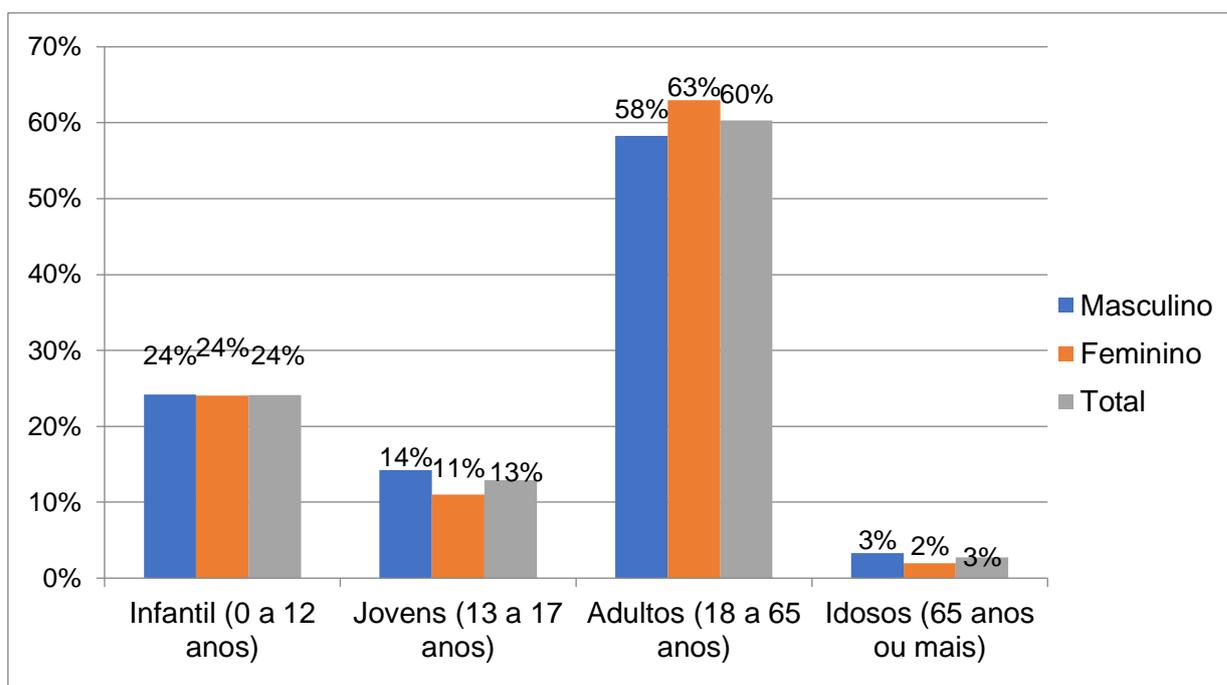
SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

STURMER, A. B; DA COSTA, B. P. Território: aproximações a um conceito-chave da geografia. In: **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v 21 (2017), n.3, p. 50-60

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. 2. ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

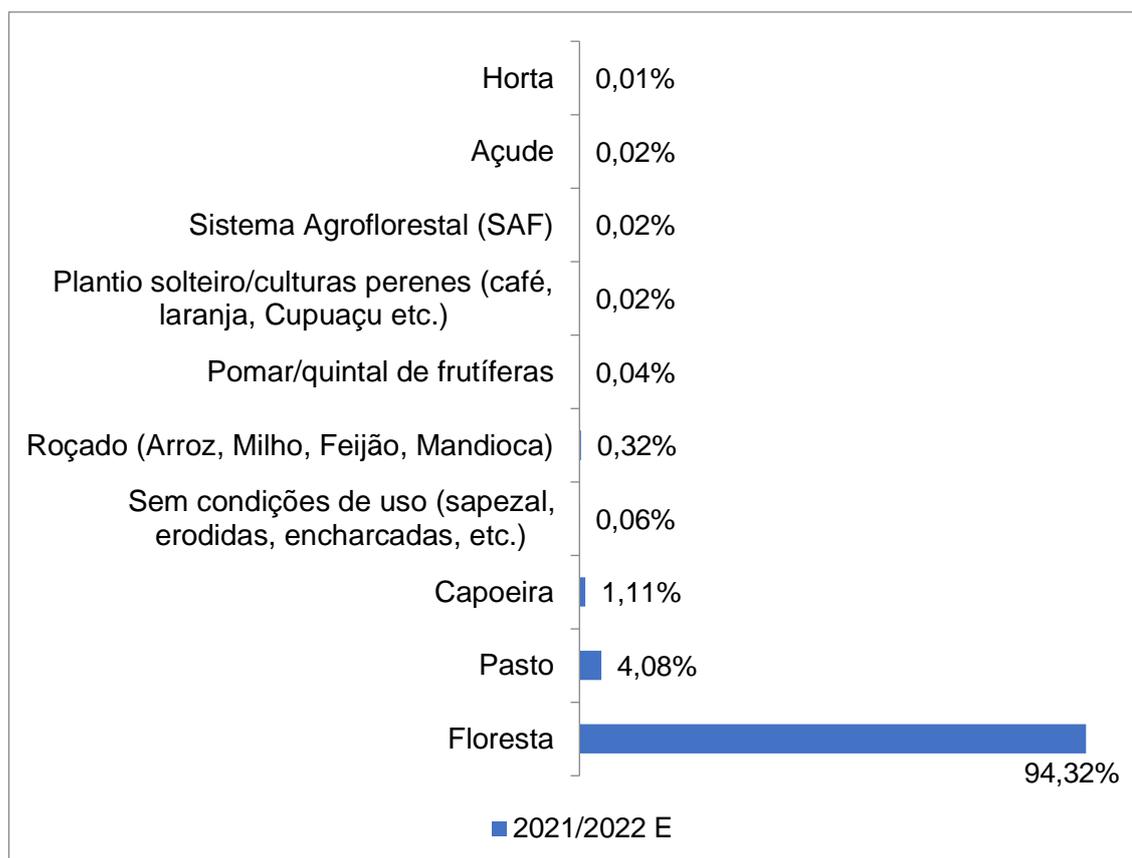
WALLE, Paul. **No país do ouro negro**: Pará, Amazonas e Mato Grosso. Trad. Maria Luiza Machado de Sousa. Natal: EDUFRN, 2019. 257 p.

ANEXO 1 - Gráfico– Composição das famílias por sexo e faixa etária, 2021/2022, Reserva Extrativista Chico Mendes – AC, Brasil



Fonte: MACIEL, 2022. Pesquisa de Campo, ASPF/UFAC.

ANEXO 2 – Gráfico - Percentual dos principais tipos de uso da terra, 2021/2022, Reserva Extrativista Chico Mendes – AC, Brasil.



Fonte: MACIEL, 2022. Pesquisa de Campo, ASPF/UFAC.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS SERINGUEIROS



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL / RS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR
MESTRADO e DOUTORADO

PESQUISA/TEMA: O Processo Mercantil da Borracha: Horizontalidades e Verticalidade No Território do Vale do Acre – Brasil.

DOUTORANDO: César Leandro de Christo Hundertmarck

SERINGUEIRO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Há quanto tempo o Sr. (a) trabalha com a extração da borracha/látex?
- 2) Quantas horas diárias o Sr. (a) trabalha com o cultivo da borracha/látex?
- 3) O látex (borracha) extraído em sua propriedade é nativo ou cultivado?
- 4) O Sr.(a) é o proprietário das terras onde cultiva a borracha? Qual o tamanho (área de terra) de sua propriedade / colocação?
- 5) Entre seus familiares – (avós / pais), houve entre estes, alguém que migrou para o Vale do Acre como “soldado da borracha”?
- 6) Qual sua opinião sobre a extração do látex / borracha - vantagens e desvantagens?
- 7) Como é o cotidiano de sua família com a extração do látex / borracha?
(quem trabalha na extração do látex?) Qual o nº de filhos, a os filhos estudam?
A esposa também atua na extração do látex/borracha?
- 8) Quais as condições de vida da família no seringal / colocação?
- 9) A subsistência da família advém somente da extração da borracha/látex? Se não, quais cultivos complementam a renda familiar?
- 10) Considerando o agente mercantil (agente que recebe o látex, como por exemplo – Cooperativas), como o senhor(a) avalia este agente mercantil e como é sua relação comercial com este? O senhor (a) avalia esta relação mercantil como satisfatória? O que poderia melhorar?
- 11) Existe algum problema ou conflito nesta relação com o agente mercantil no Vale do Acre?
- 12) Como o Sr.(a) avalia a relação do seringueiro com os poderes Municipal, estadual e Federal? (Prefeitura Municipal, Governo Estadual e Federal) - em relação aos subsídios ou políticas públicas existentes para o Vale do Acre e a extração do látex / borracha?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS AGENTES MERCANTIS



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL / RS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR
MESTRADO e DOUTORADO

PESQUISA/TEMA: O Processo Mercantil da Borracha: Horizontalidades e Verticalidade No Território do Vale do Acre – Brasil.

DOUTORANDO: César Leandro de Christo Hundertmarck

AGENTES MERCANTIS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Como surgiu a sua empresa/cooperativa e como é o funcionamento dela?
- 2) Qual o número de funcionários da empresa/cooperativa?
- 3) Há quanto tempo atua com o mercado da borracha (beneficiamento)?
- 4) Qual sua avaliação do mercado da borracha e seus derivados (vantagens e desvantagens)?
- 5) Quais as principais dificuldades e concorrentes existentes neste mercado?
- 6) Como o senhor (a) avalia o mercado internacional da borracha (efeitos da globalização / ciclos da borracha no passado)?
- 7) Como os agentes mercantis se relacionam com os poderes municipal, estadual e federal?
- 8) Qual sua avaliação em relação à legislação (políticas públicas) relacionadas ao cultivo da borracha?
- 9) Que tipo de parcerias existem no processo mercantil da borracha do território do Vale do Acre?
- 10) Como é a relação mercantil com os seringueiros que lhe entregam a borracha/látex no Vale do Acre?
- 11) Usam algum tipo de tecnologia na produção, armazenagem, transporte da borracha/látex?
- 12) A cultura da borracha e seu processo mercantil viabiliza melhorias no município de atuação, e impulsiona a dinâmica de desenvolvimento do território – Vale do Acre?
- 13) Existem algum tipo de conflito/problema na relação comercial com o seringueiro no Vale do Acre?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CONSUMIDOR FINAL



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL / RS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR
MESTRADO e DOUTORADO

PESQUISA/TEMA: O Processo Mercantil da Borracha: Horizontalidades e Verticalidade No Território do Vale do Acre – Brasil.

DOUTORANDO: César Leandro de Christo Hundertmarck

CONSUMIDOR FINAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Como surgiu a sua empresa/cooperativa e como é o funcionamento dela?
- 2) Qual o número de funcionários da empresa/cooperativa?
- 3) Há quanto tempo atua/compra/utiliza derivados do látex/borracha?
- 4) Qual sua avaliação do mercado da borracha e seus derivados (vantagens e desvantagens)?
- 5) Quais as principais dificuldades e concorrentes existentes neste mercado?
- 6) Como o senhor (a) avalia o mercado internacional da borracha (efeitos da globalização / ciclos da borracha no passado)?
- 7) Qual sua relação com os poderes municipal, estadual e federal?
- 8) Qual sua avaliação em relação à legislação (políticas públicas) relacionadas ao cultivo da borracha?
- 9) Que tipo de parcerias existem no processo mercantil da borracha do território do Vale do Acre?
- 10) Como é a relação mercantil com os seringueiros/agentes mercantis que lhe entregam a borracha/látex no Vale do Acre?
- 11) Usam algum tipo de tecnologia na produção, armazenagem, transporte da borracha/látex?
- 12) A cultura da borracha e seu processo mercantil pode viabilizar melhorias ou impulsionar a dinâmica de desenvolvimento do território do Vale do Acre?
- 13) Existem conflitos/problemas na relação comercial com o agente mercantil/seringueiro/poder público ou com um concorrente interno ou externo?
- 14) O que vocês mais valorizam no Vale do Acre? Por que se instalaram no Vale do Acre?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES / PODER PÚBLICO / DOCENTES



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL / RS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR
MESTRADO e DOUTORADO

PESQUISA/TEMA: O Processo Mercantil da Borracha: Horizontalidades e Verticalidade No Território do Vale do Acre – Brasil.

DOUTORANDO: César Leandro de Christo Hundertmarck

INSTITUIÇÕES / PODER PÚBLICO / DOCENTES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Qual sua avaliação em relação à legislação (políticas públicas) relacionadas ao cultivo da borracha/subsídios?
- 2) Qual sua avaliação do mercado da borracha e seus derivados?
- 3) Quais as principais dificuldades e concorrentes existentes neste mercado?
- 4) Como o senhor(a) avalia o mercado internacional da borracha (efeitos da globalização / ciclos da borracha no passado)?
- 5) De que forma a cultura da borracha e seu processo mercantil pode viabilizar melhorias no território do Vale do Acre?
- 6) Existem conflitos/problemas na relação comercial com o agente mercantil/seringueiro/mercado nacional e internacional?
- 7) Como a cultura da borracha/látex impulsiona a dinâmica de desenvolvimento do território em análise?
- 8) A formação do território em análise – Vale do Acre, teve uma forte migração no passado (soldados da borracha). Como o senhor (a) avaliação este fato?